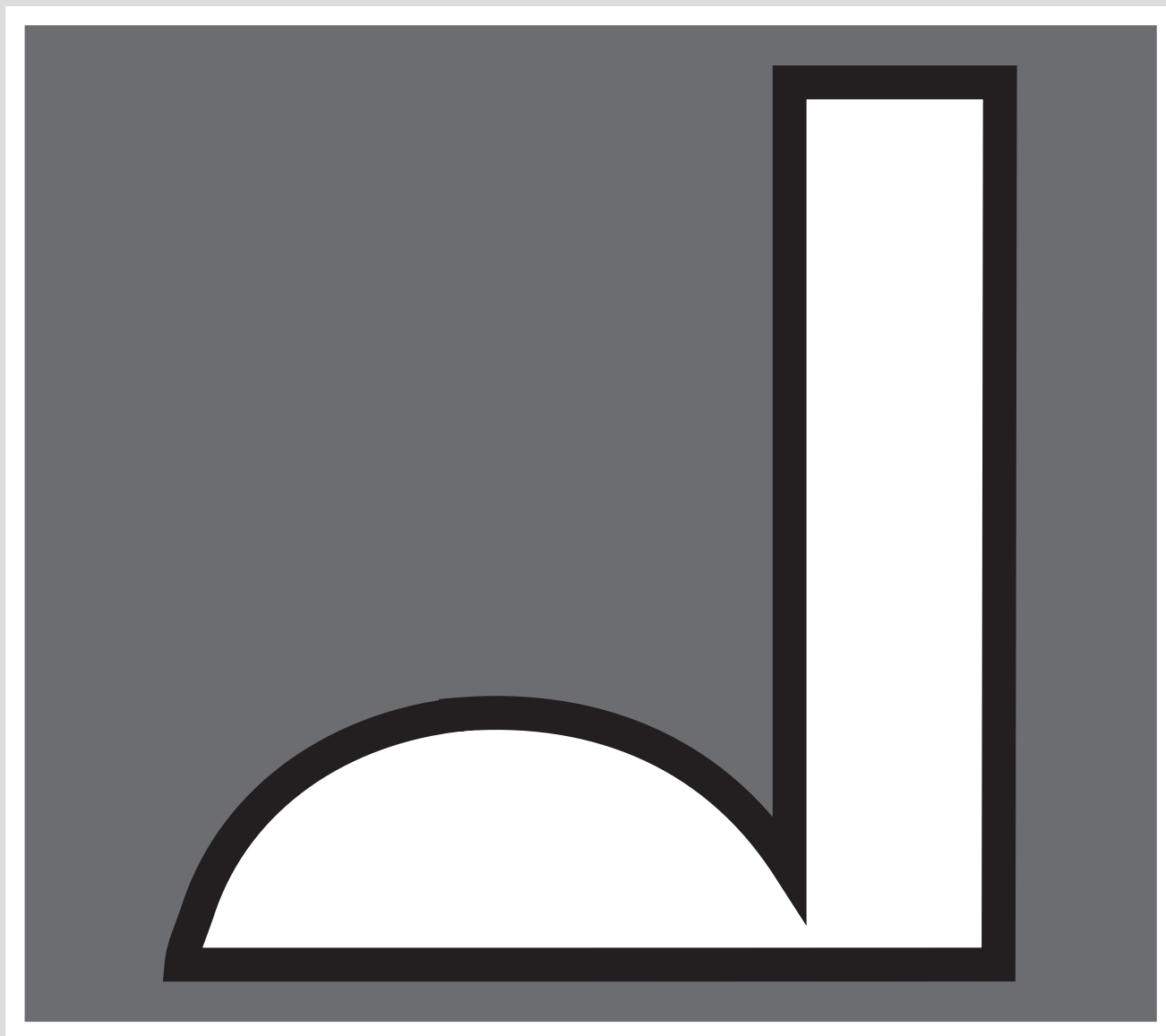




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 205 - SÁBADO, 03 DE DEZEMBRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - (1,5,6) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.

LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV) - 24 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹⁴⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁷⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁸⁾ Paulo Bauer ⁽⁹⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾
PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ⁽¹³⁾ Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
15. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
16. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
17. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patricia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 220ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 2 DE DEZEMBRO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nºs 1.322 a 1.339, de 2011, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs 831, 1.162, 1.165, 1.209, 1.210, 1.221, 1.222, 1.237, 1.238, 1.243, 1.250, 1.251, 1.257, 1.296, 1.304, 1.306, 1.339, 1.341, 1.343, 1.357, 1.360, 1.384 e 1.429, de 2011..... 51322

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, dos Requerimentos nº 831, 1.165, 1.209, 1.210, 1.221, 1.222, 1.237, 1.238, 1.243, 1.250, 1.257, 1.296, 1.304, 1.306, 1.339 e 1.341, de 2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente. Interrupção da tramitação do Ofício nº S/13, de 2008, em decorrência da aprovação dos Requerimentos nºs 1.209 e 1.210, de 2011..... 51368

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, dos Requerimentos nºs 1.162 e 1.251, de 2011, com alterações, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 51368

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, dos Requerimentos nºs 1.343, 1.357, 1.360, 1.384 e 1.429, de 2011. 51368

1.2.3 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 24, de 2011-CN (nº 1.740/2011, na origem), encaminhando, ao Congresso Nacional, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 3º trimestre do exercício de 2011..... 51368

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Aviso nº 24, de 2011-CN, e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 51438

1.2.5 – Mensagem da Presidente da República

Nº 146, de 2011 (nº 535/2011, na origem), solicitando que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos serão destinados ao Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União. 51438

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 1º de dezembro de 2011, e publicação no mesmo dia, mês e ano, da Medida Provisória nº 552, de 2011, que altera o art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e os arts. 1º e 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 51438

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Registro da abertura, hoje, em Brasília, do XII Congresso Nacional do PSB; e outro assunto. 51439

SENADORA ANA RITA – Apoio às ações governamentais voltadas para o combate à AIDS. 51442

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 Item 3 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de emenda à Constituição nº 114, de 2011 (nº 61/2011, na Câmara dos Deputados, de iniciativa da Presidência da República), que altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (DRU). Não houve oradores na primeira sessão de discussão em primeiro turno. 51444

1.3.2 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR WELLINGTON DIAS – Satisfação com os avanços do setor elétrico no Estado do Piauí; e outros assuntos. 51446

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro de providências tomadas, ontem, pela Presidente Dilma Rousseff, que têm por escopo o aquecimento da economia do País. 51449

SENADOR VICENTINHO ALVES – Apelo ao Presidente do Banco da Amazônia e à equipe econômica do Governo Federal para que sejam observados os pleitos dos servidores do referido banco. 51450

SENADOR JORGE VIANA – Prestação de contas sobre os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Temporária criada para propor Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil; e outro assunto. 51452

SENADOR RENAN CALHEIROS – Satisfação com os resultados que vêm sendo obtidos pelas políticas previdenciárias. 51455

1.4.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Registro do artigo, de autoria do jornalista Carlos Alberto Sardenberg, intitulado “Esquizofrenia na política econômica”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 3 de outubro último. 51458

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Apesar de corte, Brasil permanece com a maior taxa de juros do mundo”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 20 de outubro último. . 51460

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do artigo, de autoria do professor Denis Lerrer Rosenfield, intitulado “O festival de besteiras não tem fim”, publicado no jornal **O Globo**, edição de 10 de outubro último..... 51461

SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro da matéria intitulada “Eles bebem. Você paga”, publicada na revista **Veja**, edição de 2 de novembro último..... 51462

SENADOR CYRO MIRANDA – Registro do artigo, de autoria do professor Rogério Werneck, intitulado “Furor de substituição de importações”, publicado no jornal **O Globo**, edição de 14 de outubro último..... 51464

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da entrevista com o Senador Aécio Neves intitulada “Dilma é refém de um governo de cooptação”, publicada na revista **Época**, edição de 28 de novembro último; e outros assuntos. 51465

1.4.3 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária segunda-feira, dia 5, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 51511

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES DE ATAS ANTERIORES

Ata da 201ª Sessão, Não Deliberativa, em 7 de novembro de 2011, publicada no **Diário do Senado Federal nº 187**, do dia subsequente..... 51513

Ata da 205ª Sessão, Não Deliberativa, em 11 de novembro de 2011, publicada no **Diário do Senado Federal nº 191**, do dia subsequente..... 51514

Ata da 206ª Sessão, Não Deliberativa, em 14 de novembro de 2011, publicada no **Diário do Senado Federal nº 192**, do dia subsequente..... 51539

Ata da 218ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 30 de novembro de 2011, publicada no **Diário do Senado Federal nº 203**, do dia subsequente.. 51541

3 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

3.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN (Mensagem nº 86, de 2011-CN – nº 344/2011, na origem), que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012*. **(Publicadas em suplemento “A” à presente edição)**

Emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 29, de 2011-CN (Mensagem nº 87, de 2011-CN – nº

345/2011, na origem), que *dispõe sobre o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015*. **(Publicadas em suplemento “B” à presente edição)**

4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 220ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 2 de dezembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Waldemir Moka, Wellington Dias e Jorge Viana

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 3 minutos e encerra-se às 11 horas e 5 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

220ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 9 HORAS

Período : 2/12/2011 07:16:25 até 2/12/2011 20:31:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X						
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PT	ES	ANA RITA	X						
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X						
PSDB	PB	CASSIO CUNHA LIMA	X						
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X						
PT	MS	DELÍCIO DO AMARAL	X						
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
PT	AC	JORGE VIANA	X						
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X						
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X						
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X						
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X						
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X						
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X						
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X						
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X						
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X						

Compareceram: 28 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sessão deliberativa ordinária.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.322 , DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento de Informação nº 831, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, que solicita ao Ministro da Justiça informações relativas à situação atual da demarcação de Terras Indígenas no Estado do Amazonas, conforme o Relatório "Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2010"

RELATOR: Senador JOÃO DURVAL

I – RELATÓRIO

A Senadora Vanessa Grazziotin apresentou à Mesa do Senado Federal o Requerimento de Informação nº 831, de 2011, no qual solicita informações ao Ministro da Justiça acerca da situação atual da demarcação de Terras Indígenas na Amazônia.

A autora do Requerimento informa que foi levada à sua formulação ao tomar conhecimento do Relatório "Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2010", publicado em 2011 pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A autora justifica sua iniciativa com a observação de que a questão da demarcação de terras indígenas é grave, arrasta-se há décadas e tem gerado importantes conflitos sociais, o que justificaria uma intervenção estatal tão ampla e eficaz quanto possível, de modo a garantir os direitos de todos os envolvidos nos litígios, sejam eles indígenas ou não.

O Requerimento dirige as seguintes indagações ao Ministro de Estado da Justiça: (1) quais os motivos apontados pela Funai para não incluir 107 áreas, apontadas pelo relatório do CIMI, mencionado acima, em seus planos de reconhecimento e demarcação; (2) se há algum planejamento, por parte da Funai, para a consideração das referidas 107 áreas; (3), no caso da

existência de tal planejamento, qual o cronograma para a formação dos grupos de trabalho delimitadores do que viriam a ser as terras indígenas; e, por fim, (4), quais as demais providências que, de um modo geral, estão sendo adotadas para acelerar os processos de reconhecimento e delimitação das terras indígenas.

II – ANÁLISE

O Requerimento vem à apreciação e decisão da Mesa em razão do que dispõe o art. 215, I, *a*, do regimento interno desta Casa, segundo o qual os requerimentos de informação a Ministro de Estado dependem de decisão da Mesa do Senado Federal.

A iniciativa encontra respaldo no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Está, igualmente, amparada no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

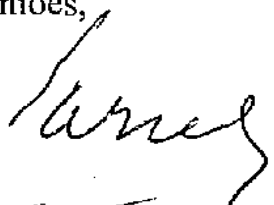
Ademais, a proposição está de acordo com os dispositivos regimentais que tratam dos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, especialmente o que consigna o inciso IV do art. 216, e com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001. A competência legal e constitucional para a tutela dos indígenas brasileiros é da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sob supervisão do Ministério da Justiça, de modo que o requerimento é corretamente direcionado.

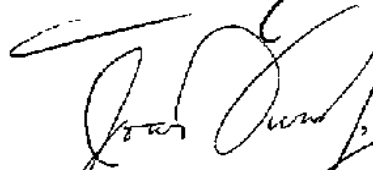
Quanto ao mérito, não pode senão ser considerada louvável a iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, dado que, em sendo tão assemelhados os diagnósticos e avaliações da Funai e os do relatório examinado, ainda maior se apresenta a necessidade de se obter do Senhor Ministro de Estado da Justiça informações sobre o porquê de não se resolverem situações a respeito das quais há convergência de diagnóstico.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Requerimento de Informação nº 831, de 2011.

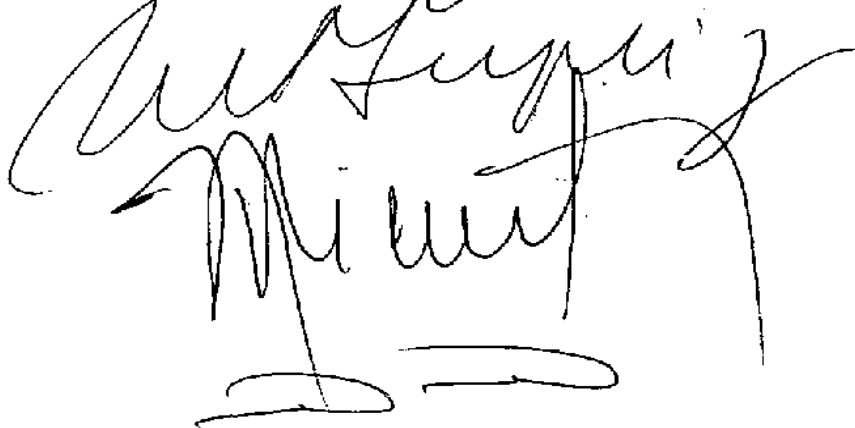
Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator



e. - 



PARECER Nº 1.923 , DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.162, de 2011, da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN, que solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde a respeito da antecipação da data de expiração de milhões de doses de vacinas contra a Influenza A.

RELATOR: Senador **JOÃO RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

A Senadora Vanessa Grazziotin, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.162, de 2011.

Por meio do documento, a Senadora solicita sejam requeridas informações ao Ministro de Estado da Saúde, nos seguintes termos (transcrição literal):

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista que no ano de 2010 o governo brasileiro, com a finalidade de combater de forma efetiva a Influenza A (H1N1), adquiriu 6,5 milhões de doses de vacinas que tiveram sua validade antecipada em seis meses, causando prejuízo na ordem de 78 milhões de reais. Diante disso solicito ao senhor Ministro da Saúde, o seguinte pedido de informação:

1. Qual a quantidade de doses de vacinas adquiridas por este Ministério. Especificando a data da encomenda; data da entrega no Brasil; período de validade (data fabricação e perda da validade);
2. Se procede o fato da ANVISA ter antecipado a perda da validade, seguindo determinação da Agência Canadense de

Saúde, sede da GSK, depois das vacinas já se encontrarem no Brasil. Quando a validade colocada nas doses era de um ano;

3. Quais as providências que foram adotadas para sanar os prejuízos causados aos cofres públicos, pelo adiantamento da validade, identificados pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Na justificação do requerimento, a Senadora menciona que, segundo relatório do TCU, a antecipação, por recomendação da Agência Canadense de Saúde, da data de expiração das vacinas produzidas pela empresa canadense *GlaxoSmithKline* (GSK) causou um prejuízo de 78 milhões de reais aos cofres públicos. E conclui com a afirmação de que *faz-se mister tomar medidas a fim de compensar tais valores junto à empresa fornecedora, uma vez que esta tinha responsabilidade quanto ao prazo de validade informado nos lotes produzidos.*

II – ANÁLISE

A Constituição Federal, em seu art. 50, § 2º, garante a esta Mesa do Senado Federal o direito de encaminhar pedidos escritos de informação a Ministro de Estado.

O Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em seu art. 216, I, especifica que esses pedidos serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa.

O inciso II do art. 216 do RISF enumera as únicas razões para esta Mesa indeferir um requerimento de informações: a existência de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

A nosso ver, o item 3 do requerimento e a parte da justificação acima reproduzida contêm pedido de providência relativo à atuação do Ministério da Saúde. Não obstante, os requerimentos de informação dispensam a existência de justificação, razão pela qual recomendamos sua retirada e também

a exclusão do item 3, de forma a adequar o requerimento às disposições do Regimento Interno do Senado Federal.

Com esses ajustes, avaliamos que a proposição obedecerá aos dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam o envio de pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001.

Por fim, propomos a reformulação do texto do requerimento, para torná-lo mais acurado e corrigir algumas falhas de redação.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela **aprovação** do Requerimento nº 525, de 2011, nos termos do seguinte texto:

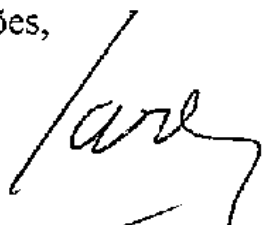
REQUERIMENTO Nº 1.162, DE 2011

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista que no ano de 2010 o governo brasileiro, com a finalidade de combater de forma efetiva a Influenza A, causada pelo vírus H1N1, adquiriu 6,5 milhões de doses de vacina produzida pela empresa canadense *GlaxoSmithKline* (GSK), que, por recomendação da Agência Canadense de Saúde, tiveram sua data de expiração da validade antecipada em seis meses, causando um prejuízo na ordem de 78 milhões de reais, solicito ao senhor Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações:

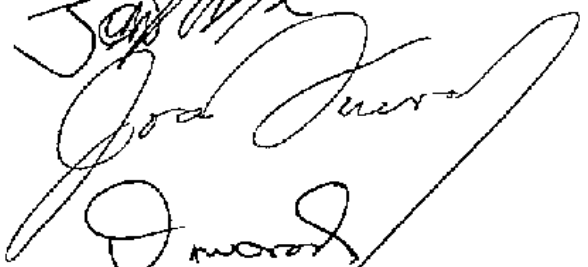
1. Quantidade de doses da vacina adquiridas pelo Ministério da Saúde com especificação das datas da encomenda e da entrega no Brasil e do período de validade (datas de fabricação e de expiração da validade);
2. Se é procedente a informação de que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) antecipou a data de expiração da validade em seis meses, depois de as vacinas já se encontrarem no

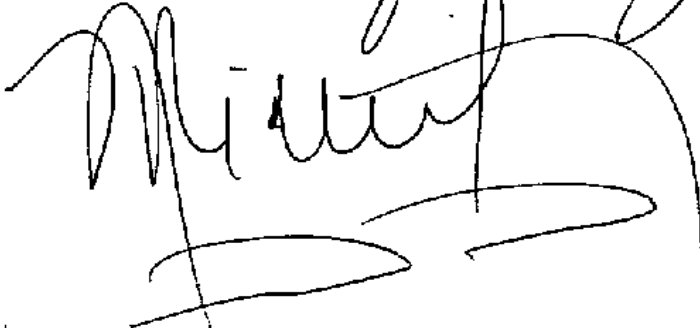
Brasil, quando o prazo de validade originalmente estabelecido era de um ano.

Sala de Reuniões,

 , Presidente

 , Relator



PARECER Nº 1.324 , DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento de Informações nº 1.165, de 2011, que requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre resultados de trabalhos desenvolvidos pela Petrobras nos Estados de Mato Grosso e Goiás.

RELATOR: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

I – RELATÓRIO

Os Senadores Blairo Maggi, Jayme Campos e Lúcia Vânia, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos dos arts. 215, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminharam a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 1.165, de 2011, no qual solicitam ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre resultados de trabalhos desenvolvidos pela Petrobras nos Estados de Mato Grosso e Goiás, relacionados à pesquisa de petróleo e gás natural.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal, no seu art. 49, inciso X, atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Portanto, o Requerimento encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado.

Nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 30 de janeiro de 2001, a deliberação do pedido no âmbito desta Comissão Diretora requer que a solicitação de informações não se enquadre no conceito de "informações sigilosas". Como a informação solicitada no Requerimento em tela não se enquadra entre aquelas de caráter sigiloso e é atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal, o Requerimento atende os preceitos regimentais para sua aprovação.

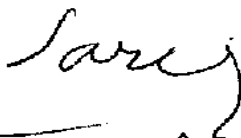
O pedido de informações acerca da pesquisa ~~com petróleo e~~ gás natural justifica-se em função das repercussões desse tipo de atividade no desenvolvimento econômico e nas receitas futuras dos estados em questão.

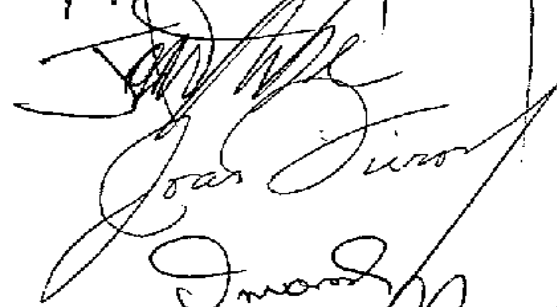
Em conclusão, consideramos que o Requerimento encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado. O Requerimento atende, também, às exigências do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

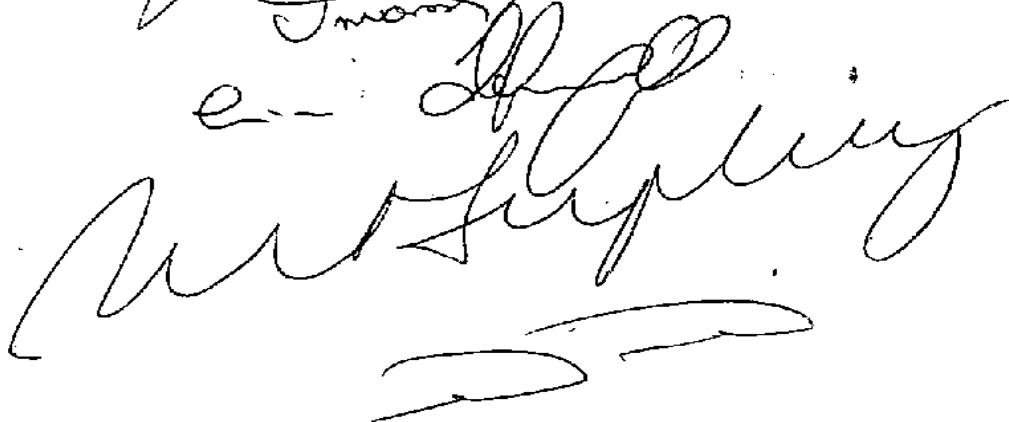
III – VOTO

Do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento de nº 1165, de 2011.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

João Duro
Imagem



PARECER Nº 1.325, DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.209, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, por meio do qual requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o previsto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre eventual procedimento investigativo para apurar denúncias, do Procurador-Geral do Estado de Rondônia, de envolvimento de servidores da Fundação Nacional do Índio e da Polícia Federal em atividade de exploração ilegal de madeira em terras dos índios Suruí, em Rondônia.

RELATOR: Senador **JOÃO RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

O Requerimento nº 1.209, de 2011, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça, a respeito de eventual apuração de denúncias encaminhadas a esta Casa pelo Procurador-Geral do Estado de Rondônia, Ronaldo Furtado, por meio do Ofício nº 117/GAB/PGE/2008.

Segundo consta do requerimento, o Dr. Ronaldo Furtado afirma que, no ano de 2005, os índios Suruí realizaram, na cidade de Cacoal (RO), um fórum que contou com a presença de representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e de membro do Ministério Público Federal. Na ocasião, esses servidores públicos teriam firmado acordo com as lideranças dos índios Suruí para viabilizar a exploração e o comércio ilegal de madeira nas terras indígenas. Segundo o Procurador-Geral do Estado de Rondônia, *ao que tudo indica, os participantes do evento acordaram que*

enquanto o Governo Federal não implementasse projetos de sustentação da comunidade indígena (o que nunca aconteceu), os órgãos de fiscalização fariam “vista grossa” para a exploração ilegal de madeiras nas terras referenciadas.

As denúncias foram, ainda, veiculadas em reportagem da Revista Veja, edição nº 2.057, de 23 de abril de 2008.

Assim, o Requerimento nº 1.209, de 2011, consiste em indagações, dirigidas ao Ministro de Estado da Justiça, sobre eventual abertura de procedimento investigativo, no âmbito de sua pasta, ou, especificamente, da Funai e da Polícia Federal, a fim de apurar a participação de seus servidores nos episódios relatados pelo Dr. Ronaldo Furtado. Além disso, pergunta-se sobre quais medidas foram tomadas.

II – ANÁLISE

Cabe à Mesa examinar se o pedido atende aos requisitos de admissibilidade previstos nas normas atinentes aos requerimentos de informações.

O requerimento atende o disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que trata de *pedidos escritos de informação a Ministros de Estado* e tem por escopo atos do Poder Executivo que se submetem à fiscalização e ao controle desta Casa, tendo em vista a competência exclusiva do Congresso Nacional estabelecida no art. 49, X, da Carta de 1988.

O Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), determina que o requerimento de informação deverá ser dirigido a Ministro de Estado, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão, como é o caso do Departamento de Polícia Federal e da Funai (art. 1º, § 1º, do Ato).

Além disso, as informações solicitadas *deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer* (art. 1º, § 2º, do Ato). As questões formuladas atendem tal requisito.

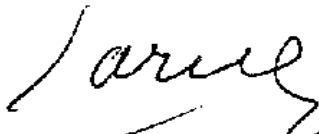
O requerimento em exame também obedece ao disposto no art. 2º do citado Ato da Mesa, o qual prevê que esse tipo de proposição não poderá conter *pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido* (inciso I) e nem poderá se referir a *mais de um Ministério* (inciso II).

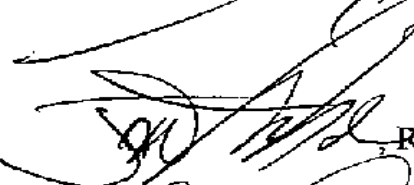
Portanto, o pedido vai ao encontro da norma constitucional a respeito da competência fiscalizadora do Congresso Nacional e está condizente com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, bem como com os demais dispositivos regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

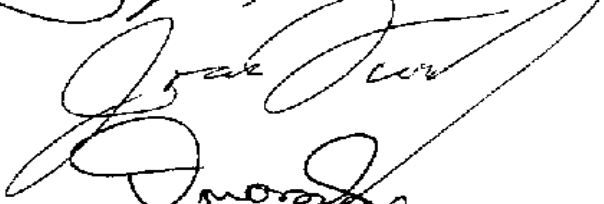
III – VOTO

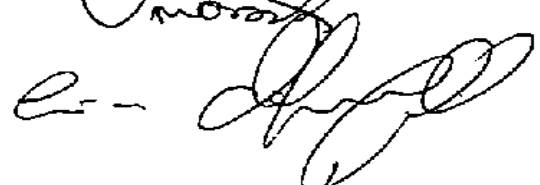
Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.209, de 2011.

Sala de Reuniões,

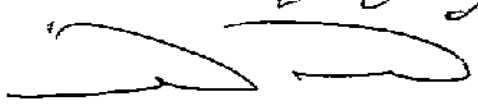

_____, Presidente


_____, Relator


_____,


_____,


_____,


_____,

PARECER Nº 1.326, DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.210, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que solicita à Ministra de Estado do Meio Ambiente informações relativas a procedimento investigativo referente a denúncia sobre ação de agentes do Ibama.

RELATOR: Senador JOÃO RIBEIRO

I – RELATÓRIO

O Senador Pedro Taques, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou o Requerimento nº 1.210, de 2011, pelo qual requer sejam solicitadas à Ministra de Estado de Meio Ambiente informações sobre procedimento investigativo referente a denúncia enviada pelo Procurador-Geral do Estado de Rondônia, Sr. Ronaldo Furtado, ao Senado Federal, em 24 de abril de 2008.

A denúncia diz respeito à atuação de agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que permitiram a exploração e o comércio ilegais de madeira nas terras dos índios Suruí, no município de Cacoal, Estado de Rondônia.

São as seguintes as informações requeridas:

- 1 – Foi realizado algum procedimento investigativo no âmbito do Ministério do Meio Ambiente ou do Ibama sobre a eventual participação de funcionários do órgão nos episódios supracitados?
- 2 – Em caso de resposta afirmativa à pergunta anterior, que medidas foram tomadas?

Nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

O art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que regulamenta o pedido de informações previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, assim reza:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

- I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos no Período do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

.....

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regulam os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Atende igualmente os requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se refere a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora, não contempla tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a sigilo e se encontra dirigido à autoridade ministerial competente.

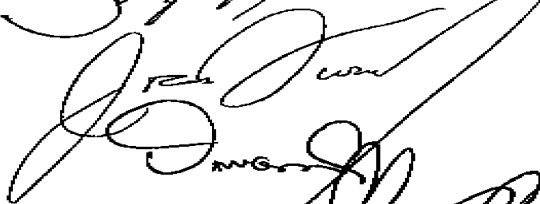
III – VOTO

Pelas razões acima expostas, votamos pela **aprovação** do Requerimento nº 1.210, de 2011.

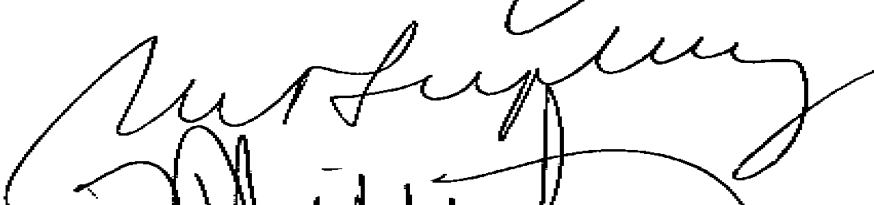
Sala de Reuniões,

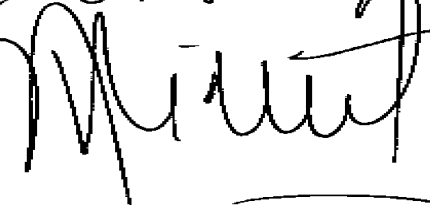

Presidente

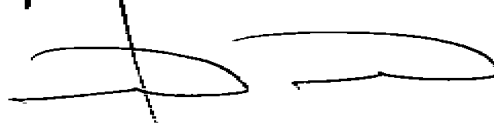

Relator


Presidente


Presidente


Presidente


Presidente


Presidente

PARECER Nº1.327, DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.221, de 2011, do Senador Rodrigo Rollemberg, que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, relativas ao Banco do Brasil S.A.

RELATOR: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

I – RELATÓRIO

O Senador RODRIGO ROLLEMBERG, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento nº 1.221, de 2011, no qual solicita ao Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações, discriminadas por ano, em 31 de dezembro de 2006 e 30 de setembro de 2011, relativas ao Banco do Brasil, sociedade de economia mista vinculada àquela autoridade:

1. Local de funcionamento de cada uma das Diretorias ou Unidade estratégica da entidade;

2. Dotação de empregados da entidade na Direção Geral do Banco no Distrito Federal e no Estado de São Paulo, nas datas acima, e a previsão futura;

3. Número de vagas da entidade transferidas do Distrito Federal para São Paulo;

4. Número de vagas, Divisões e Gerências Executivas transferidas da Direção Geral em Brasília para São Paulo, especialmente para as Diretorias de Crédito; Comercial; e de Seguridade;

5. Número de vagas, Divisões e Gerências Executivas transferidas da Direção Geral em Brasília para o Rio de Janeiro, especialmente para a Diretoria Internacional;

6. Número de vagas transferidas de outras Unidades Federativas para São Paulo, especialmente para as seguintes áreas: Diretoria do Mercado de Capitais; Diretoria de Suporte Operacional (CSO); e BB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;

7. Se há previsão de número de vagas, Divisões e Gerências Executivas a serem transferidas da Direção Geral em Brasília para São Paulo, especialmente para a Diretoria de Comunicação e Marketing;

8. Número de Diretorias ou áreas novas criadas em São Paulo, no período acima, e se houve transferência de Brasília para São Paulo de equipe que formula estratégias;

9. De forma individualizada, número de reuniões de Diretoria Executiva, Conselho Diretor, Comitês e Comissões que, nesse período, aconteceram em São Paulo e Brasília.

Justifica o nobre autor o requerimento afirmando que, recentemente, a imprensa noticiou que o Banco do Brasil está esvaziando a sua sede no Distrito Federal ao transferir um terço das diretorias para São Paulo.

Afirma ainda que por se tratar de informação preocupante para a capital do País, cuja precisão e extensão impõe-se verificar, o requerimento objetiva obter os dados corretos, para permitir a atuação dos parlamentares do Distrito Federal.

Nos termos do art. 216, III, do RISF e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

A presente proposição está de acordo com o que dispõem os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, porquanto envolve matéria atinente à competência fiscalizadora desta Casa e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a que se destina.

O requerimento obedece, ademais, ao disposto no art. 49, X, da Constituição Federal, na medida em que busca fiscalizar e controlar, por meio do Senado Federal, atos do Poder Executivo.

Preliminarmente, devemos examinar se o requerimento envolve informações sigilosas de que trata a Lei Complementar (LC) nº 105, de 2001, que *dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, e dá outras providências*, de modo a verificar se seria justificável o seu encaminhamento para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por se tratar de informações sobre operações ativas de instituição financeira.

De acordo com o art. 1º da LC nº 105, de 2001, *as instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados*, e os bancos de qualquer espécie são considerados instituições financeiras, para o efeito da referida lei complementar, conforme dispõem o § 1º e seu inciso I do citado art. 1º.

No entanto, as informações requeridas em tela dizem respeito à organização de uma instituição financeira de economia mista subordinada ao Ministério da Fazenda e não envolvem informações de caráter sigiloso, conforme definido no art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001, cabendo a esta Mesa a decisão sobre a sua admissibilidade.

Dessa forma, o requerimento atende aos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – VOTO

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pela aprovação do
Requerimento nº 1.221, de 2011.

Sala de Reuniões,

Luciano
_____, Presidente
Milton
_____, Relator
João Paulo
Imagem
em duplicata
Assinatura

PARECER Nº1.328, DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.222, de 2011, que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, no âmbito da Caixa Econômica Federal, relativas a transferência de diretorias e empregados da entidade em Brasília para São Paulo e sobre imóveis locados ou adquiridos pela Caixa nos últimos cinco anos.

RELATOR: Senador JOÃO RIBEIRO

I – RELATÓRIO

O Senador RODRIGO ROLLEMBERG, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento nº 1.222, de 2011, no qual solicita ao Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações, discriminadas por ano, nos últimos cinco anos, relativas à Caixa Econômica Federal:

1. local de funcionamento de cada uma das Diretorias da entidade;
2. número de empregados da entidade lotados no Distrito Federal;
3. número de empregados da entidade transferidos do Distrito Federal para outras unidades das Federação;
4. relação de imóveis locados ou adquiridos pela Caixa destinados a unidades administrativas.

Segundo o autor, recentemente, a imprensa noticiou que a Caixa Econômica Federal, a exemplo do que vem ocorrendo com o Banco do Brasil, está esvaziando a sua sede no Distrito Federal ao transferir, inclusive, grande parte da divulgação de informações sobre a instituição, como balanços e estatísticas, para São Paulo.

Por tratar-se de informação preocupante para a capital do País, cuja precisão e extensão impõem-se verificar, a proposta objetiva obter os dados corretos sobre o assunto e permitir a atuação dos parlamentares do Distrito Federal no assunto.

Nos termos do art. 216, III, do RISF e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

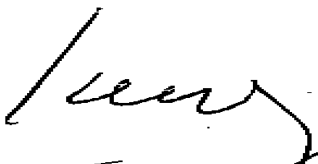
O art. 216 do RISF dispõe que os pedidos de informações, previstos no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora; não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija; e, lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão.

A questão formulada não envolve informações de caráter sigiloso, conforme definido no art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001. Portanto, o Requerimento nº 1.222, de 2011, enquadra-se no dispositivo acima citado, bem como nos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001, cabendo a esta Mesa decisão em caráter terminativo.

III – VOTO

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pelo encaminhamento do Requerimento nº 1.222, de 2011, ao Ministro de Estado da Fazenda.

Sala de Reuniões,

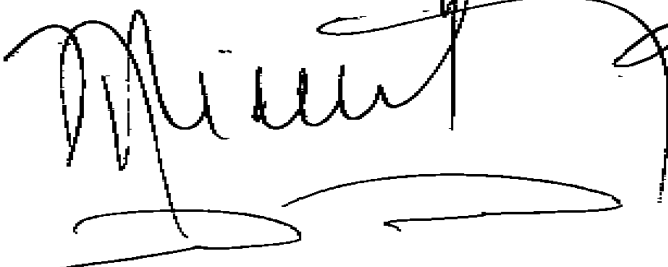

Presidente


Relator


D. M. S.


e. - A. S.


M. S.


M. S.

PARECER Nº1.329, DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias, que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, referentes às dívidas dos Estados e do DF com a União no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

RELATOR: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

I – RELATÓRIO

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Senador LINDBERGH FARIAS apresentou o Requerimento nº 1.237, de 2011, em que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações sobre dívida pública de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados (Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997).

- i) qual a dívida bruta (bruta e líquida) de cada ente da federação com a União desde 1997 a 2010 (valores referentes a dezembro de cada ano);
- ii) qual a taxa de juros (em termos percentuais) que incidiu sobre o saldo devedor de cada ente da federação no mesmo período;
- iii) qual o montante pago por cada ente da federação à União no mesmo período (valores de dezembro de cada ano).

Em sua justificativa, o autor do requerimento aponta que as informações serão de grande auxílio para os trabalhos submetidos a esta Casa, e atinentes a sua competência fiscalizadora, mencionando que o elevado esforço fiscal dos Estados, desde 1997, “não tem contribuído para a redução significativa dos montantes das dívidas para com o Tesouro.”

Alega ainda que, apesar de alguns dados concernentes ao tema estarem disponíveis na página do Ministério da Fazenda, tendo em vista a complexidade do tema e do acesso aos dados, é necessário demandar ao Ministro “a informação certa e precisa”.

Nos termos do art. 216, III, do RISF e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 1.237, de 2011, fundamenta-se no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que tratam dos Requerimentos de Informações, e deve também atender às disposições do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O objetivo da proposição é requerer ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre as dívidas de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal para com a União no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, sendo solicitados, por ano, entre 1997 e 2010, os montantes da dívida bruta e da dívida líquida de cada ente para com a União, as taxas de juros incidentes sobre o saldo devedor dos refinanciamentos, e os montantes pagos anualmente à União, em valores de dezembro.

O art. 216 do RISF estabelece que:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I - serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II - não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III - lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

.....

O Ato nº 1 da Mesa, de 2001, por sua vez, determina que o requerimento refira-se a assunto submetido ao Senado Federal ou atinente a sua competência fiscalizadora, e que as informações solicitadas tenham relação direta e estreita com o assunto que se procura esclarecer.

Entendemos que tais disposições são integralmente observadas no Requerimento em apreço, uma vez que este atende aos requisitos de admissibilidade contidos no art. 216 do RISF. Além disso as informações solicitadas são de total relevância para o exercício das competências do Senado Federal, a quem cabe, exclusivamente, dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de fixar os limites para o montante da dívida consolidada desses entes, por proposta do Presidente da República (Constituição Federal, art. 52, VI e VII). Dessa forma, é adequado que esta Casa esteja sempre informada e possa acompanhar a situação de endividamento desses entes para com a União, e sua evolução ao longo do período considerado.

Portanto, o Requerimento nº 1.237, de 2011, enquadra-se na norma constitucional referente aos pedidos de informações a Ministros de Estado, e

atende às condições de admissibilidade dispostas no RISF e no Ato nº 1, de 2001, da Mesa do Senado Federal. Destaque-se, ainda, que a proposição, está amparada no princípio da publicidade dos atos da administração pública, em conformidade com o art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

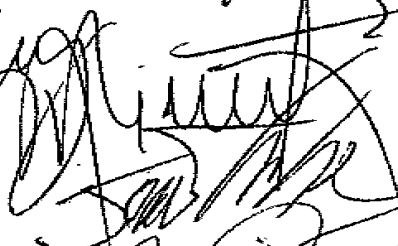
Finalmente, observamos que os esclarecimentos solicitados não envolvem informações de caráter sigiloso, pois não abrangem operações ativas e passivas de instituições financeiras, de que trata a Lei Complementar nº 105, de 2001. Cabe, portanto, à Mesa a decisão terminativa.

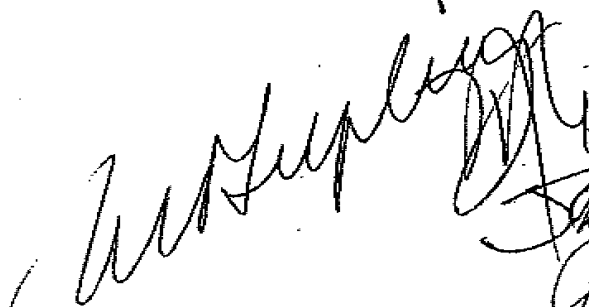
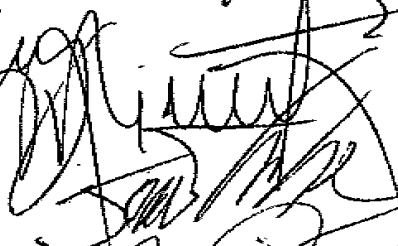
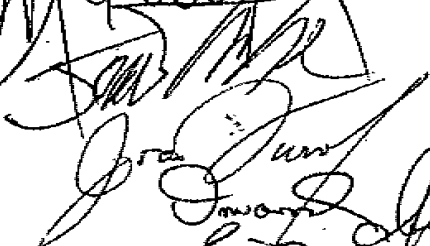
III – VOTO

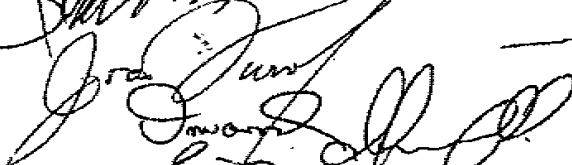
Pelo exposto somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.237, de 2011, ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, nos termos em que se encontra.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



PARECER Nº1.330, DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.238, de 2011, que solicita ao Presidente do Banco Central do Brasil informações referentes às dívidas dos Estados e do DF junto à União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

RELATOR: Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO**

I – RELATÓRIO

O Senador LINDBERGH FARIAS, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento nº 1.238, de 2011, no qual solicita ao Presidente do Banco Central do Brasil as seguintes informações referentes às dívidas de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, criado pela Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997:

- (i) o montante, bruto e líquido, das dívidas;
- (ii) a taxa de juros incidente sobre os saldos devedores;
- (iii) o montante pago à União.

Os valores acima requeridos devem ser discriminados por ano e por ente federativo, cobrir o período de 1997 a 2010 e refletir a posição do último dia de cada ano.

Nos termos do art. 216, III, do RISF e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

O art. 216 do RISF dispõe que os pedidos de informações, previstos no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora; não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija; e, lidos no Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão.

A questão formulada não envolve informações de caráter sigiloso sobre operações ativas e passivas de instituições financeiras, conforme definido, no art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001. Eventuais informações de natureza sigilosa, definida em lei, deverão ser tratadas pelo Senado Federal com a confidencialidade requerida pelo art. 15 do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

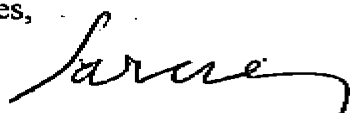
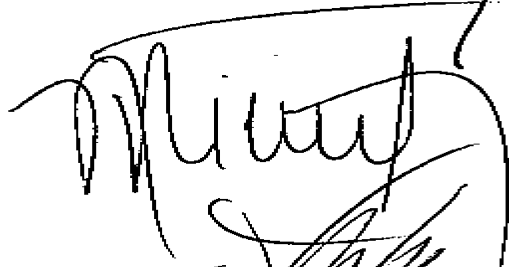
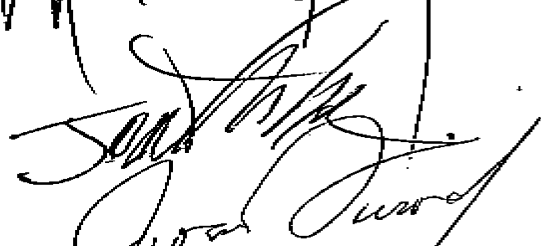
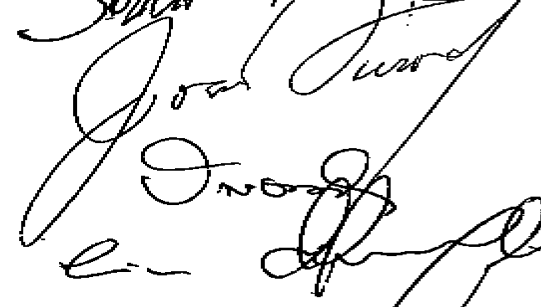
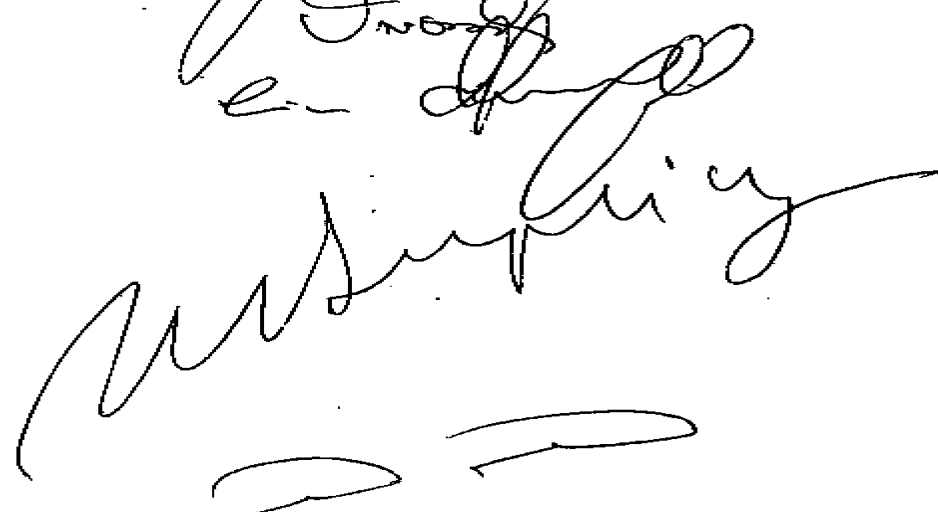
Entretanto, o Requerimento não está dirigido ao órgão competente para prestar as informações, pois, como determinado no art. 32, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o monitoramento das dívidas públicas estaduais e municipais, inclusive as refinanciadas, é de responsabilidade do Ministério da Fazenda. Assim, o Requerimento nº 1.238, de 2011, deve ser encaminhado ao Ministro da Fazenda.

Feito o ajuste acima, a proposição se enquadra nos dispositivos constitucionais e regimentais pertinentes, bem como nos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001, cabendo a esta Mesa a decisão em caráter terminativo.

III – VOTO

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pelo encaminhamento do Requerimento nº 1.238, de 2011, ao Ministro de Estado da Fazenda.

Sala de Reuniões,


_____, Presidente

_____, Relator





PARECER Nº 1.331 , DE 2011

DA MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.243, de 2011, do Senador ÁLVARO DIAS, que requer, ouvida a Mesa, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição, combinado com o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, *seja solicitada ao Ministro de Estado da Justiça cópia do inquérito policial que investiga denúncias de irregularidades nas obras de reforma e modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), em Araucária, no Estado do Paraná.*

RELATOR: Senador JOÃO RIBEIRO

I – RELATÓRIO

O Requerimento sob exame, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicita, ao Ministro de Estado da Justiça, *cópia do inquérito policial que investiga denúncias de irregularidades nas obras de reforma e modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), em Araucária, no Estado do Paraná.*

A justificação da solicitação ressalta que a Revista Época publicou matéria intitulada “Dinheiro saindo pelo ralo”, publicada na edição de 10 de outubro do corrente ano, informando que os contratos das referidas obras estão sendo investigados pelo Tribunal de Contas da União e pela Polícia Federal. Segundo a reportagem, os preços das obras estariam muito acima dos valores de

mercado, e há diálogos gravados que reforçam as suspeitas de irregularidades nos contratos da PETROBRÁS com as empreiteiras nas obras da REPAR.

Dessa forma, o requerimento tem por objetivo obter as informações necessárias para o esclarecimento das citadas denúncias, baseadas em atos que acarretam, segundo as notícias veiculadas, prejuízos aos cofres públicos da ordem de R\$ 1,4 bilhão.

II – ANÁLISE

O Requerimento se mostra plenamente ajustado aos mandamentos constitucionais relativos à função fiscalizadora do Poder Legislativo, em decorrência da qual o § 2º do art. 50 permite às duas Mesas do Congresso Nacional o encaminhamento de pedidos de informações a Ministros de Estado e outras autoridades. A solicitação nele contida não extrapola os limites das tarefas confiadas ao Poder Legislativo, pois tem em mira justamente averiguar se o Ministério da Justiça vem tomando as devidas providências na apuração de tão grave denúncia.

Não há reparos a serem feitos quanto às regras regimentais, também atendidas na formulação do Requerimento, que não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem é dirigido. Atende, portanto, aos ditames contidos no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

As exigências expressas no Ato da Mesa nº 1 de 2001 estão igualmente atendidas, pois a solicitação não se reveste de caráter especulativo, e nem se dirige a mais de um Ministério, não colidindo assim com as vedações contidas nos incisos I e II do art. 2º do referido Ato.

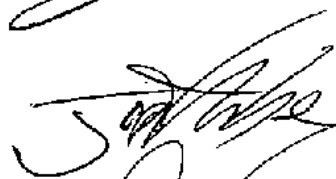
A solicitação objeto do Requerimento encontra guarida nos princípios constitucionais que versam sobre as tarefas confiadas ao Poder Legislativo, pois a posse da cópia do inquérito possibilitará aos congressistas tomarem conhecimento mais minucioso dos acontecimentos retratados pela reportagem veiculada na Revista Época. Portanto, o pedido é razoável e oportuno, aconselhando dessa forma sua acolhida nesta Comissão.

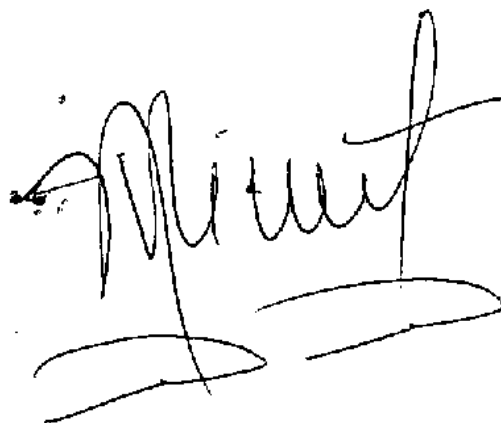
III – VOTO

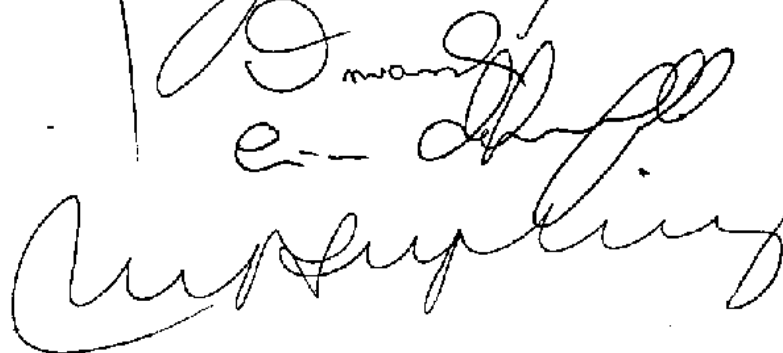
Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.243, de 2011.

Sala de Reuniões,

 , Presidente

 , Relator





PARECER Nº 1.332, DE 2011

DA MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.250, de 2011, pelo qual o Senador ÁLVARO DIAS solicita, *ao Ministro de Estado da Justiça, informações sobre o andamento das investigações de lavagem de dinheiro na Caixa Econômica Federal.*

RELATOR: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

I – RELATÓRIO

O Requerimento sob exame, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicita, ao Ministro de Estado da Justiça, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição, combinado com o inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, algumas informações atinentes a suspeita da ação de quadrilhas que fraudavam o recebimento dos prêmios da loteria da Caixa Econômica Federal, entre 2002 e 2006.

Assim, recorda, primeiramente, que em 2004 foi solicitado ao Ministério da Justiça, por meio do Requerimento de Informações nº 1.293, o envio de dados do Conselho de Controle das Atividades Financeiras – COAF, sobre a mencionada suspeita, e dessa forma requisita que as conclusões administrativas sobre as investigações sejam encaminhadas a esta Casa, referentes aos casos de fraudes identificados.

Requer, ainda, o encaminhamento de informações sobre os inquéritos e possíveis ações judiciais apresentados em função dos casos de fraude nas loterias da citada instituição.

Na justificação, o autor do Requerimento assinala que solicitou ao Ministério da Justiça e à Caixa Econômica Federal, entre 2004 e 2007, informações sobre as graves denúncias de fraude e de lavagem de dinheiro nas loterias federais, que teriam sido praticadas por quadrilhas, mediante

compras ilegais de bilhetes premiados. Lembra que os dados da COAF confirmaram as denúncias, e, assim, considera indispensável o encaminhamento do resultado dessas investigações e a responsabilização penal dos envolvidos, no escopo de se dar prosseguimento à prestação de contas para toda a sociedade.

II – ANÁLISE

O presente requerimento ampara-se nos preceitos constitucionais que dão validade à missão confiada ao Poder Legislativo, de fiscalizar os atos do Poder Executivo, cujo destinatário é o interesse público. Assim, o § 2º do art. 50 da Constituição faculta às Casas do Congresso Nacional o envio de pedidos escritos de informação a Ministro de Estado e outras autoridades, que deverão ser atendidos no prazo de trinta dias, sob pena de crime de responsabilidade.

Da mesma forma as normas regimentais estão em consonância com as exigências contidas no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, cujo inciso II veda requerimentos com pedidos de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija. Com efeito, as interrogações e as solicitações ali contidas não se enquadram em nenhuma dessas proibições.

Os termos da solicitação também não ferem as disposições contidas no Ato da Mesa nº 1 de 2001, pois se dirige a apenas um Ministério e não apresenta nenhuma indagação de caráter especulativo.

Por outro lado, a iniciativa mostra-se meritória, dada a gravidade das denúncias formuladas e veiculadas pela imprensa. É do máximo interesse da coletividade que tais fatos sejam elucidados, com a posterior adoção das providências cabíveis pelas autoridades públicas, e nesse passo desponta a grandiosa missão do Parlamento em exigir, usando de suas prerrogativas constitucionais e legais, a prestação de contas e a responsabilização dos envolvidos na fraude.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.250, de 2011.

Sala de reuniões,

Lucia

, Presidente

Milton

, Relator

João Durval

Demétrio

e. a. a. a.

Antônio Carlos

PARECER Nº 1.333 , DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.251, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, que requer informações sobre o Plano “Operação em Defesa da Vida”.

RELATOR: Senador JOÃO RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Por meio do Requerimento nº 1.251, de 2011, a Senadora Vanessa Grazziotin solicita que sejam requeridas, ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, informações relativas ao Plano “Operação em Defesa da Vida”, criado pelo Governo Federal para combater a violência no campo.

Em sua justificação, a autora da proposição argumenta que, passados quatro meses do anúncio do Plano, é preciso avaliar a sua efetividade no que respeita às duas dimensões principais: investigação dos assassinatos e prevenção de novos crimes.

Assim, busca conhecer o documento que formaliza o Plano denominado *Operação em Defesa da Vida*; os objetivos, metas e instrumentos do referido Plano; as ações já desenvolvidas no âmbito do Plano; a forma como os diversos órgãos de segurança nele se articulam; sua interface com as iniciativas governamentais de regularização fundiária e de promoção do desenvolvimento sustentável na Região Norte; os mecanismos de avaliação da efetividade do Plano (se existentes); o impacto da operação na prevenção de novos assassinatos; os resultados obtidos; e as próximas etapas da implantação do Plano.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 1.251, de 2011, atende ao que estabelecem o § 2º do art. 50 da Constituição Federal e os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, quando dirige a solicitação a Ministro de Estado. Encontra respaldo, também, no inciso X do art. 49 da Constituição, atinente à função fiscalizadora do Senado Federal. Portanto, do ponto de vista constitucional e regimental, não há reparos a serem feitos.

Contudo, importa observar que o requerimento não está sendo dirigido à autoridade competente, pois a operação em foco é coordenada, na verdade, pelo Ministério da Justiça. De fato, foi o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, quem anunciou, em junho de 2011, a criação da força-tarefa que investigaria os homicídios de lideranças rurais ocorridos na Região Norte do País. Para a força-tarefa, denominada “Operação Defesa da Vida”, de acordo com declarações do Ministro na mídia, foi prevista a participação da Força Nacional, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e das Forças Armadas em conjunto com as polícias e forças de segurança públicas dos estados do Amazonas, Pará e Rondônia.

Na ocasião do lançamento dessa operação, o próprio Ministro da Justiça informou que o objetivo era evitar novos homicídios e apurar os que já haviam ocorrido. Para o Governo, havia a necessidade de implantar medidas imediatas: os inquéritos precisavam ser rápidos e as ações judiciais, eficientes. Ademais, estavam previstas reuniões com a presença de representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com secretários estaduais, presidentes dos tribunais de Justiça e procuradores-gerais.

Assim, entendemos que o Requerimento nº 1.251, de 2011, deve ser dirigido ao Ministro de Estado da Justiça, e não ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Por essa razão, sugerimos o acolhimento da matéria, com a emenda apresentada a seguir.

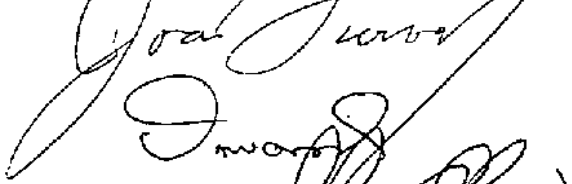
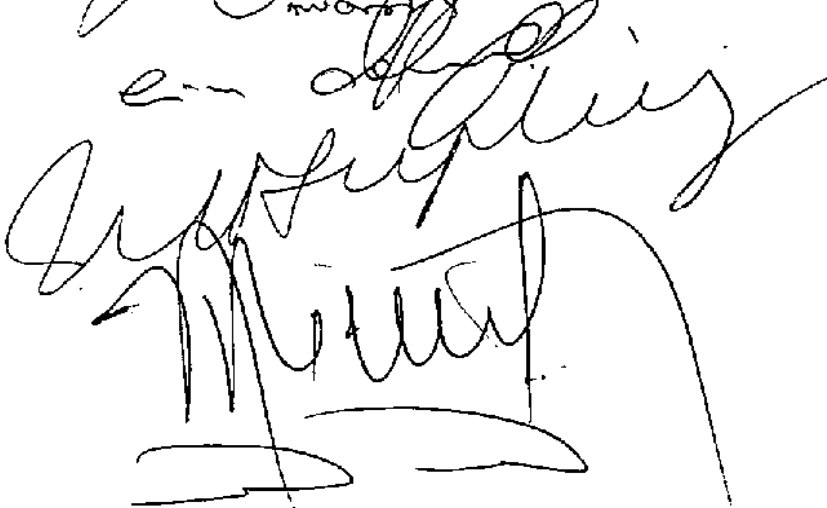
III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela **aprovação** do Requerimento nº 1.251, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – MESA

Substitua-se, no texto do Requerimento nº 1.251, de 2011, a expressão “Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República” por “Ministro de Estado da Justiça”.

Sala de Reuniões,

, Presidente
, Relator



PARECER Nº 1.334, DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o
Requerimento nº 1257, de 2011.

RELATOR: Senador **CÍCERO LUCENA**

I – RELATÓRIO

Trata o presente processo do Requerimento nº 1257, de 2011, de autoria do Senador Pedro Simon, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e do artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, postula seja ouvido o Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União a respeito da instituição do chamado “Cadastro Empresa Pró-Ética”.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 1257, de 2011, de autoria do Senador Pedro Simon, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e do artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, postula seja ouvido o Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União a respeito da instituição do chamado “Cadastro Empresa Pró-Ética”

Sua Excelência o Senador Pedro Simon embasa seu pleito ponderando que embora “o objetivo do Cadastro Empresa Pró-Ética não é chancelar empresas como empresas limpas ou livres de corrupção”, fica a dúvida se não há “evidente contradição entre os princípios e objetivos do Cadastro Empresa Pró-Ética com as consequências desta listagem de empresas, tanto para estas como para o Governo.” Dentre outros inúmeros questionamentos sobre a matéria, enfatiza o nobre parlamentar se os critérios utilizados no referido Cadastro “não é um balizamento ético “frouxo”.

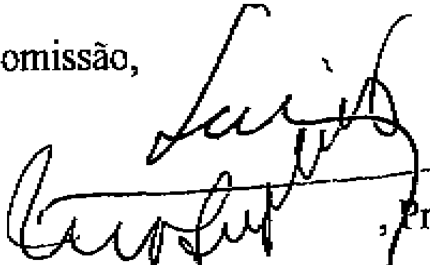
III – VOTO

O Requerimento vem devidamente fundamentado e as razões que o justificam estão conforme o ordenamento jurídico, além do que as respostas a serem dadas mostram-se relevantes porque convergem para o interesse comum de combate à corrupção. Mais que isso, as colocações do ilustre Senador consulente visam por fim a aparentes contradições que carecem ser

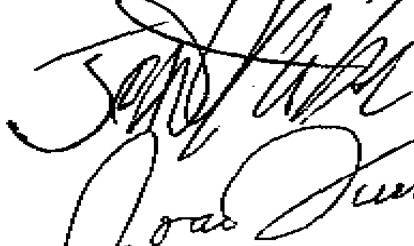
esclarecidas, até porque o caso concreto apresentado mostra-se muito apropriado para os argumentos expendidos.

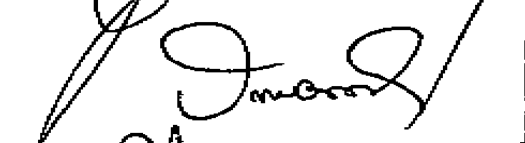
Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 1257, de 2011, de autoria do Senador Pedro Simon.

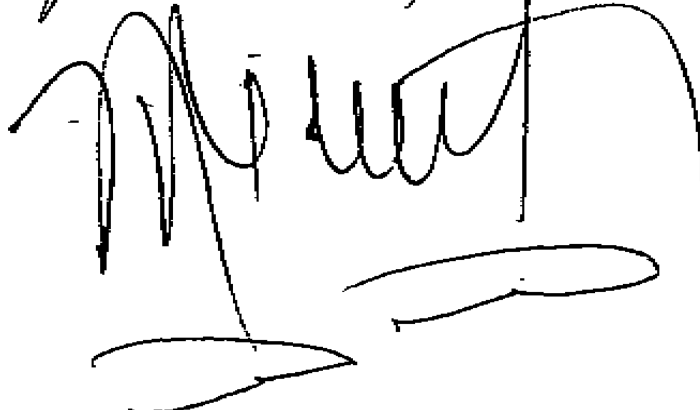
Sala da Comissão,


Presidente


Relator


João Durval


Simon



PARECER Nº1.335, DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.296, de 2011, da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN, que solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações relativas à condução, na região Norte, do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo e do Programa Terra Legal.

RELATOR: Senador JOÃO RIBEIRO

I – RELATÓRIO

A Senadora Vanessa Grazziotin, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno, encaminhou a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 1.296 de 2011, no qual solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações relativas à condução, na região Norte, do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo e do Programa Terra Legal.

As informações solicitadas são as seguintes:

- a) Quais os objetivos, metas e instrumentos do Plano? E do Programa?
- b) Quais as ações que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Plano? E do Programa?
- c) Como se articulam os diversos órgãos envolvidos na elaboração e implementação do Plano? E do Programa?
- d) Em que medida as ações do Plano e do Programa se articulam com outras iniciativas governamentais de regularização fundiária e de promoção do desenvolvimento sustentável na região Norte?
- e) Qual a avaliação que o Ministério do Desenvolvimento Agrário faz da efetividade do Plano? E do Programa?
- f) Quais as próximas etapas da implantação do Plano? E do Programa?

Justifica a autora que ainda ocorrem inaceitáveis casos de assassinatos de líderes populares, decorrentes de conflitos pela posse de terras na Amazônia. Acrescenta que, no primeiro semestre de 2011, muito após a criação dessas linhas de ação, esses crimes voltaram a ocorrer no Pará e em Rondônia. E conclui que, passados quatro meses da ocorrência desses assassinatos, cumpre avaliar a efetividade do Plano Nacional de

Combate à Violência no Campo e do Programa Terra Legal na Região Norte.

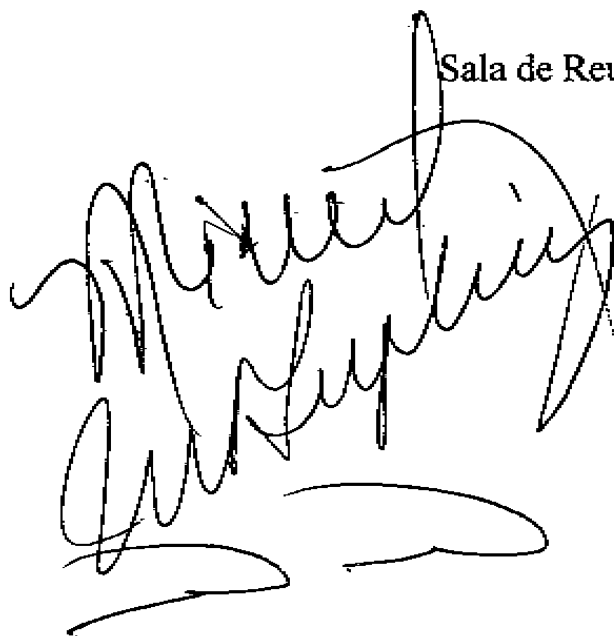
II – ANÁLISE

A proposição obedece às normas constitucionais e regimentais concernentes aos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001.

III – VOTO

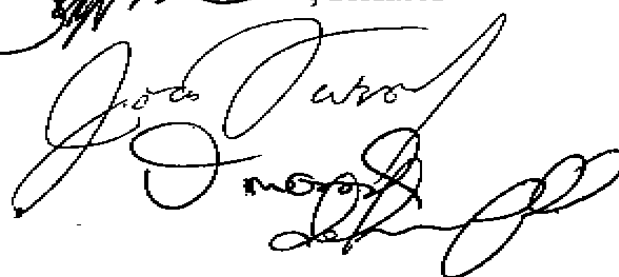
À luz do exposto, voto favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 1.296, de 2011.

Sala de Reuniões,



, Presidente

, Relator



PARECER Nº1.336, DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL sobre o Requerimento nº 1.304, de 2011, que solicita ao Ministro de Estado da Integração Nacional informações a respeito das linhas de crédito dos Fundos Constitucionais de Financiamento destinadas ao financiamento de projetos com impacto na área ambiental.

RELATOR: Senador JOÃO RIBEIRO

I – RELATÓRIO

O Senador JORGE VIANA apresentou o Requerimento nº 1.304, de 2011, no qual requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Integração Nacional informações acerca das linhas de crédito dos Fundos Constitucionais de Financiamento destinadas ao financiamento de projetos para sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal, e recuperação de áreas degradadas.

Com esse propósito, o Autor solicita que sejam esclarecidos os seguintes pontos:

I – Qual o montante de recursos alocado anualmente nestas linhas de financiamento nos últimos dez anos?

II – Qual o número de contratos firmados nos últimos dez anos e qual a distribuição deste total por objetivo dos projetos e respectivos valores?

III – Quais foram os resultados já obtidos pelo Programa, de acordo com os objetivos definidos?

O Requerimento nº 1.304, de 2011, foi apresentado em 25 de outubro de 2011.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 1.304, de 2011, sob análise, fundamenta-se no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, segundo o qual as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado, e deve também atender ao que dispõe o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e ao Ato nº 1, de 2001, da Mesa do Senado Federal, que trata dos Requerimentos de Informações.

Conforme o texto do Requerimento, as informações solicitadas destinam-se a avaliar a atuação dos Fundos Constitucionais de Financiamento, vinculados ao Ministério da Integração Nacional, na área da promoção de ações de preservação e proteção dos recursos naturais.

Os mencionados Fundos contam com programas específicos de financiamento que destinam recursos para projetos que objetivem a manutenção de florestas, reflorestamento, manejo sustentável e recuperação de áreas degradadas. Segundo o Autor do Requerimento nº 1.304, de 2011, esses programas são fundamentais para preservação de nossas florestas, no entanto, para que tais iniciativas sejam eficazes, é necessário acompanhar e avaliar seu desenvolvimento, para reforçá-las, apoiá-las e, eventualmente, propor correções em seu rumo.

O art. 216 do RISF estabelece que:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

- I - serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;
 - II - não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;
 - III - lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;
-

O Ato nº 1 da Mesa, por sua vez, determina que o requerimento refira-se a assunto submetido ao Senado Federal ou atinente a sua competência fiscalizadora, e que as informações solicitadas tenham relação direta e estreita com o assunto que se procura esclarecer.

O Requerimento nº 1.304, de 2011, enquadra-se na norma constitucional referente aos pedidos de informações, sendo dirigido ao Ministro de Estado da Integração Nacional, responsável pela supervisão dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

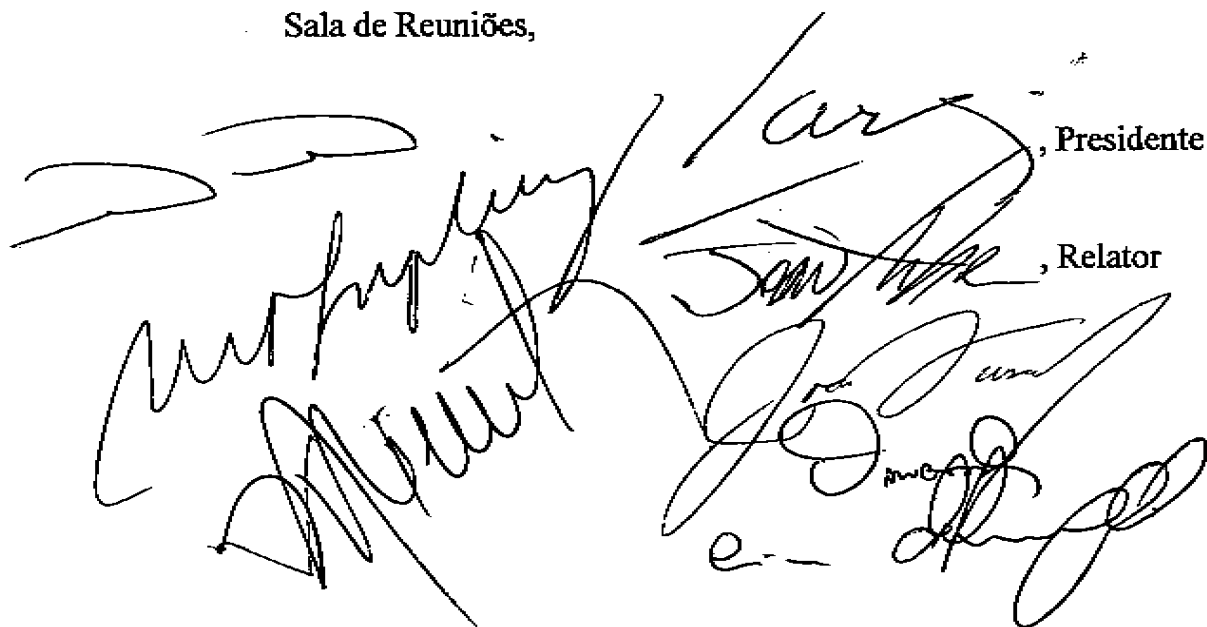
Atende também às disposições do Ato nº 1 da Mesa do Senado Federal, pois as informações solicitadas não se referem aos contratos de crédito celebrados pelos Bancos Administradores. Cabe apontar que as informações solicitadas são o montante de recursos alocado anualmente nestas linhas de financiamento, o número de contratos firmados, e qual a distribuição deste total por objetivo dos projetos e respectivos valores, nos últimos dez anos.

Finalmente, observe-se que tais indagações não envolvem informações de caráter sigiloso, de acordo com a Lei Complementar nº 105, de 2001, cabendo, portanto, à Mesa a decisão terminativa.

III – VOTO

Por todo o exposto, manifestamo-nos pelo encaminhamento do Requerimento nº 1.304, de 2011, ao Ministro de Estado da Integração Nacional.

Sala de Reuniões,



Handwritten signatures of the President and the Reporter of the Senate. The President's signature is at the top right, and the Reporter's signature is below it. There are several other signatures in the lower left and center.

, Presidente

, Relator

PARECER Nº 1.337, DE 2011

Para instruir decisão da MESA DO SENADO FEDERAL sobre o Requerimento nº 1.306, de 2011, em que o Senador Jorge Viana solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações referentes ao Programa de Plantio Comercial de Florestas (PROPFLORA), no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

RELATOR: Senador JOÃO RIBEIRO

I – RELATÓRIO

O Requerimento nº 1.306, de 2011, do Senador Jorge Viana, solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações referentes ao Programa de Plantio Comercial de Florestas (PROPFLORA) e, adicionalmente, sobre a linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o plantio de espécies florestais para fins energéticos e de oxirredução, o reflorestamento de áreas degradadas ou convertidas e para o manejo florestal.

Fundamenta-se o autor do Requerimento no entendimento de que as ações de governo voltadas para o reflorestamento e a recuperação das áreas degradadas são essenciais para a conciliação entre a agropecuária e a conservação ambiental.

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 1.306, de 2011, atende ao disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e encontra-se em consonância com as disposições dos arts. 215, I, a, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Com efeito, o art. 216 do RISF, que regulamenta o pedido de informações previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, delimita os requisitos básicos dos pedidos de informações nos seguintes termos:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos no Período do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

Considerado o cumprimento dos requisitos mencionados, cabe observar, em adição, que o aludido Requerimento atende ao estabelecido no Ato da Mesa nº 1, de 2001, não configurando caso de enquadramento no art. 8º, que diz respeito a solicitação de informações sigilosas. A esse respeito, verificamos que o pedido em exame não se refere a nenhuma informação de caráter sigiloso, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 2001.

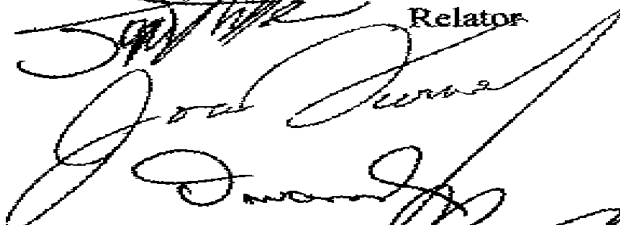
III – VOTO

Diante do exposto, votamos favoravelmente ao Requerimento nº 1.306, de 2011.

Sala da Comissão,

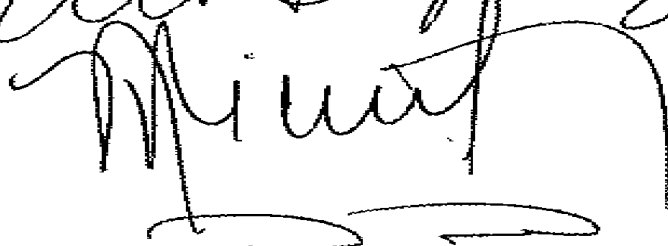

Presidente


Relator


João Pinheiro


e - Eduardo


Secretário


Minuta

PARECER Nº 1.338, DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.339, de 2011, do Senador JORGE VIANA, que requer, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes informações acerca das ações de competência do DNIT sobre a ponte do Rio Madeira, na BR-364, entre Rio Branco e Porto Velho.

RELATOR: Senador JOÃO RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Vem à Mesa do Senado Federal, para apreciação, nos termos regimentais, o Requerimento nº 1.339, de 2011, de iniciativa do Senador Jorge Viana, que requer, com fulcro no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes informações acerca das ações de competência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) sobre a ponte do Rio Madeira, na BR-364, entre Rio Branco e Porto Velho, a saber.

1. como se encontra o projeto da ponte, face às solicitações de adequação feitas pelo Tribunal de Contas da União;
2. qual a situação do processo licitatório da ponte, com informações precisas sobre os procedimentos e prazos estabelecidos;
3. qual é a previsão para o início e conclusão da obra.

Na justificação está posto que, para a conclusão da BR-364, rodovia fundamental na interligação da Região Norte com o restante do País, falta a edificação da ponte sobre o Rio Madeira, sendo importante que o Senado Federal tome conhecimento circunstanciado da situação atual da obra.

II – ANÁLISE

Cabe à esta Mesa decidir sobre a proposição em pauta, nos termos do art. 215, I, *a*, do Regimento Interno, bem como do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que dispõe sobre os requerimentos de informação.

Passemos, pois, à análise da matéria.

O art. 50, § 2º, da Constituição Federal, estatui que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Outrossim, o art. 216, I, da Carta regimental estatui que os requerimentos de informação serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora.

Além disso, o art. 1º, *caput*, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, preceitua que qualquer Senador poderá apresentar requerimento de informações, dirigido a Ministro de Estado sobre assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou atinente à sua competência fiscalizadora.

Conforme consta na Constituição Federal, é da competência do Congresso Nacional, fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo (art. 49, X, da Constituição Federal), sendo que se trata, no caso, de projeto já em andamento.

Cumpre, também, ponderar que o requerimento está em conformidade com o inciso II do art. 216 do Regimento Interno, que veda pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogatório de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a qual se dirige.

Cabe, finalmente, fazer referência ao fato de que se cuida efetivamente de matéria atinente à competência do Ministério dos Transportes, que a exerce por intermédio do DNIT.

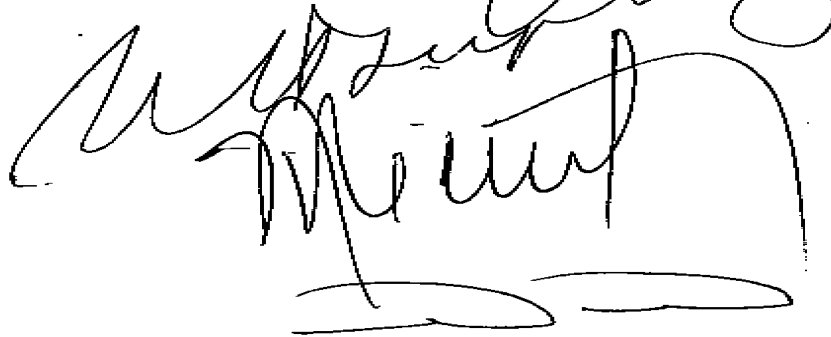
III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.339, de 2011.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator
João Paulo
Damas

e - 


PARECER Nº1.339, DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.341, de 2011, do Senador Alvaro Dias, que objetiva obter do Ministro de Estado das Cidades informações sobre denúncias de irregularidades envolvendo entidades habilitadas pelo Ministério como parceiras no Programa Minha Casa, Minha Vida.

RELATOR: Senador JOÃO DURVAL

I – RELATÓRIO

De autoria do Senador Alvaro Dias, o Requerimento nº 1.341, de 2011, destina-se a obter do Senhor Ministro de Estado das Cidades informações sobre denúncias de irregularidades envolvendo entidades habilitadas pelo Ministério como parceiras no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O autor da iniciativa pretende ver respondidas as seguintes questões:

- 1) Quais são as entidades habilitadas pelo Ministério das Cidades a atuarem como parceiras no PMCMV?
- 2) Qual a data de habilitação de cada uma dessas entidades?
- 3) Quais dessas entidades já apresentaram algum tipo de irregularidade?
- 4) Que providências foram tomadas em relação a essas entidades?
- 5) Quantas moradias foram entregues pelo Programa?
- 6) Dessas, quantas foram entregues por meio das entidades mencionadas no item 1?
- 7) Como é feita a fiscalização das entidades que atuam no âmbito do Programa?
- 8) Que medidas estão sendo tomadas para evitar novas fraudes?

O Requerimento em pauta fundamenta-se em denúncias, veiculadas no programa “Fantástico”, da Rede Globo, relativas à existência de fraudes no processo de seleção de candidatos ao PMCMV.

Segundo o autor da iniciativa, entre as irregularidades apontadas encontram-se a falsificação de documentos e a cobrança, aos interessados, de taxas ilegais por entidades habilitadas a atuarem no Programa como parceiras do Governo Federal.

II – ANÁLISE

Regida pelo disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, I, *a*, e 216, I, do Regimento Interno desta Casa, a proposição em pauta destina-se a subsidiar a ação fiscalizadora do Senado Federal. Sua tramitação é regulamentada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece os requisitos para a apresentação e aprovação de requerimento de informação.

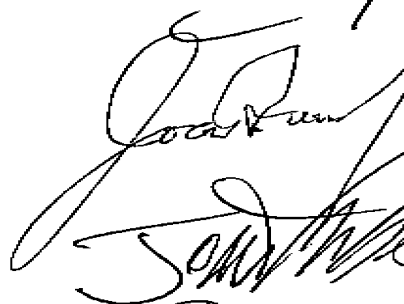
O Requerimento sob exame satisfaz adequadamente todas as condições impostas pelo mencionado Ato, uma vez que: (1) é dirigido a Ministro de Estado; (2) solicita informações que guardam relação estreita e direta com o assunto que procura esclarecer; (3) não se refere a intenção ou propósito da autoridade a quem se destina; e (4) não contém pedidos referentes a mais de um Ministério.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Requerimento nº 1.341, de 2011.

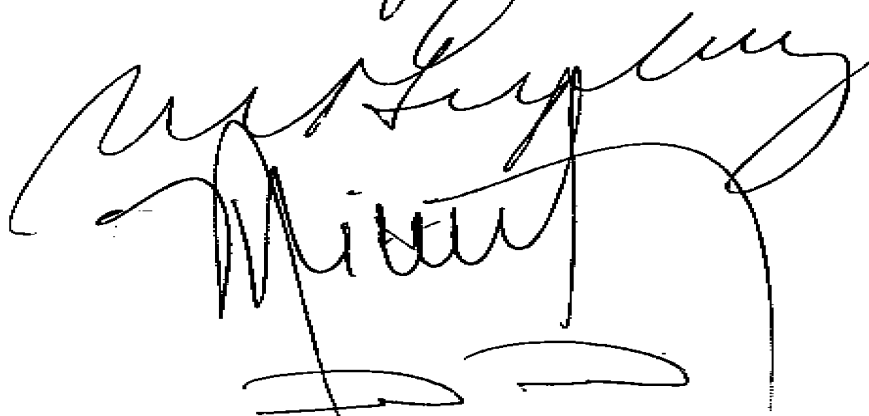
Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator







O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal, em sua 16ª Reunião realizada no dia 29 de novembro do corrente ano, deliberou sobre as seguintes matérias:

– Pelo deferimento dos **Requerimentos nº 831, 1.165, 1.209, 1.210, 1.221, 1.222, 1.237, 1.238, 1.243, 1.250, 1.257, 1.296, 1.304, 1.306, 1.339, 1.341, de 2011**, nos termos de seus relatórios;

Com a aprovação dos Requerimentos nºs 1.209 e 1.210, de 2011, fica interrompida a tramitação do Ofício “S” nº 13, de 2008, nos termos do inciso IV do art. 216 do Regimento Interno.

– Pelo deferimento dos **Requerimentos nº 1.162 e 1.251, de 2011**, com alterações, nos termos de seus relatórios;

– Pela aprovação do **Requerimento nº 1.343, de 2011**, que solicita a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 2011, com a Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2007, que já tramita em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2007. As matérias passam a tramitar em conjunto e vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

– Pela aprovação do **Requerimento nº 1.360, de 2011**, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 179, de 2006, e 444, de 2011. As matérias passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a esta última a decisão terminativa;

– Pela aprovação do **Requerimento nº 1.384, de 2011**, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2011, com os Projetos de Lei do Senado nºs 151, de 2007, e 505, de 2007, que já tramitam em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 99 e 177, de 2011. As matérias passam a tramitar em conjun-

to e vão às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Sociais, cabendo a esta última a decisão terminativa;

– Pela aprovação do **Requerimento nº 1.429, de 2011**, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 682, de 2011. O Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2008, já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 457 e 546, de 2009; e 575, de 2011. As matérias passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa;

– Pela aprovação do **Requerimento nº 1.357, de 2011**, que solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2009, para que tenha tramitação autônoma, dos Projetos de Lei do Senado nºs 166 e 488, de 2009. O Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2009, volta a ter tramitação autônoma e vai às Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa. Os Projetos de Lei do Senado nºs 166 e 488, de 2009, continuam a tramitar em conjunto e vão à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A Presidência recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União o **Aviso nº 24, de 2011-CN** (nº 1.740-GP/TCU/2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 3º trimestre do exercício de 2011.

É o seguinte o aviso:

AVISO
Nº 24, DE 2011-CN
(nº 1.740-GP/TCU/2011, na origem)

Aviso nº 1.740-GP/TCU

Brasília, 30 de novembro de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES deste Tribunal referente ao 3º trimestre do exercício de 2011.

Respeitosamente,


BENJAMIN ZYMLER
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

IdSicdooc_3834480v4-26 - Relatório das Atividades - 3º trimestre do exercício de 2011 - 16m_Gabpres_miltonbarros.doc

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO

Relatório de Atividades
3º Trimestre

APRESENTAÇÃO

É uma honra apresentar ao Congresso Nacional e ao cidadão brasileiro o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), do 3º trimestre de 2011, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Federal.

O Tribunal tem, na primazia da sua missão institucional, a incumbência de envidar todos os esforços para o alcance do objetivo maior de controlar a Administração Pública com vistas ao seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade.

Observa-se cada vez mais o incremento das ações e demandas da sociedade pelo efetivo cumprimento dos princípios constitucionais da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, considerados essenciais à atuação do Estado em prol da realização do bem comum.

É na esteira dessas legítimas aspirações que o TCU, a par do extenso leque de atribuições constitucionais, legais e regimentais que lhe são cometidas, esmera-se em disponibilizar aos gestores públicos orientações, determinações e recomendações, visando corrigir falhas, evitar desperdícios, melhorar o desempenho e a gestão de órgãos, entidades e programas governamentais. Busca, ainda, otimizar a formulação de políticas públicas, a qualidade de bens e serviços ofertados, o desempenho dos controles internos e, ainda, contribuir para o aprimoramento da legislação federal e para a disseminação das melhores práticas observadas na Administração Pública Federal.

Nesse contexto, ressalta-se que o Tribunal, em uma demonstração inequívoca do acerto da política de aperfeiçoamento e modernização de seus mecanismos de controle e fiscalização, promoveu, no 3º trimestre, o lançamento e a aprovação de seu novo Plano Estratégico, que apresenta as principais orientações do TCU para o período de 2011 a 2015. Trata-se de um importante instrumento gerencial na busca por resultados mais efetivos para a sociedade, na medida em que expressa, traduz e comunica a estratégia de atuação institucional.

Não menos digno de nota, sob o prisma não só do controle como também da busca de oportunidades, foi a realização, em meados de agosto, do Seminário Infraestrutura Turística, Megaeventos Esportivos e Promoção da Imagem do Brasil no Exterior, que contou com expressiva participação de autoridades e especialistas no setor, além de inúmeros servidores públicos e representantes da sociedade civil organizada.

O evento teve o mérito de oportunizar um amplo debate sobre temas da maior relevância, tais como a geração de empregos e renda na economia nacional, serviços turísticos, transparência, controle e fiscalização, segurança e inteligência do Estado, mobilidade urbana sustentável e infraestrutura aeroportuária.

Outro aspecto a ressaltar, por pertinente e oportuno, diz respeito à atuação prévia do Tribunal, que, no período, adotou 40 medidas cautelares, as quais envolveram a aplicação de recursos públicos superiores a R\$ 2,22 bilhões. Isso, por si só, evidencia o mérito da visão pró-ativa do TCU em relação à despesa pública, cujo intuito é neutralizar real ameaça de concretização de graves danos ao erário.

A menção resumida, portanto, de alguns benefícios decorrentes da ação de controle do Tribunal, reafirma o compromisso e o empenho desta Instituição de atuar em áreas de maior risco, materialidade e relevância, com o objetivo de buscar a melhoria contínua do desempenho da Administração Pública; de modo a proporcionar economia de recursos ao Governo Federal e prestação de serviços públicos de qualidade à cidadania brasileira.

Brasília, novembro de 2011.

Benjamin Zymler
Presidente

Conteúdo

1. NDSSOS PRINCIPAIS RESULTADOS	1
2. SOBRE O TCU	2
2.1. Competência e Jurisdição	2
2.2. Estrutura	2
2.3. Deliberações dos Colegiados	2
3. A ATIVIDADE DE CONTROLE EXTERNO	3
3.1. Fiscalizações Realizadas	3
3.2. Os Temas de Maior Significância	3
3.3. Processos de Controle Externo Autuados e Apreciados Conclusivamente	3
3.4. Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente	3
3.5. Recursos Apreciados	3
3.6. Medidas Cautelares	3
3.7. Julgamento de Contas	3
3.8. Condenações e Sanções Aplicadas	3
3.9. Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos	3
3.10. Atuação do Ministério Público junto ao TCU	3
3.11. Benefícios Financeiros das Ações de Controle	3
3.12. Atuação por Função de Governo ou Área Envolvida	3
3.12.1. Administração-Geral	3
3.12.2. Agricultura	3
3.12.3. Defesa Nacional	3
3.12.4. Desporto e Lazer	3
3.12.5. Educação	3
3.12.6. Energia	3
3.12.7. Gestão Ambiental	3
3.12.8. Previdência Social	3
3.12.9. Saúde	3
3.12.10. Segurança Pública	3
3.12.11. Transporte	3
3.12.12. Turismo	3
4. RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO	4
4.1. Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares	4
4.2. Audiências no Congresso Nacional	4
4.2.1. Câmara dos Deputados	4
4.2.2. Senado Federal	4
4.2.3. Câmara dos Deputados e Senado Federal	4
4.3. Rede de Controle	4
4.4. Acordos de Cooperação e Participação em Eventos	4
4.5. Atuação Internacional	4
4.6. Ouvidoria do TCU	4
4.7. Divulgação Institucional	4
5. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	5
5.1. Estratégias e Planos	5
5.2. Gestão de Pessoas	5
5.3. Recursos Orçamentários e Financeiros	5

6. ANEXOS
- 6.1. Anexo I - "Organograma do Tribunal de Contas da União"
- 6.2. Anexo II - "Medidas Cautelares Concedidas e Revogadas"
- 6.3. Anexo III - "Sanções Não-Pecuniárias Aplicadas no Período"
- 6.4. Anexo IV - "Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos"
- 6.5. Anexo V - "Doras Inseridas no Anexo VI da Lei 12.381/11 (LOA/2011)"

1. NOSSOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais benefícios e resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCU no 3º trimestre de 2011 estão sintetizados abaixo

• Benefício potencial total das ações de controle	R\$ 682 milhões
• Medidas cautelares adotadas	40
• Licitações e contratos suspensos cautelarmente	15
• Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	R\$ 2,22 bilhões
• Responsáveis condenados em débito e/ou multados	819
• Valor das condenações	R\$ 270,67 milhões
• Processos de cobrança executiva formalizados	742
• Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	R\$ 380,52 milhões
• Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	26
• Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	21
• Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	620
• Processos julgados conclusivamente	1.581
• Acórdãos proferidos	7.851
• Recursos julgados	349
• Atos de pessoal analisados	88.560
• Fiscalizações concluídas	279

2. SOBRE O TCU

**Nossa missão é controlar a Administração Pública
para contribuir com seu aperfeiçoamento em
benefício da sociedade**

O Tribunal de Contas da União, criado em 1890 pelo Decreto nº 966-A, por iniciativa de Rui Barbosa, ministro da Fazenda à época, nomeia-se, desde então, pelo princípio da autonomia e pela fiscalização, julgamento e vigilância da coisa pública.

A Constituição de 1891, a primeira republicana, ainda por influência de Rui Barbosa, institucionalizou definitivamente o Tribunal de Contas da União. A partir de então, as competências do Tribunal têm sido estabelecidas no texto constitucional. Esse privilégio, se por um lado o distingue de forma singular, por outro aumenta a sua responsabilidade e compromisso para com a sociedade.

2.1. Competência e Jurisdição

A atual Constituição estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, deve ser exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Estabelece, também, que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual incumbe uma série de competências exclusivas.

A sociedade, por sua vez, demanda moralidade, profissionalismo e excelência da administração pública, bem como por melhor qualidade de vida e redução das desigualdades sociais. O cidadão vem deixando, gradualmente, de ser sujeito passivo em relação ao Estado e passa a exigir, em níveis progressivos, melhores serviços, respeito à cidadania e mais transparência, honestidade, economicidade e efetividade no uso dos recursos públicos. Nesse aspecto, o Tribunal assume papel fundamental na medida em que atua na prevenção, detecção, correção e punição da fraude e do desvio na alocação de recursos federais, bem como contribui para a transparência e melhoria da gestão e do desempenho da Administração Pública.

Leis diversas têm ampliado o rol de atribuições do TCU, a exemplo das seguintes: Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993); Lei de Desestatização (Lei nº 9.491/1997); Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); Lei que regulamenta a partilha dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível – Cide (Lei nº 10.866/2004); edições anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária; Lei de Parceria Público-Privada (Lei nº 11.079/2004); e a Lei de Contratação de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005).

O TCU tem jurisdição própria e privativa em todo o território nacional, a qual abrange, entre outros: toda pessoa física ou jurídica, que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos federais; aqueles que causarem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio ou instrumento congêneres.

Além disso, o Congresso Nacional edita decretos legislativos com demandas para realização de fiscalização em obras custeadas com recursos públicos federais, com determinação expressa de acompanhamento físico-financeiro, por parte do TCU, da execução de contratos referentes a obras que constam do orçamento da União.

2.2. Estrutura

O Tribunal é integrado por nove Ministros, seis deles escolhidos pelo Congresso Nacional. Os demais são nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, escolhidos entre Ministros-Substitutos e membros do Ministério Público junto ao TCU.

No trimestre, a Senhora Ana Lúcia Arraes de Alencar foi escolhida para o cargo de Ministra do Tribunal de Contas da União, conforme o Decreto Legislativo nº 295, de 27.9.2011. A escolha da nova Ministra se deu por meio de eleição, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II da Constituição Federal. Ana Arraes assume a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Ubiratan Diniz de Aguiar.

O TCU é órgão colegiado, cujas deliberações são tomadas pelo Plenário, 1ª e 2ª Câmaras. O Plenário é integrado por todos os Ministros e presidido pelo Presidente do Tribunal. As Câmaras são compostas por quatro Ministros. Os Ministros-Substitutos, em número de quatro, participam dos colegiados e substituem os Ministros em seus afastamentos e impedimentos legais, ou no caso de vacância de cargo.

Composição Atual do Quadro de Ministros do TCU

Ministro Valmir Campelo E-mail: min-vc@tcu.gov.br Tel. 61 3316-7708	Ministro Benjamin Zylber Presidente E-mail: min-br@tcu.gov.br Tel. 61 3316-7202	Ministro Walton Alencar E-mail: min-war@tcu.gov.br Tel. 61 3316-7140
Ministro Arildo Cedraz E-mail: min-ac@tcu.gov.br Tel. 61-33165402	Ministro Augusto Nardes Vice-Presidente E-mail: min-am@tcu.gov.br Tel. 61 3316-7212	Ministro Raimundo Carreiro E-mail: min-rc@tcu.gov.br Tel. 61-3316-7403
Ministro José Jorge E-mail: min-jj@tcu.gov.br Tel. 61 3316-7281	Ministro José Múcio E-mail: min-jm@tcu.gov.br Tel. 61 3316 7253	Ministra Ana Arraes E-mail: min-na@tcu.gov.br Tel. 61 3316 7505

O Tribunal de Contas da União, para cumprir sua missão institucional, dispõe de uma Secretaria com quadro próprio de pessoal e que tem por finalidade a prestação de apoio técnico e administrativo ao exercício das atribuições constitucionais e legais cometidas ao TCU. Compõem a Secretaria do Tribunal as seguintes unidades básicas: Secretaria-Geral da Presidência (Segepres), Secretaria-Geral de Administração (Segedam) e Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).

Subordinadas à Segecex, estão as unidades técnicas incumbidas das atividades inerentes ao controle externo. Tais unidades possuem sede em Brasília e nos 26 estados da Federação. O endereço das unidades nos estados está disponível no Portal TCU: <http://www.tcu.gov.br>.

O organograma do Tribunal consta do Anexo I deste relatório – “Organograma do Tribunal de Contas da União”.

2.3. Deliberações dos Colegiados

As deliberações do TCU assumem a forma de instrução normativa, resolução, decisão normativa, parecer ou acórdão. São publicadas, conforme o caso, no Diário Oficial da União e/ou no Boletim do Tribunal de Contas da União e podem ser acessadas no Portal TCU. <http://www.tcu.gov.br>.

O Tribunal, considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 3º da Lei nº 8.443, de 1992, pode expedir normativos sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos. Nesse intuito, o TCU aprovou, no trimestre, duas instruções normativas e uma resolução. Apresenta-se, a seguir, a ementa desses normativos.

Instrução Normativa nº 67, de 6 de julho de 2011.

Dispõe sobre os procedimentos referentes às Declarações de Bens e Rendimentos a serem apresentadas pelas autoridades e servidores públicos federais de que tratam as Leis nº 8.429, de 1992, e nº 8.730, de 1993.

Decisão Normativa nº 114, de 27 de julho de 2011.

Aprova os coeficientes individuais de participação dos estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2012.

Decisão Normativa nº 115, de 22 de agosto de 2011.

Define a sistemática de cadastramento de pessoas encarregadas de alimentar o Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, conforme disposto no § 4º do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 62, de 2010, (que exige a inserção e atualização de dados e documentos no referido Portal).

Decisão Normativa nº 116, de 28 de setembro de 2011.

Altera os percentuais individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2012, constantes do Anexo Único da Decisão Normativa TCU nº 114, de 27 de julho de 2011.

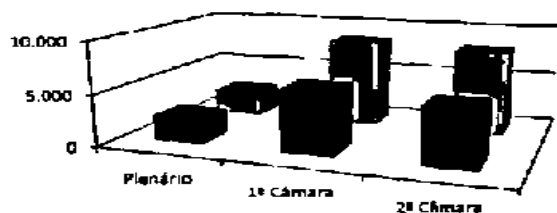
Resolução nº 245, de 3 de agosto de 2011.

Altera a Resolução TCU nº 175, de 25 de maio de 2005, que dispõe sobre normas relativas à distribuição de processos e ministros e auditores no âmbito do Tribunal de Contas da União.

O quadro a seguir discrimina o quantitativo de sessões realizadas e acórdãos proferidos por colegiado no 3º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Colegiado	Sessões		Acórdãos	
	3º Trimestre 2010	3º Trimestre 2011	3º Trimestre 2010	3º Trimestre 2011
Plenário	26	26	988	856
1ª Câmara	12	13	2.084	3.261
2ª Câmara	12	13	2.259	3.734
Total	50	52	5.331	7.851

Acórdãos Proferidos



	Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
■ Acumulado 2010	2.537	6.032	5.494
■ Acumulado 2011	2.595	8.457	8.134

Sessões Realizadas



	Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
■ Acumulado 2010	69	34	34
■ Acumulado 2011	75	45	45

3. A ATIVIDADE DE CONTROLE EXTERNO

O presente capítulo expõe os principais resultados decorrentes das ações de controle do TCU no 3º trimestre de 2011.

O controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, conforme preceitua o art. 70 da Constituição Federal (CF). Dentre as competências estabelecidas, incumbe ao TCU auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização da Administração Pública Federal, por meio de determinações em questões relacionadas à detecção de fraudes e desperdícios, recomendações de melhorias para a gestão pública, adoção de medidas preventivas e punição de responsáveis por má gestão, gestão ilegal ou fraudulenta. Assim, a ação do Tribunal contribui para a transparência e a melhoria do desempenho da Administração Pública.

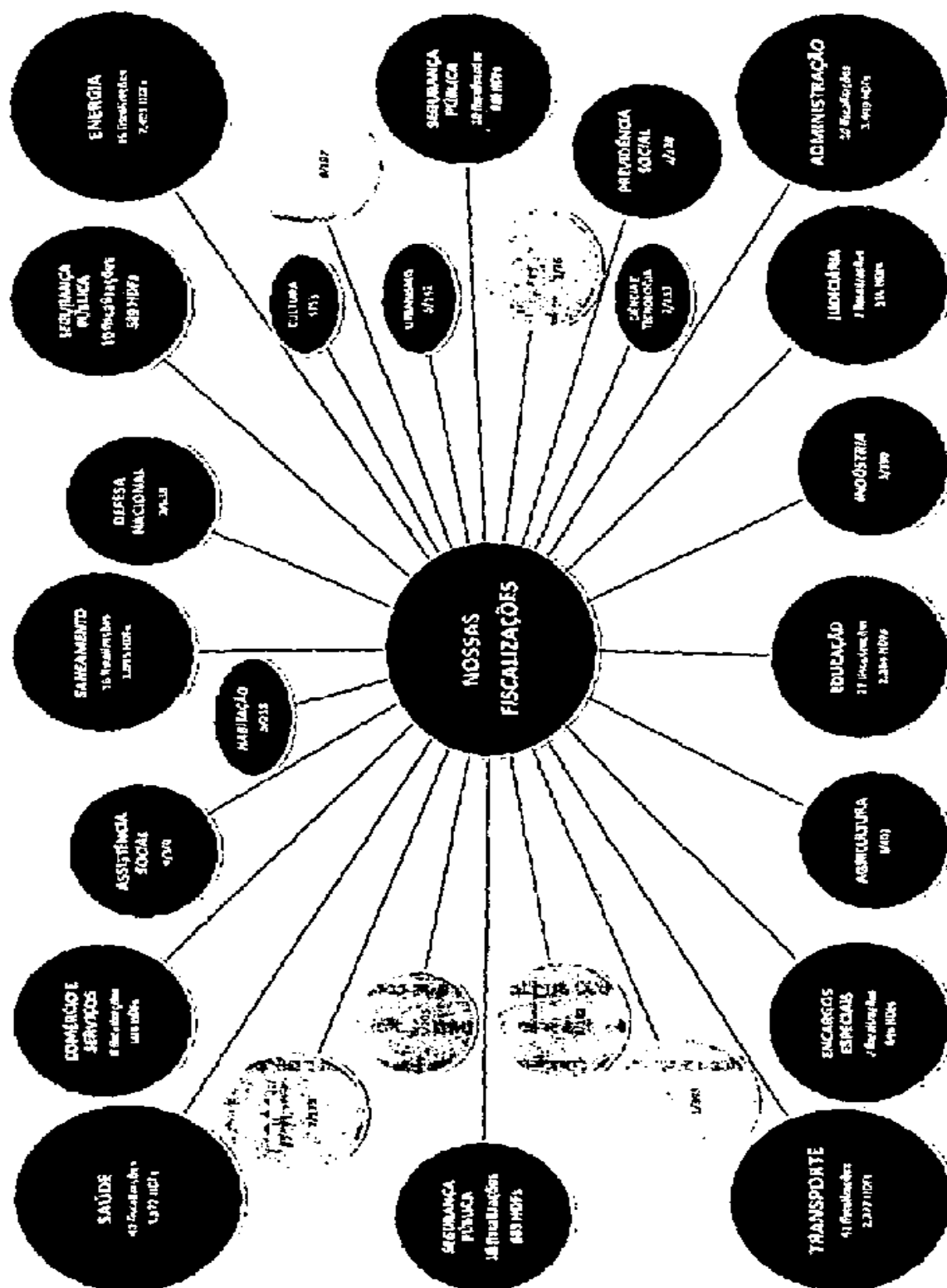
A diversidade e a abrangência de atuação do TCU alcançam desde a avaliação de desempenho de órgãos públicos e de efetividade de programas governamentais à legalidade dos atos de receita e de despesa.

O Tribunal também fiscaliza obras de engenharia, desestatizações e concessões de serviços públicos, bem como outras áreas de atuação governamental. Examina, ainda, atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, entre outros.

3.1. Fiscalizações Realizadas

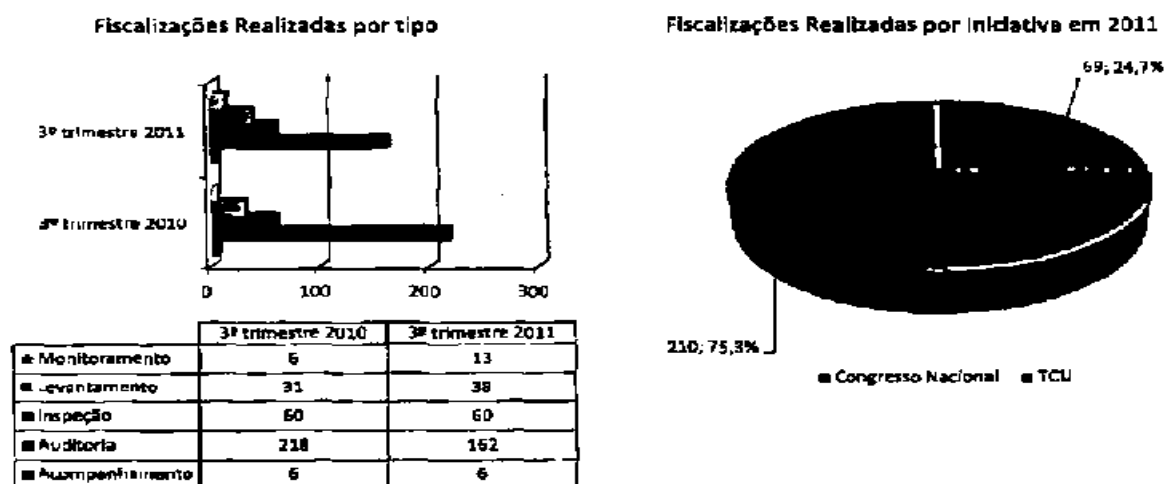
Os instrumentos de fiscalização adotados pelo TCU, conforme estabelecido em seu Regimento Interno (Resolução TCU nº 155/2002), são: acompanhamento, auditoria, inspeção, levantamento e monitoramento.

No período, foram concluídas 279 fiscalizações, envolvendo um esforço de 20.107 Homens-Dia de Fiscalização (HDF). O quadro adiante apresenta a distribuição dessas fiscalizações por função de Governo.



é preciso ressaltar que uma legislação pode envolver mais de uma função do governo. Por esse motivo, a soma das KÍFs e das KÍFs-adj. é maior que o número total de KÍFs e KÍFs-adj. realizadas no período.

Os gráficos a seguir apresentam as fiscalizações concluídas no período por tipo de fiscalização e por iniciativa. Do Total, 24,7% (69) foram solicitadas pelo Congresso Nacional e o restante, 75,3% (210), foi de iniciativa do próprio Tribunal.



Apesar de o número de fiscalizações neste trimestre situar-se em patamar ligeiramente inferior ao mesmo período do ano passado, cabe esclarecer que a força de trabalho empregada, computada em homem-dia de fiscalização (HDF) foi equivalente nos dois períodos.

Acrescente-se que a meta de realização de HDF para 2011 encontra-se próxima ao valor de 70.000, representando emprego de 50% da disponibilidade de auditores em trabalhos dessa natureza. A meta planejada para 2011 é 15% superior ao esforço despendido em 2010.

Vale salientar que, no período, foram canalizados esforços para o treinamento dos auditores. Nesse sentido, foram capacitados mais de 600 auditores, o que corresponde a 53% do total de auditores lotados na Secretaria-Geral de Controle Externo. Ademais, foi conferida ênfase à realização de levantamentos de auditoria, ficando a maior concentração de fiscalizações para o segundo semestre.

3.2. Os Temas de Maior Significância

A complexidade, a abrangência, a diversidade e a amplitude de jurisdição e dos objetos do controle impõem ao Tribunal atuar de forma seletiva e estabelecer foco de atuação. O TCU deve, dessa maneira, buscar realizar seus trabalhos em áreas e temas de maior significância ou que possam produzir maiores benefícios à sociedade. A aplicação dessa premissa visa a direcionar a atuação do Tribunal para ações que tenham maior possibilidade de contribuir para a efetividade do controle e para a maximização do cumprimento da missão institucional.

No período foi concluído o planejamento dos Temas de Maior Significância (TMS) nacionais, regionais e locais. Entre os TMS definidos é possível destacar:


Obras Públicas


Pessoal
 • acumulação indevida de cargos públicos


Saúde
 • recursos do SUS


Educação
 • ensino profissionalizante
 • plano de desenvolvimento da educação
 • transporte escolar


Estatais
 • sistemas informatizados de gestão


Programa de Aceleração do Crescimento

3.3. Processos de Controle Externo Autuados e Apreciados Conclusivamente

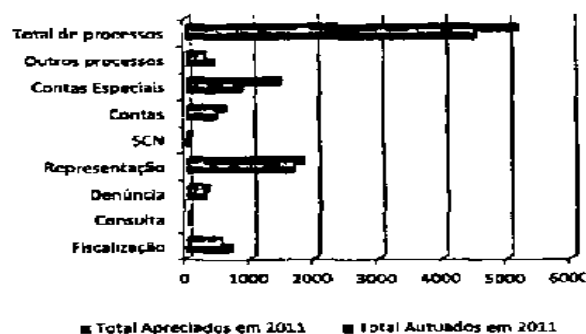
No trimestre, foram autuados 1.754 processos referentes à matéria de controle externo. No mesmo período, foram apreciados de forma conclusiva pelo Tribunal 1.581 processos da mesma natureza.

O quadro a seguir apresenta o quantitativo de processos de controle externo autuados e apreciados conclusivamente no 3º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Processos Autuados e Apreciados Conclusivamente no período (exceto processo de pessoal)

Classe de Assunto	Autuados		Apreciados	
	3º trimestre 2010	3º trimestre 2011	3º trimestre 2010	3º trimestre 2011
Fiscalização	222	177	232	157
Consulta	8	19	16	20
Denúncia	98	114	164	96
Representação	522	561	728	587
Solicitação do Congresso (SCN)	33	20	33	17
Contas	437	450	265	209
Contas Especial	340	260	573	389
Outros processos	412	153	360	106
Total de processos	2.070	1.753	2.972	1.581

Comparativo Autuados x Apreciados no ano



Autuados x Apreciados no ano

Classe de Assunto	Autuados 2011	Apreciados 2011
Fiscalização	685	525
Consulta	52	52
Denúncia	289	324
Representação	1.682	1.804
SCN	44	75
Contas	458	616
Contas Especial	858	1.480
Outros processos	427	283
Total de processos	4.506	5.159

3.4. Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente

O TCU aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. Também fiscaliza a legalidade das despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive quanto à adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. No período, foram autuados 94.177 atos de pessoal e apreciados 88.560 atos dessa natureza.

A consulta ao andamento de processos e aos acórdãos proferidos pelos colegiados pode ser feita no Portal TCU:
<http://www.tcu.gov.br>

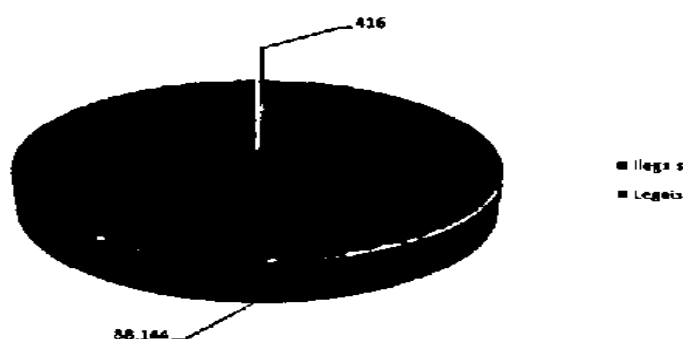
O quadro a seguir apresenta os atos de pessoal autuados e apreciados no 3º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente

Classe de Assunto	3º trimestre 2010	3º trimestre 2011	Total 2010	Total 2011
Autuados	31.158	94.177	82.441	392.974
Apreciados	29.412	88.560	71.028	374.917
Ilegais	348	416	1.506	1.452
Legais	29.064	88.144	69.522	373.465

Do total de 88.560 atos referentes a admissão, aposentadoria, reforma e pensão apreciados no trimestre, 416 tiveram registro negado em razão de ilegalidades. Nesses casos, o órgão de origem deve adotar as medidas regularizadoras cabíveis, fazendo cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado.

Julgamento de Atos de Pessoal pela Ilegalidade

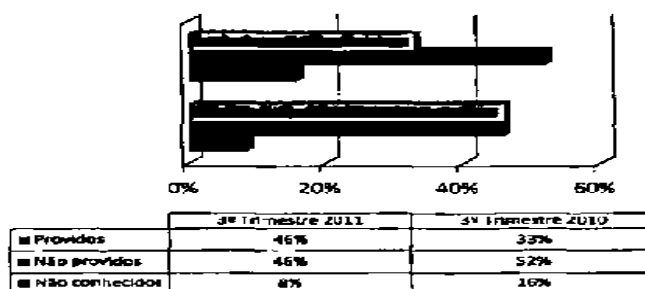


3.5. Recursos Apreciados

Em observância ao princípio do devido processo legal, cabe recurso das deliberações proferidas pelo Tribunal. As modalidades de recursos estão previstas nos artigos 32 e 48 da Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443/1992).

No trimestre, os colegiados julgaram 349 processos em grau de recurso. O gráfico ao lado apresenta o resultado da apreciação de recursos no 3º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Resultado da Apreciação de Recursos



3.6. Medidas Cautelares

A tempestividade na atuação é fundamental para conferir efetividade e relevância às ações de controle externo. A atuação tardia, além de lesiva à imagem institucional, não contribui para a defesa dos interesses do erário, nem para o atendimento às expectativas do cidadão.

O TCU deve responder de forma célere, tempestiva e completa às demandas que lhe são apresentadas. Atuar de forma preventiva e simultânea e agir proativamente, são condições essenciais para assegurar a efetividade do controle e melhorar a imagem do Tribunal perante a sociedade.

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao Erário ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, o Plenário ou o relator pode, de ofício ou mediante provocação, expedir medida cautelar, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o TCU decida sobre o mérito da questão suscitada.

A expedição dessas medidas não necessariamente gera impacto econômico imediato, mas visa ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos federais.

No trimestre, foram adotadas 40 cautelares contra atos e/ou procedimentos de órgãos ou entidades, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais superiores a R\$ 2,22 bilhões, conforme se verifica no quadro adiante.

Tais medidas excepcionais estão relacionadas no Anexo II - "Medidas Cautelares Concedidas e Revogadas no Período".

Medidas Cautelares Expedidas por Tipo (Quantidade e Valor)

Suspensão de contratos	Suspensão de licitação	Suspensão de repasse/pagamentos	Doutros	Total
9	14	11	6	40
R\$ 330.614.427,33	R\$ 628.896.164,39	R\$ 461.373.520,99	R\$ 148.992.353,19	R\$ 2.229.876.465,92

3.7. Julgamento de Contas

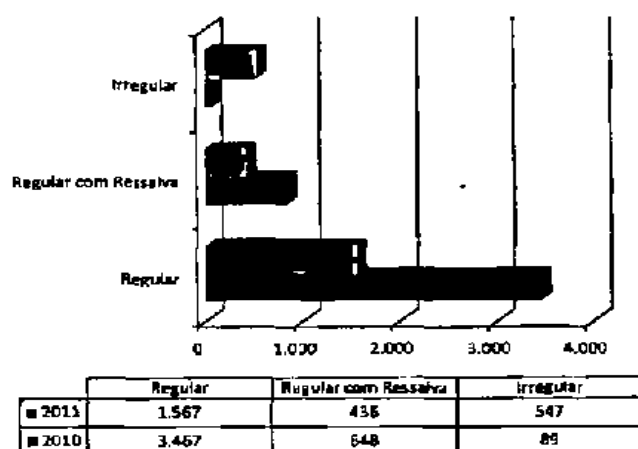
- As normas de organização e apresentação de processos de tomada e prestação de contas são atualmente estabelecidas pela Instrução Normativa - TCU nº 63/2010.

Nos casos de omissão na prestação de contas, de não-comprovação da aplicação de recursos repassados pela União, de ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, de prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente deve instaurar tomada de contas especial (TCE), para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

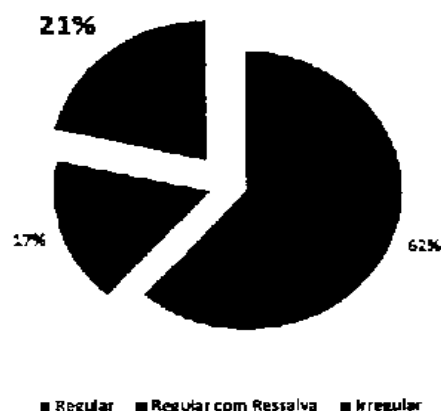
No trimestre, o TCU julgou de forma definitiva contas de 2.550 responsáveis. Cabe esclarecer que cada processo de contas pode conter mais de um responsável cujas contas serão julgadas.

Os gráficos a seguir apresentam o resultado do julgamento das contas dos responsáveis no 3º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010, bem como os motivos que ensejaram o julgamento pela irregularidade das contas.

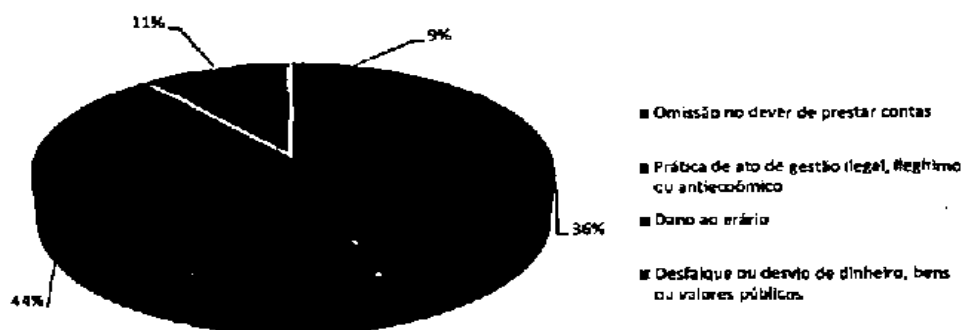
Resultado do Julgamento das Contas



Detalhamento em 2011



Motivo do Julgamento pela irregularidade das contas



3.8. Condenações e Sanções Aplicadas

Entre os 597 processos de contas e contas especiais apreciados de forma conclusiva no trimestre, 351 (58,79%) condenaram 711 responsáveis ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros 45 processos de fiscalização, denúncia ou representação, foram aplicadas multas a 108 responsáveis.

A seguir, os quantitativos de processos julgados e de responsáveis condenados no 3º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Quantidade de Condenações aplicadas

Natureza	Processos		Responsáveis	
	3º trimestre 2010	3º trimestre 2011	3º trimestre 2010	3º trimestre 2011
Prestação de contas	18	18	41	68
Tomada de contas	14	10	27	34
Tomada de contas especial	409	323	644	609
Subtotal - Contas com débitos e/ou multas	441	351	712	711
Outros processos	59	45	130	108
Total	500	396	842	819

Nos processos de contas, os responsáveis foram condenados ao pagamento de multa ou ressarcimento de débito no valor de R\$ 269,88 milhões, atualizados até a data de 30.9.2011. Em outros processos, foram aplicadas multas que totalizaram R\$ 792,16 mil.

Abaixo, os valores das condenações aplicadas pelo TCU no 3º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Valor das Condenações Aplicadas

Natureza	3º trimestre 2011 (R\$)			3º trimestre 2010 (Débito + Multa)
	Débito	Multa	Total	
Prestação de contas	5.754.190,63	389.063,70	6.143.254,33	548.633,37
Tomada de contas	3.758.555,70	383.132,70	4.141.688,40	1.555.760,60
Tomada de contas especial	250.764.498,69	8.834.363,65	259.598.862,34	351.460.539,05
Subtotal - Contas com débitos e/ou multas	260.277.245,02	9.606.560,05	269.883.805,07	353.564.933,02
Outros processos	0,00	792.168,70	792.168,70	1.079.643,42
Total	260.277.245,02	10.398.728,75	270.675.973,77	354.644.576,44

Além das condenações de natureza pecuniária, o Tribunal pode aplicar outras medidas que alcançam o patrimônio jurídico daquele que fraudou ou utilizou mal os recursos públicos. No decorrer do 3º trimestre de 2011, 26 responsáveis foram considerados inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e 21 empresas declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública Federal.

Podem ser consultados no Portal TCU e no Anexo III deste relatório - "Sanções Não-Pecuniárias Aplicadas no Período" os nomes dos responsáveis declarados inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança no âmbito da Administração Pública, bem como das empresas consideradas inidôneas para participar de licitação realizada pelo Poder Público Federal.

Vale esclarecer que a página do TCU na internet apresenta informações de processos com julgamento definitivo de mérito, em que não há mais possibilidade de recursos, enquanto o anexo do presente relatório apresenta a relação dos responsáveis condenados no período, independentemente do trânsito em julgado da decisão condenatória.

3.9. Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos

Se verificada ilegalidade de ato ou contrato em execução, consoante o preconizado no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, o TCU pode fixar prazo para que órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Caso o órgão ou a entidade não cumpra a determinação, poderá o Tribunal sustar a execução do ato, comunicando a decisão à Câmara.

O gráfico adiante apresenta a distribuição dos processos de fiscalização deliberados no período nos quais houve fixação de prazo a órgãos ou entidades para a adoção de providências, por tipo de determinação.

Deliberações de fixação de prazo para anulação/sustação de atos/contratos



Além dessas deliberações, o TCU apreciou, no trimestre, diversos processos referentes a atos de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadorias, reformas e pensões em que foram apurados indícios de ilegalidades. Nesses casos, o Tribunal fixou prazo para que os órgãos ou entidades envolvidos suspendessem, no todo ou em parte, o pagamento considerado irregular.

Informações detalhadas sobre as deliberações do TCU que fixaram prazo para anulação e sustação de atos e contratos podem ser obtidas no Anexo IV deste relatório – “Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos”.

3.10. Atuação do Ministério Público junto ao TCU

Atua, junto ao Tribunal, Ministério Público especializado (MP/TCU), órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCU. Compete-lhe dizer de direito, oralmente ou por escrito, em todos os assuntos sujeitos à decisão do Tribunal. Trata-se de órgão composto por um procurador geral, três subprocuradores-gerais e quatro procuradores. Ao MP/TCU também compete promover, junto à Advocacia-Geral da União (AGU), as medidas referentes à cobrança executiva dos débitos e multas imputados por acórdãos do Tribunal. No

3º trimestre de 2010, foram autuados 742 processos de cobrança executiva, envolvendo cerca de R\$ 380,52 milhões. No mesmo período, o Ministério Público junto ao TCU emitiu parecer em 8.656 processos.

Classe de Assunto	3º trimestre 2010	3º trimestre 2011
Admissão, aposentadoria, reforma e pensão	2.820	7.534
Auditoria, inspeção e levantamento	13	28
Consulta	1	2
Denúncia	11	10
Representação	57	54
Solicitação do Congresso Nacional	1	1
Tomada e prestação de contas	909	273
Tomada de contas especial	353	744
Outros processos	6	10
Total	4.571	8.656

3.11. Benefícios Financeiros das Ações de Controle

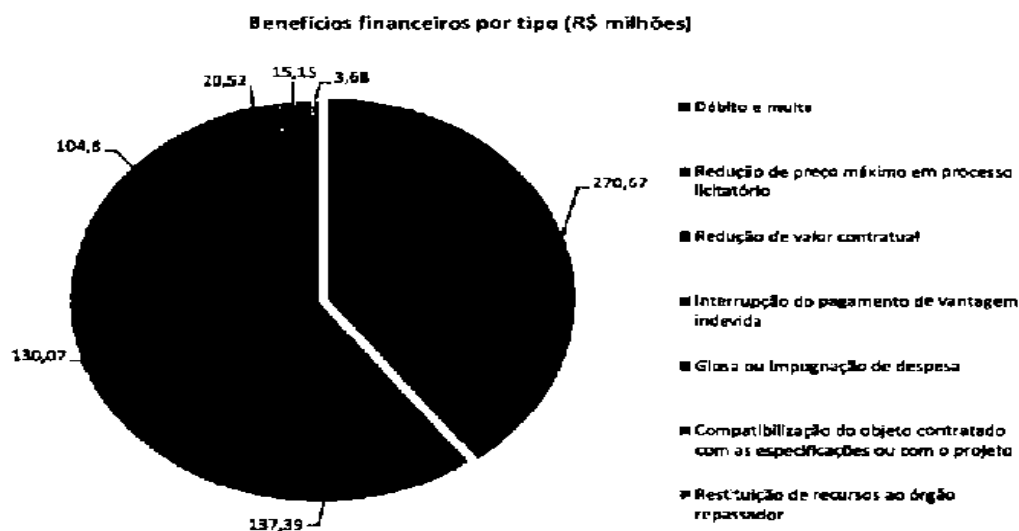
Os benefícios das ações de controle são, em grande parte, imensuráveis em termos financeiros. Advêm da própria expectativa do controle, da prevenção do desperdício, de melhorias na alocação de recursos, da sugestão de aprimoramento de leis, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas.

Alguns resultados, contudo, são passíveis de mensuração em termos financeiros, inclusive com geração de benefícios por tempo indeterminado.

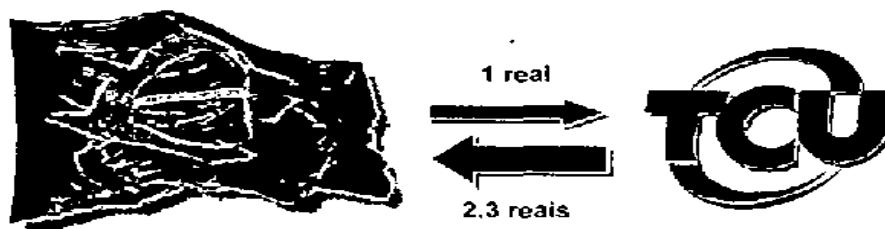
No trimestre, além das condenações em débito e multa, diversas deliberações do TCU resultaram em benefícios financeiros para os cofres públicos. Adiante, estão sintetizadas e quantificadas algumas dessas deliberações.

Benefício	Acordão	Processo	Valor (R\$)
Compatibilização do objeto contratado com as especificações ou com o projeto	AC-1.509-35/2011-PL	011.742/2010-0	15.154.984,41
	AC-1.788-27/2011-PL	008.224/2010-2	3.276.281,87
Glosa ou impugnação de despesa	AC-4.821-32/2009-2C	019.133/2008-7	17.298.557,76
Interrupção do pagamento de vantagem indevida	AC-3.130-17/2011-2C	033.558/2010-8	92.799.738,93
	AC-2.388-49/2006-PL	017.050/2005-9	12.052.183,28
	AC-2.073-33/2011-PL	014.660/2011-3	13.463.902,96
Redução de preço máximo em processo licitatório	AC-2.086-33/2011-PL	015.206/2011-4	42.031.333,73
	AC-2.164-34/2011-PL	016.416/2011-2	17.499.799,55
	AC-2.278-35/2011-PL	011.650/2011-7	11.000.000,00
	AC-2.281-35/2011-PL	030.174/2010-4	14.398.508,85
Redução de valor contratual	AC-2.543-39/2011-PL	000.823/2011-2	39.000.000,00
	AC-1.788-27/2011-PL	008.224/2010-2	14.351.701,50
	AC-2.333-36/2011-PL	015.231/2011-9	115.725.307,00
Restituição de recursos ao órgão repassador	AC-4.821-32/2009-2C	019.133/2008-7	3.683.183,96
TOTAL			411.685.483,60

Ao valor dessas deliberações deve ser somado, também como benefício das ações de controle os valores das condenações em débito e aplicação de multas (R\$ 270.675.973,77). O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos benefícios financeiros por tipo de benefício.



O benefício financeiro total das ações de controle, no 3º trimestre de 2011, atingiu o montante de R\$ 682.361.457,57, valor 1,98 vezes superior ao custo de funcionamento do TCU no período (R\$ 296.529.403,68).



3.12. Atuação por Função de Governo ou Área Envolvida

Estão relacionados a seguir os resultados da atuação do TCU, no 3º trimestre de 2011, que se destacaram pela importância ou interesse das constatações verificadas, agrupados por Função de Governo ou área envolvida.

3.12.1. Administração-Geral

TCU encontra indícios de irregularidades nos sistemas de compras e licitações do Governo Federal

Auditoria do Tribunal identificou indícios de falhas e irregularidades nos principais instrumentos gerenciadores de licitações e compras do Governo Federal. Foram avaliados o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), utilizado para operacionalizar atividades inerentes às contratações, e o Comprasnet, portal de compras do Governo que permite a realização de pregões eletrônicos e o acesso a informações sobre licitações e contratos.

Segundo o relatório do TCU, algumas das informações constantes nas bases de dados dos sistemas não são confiáveis, os controles para inibir a ocorrência de falhas e fraudes não são suficientes e o comportamento inadequado de empresas e de servidores propiciam a ocorrência de fraudes nas licitações, ocasionando possíveis prejuízos ao erário.

A auditoria também identificou, entre outras irregularidades, empresas concorrentes com sócios em comum disputando uma mesma licitação, contratações com quantitativos superiores a 100% do definido em atas de registro de preço, contratações de empresas declaradas inidôneas, contratos firmados com empresas pertencentes a parlamentares e, ainda, contratos firmados com empresas cujos sócios são servidores públicos do próprio órgão contratante.

O Tribunal, com o intuito de melhorar a gestão desses sistemas, determinou à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP), entre outras deliberações, que implante controles nesses sistemas de forma a evitar algumas irregularidades relacionadas ao registro de preços e ao uso indevido do lance de desempate em pregões por micro e pequenas empresas. (Acórdão nº 1.793/Plenário, de 6.7.2011, TC nº 011.643/2010-2, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Sefti).

TCU suspende licitação para gestão patrimonial do TRT da 10ª Região

O Tribunal determinou, cautelarmente, a suspensão de Ata de Registro de Preços e de contrato referente a serviços de gestão de patrimônio mobiliário do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10). A empresa Teltronic Comércio de Equipamentos de Segurança e de Informática Ltda. venceu o pregão eletrônico para fornecer sistema de gestão patrimonial com a base de dados existente no Tribunal, além de etiquetas de metal, colocação das etiquetas e equipamento de coleta de dados.

O TCU identificou que o pregão considerou o "menor preço por lote" ao invés de "o menor preço por item", como prevê a legislação. O relator do processo, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, determinou ao TRT-10 e à empresa que apresentassem esclarecimentos, entretanto as informações e documentos não foram suficientes para afastar os indícios de irregularidades. "A opção do gestor pela realização de licitação na modalidade de 'menor preço por lote' não se encontrou adequadamente justificada", avaliou o Ministro.

O TCU, antes de emitir de parecer conclusivo sobre a matéria, ouvirá novamente a empresa e o TRT-10 e realizará inspeção no Órgão. (Acórdão nº 2.147/Plenário, de 17.8.2011, TC nº 011.737/2011-5, Relator: Ministro-Substituto André Luís, Unidade Técnica: 3ª Secex).

TCU determina que Dnit anule licitação para construir BR-230/PA

O Tribunal determinou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) que anule a licitação para construção de trecho rodoviário da BR-230/PA, no Pará, entre os municípios de Medicilândia e Rurópolis.

Auditoria do TCU encontrou sobrepreço que chega a R\$ 34,6 milhões, decorrente de itens considerados em duplicidade e de preços excessivos frente ao mercado, além de projeto executivo deficiente ou desatualizado e quantitativos inadequados na planilha orçamentária.

Em razão das irregularidades, o Tribunal condicionou a republicação do edital para contratar as obras da rodovia ao saneamento das incorreções apontadas. O Dnit deverá reduzir os preços unitários do material betuminoso e os custos de mão-de-obra previstos para as categorias de serventes e operários qualificados.

O TCU e o Dnit chegaram ao consenso de que são necessárias ações corretivas para ajustar os projetos às normas vigentes e, dessa forma, afastar o sobrepreço apurado. Segundo o relatório, o Dnit admite a maioria das irregularidades apontadas, no entanto, pretende concluir o procedimento licitatório utilizando projetos com os vícios concebidos e, depois de celebrados os contratos, implementar os ajustes.

O Tribunal ainda determinou à Agência Nacional de Petróleo (ANP) que verifique a viabilidade de se utilizar, nos processos de contratação das obras rodoviárias pelo Dnit, os valores médios estaduais dos materiais betuminosos calculados periodicamente pela ANP. (Acórdão nº 2.155, de 17.8.2011, TC nº 002.345/2011-0, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: 2ª Secob).

TCU autoriza continuidade de concorrência para obras de Integração do São Francisco

O Tribunal decidiu pela continuidade da Concorrência 1/2011-MI que visa à contratação de empresa para atuar em trecho do Projeto de Integração do Rio São Francisco, após analisar que possíveis atrasos poderiam resultar em prejuízos aos cofres públicos e ao complexo de obras do Projeto.

As alegações foram apresentadas pelo Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, que afirmou que o atraso da obra poderia levar a prejuízos de até R\$ 65 milhões, relativos à armazenagem (ou ao custo total) das motobombas. Além disso, o Ministro declarou que a exposição ao sol e a falta de água aumentam as probabilidades de rachaduras no fundo do canal. No entanto, o Ministério não conseguiu comprovar que a interrupção resultaria em danos dessa magnitude.

O TCU constatou irregularidades como sobrepreço, cláusulas restritivas no edital, quantitativos inadequados na planilha orçamentária, e inexistência de anotação de responsabilidade técnica das planilhas orçamentárias, que serviram de base para licitação.

Embora se tenha revogado a cautelar que suspendia a contratação, as irregularidades persistem. Desse modo, o Tribunal determinou que, se a empresa vencedora da licitação for contratada, o valor correspondente ao sobrepreço, na ordem de R\$ 16 milhões, deverá ser retido.

O TCU realizará oitivas do Ministério para apresentar justificativas acerca das irregularidades e caso a licitação prossiga, também ouvirá o consórcio vencedor. (Ata nº 38/Plenário, de 14.9.2011, TC nº 014.736/2011-0, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: 4ª Secob).

TCU suspende licitação para construção do Inca

O Tribunal determinou a suspensão cautelar dos procedimentos licitatórios atinentes à futura construção do novo campus do Instituto Nacional do Câncer (Inca), na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de terreno não pertencente à União.

O Inca e o Estado do Rio de Janeiro assinaram, em 2008, Termo de Cessão de Uso com o objetivo de implantar o novo campus integrado do Inca no local onde hoje funciona o Hospital Central do Instituto de Assistência do Estado do Rio de Janeiro (Iaserj).

O TCU verificou que a cessão do terreno da futura obra à União tem caráter precário e o imóvel continua a pertencer ao patrimônio do Estado do Rio de Janeiro. Caso a União venha a construir em terreno de propriedade do Rio de Janeiro, ao final da concessão aquele Estado, proprietário do terreno, passará a ter a propriedade da construção, independentemente de indenização.

Verificou, ainda, que, conforme o Termo de Cessão de Uso firmado, caberá à União promover a demolição dos prédios existentes no local. Ocorre que a AGU ressaltou que nem todos os imóveis relacionados no Termo de Cessão pertencem de fato ao Estado do Rio de Janeiro, revelando-se temerária qualquer atuação da União, sob o risco de causar danos patrimoniais a terceiros, dos quais poderão resultar sanções cíveis, administrativas e penais.

A cautelar deferida pelo TCU determina a não execução da demolição dos imóveis, bem como a suspensão de procedimento licitatório em andamento. (Ata nº 38/Plenário, de 14.9.2011, TC nº 025.201/2011-5, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-RJ).

TCU determina suspensão de contratação do ICMBio

O Tribunal determinou a suspensão cautelar da contratação para produção de materiais gráficos e editoriais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), tendo em vista a imprecisão do objeto da licitação e, também, devido ao valor estimado do contrato.

Embora o objeto do pregão seja "serviços especializados de produção de material", o preço final é resultado da soma de 168 itens, como confecção de revistas e livros, conversão digital de documentos, serviços de revisão de texto, tradução, digitação e desenvolvimento de conteúdos.

Ao analisar preliminarmente dois itens da proposta vencedora, o TCU encontrou preços incompatíveis com os de mercado. Enquanto o Tribunal paga R\$ 0,2676, por página digitalizada, em formato A4, preto e branco, a empresa vendedora do pregão receberia R\$ 1,5764. Para o serviço de revisão de textos, a lauda custaria R\$ 120,05, mas pela tabela do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, o valor referência é de R\$ 58,36. No município do Rio de Janeiro o valor diminui para R\$ 31,00 e no Estado de São Paulo o preço baixa para R\$ 12,00.

O ICMBio terá que justificar por que informou no edital que o valor estimado da contratação era de aproximadamente R\$ 196 mil, quando, na verdade, a estimativa pode chegar a mais de R\$ 20 milhões, se somados os 168 itens que compõem o preço global.

O relator do processo, Ministro-Substituto Weder de Oliveira, questionou a falta de parcelamento do objeto em itens. Para ele a separação possibilitaria "a participação de empresas de menor porte que não estariam aptas a fornecer a totalidade dos serviços especificados".

Segundo o TCU, algumas regras do edital poderiam estar restringindo indevidamente a participação de empresas. O Tribunal também indagou por que não foi informado, no aviso da licitação, que o pregão era destinado à formação de registro de preços. (Ata nº 36/Plenário, de 31.8.2011, TC nº 019.377/2011-8, Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Unidade Técnica: 8ª Secex)

TCU suspende contratos de telecomunicações do TJDFT

O Tribunal determinou a suspensão das atas de registro de preços e contratos referentes à atualização da área de telecomunicações do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). A decisão é em decorrência de indícios de irregularidades encontrados na contratação da empresa para a execução dos serviços, que vão desde sobrepreço a direcionamento das especificações aos equipamentos.

O TCU solicitou ao TJDFT esclarecimentos sobre a existência de sobrepreço, aceitação de proposta em desacordo as especificações, ausência do detalhamento de custos e desconsideração do menor preço. O Ministro-Substituto Augusto Sherman, relator do processo, destacou que “após a análise das explicações, permaneceram não esclarecidas as irregularidades encontradas”.

O TJDFT tem prazo para se manifestar sobre as irregularidades encontradas e apresentar a composição de custos para serviços como fornecimento e instalação de central telefônica e roteador. (Comunicação em Plenário, Ata nº 34, de 17.8.2011, TC nº 016.148/2011-8, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 3ª Secex).

TCU encontra irregularidades em projeto da BR-101/AL

O Tribunal fiscalizou as obras de conservação e recuperação rodoviária da BR-101 em Alagoas, maior rodovia federal que cruza o Estado. A auditoria constatou falta de embasamento técnico do projeto do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit), a partir de irregularidades encontradas em alguns itens.

O TCU avaliou o edital para contratação da empresa encarregada da execução dos serviços e apontou impropriedades como a adoção de níveis de esforços distintos dos recomendados pelo próprio Dnit, a não-consideração da duplicação da rodovia e a adoção de preço de cotação no mercado sem analisar a viabilidade da produção do serviço em usina.

Nos três pontos observados, o Dnit se limitou a analisar questões periféricas, sem apresentar justificativas técnicas capazes de dar suporte aos níveis de esforços adotados. Declarou que não era possível prever as condições futuras da rodovia e apresentou argumentos incompatíveis com a realidade dos fatos.

Segundo o Ministro Raimundo Carreiro, relator do processo, as argumentações do Dnit para justificar as irregularidades encontradas “carecem de fundamentação técnica adequada, por meio de estudos sérios e com base científica”. Além disso, o Órgão utilizou, “de forma injustificada, parâmetros que estão contraditórios com os próprios manuais do Dnit”.

O TCU determinou que o Dnit ajuste os quantitativos dos serviços, informe as medidas adotadas e envie estudos técnicos se entender necessária a adoção de outros níveis de esforços. (Acórdão nº 2.012/Plenário, de 3.8.2011, TC nº 000.868/2011-6, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: 2ª Secob).

TCU determina anulação de pregão eletrônico da Escola de Comando e Estado Maior do Exército

O Tribunal determinou a anulação do pregão eletrônico promovido pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército (Eceme) para registro de preços. O TCU identificou irregularidades no pregão que tinha como objetivo aquisição de mobiliário pelo prazo de 12 meses.

No edital, havia exigências ilegais, como apresentação de declaração de solidariedade do fabricante, de idoneidade financeira, além de realização de visita técnica. Outros requisitos, como registro de propriedade industrial e de garantia de qualidade, deixaram de ser exigidos.

Em atendimento à oitiva do TCU, o pregoeiro afirmou que as mudanças, feitas nas vésperas do processo de licitação, não influenciaram o conteúdo das propostas. Entretanto, segundo o relator do processo, Ministro-Substituto Weder de Oliveira, "a supressão de exigências facilitaria a entrada de mais fornecedores. Exatamente por isso, o edital deveria ser republicado". No entanto, verificou-se que não houve republicação do instrumento.

Outra impropriedade identificada foi a formação de lotes compostos por itens que não são fornecidos pela mesma empresa, o que também contribuiu para a restrição de competitividade do pregão. O Tribunal determinou que, em futuras licitações, a Escola assegure-se de que as exigências não impliquem restrição ao caráter competitivo. (Acórdão 2.179/Plenário, de 17.8.2011, TC nº 006.795/2011-0, Relator: Ministro-Substituto Weber de Oliveira, Unidade Técnica: 3ª Secex).

TCU determina anulação de pregão para merenda escolar em Manaus

O Tribunal determinou a anulação do pregão presencial realizado pela Prefeitura de Manaus/AM para registro de preços de alimentos da merenda escolar. O TCU identificou sobrepreço em alguns itens ao comparar aquisições semelhantes em órgãos públicos locais e com preços de mercado.

O Tribunal questionou os benefícios da licitação feita por lotes, em vez de itens, pois os lotes agrupam alimentos de natureza diversa e formam cardápios com produtos que não se complementam.

Outra irregularidade identificada foi a falta de objetividade no critério de julgamento das amostras, pois não havia parâmetros técnicos de aferição, como aspectos visuais e limites de variação aceitáveis, o que impossibilitava a transparência na desclassificação de alguns produtos. No edital do pregão, não foi citada a necessidade de informações na embalagem do produto.

Segundo o Ministro-Substituto Augusto Sherman, relator do processo, "as providências adotadas pelo Tribunal não prejudicaram o fornecimento da merenda escolar". Apesar das irregularidades, o TCU autorizou a aquisição emergencial de produtos, mas determinou que a Secretaria Municipal de Educação, responsável pelas compras, retenha cautelarmente R\$ 1,2 milhão, referentes ao sobrepreço identificado.

Além disso, a Secretaria Municipal deverá adotar novas condições para pregões. O TCU realizará audiência dos responsáveis para que apresentem justificativas. (Acórdão nº 2.077/Plenário, de 10.8.2011, TC nº 004.835/2011-5, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-AM).

TCU determina anulação de pregão promovido pela Caixa

O Tribunal decidiu pela anulação do pregão eletrônico realizado pela Caixa Econômica Federal (CEF) para contratar serviços de transporte. O contrato teria custo anual de R\$ 3,6 milhões e previa transporte de pessoas, bens, documentos e/ou pequenos volumes para atender às unidades da CEF no Estado do Paraná.

Durante o pregão, houve problemas no sistema eletrônico para lances das licitantes. Ainda assim, a empresa Exclusiva Aluguel de Veículos foi declarada vencedora. O Tribunal realizou oitivas da Caixa e da empresa, mas as justificativas apresentadas não afastaram as irregularidades decorrentes das falhas no sistema.

Segundo o Ministro Valmir Campelo, relator do processo, houve "desrespeito a princípios como competitividade, preço justo, comparação objetiva das propostas e, principalmente, obtenção da oferta

mais vantajosa". O TCU fixou prazo para a Caixa anular o pregão. (Acórdão nº 2.151/Plenário, de 17.8.2011, TC nº 016.788/2011-7, Relator: Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-PR).

TCU suspende pregão eletrônico do Exército

O Tribunal determinou, cautelarmente, a suspensão do pregão eletrônico realizado pela Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) para aquisição de medicamentos e material de saúde em virtude de indícios de restrição à competitividade.

O edital do pregão eletrônico previa que o certame seria destinado exclusivamente a micro e pequenas empresas. Porém, o valor total da ata superou R\$ 400 mil, divergindo do que define a Lei Complementar 123/2006, segundo a qual o processo licitatório só pode ser destinado a micro e pequenas empresas nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80 mil. Além disso, análise feita pelo TCU detectou fortes indícios de que, em dez itens, os preços obtidos no certame são superiores aos de mercado.

O TCU determinou à EsPCEx que promova o reexame dos preços praticados nos demais itens da ata de registros de preços e demonstre, conforme o prazo determinado, que os valores pagos estão em conformidade com os preços de mercado. (Comunicação em Plenário, em 20.7.2011, TC nº 006.410/2011-1, Relator: Ministro Substituto Weber de Oliveira, Unidade Técnica: 3ª Secex).

Outras Ações

TCU fixa coeficientes de participação no IPI para 2012

O Tribunal aprovou a Decisão Normativa que estabelece, para 2012, coeficientes utilizados para cálculos das quotas de participação dos estados e do Distrito Federal em 10% dos recursos provenientes da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Cabe ao TCU calcular os valores proporcionalmente às exportações de produtos industrializados. Os coeficientes de divisão são aferidos em dólares norte-americanos, com base nas exportações ocorridas nos 12 meses que antecederam 1º de julho de 2011.

De acordo com o cálculo do Tribunal, o coeficiente de participação do Estado de São Paulo é de 20%, o maior de todos os estados. O Rio de Janeiro fica em segundo lugar, com quase 18%, seguido por Minas Gerais, com aproximadamente 15%. (Acórdão nº 1.929/Plenário, de 27.7.2011, TC nº 019.153/2011-2, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Semag).

Ministério apresenta novo modelo de gestão

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação está implementando novo modelo de gestão. O Ministro Aloizio Mercadante apresentou ao TCU o novo modelo daquele Ministério.

O sistema pretende modernizar e dinamizar a gestão estratégica, gerando melhores resultados nos investimentos feitos pelo Órgão. Segundo o Ministro, a sociedade terá acesso a todos os gastos efetivos do Ministério, não somente da área meio, mas também da atividade-fim da Pasta, como compra e manutenção de equipamentos, gastos com passagens aéreas, número de bolsas científicas cedidas para pesquisadores, entre outros. O Ministro explicou que o objetivo é romper todos os paradigmas em termos de acesso da sociedade aos dados de um ministério. "Esse novo sistema disponibilizará dados em tempo real, facilitando o trabalho dos órgãos de controle. Queremos mostrar que é possível haver transparência total dos gastos dos cofres públicos", ressaltou.

De acordo com o Ministro, cada decisão do gestor público ficará exposta no portal do Ministério, de forma que a sociedade possa saber quais ações estão sendo produzidas pelos gestores. “Essa será uma forma de revelar nossa atuação, tomando as providências necessárias para corrigir eventuais erros”, revelou. Segundo o Ministro, a colaboração do TCU na criação de indicadores e parâmetros para melhorar o modelo é imprescindível e a atuação junto ao Ministério facilitará o trabalho atualmente exercido pelo Tribunal.

O Presidente do Tribunal, Ministro Benjamin Zymier, parabenizou a iniciativa do Ministério de criar um conceito inovador de gestão pública. Para ele, o novo modelo é absolutamente revolucionário e vai contribuir com as auditorias feitas pelo Tribunal. “O Ministério pode considerar o TCU como parceiro na execução desse modelo. Essa implementação vai auxiliar o trabalho dos técnicos nas avaliações do desempenho e da eficiência de órgãos federais”, afirmou. A previsão é de que o modelo seja apresentado à sociedade até o final deste ano.

3.12.2. Agricultura

Concessão de crédito pelo Pronaf ainda apresenta fragilidades

Monitoramento feito pelo TCU constatou que o Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (Pronaf) carece de mecanismos que possam barrar a concessão irregular de crédito. O Pronaf faz parte do Sistema Nacional de Crédito Rural e oferece incentivos, subsidiados pelo Governo, à introdução de métodos racionais de produção.

Para ter acesso ao benefício, o interessado deve possuir uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Para obter o documento, é necessário apresentar dados socioeconômicos que enquadrem o beneficiário no Programa. Entretanto, o sistema de coleta de dados é baseado nas informações oferecidas pelo interessado sem checagem do que é declarado.

A facilidade para ocorrência de irregularidades é produto da baixa fiscalização do Banco Central do Brasil (Bacen) e das limitações para desclassificação de financiamentos irregulares do Registro Comum de Operações Rurais (Recor). O Bacen informou que há um projeto em andamento para solucionar os problemas do Recor.

Segundo o relator do processo, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, “é necessária ação coordenada entre diferentes órgãos e entidades integrantes da estrutura de concessão de benefícios”.

O Tribunal determinou à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) que estabeleça uma rotina de trabalho para verificar a veracidade das informações prestadas para a concessão de DAPs, encaminhe à instituição financeira e ao Banco Central a relação de DAPs não validadas e, no caso dos 3.439 beneficiários do Pronaf titulares de mais de um Documento de Aptidão, que seja anulado pelo menos um dos registros, de que forma que reste apenas um DAP por beneficiário. O acórdão também determinou que o Ministério do Desenvolvimento Agrário envie ao TCU, plano de ação que permita atestar as exigências para inclusão no Pronaf.

Apesar das falhas observadas, o TCU identificou avanços no Programa, como implantação de cálculos automatizados para emissão das DAPs, o que permite o correto enquadramento do requerente do crédito, e a extinção de DAPs em papel. (Acórdão nº 2.029/Plenário, de 3.8.2011, TC nº 012.908/2010-0, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: Semag).

3.12.3. Defesa Nacional**TCU solicita balanço dos Jogos Militares ao Ministério da Defesa**

O Tribunal determinou ao Ministério da Defesa que encaminhe balanço de cada um dos projetos de infraestrutura física relacionados aos jogos mundiais militares realizados em julho deste ano no Rio de Janeiro, bem como quadro demonstrativo de descentralização de créditos orçamentários destinados ao evento esportivo.

A menos de dois meses do início da quinta edição dos jogos, o TCU constatou baixa realização das despesas referentes a diversas áreas estratégicas para a concretização das competições, o que pode ter causado superestimativa de custos. As determinações do Tribunal buscam conferir se os saldos orçamentários das atividades foram efetivamente revertidos aos jogos.

O TCU recomendou ao Ministério que, caso decida utilizar os créditos orçamentários remanescentes do evento em despesas diferentes das originalmente previstas, obtenha prévia autorização legislativa. (Acórdão nº 2.157/Plenário, de 17.8.2011, TC nº 002.649/2011-0, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, Unidade Técnica: Secex-RJ).

Outras Ações**TCU inicia auditoria nos aeroportos brasileiros**

O Tribunal iniciou auditoria que tem por objetivo avaliar a qualidade e a segurança dos serviços prestados pela Polícia Federal e pela Receita Federal nos aeroportos brasileiros. Trata-se de tema relevante para o País, pelo fato de a fiscalização nos aeroportos ser atividade fundamental para garantir a segurança nacional, seja no controle da entrada e saída de pessoas do País, seja no combate ao tráfico internacional de drogas e à entrada ilegal de produtos.

Além disso, o turismo é atividade econômica de grande importância para o Brasil e pode ser afetada por uma possível má prestação dos serviços oferecidos nos aeroportos brasileiros.

Já se observa que o movimento nos aeroportos brasileiros vem aumentando sensivelmente nos últimos anos, provocando estrangulamento dos serviços relacionados ao controle Imigratório do Brasil e à fiscalização de bagagens. Muitas são as reportagens publicadas pela mídia sobre problemas e reclamações observados na prestação desses serviços. É certo, ainda, que a demanda aumentará com os eventos internacionais da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas em 2016. (TC nº 026.156/2011-3, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidades técnicas: Seprog e 8ª Secex)

3.12.4. Desporto e Lazer**TCU acompanha ações gerenciais para a Copa do Mundo de 2014**

Monitoramento feito pelo Tribunal constatou que foi cumprida apenas metade das determinações feitas em 2010 para minimizar possíveis riscos para a execução da Copa do Mundo de 2014. Foram avaliados os riscos a que o evento está sujeito nas áreas de construção e reforma dos estádios, infraestrutura aeroportuária e de mobilidade urbana, bem como na sistemática de gerenciamento dessas ações pelo Governo Federal.

Segundo relatório do TCU, há fragilidade quanto às informações gerenciadas pelo sítio do Ministério do Esporte. Em alguns temas, como meio ambiente e turismo, as informações constantes na página do Órgão carecem de dados acerca das decisões já tomadas em cada área de atuação.

Além disso, verificou-se que das 54 operações de mobilidade urbana, 17 ainda não possuem contratos de financiamento assinados. De acordo com a Caixa Econômica Federal, alguns empreendimentos não têm sequer projeto básico concluído.

O TCU recomendou ao Ministério do Esporte que disponibilize em sua página na internet as atas das reuniões e as deliberações tomadas no âmbito das câmaras temáticas criadas dentro da estrutura de governança da Copa. (Acórdão nº 2.000/Plenário, de 3.8.2011, TC nº 028.888/2010-3, Relator: Valmir Campelo, Unidade Técnica: Seprog).

Atuação do TCU reduz custo da reforma do Maracanã

O Tribunal, ao analisar os orçamentos da reforma do estádio Mário Filho (Maracanã), reduziu em R\$ 97 milhões o custo da obra, que agora está estimada em R\$ 859 milhões. Com orçamento inicial de R\$ 705 milhões, a obra originalmente não previa a demolição da cobertura do estádio, o que levou o Governo do Rio a elaborar outro projeto, que alcançou R\$ 956,8 milhões.

Ao ser questionado pelo TCU em relação ao aumento de mais de R\$ 250 milhões, o Governo do Rio apresentou como justificativa a reconstrução da cobertura do estádio. Após as análises dos auditores do Tribunal e da Controladoria-Geral da União (CGU), foram feitas correções no orçamento, até se obter o montante de R\$ 859 milhões.

Com a redução ou o aumento em alguns itens, o Tribunal identificou sobrepreço de 2,08% do total contratado que, de acordo com o Ministro Valmir Campelo, relator do processo, "pode ser considerado inexpressivo, em face do valor total analisado".

A reforma recebe recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que está autorizado a repassar até R\$ 400 milhões para a obra. No entanto, o Banco só pode liberar parcelas acima de 20% do valor total do empréstimo, caso o projeto apresente os custos detalhados da obra e a definição de métodos e prazos para sua execução.

Quanto ao Portal de Acompanhamento da Copa (www.copatransparente.gov.br), o TCU reforçou ao BNDES e ao Governo do Rio que a alimentação contínua do site é condição para o regular fluxo de recursos aos financiamentos do Programa ProCopa Arenas. (Acórdão nº 2.333/Plenário, de 31.8.2011, TC nº 015.231/2011-9, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidades Técnicas: 9ª Secex e 1ª Secob).

TCU avalia financiamento das obras do Estádio Fonte Nova na Bahia

Auditoria realizada pelo Tribunal detectou que investimentos relacionados a obras de acesso ao Estádio Octávio Mangabeira (Arena Fonte Nova), em Salvador/BA não estão inseridas na Matriz de Responsabilidades para a Copa de 2014. O TCU está acompanhando a concessão de crédito firmada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Estado da Bahia para as obras no estádio, onde serão realizados jogos do mundial de 2014.

O modelo de contratação para intervenções na estádio foi a Parceria Público-Privada (PPP) entre o Governo do Estado da Bahia e a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Fonte Nova Negócios e Participações S.A. (FNP). A entidade é formada pelas empresas Odebrecht Investimentos em Infraestruturas Ltda. e a Construtora OAS Ltda. Os investimentos na Fonte Nova superam os R\$ 714 milhões.

De acordo com a auditoria do Tribunal, as obras de acesso são igualmente necessárias para o adequado funcionamento e operação do estádio. O Ministro Valmir Campelo, relator do processo, destaca que a inclusão na matriz de responsabilidade de todas as ações necessárias à realização bem-sucedida da Copa é condição primeira para a identificação dos caminhos críticos necessários à conclusão tempestiva das obras para o mundial.

O TCU alertou o Ministério do Esporte quanto à necessidade de que os investimentos relacionados à acessibilidade urbana da Arena Fonte Nova passem a integrar a Matriz de Responsabilidades para a Copa de 2014. O Tribunal também acompanhará o contrato de financiamento a ser realizado entre a FNP e o Banco do Nordeste com vistas à demolição e reconstrução do referido estádio. Cabe ao Tribunal analisar os procedimentos de contratação de crédito e a verificar a adequação e a suficiência das garantias. Já a fiscalização da aplicação dos recursos obtidos para as obras cabe aos tribunais de contas dos estados e dos municípios. (Acórdão nº 1.794/Plenário, de 6.7.2011, TC nº 026.869/2010-1, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: 9ª Secex).

TCU encontra indícios de sobrepreço na locação de bens móveis para os V Jogos Mundiais Militares

O Tribunal determinou ao Ministério da Defesa a retenção de pagamento do saldo contratual referente à locação de móveis utilizados para equipar as vilas olímpicas do Exército, Marinha e Aeronáutica, durante a realização dos V Jogos Mundiais Militares. Os jogos foram realizados no Rio de Janeiro, em julho de 2011.

Em auditoria, o TCU detectou indícios de superfaturamento e de sobrepreço no contrato, calculados, juntos, em mais de R\$ 4 milhões. O Tribunal solicitou que o Comitê de Planejamento Operacional Rio 2011 e que a Base de Apoio Logístico do Exército se manifestem quanto às irregularidades constatadas. (Ata nº 38/Plenário, de 14.9.2011, TC nº 029.040/2011-6, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-RJ).

Outras Ações

TCU fiscaliza convênios do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte

Encontra-se em andamento no âmbito do Tribunal auditoria que tem por objetivo apurar irregularidades em convênios do Programa Segundo Tempo, celebrados entre o Ministério do Esporte e a ONG "Pra Frente Brasil" (anteriormente denominada "Bola pra frente").

A referida auditoria foi determinada pelo Acórdão nº 1.097, de 27.4.2011, em virtude de denúncias anteriores veiculadas pela Imprensa, bem como por representações do Ministério Público junto ao TCU e de parlamentares. A fiscalização do Tribunal visa, além de apurar as irregularidades denunciadas, analisar procedimentos de celebração, fiscalização e aprovação de contas de convênios firmados no âmbito do Programa Segundo Tempo, que tem mais de R\$ 259 milhões de dotação orçamentária para 2011.

Ressalte-se que o TCU tem atuado na fiscalização do referido Programa, desde sua inclusão no PPA 2004-2007. Ainda em 2004, foi realizada fiscalização com objetivo de conhecer as políticas públicas de apoio e incentivo ao desenvolvimento do esporte. Na ocasião, o Tribunal determinou a realização de auditoria no Programa Segundo Tempo, a qual foi apreciada por meio do Acórdão n. 214/2006, sendo expedidas diversas recomendações aos órgãos gerenciadores do Programa, objetivando seu aperfeiçoamento, o que foi, ainda, objeto de monitoramentos por parte do TCU. (Acórdãos 704, de 2004; e 214, de 2006)

Além disso, também estão em tramitação fiscalizações destinadas a examinar a regularidade do repasse de recursos federais para Organizações Não Governamentais (ONG) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), em especial no que se refere ao Programa Segundo Tempo. (Comunicação em Plenário do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, em 19.10.2011, TC nº 012.710/2011-3, Unidade técnica: 6ª Secex)

3.12.5. Educação

TCU analisa procedimentos relacionados à realização do Enem

Em agosto, o Tribunal determinou, por medida cautelar, que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) suspendesse pagamentos à Fundação Universidade de Brasília (FUB), contratada para prestar os serviços destinados à realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A decisão foi devido a indício de que o valor estimado para a aplicação do exame seria três vezes superior ao gasto em 2010 e por constatar que a contratação da FUB foi realizada sem licitação.

Posteriormente, o TCU autorizou o Inep a liberar pagamentos à Fundação para realização do Enem. No entanto, o Tribunal apurou que as informações trazidas pelo Inep apontam que o custo do Enem 2011 é superior em 30%. Para o relator do processo, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, esse percentual deve-se ao fato de que o Inep teve de investir na área de segurança e sigilo do exame. Caso ainda assim haja sobrepreço, os valores poderão ser compensados em 2012, no decorrer da execução do contrato.

A decisão do TCU considerou que a suspensão dos pagamentos do contrato celebrado poderia comprometer o Enem 2011, tendo em vista as várias etapas executadas e a inscrição confirmada de 5,3 milhões de estudantes. (Ata nº 34/Plenário, de 17.8.2011 e Ata nº 38/Plenário, de 31.8.2011, TC nº 004.055/2011-0, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: 6ª Secex).

Outras Ações

TCU avalia ações da educação profissional

No trimestre, teve início auditoria nas ações de ensino técnico profissionalizante. A fiscalização tem por objetivo avaliar o desempenho dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), no que se refere à seleção/oferta de cursos e interação com os arranjos produtivos locais, utilização/ociosidade da estrutura física, disponibilidade do corpo docente, políticas de acesso de alunos, políticas de permanência do aluno e acompanhamento da qualidade dos cursos ofertados. O trabalho abrange instituições sediadas nos estados de MG, ES, PE, RJ, RS e SP.

Vislumbra-se grande oportunidade na realização desta auditoria, pois segundo informações no site do Ministério da Educação, a rede federal de educação profissional está vivenciando a maior expansão de sua história. De 1990 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no País. Nos últimos sete anos, porém, o Ministério da Educação já entregou à população várias unidades das 214 previstas no plano de expansão da rede federal. Em 2010, o número de escolas deveria ultrapassar as 354 unidades previstas, com 500 mil vagas em todo o País.

Considerando as ações orçamentárias que tratam do funcionamento e da expansão da rede federal, o total de recursos liquidados em 2010 foi de R\$ 2,93 bilhões. (TC nº 026.062/2011-9, Relator: Ministro José Jorge, Unidades técnicas: Seprog e Secex MG, ES, PE, RJ, RS e SP)

3.12.6. Energia

TCU avalia estrutura das agências reguladoras

O Tribunal constatou falhas estruturais nas agências reguladoras de infraestrutura no Brasil. Mecanismos de controle como prestação de contas, transparência e controle social não funcionam de maneira adequada, o que prejudica a avaliação de atividades e metas e impossibilita o balanço de ações.

Auditoria do TCU verificou que não há procedimentos padronizados para retorno (feedback) de contribuições recebidas por audiências públicas, o que pode desmotivar a participação da sociedade. Ao analisar os processos de divulgação institucional, constatou-se que grande parte das agências não expressa de forma evidente seus atos. Em relação às práticas de transparência, os procedimentos adotados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) constituem uma boa prática e devem ser utilizados como parâmetro pelas outras agências.

O Tribunal observou, ainda, falta de regulamentos que disciplinem a substituição de conselheiros e diretores por motivos de impedimento, afastamento ou vacância. A única exceção encontrada foi a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

No que diz respeito à autonomia, as agências precisam se posicionar com neutralidade entre interesses do Governo, de investidores e de consumidores. Assim, o TCU recomendou à Casa Civil que eleve o período de quarentena dos dirigentes de quatro meses para, no mínimo, um ano. Essa mudança busca impedir a pressão a que os diretores estão sujeitos. Por haver situações em que há uma demora na indicação de candidatos para funções de diretores, o Tribunal considera a normatização de prazos para indicação e nomeação uma prática que pode aprimorar a governança.

O TCU fixou prazo para que as agências analisadas regulamentem a substituição de conselheiros e diretores e definam normas e prazos para publicação dos relatórios de contribuições da sociedade. Foi recomendado, também às agências, que vinculem as unidades de auditoria interna aos respectivos órgãos colegiados, estruturem políticas voltadas para a divulgação de suas ações e estabeleçam requisitos de transparência nos processos decisórios. (Acórdão nº 2.261/Plenário, de 24.8.2011, TC nº 012.693/2009-9, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: 1ª Sefid).

Contrato para obras na Usina de Simplicio tem irregularidades

O TCU apontou sobrepreço nas obras de implantação do Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (AHE) de Simplicio, conduzidas por Furnas Centrais Elétricas e pelo Consórcio Construtor Simplicio. O Complexo está localizado no rio Paraíba do Sul, na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Auditoria do Tribunal identificou deficiência no projeto básico e acréscimos indevidos no contrato. O empreendimento fará parte do Sistema Integrado Nacional e engloba três obras distintas: uma pequena central hidrelétrica (PCH), uma usina hidrelétrica (UHE) e obras de interligação, como túneis, diques e canais.

O TCU determinou à Furnas que repactue o valor do contrato com o consórcio e que desconte dos próximos pagamentos, caso exista saldo suficiente, o montante pago a maior. A estatal deverá, ainda, informar ao Tribunal, em prazo determinado, o resultado dessas providências, bem como informar as medidas adotadas para reduzir o Bônus e Despesas Indiretas (BDI) aplicável aos pagamentos efetuados ao consórcio. (Acórdão nº 1.789/Plenário, de 6.7.2011, TC nº 008.970/2007-8, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidades Técnicas: Secex-RJ, Secob e Sefid).

TCU fiscaliza obras de implantação de usinas

O Tribunal determinou à Furnas Centrais Elétricas S.A. e ao Consórcio Construtor Simplicio que se manifestem acerca dos indícios de sobrepreço na obra de Implantação do Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica de Simplicio, situado na divisa entre o Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Auditoria do TCU apontou sobrepreço de R\$ 59,7 milhões no contrato das obras da usina hidrelétrica, executado pelo Consórcio.

O Tribunal também determinou que a Furnas retenha o valor do sobrepreço até que haja decisão definitiva sobre a questão e que, como alternativa à retenção de valores, propicie ao Consórcio Construtor Simplicio a oportunidade de oferecer nova fiança bancária. (Acórdão nº 2.234/Plenário, de 24.8.2011, TC nº 008.970/2007-8, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-RJ).

TCU suspende recursos para construção de barragem no RN

O Tribunal determinou, cautelarmente, a suspensão de recursos financeiros para a construção da primeira etapa da Barragem de Oiticica, no Município de Jucurutu/RN, em virtude de sobrepreço de R\$ 33,2 milhões.

O TCU também constatou restrição à competitividade, em decorrência de critérios inadequados; inexistência de composições de todos os custos unitários dos serviços do orçamento do edital; e insuficiência de recursos orçamentários para a execução da obra durante o ano.

Segundo o relator do processo, Ministro Aroldo Cedraz, os argumentos já apresentados pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado e pelo Consórcio não afastaram os indícios de sobrepreço. Por essa razão, o TCU determinou que sejam realizadas novas audiências para que os responsáveis esclareçam as irregularidades apontadas. (Ata nº 35/Plenário, de 24.8.2011, TC nº 002.575/2011-6, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Secex-RN).

3.12.7. Gestão Ambiental

TCU constata falhas nas ações públicas para combate a queimadas e Incêndios florestais

O Tribunal realizou auditoria para verificar as principais causas e vulnerabilidades da elevada ocorrência de queimadas e incêndios florestais e constatou, entre outros, deficiências na integração de políticas, planos e programas de governo para prevenção e combate.

Segundo a auditoria, a atividade econômica na Região Amazônica e no Centro-Oeste, sobretudo na pecuária extensiva e na agricultura de grande porte, é a causa fundamental do desmatamento, do uso do fogo na agropecuária e das queimadas. Constatou-se que o Governo incentiva a agropecuária na Região, por meio do crédito rural e de financiamentos à construção de frigoríficos, sem condições adequadas de produção e sem ações de fiscalização e monitoramento.

A fiscalização do TCU também apontou que 75% das Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral (UCs) não possuem plano de manejo, principal instrumento para o planejamento e gestão das unidades. Verificou-se, ainda, que não há indicadores oficiais de áreas queimadas no Brasil, apenas dados aproximados de desmatamento que não permitem uma avaliação da magnitude e da evolução do problema.

De acordo com dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), somente no ano de 2010, os incêndios florestais destruíram 28% das unidades de conservação federais, o que corresponde a quase 1,5 milhão ha de áreas queimadas. O Parque Nacional das Emas queimou 90%, o da Chapada dos Veadeiros 70% e o do Araguaia 50%, aproximadamente.

Foi determinado ao ICMBio que encaminhe ao TCU plano de ação contendo as medidas necessárias à elaboração dos planos de manejo em todas as unidades de conservação federais e o cronograma de execução das medidas.

O Tribunal recomendou à Casa Civil da Presidência que possibilite a institucionalização do Centro Integrado de Multiagências de Coordenação Operacional, de modo a disponibilizar, em nível nacional e em caráter permanente, um efetivo capacitado e equipado para a realização de ações preventivas. O TCU recomendou ao Ministério da Educação que examine a oportunidade de incluir no currículo do ensino

regular disciplina de educação ambiental para despertar crianças e adolescentes para a necessidade de se conservar o meio ambiente; e ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que desenvolva indicadores de áreas queimadas em território brasileiro. (Acórdão nº 2.516/Plenário, de 21.9.2011, TC nº 028.459/2010-5, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: 8ª Secex).

Outras Ações

Tribunal inicia fiscalização nas ações de revitalização do Rio São Francisco

Por meio de auditoria operacional o TCU avaliará as ações executadas na revitalização do Rio São Francisco. A transposição das águas do Rio São Francisco é um projeto prioritário para o Governo Federal. Apesar das polêmicas entre estados doadores e receptores da água, é consenso que o grande desafio do Governo é conciliar a revitalização do Rio com a sua transposição. O sucesso do empreendimento depende de ações que tenham como objetivo a preservação do Rio e o uso sustentável dos recursos naturais, evitando erosão e assoreamento.

No PAC 2007 a 2010 foram previstos recursos orçamentários da ordem de R\$ 4,1 bilhões na revitalização da Bacia do São Francisco. (TC nº 026.570/2011-4, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidades técnicas: Seprog e 8ª Secex).

3.12.8. Previdência Social

INSS segue recomendação do TCU

O Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) processará judicialmente cartórios que omitem registros de óbitos à Previdência. Sem o registro dessas informações, familiares ou conhecidos do falecido podem continuar a receber o benefício da aposentadoria que deveria ter sido extinto.

Esse pagamento irregular de aposentadoria compôs a relação de irregularidades identificadas durante auditoria do TCU no Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi), realizada em 2009. A partir desse trabalho, por meio do Acórdão 2.812/2009-Plenário, o Tribunal recomendou ao INSS que promovesse a responsabilidade por ato culposo, omissivo ou comissivo, do cartório responsável pela notificação do óbito, em caso de falta de envio da informação do óbito, envio tardio ou incorreto dos dados.

Em nota à imprensa, emitida em maio de 2011, a Procuradoria do INSS informou que “os cartórios são obrigados por lei a informar sobre os óbitos e quando não o faz está sujeito a multas e a sofrer ações regressivas em razão de, por sua omissão, ter de forma subsidiária dada ensejo a pagamentos de benefícios para pessoas que já faleceram”. As pessoas que recebem os benefícios no lugar dos falecidos, por sua vez, podem responder na Justiça por falsidade ideológica, além de obviamente ter os pagamentos suspensos. No entanto, os cartórios nunca haviam sido processados por esse motivo.

Segundo noticiou a imprensa, a Coordenação-Geral de Cobrança e a Procuradoria do INSS receberam informações sobre os cartórios omissos e estão preparando as primeiras ações que serão acompanhadas de multas, que podem chegar a R\$ 100 mil.

3.12.9. Saúde**TCU propõe melhorias na farmácia básica em MG**

Ao avaliar o fornecimento de medicamentos da farmácia básica nos municípios de Belo Horizonte, Ouro Preto e Taquaraçu de Minas, o Tribunal encontrou falhas no planejamento, no armazenamento e na distribuição dos produtos. De acordo com o relator do processo, Ministro José Jorge, as deficiências nos controles causaram o desabastecimento dos medicamentos, prejudicando a população dessas cidades.

O Tribunal recomendou às secretarias municipais de Saúde dos três municípios fiscalizados algumas medidas para aprimorar a gestão da farmácia básica. Belo Horizonte foi orientada a melhorar a infraestrutura farmacêutica e o armazenamento dos medicamentos. Ouro Preto precisa reestruturar os serviços para agilizar o acesso dos pacientes aos remédios e informatizar o controle dos estoques. Para Taquaraçu de Minas, o TCU sugeriu a criação de comissão para seleção de medicamentos, conforme estudos técnicos do perfil epidemiológico da população.

O TCU também recomendou à Secretaria da Saúde do Estado de Minas Gerais que aprimore a orientação e o assessoramento prestado aos municípios mineiros. (Acórdão nº 2.169/Plenário, de 17.8.2011, TC nº 018.392/2010-5, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Secex-MG).

Outras Ações**Gestor relaciona melhorias em programa de saúde à ação direta do TCU**

O Gerente de Apoio Diagnóstico da Diretoria de Assistência Especializada da Secretaria de Saúde do Distrito Federal encaminhou mensagem ao TCU para informar sobre avanços nos serviços de mamografia, decorrentes de deliberações do Tribunal em auditoria realizada em 2009.

Segundo o Gerente, o mês de outubro deste ano iniciou-se com a fila de espera zerada, contrato de manutenção para todos os mamógrafos e com dez dos onze aparelhos em funcionamento. Na mensagem, ele afirma que esses resultados são frutos da auditoria realizada pelo Tribunal.

O trabalho, de relatoria do Ministro Valmir Campelo, originou-se de solicitação do Congresso Nacional para que o TCU verificasse a aplicação de recursos federais na aquisição, controle e manutenção dos mamógrafos na rede pública de saúde, bem como a capacidade do SUS de realizar exames de mamografia, como previsto na legislação. (Acórdão nº 247/Plenário, 24.2.2010, Relator: Ministro Valmir Campelo Unidades técnicas: 4ª Secex e Seprog)

3.12.10. Segurança Pública**TCU monitora ações da Defesa Civil para socorro e prevenção de desastres**

Monitoramento realizado pelo Tribunal detectou falhas no acompanhamento de recursos transferidos pelo Ministério da Integração Nacional a estados e municípios para programas de prevenção a desastres. Esse monitoramento foi realizado em complemento a uma auditoria de 2010. À época, o Senado Federal solicitou ao TCU que avaliasse os principais fatores que dificultavam a atuação da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec) nas ações de prevenção e resposta aos desastres.

Já a auditoria mais recente foi realizada a pedido do Ministério da Integração em razão do desastre climático ocorrido na região serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, e teve como objetivo avaliar não só as ações de Defesa Civil, mas também as mudanças ocorridas na legislação sobre a transferência de recursos federais.

O TCU constatou que alterações ocorridas na legislação que rege a transferência de recursos tornaram o mecanismo de repasse mais flexível e rápido. Por isso, foi destacada necessidade de fiscalização efetiva, por parte do Ministério, para assegurar a correta aplicação dos recursos federais. A ausência de acompanhamento eficaz deixa vulnerável a transferência de recursos nos programas contra desastres e a ausência de normatização gera subjetividade na classificação das ações da Defesa Civil.

Também foi apontada a necessidade de reestruturação da Sedec, tendo em vista que a carência de recursos humanos na Secretaria, verificada pelo Tribunal em 2010, permanece e prejudica o acompanhamento dos processos em execução, bem como a análise tempestiva das prestações de contas.

O TCU determinou ao Ministério da Integração que elabore normativo que oriente os entes federados quanto à distinção entre as denominadas "ações de resposta" (socorro e assistência às vítimas), "ações de reconstrução" (resposta aos desastres e reconstrução) e "ações de prevenção". (Acórdão nº 1.781/Plenário, de 6.7.2011, TC nº 000.741/2011-6, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: Seprog).

TCU identifica falhas nas ações de reconstrução de municípios atingidos por enchentes/PE

O Tribunal constatou irregularidades na aplicação de recursos repassados pelo Ministério da Integração Nacional ao Governo do Estado de Pernambuco para atender a 41 municípios na região atingida pelas enchentes ocorridas em junho de 2010.

Auditoria do TCU apontou despesas executadas em desacordo com os planos de trabalho dos termos de compromisso, falhas nas composições de preços de serviços de transporte de material e no controle da remuneração financeira dos recursos repassados; deficiências no processo de fiscalização e de controle de qualidade das obras; além de falhas de atestação de despesas e de organização documental.

O trabalho do Tribunal teve por objetivo avaliar a atuação da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec) do em relação ao Programa de Resposta aos Desastres e Reconstrução, e analisar aspectos relativos aos critérios de distribuição de recursos para prevenção de desastres.

Segundo o Ministro Ubiratan Aguiar, relator do processo, agilidade e desburocratização na transferência e aplicação dos recursos federais são necessárias à tempestiva ação governamental e a preocupação com o controle da aplicação dos recursos é aspecto essencial da gestão.

Para sanar as falhas constatadas, o TCU determinou prazo à Sedec do Ministério da Integração Nacional para que informe o resultado da análise das alterações propostas pelo Governo do Estado de Pernambuco e também determinou ao Comitê Gestor da Operação de Reconstrução de Pernambuco que avalie a composição de preços e, caso necessário, faça a devida correção baseada na tabela do Sistema de Preços, Custos e Índices (Sinapi). (Acórdão nº 1.790/Plenário, de 6.7.2011, TC nº 019.362/2010-2, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: Secex-PE).

TCU encontra sobrepreço em obras de cadeias públicas

O Tribunal identificou irregularidades nos contratos firmados entre o Estado do Rio Grande do Norte e a Caixa Econômica Federal para a construção de cadeias públicas nas cidades de Ceará Mirim e Macau.

Relatório do TCU identificou, em ambos os contratos, projeto básico incompleto e preços excessivos em relação ao mercado, resultando em sobrepreço de R\$ 728,8 mil. O Tribunal também constatou que os critérios de habilitação nas obras da cadeia de Ceará Mirim estavam em desacordo com a Lei de Licitações. A Secretaria da Justiça e Cidadania e a Secretaria de Infraestrutura são responsáveis pela aplicação dos recursos e pela fiscalização e contratação das obras.

Por esses motivos, o TCU determinou prazo para que as referidas secretarias e Caixa apresentem justificativas acerca das irregularidades apontadas. A empresa M&K Comércio e Construções Ltda., contratada para execução das obras, deverá apresentar justificativa para o sobrepreço apontado. (Acórdãos nºs 1.883 e 1.884/Plenário, de 20.7.2011, TC nº 011.664/2011-8 e nº 011.665/2011-4, Relator: Ministro Raimundo Carreino, Unidade Técnica: 1ª Secob).

TCU identifica falhas no gerenciamento de ações do Pronasci

O Tribunal identificou irregularidades nos convênios firmados entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça, e os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Segundo auditoria do Tribunal, há fragilidade no acompanhamento e fiscalização dos convênios, deficiência na interação entre as ações do Programa, inexistência de critérios para inclusão de jovens e mulheres nos programas Mulheres da Paz e Protejo e execução parcial dos objetivos do convênio. O TCU fiscalizou três ações do Pronasci: Territórios da Paz; Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), Projeto Mulheres da Paz e Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo).

O Programa, criado a partir da necessidade de implementação de políticas voltadas à redução dos índices de violência, destina-se a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas.

Para sanar tais irregularidades, o TCU recomendou à Senasp e à Secretaria Executiva do Pronasci que adotem medidas para normatizar as ações e projetos do Programa, fixando critérios, parâmetros e regras para sua implantação. Recomendou, ainda, que estabeleçam critérios técnicos e específicos para definir o público-alvo e a forma de seleção dos participantes do Protejo. (Acórdão nº 1.672/Plenário, de 22.6.2011, TC nº 023.312/2010-6, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: 8ª Secex).

3.12.11. Transporte**TCU fiscaliza obras do cais comercial do Porto de Vitória**

O Tribunal identificou sobrepreço de mais de R\$ 3,6 milhões nas obras de reforma, ampliação e alargamento do cais comercial do Porto de Vitória/ES. O valor corresponde a irregularidades em 10 itens da planilha de orçamento.

O TCU concedeu prazo à Companhia Docas do Espírito Santo S.A. (Codesa) para repactuar os valores dos itens com preços irregulares, constantes no contrato com a empresa Carioca Christiani Nielsen Construtora S.A. Foi analisada a documentação enviada pela Codesa e pela empresa contratada, no entanto, a documentação encaminhada ao Tribunal foi considerada insuficiente para afastar o sobrepreço.

Inicialmente, o valor encontrado pelo TCU ultrapassava a casa dos R\$ 20 milhões. Após visitar o local da obra, conversar com técnicos da Codesa e da empresa contratada, consultar fabricantes de equipamentos e realizar pesquisas de mercado, foi possível reduzir o sobrepreço, com montante fixado em torno de R\$ 3,6 milhões.

A empresa contratada afirmou que o item do processo “Trilho para portainer/3º trilho para guindastes antigos” seria excluído do contrato, o que contribui para diminuição do sobrepreço. Já o item “Escavação em rocha sã” foi estudado para analisar sua real produtividade.

O TCU decidiu não suspender a obra, acolher parcialmente as justificativas apresentadas pelos membros da Codesa e informar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional o sobrepreço de mais de R\$ 3,6 milhões, além de determinar a continuidade de acompanhamento de sua execução. (Acórdão nº 1.894/Plenário, de 20.7.2011, TC nº 007.403/2010-0, Relator: Raimundo Carreiro, Unidades Técnicas: 1ª Secob e 4ª Secob).

TCU verifica pendências no projeto do Transcarioca

O Tribunal constatou, em acompanhamento da concessão de crédito para financiamento do Projeto Transcarioca (corredor T5), falta da licença ambiental prévia para o segundo trecho da obra. A operação de crédito está sendo celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. O BNDES financiará 74,5% da obra.

O projeto prevê um sistema de ônibus, composto por linhas-tronco que operam em um corredor viário de cerca de 38,1 km, ligando a Barra da Tijuca ao Aeroporto do Galeão. Ele está dividido em duas etapas: Barra – Penha, a primeira linha, e Penha – Ilha do Governador, a segunda. O Tribunal identificou que apenas o primeiro trecho possui licença prévia. Existem ainda pendências para a aprovação do projeto básico e falta de detalhamento do orçamento de obras civis. De acordo com a equipe técnica do TCU, o BNDES cercou-se de cuidados para liberar a primeira parcela da segunda etapa.

O Tribunal determinou que o BNDES só libere os recursos referentes à segunda etapa quando o projeto estiver regularizado ambientalmente e aprovado. Determinou também que o Banco encaminhe ao TCU relatórios periódicos relativos ao progresso físico-financeiro do Transcarioca, com análise qualitativa de desvios e de aspectos relevantes.

O empreendimento faz parte das ações para realização da Copa do Mundo de 2014 e custará R\$ 1,582 bilhão para o Município do Rio de Janeiro. (Acórdão nº 2.085/Plenário, de 10.8.2011, TC nº 026.868/2010-5, Relator: Valmir Campelo, Unidade Técnica: 9ª Secex).

TCU determina suspensão de contratos de obras da ferrovia Oeste-Leste

O Tribunal identificou irregularidades em obras de implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), sub-trecho no Estado da Bahia, entre Caetité e Barreiras. O TCU determinou a suspensão da execução dos contratos relativos a quatro lotes e informou ao Congresso Nacional que as irregularidades são graves, segundo definição da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 (LDO/2011).

A auditoria do Tribunal apontou deficiência e desatualização do projeto básico, ausência de critérios objetivos para o julgamento de propostas das empresas que participaram da concorrência para execução dos serviços, pagamento adiantado por 230 mil grampos elásticos no valor de mais de R\$ 2 milhões e planilha orçamentária de "serviços por administração" que não identifica o objeto executado.

Os estudos técnicos insuficientes ou, em alguns casos, ausentes, afastam o projeto básico do padrão estabelecido pela Lei de Licitações. Segundo o relator do processo, Ministro-Substituto Weder de Oliveira, nomear de "projeto básico" um documento sem os elementos necessários não é correto. É preciso que haja adequação ao que é exigido por lei.

A Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., responsável pela obra, apresentou justificativas para as irregularidades encontradas. Contudo, os esclarecimentos não foram suficientes para o Tribunal alterar as observações iniciais, principalmente em relação ao projeto básico. Como o projeto necessita de mudanças, novos custos e orçamentos deverão ser elaborados, o que impossibilita o conhecimento do custo real da obra e gera potencial prejuízo aos cofres públicos.

O TCU realizaráitiva da Valec, acerca dos quatro contratos baseados em projeto básico deficiente. A empresa deverá, ainda, apresentar justificativas para a manutenção das contratações já efetivadas e para a compra dos grampos antes da data de aplicação do material na obra. (Acórdão nº 2.371/Plenário, de 31.8.2011, TC nº 016.731/2011-5, Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Unidade Técnica: 4ª Secob).

TCU Identifica sobrepreço em obras na BR-104/PE

O Tribunal multou gestores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco (DER/PE) em razão de irregularidades graves identificadas nas obras de adequação do trecho rodoviário – entroncamento PE-160 e PE-149 na BR-104/PE.

Auditoria do TCU constatou os seguintes indícios de irregularidades graves: critério de medição incompatível com o objeto pretendido; sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado e de itens em duplicidade; desvio do objeto contratado devido a alterações qualitativas; ausência de prestações de contas e alterações no contrato sem o respectivo termo aditivo.

O TCU determinou prazo ao DER/PE para que providencie, nas medições futuras do contrato, o desconto do valor de mais de R\$ 3,2 milhões, em razão de pagamentos indevidos nas faturas anteriores.

Tendo em vista as irregularidades, o Tribunal também determinou ao Dnit que fiscalize a execução dos serviços em conformidade com o projeto de engenharia e as revisões apresentadas e que providencie os devidos ajustes nos demais itens da obra apontados no relatório da auditoria. (Acórdão nº 1.788/Plenário, de 6.7.2011, TC nº 008.224/2010-2, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: 2ª Secob).

TCU: Sistema Viário Marginal Baquirivu pode causar prejuízo aos cofres públicos

O Tribunal constatou que as obras de Implantação do Sistema Viário Marginal Baquirivu, no Município de Guarulhos/SP, ainda não foram concluídas e que o sobrepreço encontrado no contrato pode causar prejuízo de quase R\$ 7 milhões aos cofres públicos. O empreendimento está sendo realizado por meio de acordo firmado entre o Município de Guarulhos e a Construtora OAS Ltda.

A auditoria do TCU também ressaltou que não foram identificadas novas irregularidades na etapa mais recente de fiscalização. Isso porque as obras, além de estarem parcialmente concluídas, estão paralisadas e não contaram com novos recursos federais.

Ao ser questionado pelo Tribunal, o Município, representado pelo Prefeito, limitou-se a informar que considera a obra concluída e que, por esse motivo, o contrato não estaria mais vigente. Outra alegação foi a de que os processos administrativos relativos às obras estariam em poder do Ministério Público Federal, em razão de decisão judicial.

Diante das constatações, o TCU comunicou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram implementadas pelo Órgão gestor as medidas indicadas pelo Tribunal para sanear os indícios de irregularidades graves. Também foi informado que o saneamento do prejuízo depende do desconto no pagamento dos serviços a serem executados, além da análise de adequabilidade dos preços contratados para serviços futuros, com os valores do Sistema de Custos Rodoviários (Sicro). O Tribunal ainda sugere, caso necessário, a renegociação dos preços das obras a serem executadas. (Acórdão nº 2.007/Plenário, de 3.8.2011, TC nº 013.223/2011-9, Relator: Augusto Nardes, Unidade Técnica: 2ª Secob).

TCU aponta irregularidades em trecho rodoviário na BR-101/(BA)

O Tribunal recomendou ao Congresso Nacional o bloqueio de recursos para as obras de duplicação e restauração da BR-101, no trecho entre os Estados da Bahia e de Sergipe. A decisão decorre da identificação de sobrepreço de R\$ 69 milhões, que corresponde a aproximadamente 10% do valor total da contratação.

Auditoria do TCU constatou previsão do uso de brita comercial na obra em valores acima do preço referencial estabelecido no sistema de custos de obras rodoviárias do Dnit (Sicro-2). Verificou-se, também, ausência de estudos de viabilidade técnico-econômica acerca da possibilidade de utilização da brita produzida em vez da brita comercial.

O Tribunal determinou que o Dnit faça a revisão do orçamento da licitação e adote para todos os insumos e serviços a tabela do Sicro-2. O Órgão também deverá estudar a utilização de pedreiras vizinhas aos trechos das obras que não possuam licenciamento ou lavra concedida, mas que possam ser objeto de prévio bloqueio das jazidas junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). (Acórdão nº 2277/Plenário, de 24.9.2011, TC nº 002.560/2011-9, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: 2ª Secob)

TCU encontra irregularidades em obras do Dnit no ES

O Tribunal encontrou irregularidades na condução de concorrências realizadas pela Superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Espírito Santo (Dnit-SR/ES). As licitações em questão visam à construção de passarelas metálicas nas rodovias BR-262/ES e BR-101/ES.

A Superintendência do Dnit/ES exigiu como requisito de comprovação de aptidão profissional e operacional serviços que não atendem a pressupostos de relevância técnica e de valor significativo. Outra irregularidade constatada foi a alteração, já no período de julgamento, no quantitativo da planilha orçamentária e da única proposta de preço existente. O valor orçado teve aumento de cerca de 80%. Essas modificações, nessa fase do processo, exigiriam republicação do edital. Além disso, o Tribunal apontou irregularidades relacionadas à publicidade dos orçamentos das concorrências.

Diante das verificações, o TCU determinou que o Dnit/ES proceda à anulação das referidas concorrências ou, ao menos, à declaração de nulidade dos procedimentos licitatórios subsequentes à publicação dos editais, retificando-os quanto às irregularidades e republicando-os. (Acórdão nº 2253/Plenário, de 24.8.2011, TC nº 005.410/2011-8, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Secex-ES).

TCU fiscaliza obras de restauração da BR-393/MG

O Tribunal realizou inspeção nas obras de restauração da rodovia BR-393/MG, sob responsabilidade da Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes em Minas Gerais (DNIT/MG), contratadas com o consórcio Fidens-Empa-Terrayama.

Para o relator do processo, Ministro Raimundo Carreiro, "a fiscalização evidenciou um fato importante para a gestão de obras públicas: o consórcio responsável pelas obras fiscalizadas, por razões técnicas, passou a adquirir brita junto a outros fornecedores, mais distantes". No entanto, em atendimento à exigência da área de fiscalização do Dnit, essa mudança não implicou aumento no custo contratual. O aumento de custo foi compensado pelo incremento de eficiência da contratada, que concordou com a solução adotada. (Acórdão nº 1.938/Plenário, de 27.7.2011, TC nº 003.296/2011-3, Relator: Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-MG).

TCU susta pagamentos da construção do Porto Fluvial de Maués/AM

O Tribunal determinou, cautelarmente, que a Prefeitura de Maués/AM suspenda pagamentos ainda devidos à empresa Estaleiro Rio Amazonas Ltda. (Fram), contratada para construir o Porto Fluvial de Maués. A obra foi executada por convênio firmado entre o Município e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Entre as impropriedades que provocaram a medida cautelar, o Tribunal identificou falta de detalhamento de custos de mão de obra, de materiais e de equipamento. Além disso, apontou pagamentos por serviços não realizados e sobrepreço de mais de R\$ 457 mil, em consequência do superdimensionamento das pontes móveis.

Segundo despacho do relator, Ministro-Substituto Augusto Sherman, as informações encaminhadas ao TCU indicam que a obra não se adequava ao projeto licitado. As pontes móveis apresentavam estrutura diferente da prevista, com 57 toneladas de aço a menos do que o estabelecido no contrato, o que pode ter resultado em prejuízos por redução da quantidade de materiais e de serviços empregados. A largura das pontes, móveis e fixas, foi reduzida (de seis para cinco metros), o que, para o relator, certamente comprometeu a funcionalidade do porto.

O Tribunal realizará oitiva da Eram, do Dnit e da Prefeitura de Maués e concedeu prazo para que os responsáveis se pronunciem em relação às irregularidades. Também será avaliado o custo da obra para quantificar o potencial prejuízo e identificar os responsáveis pelo desacordo com o projeto. (Comunicação em Plenário, Ata nº 31/Plenário, de 3.8.2011, TC 032.914/2008-0, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-AM).

3.12.12. Turismo

TCU identifica evidências de fraude em convênio do MTur

O Tribunal verificou irregularidades graves em convênio celebrado entre entidades privadas e o Ministério do Turismo (MTur), destinado ao cumprimento de estudos e pesquisas sobre logística no turismo no Estado do Amapá. Segundo o Ministro Augusto Nardes, relator do processo, foram apuradas “fortes evidências da ocorrência de fraudes nos procedimentos de contratação das empresas”.

Presença de entidade privada sem qualificação técnica e sem capacidade operacional, ausência de fiscalização dos recursos aplicados, ausência de prestação de contas e falta de comprovação de execução dos serviços conveniados são algumas das impropriedades identificadas pelo Tribunal.

O TCU observou também indícios de arranjo entre a Cooperativa de Negócios e Consultoria Jurídica (Conectur) e outras empresas envolvidas devido à relação de parentesco e ao direcionamento das contratações. Além disso, os recursos públicos destinados à Conectur não foram aplicados corretamente, o que gerou prejuízos aos cofres públicos.

Os responsáveis deverão apresentar justificativas para as irregularidades, ou recolher os valores referentes ao dano causado. O Tribunal determinou, cautelarmente, a indisponibilidade dos bens dos responsáveis pelo período de um ano. Determinou, ainda, prazo ao Banco do Brasil para que disponibilize cópias dos documentos que identificam os responsáveis por depósitos e retiradas da conta bancária do referido Convênio. (Acórdão nº 2.141/Plenário, de 17.8.2011, TC nº 006.542/2011-5, Relator: Augusto Nardes, Unidade Técnica: Secex-AP).

TCU suspende repasses entre MTur e Ibrasi

O Tribunal suspendeu a execução do convênio entre o Ministério do Turismo (MTur) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (Ibrasi) para ações de fortalecimento da cadeia produtiva de turismo no Amapá. O Ibrasi não deverá receber repasses de recursos até que o TCU decida, de forma definitiva, sobre as irregularidades encontradas. Também não deverá utilizar qualquer parcela dos R\$ 4 milhões já liberados. A Caixa Econômica Federal, ainda segundo a decisão do TCU, deverá bloquear de imediato saque ou transferência desse montante ou de qualquer outra parcela recebida.

O convênio, no valor de R\$ 5,5 milhões, foi celebrado com entidade privada sem qualificação técnica para gerir o acordo. O Tribunal verificou inexistência ou insuficiência de fiscalização e ausência de registro de dados sobre a execução do convênio no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Sincov).

As informações apresentadas ao TCU não justificaram ou sanearam as irregularidades. Os responsáveis serão ouvidos novamente e deverão apresentar razões de justificativa para as irregularidades apontadas. (Acórdão nº 2.056/Plenário, de 10.8.2011, TC nº 005.361/2011-7, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidade Técnica: Secex-AP).

TCU determina levantamento de convênios do Ministério do Turismo

O Tribunal realizará levantamento para identificar convênios do Ministério do Turismo firmados entre 2008 e 2011 voltados a ações de desenvolvimento ou capacitação na área turística do Brasil. Caso sejam encontrados indícios de irregularidades, o TCU deverá realizar auditoria.

Os ministros do TCU aprovaram proposta do relator Augusto Nardes, formulada em razão de irregularidades graves constatadas em três convênios do Ministério para capacitação de pessoal e de acontecimentos noticiados desde a realização da Operação Voucher, deflagrada pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) com apoio do Ministério Público Federal (MPF). Dentre as irregularidades encontradas pelo TCU e outros órgãos de controle estão contratação de entidades sem condições técnicas operacionais, direcionamento e fraude nas contratações e pagamento antecipado de serviços.

A partir das fiscalizações do TCU e dos fatos noticiados, o Ministro Augusto Nardes constatou que as irregularidades não foram notadas apenas na execução dos três convênios examinados e que não se trata de casos isolados. (Comunicação em Plenário, em 17.8.2011, pelo Ministro Augusto Nardes, relator da matéria, Unidades técnicas: Adplan e 5ª Secex)

4. RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO

A efetividade do sistema de controle depende da conjugação de esforços institucionais com o exercício da cidadania.

O Congresso Nacional, como titular do controle externo, e a sociedade, como beneficiária das ações governamentais, possuem papel importante para o sucesso das ações de controle.

Desse modo, interagir com a sociedade e estreitar o relacionamento com o Parlamento, por meio do estabelecimento de canais apropriados de diálogo que permitam a identificação de demandas e de expectativas, bem como a captação de informações estratégicas para o exercício do controle, emergem como ações indispensáveis à definição de foco de atuação, ao fortalecimento do controle externo e ao incremento da sua efetividade.

Os gestores públicos desempenham papel crucial nesse processo, pois, por um lado, constituem verdadeiros objetos do controle, quando têm suas contas e atos de gestão apreciados, e, por outro, podem atuar como parceiros, na medida em que as boas práticas de gestão por eles adotadas podem ser exemplo para utilização no âmbito de toda a Administração Pública.

4.1. Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

A Câmara dos Deputados, o Senado Federal e as comissões técnicas ou de Inquérito podem solicitar ao Tribunal a realização de auditorias e o fornecimento de informações sobre fiscalizações efetuadas.

Durante o 3º trimestre de 2011, foram autuados 20 processos de solicitação do Congresso Nacional. No mesmo período, foram apreciados 14 processos dessa natureza. Ao final do trimestre, estavam em tramitação, no Tribunal, 58 processos de solicitação do Congresso Nacional.

• Processos de SCN autuados	20
• Processos de SCN julgados	14
• Processos de SCN em tramitação do Tribunal	58

4.2. Audiências no Congresso Nacional

Dentre as iniciativas promovidas pelo Congresso Nacional para fomentar a participação da sociedade civil organizada no exercício das atividades relacionadas com o Poder Legislativo, destaca-se a reunião de audiência pública, promovida pelas diversas Comissões das Casas do Parlamento como instrumento destinado a instruir as matérias em trâmite, bem como tratar de assuntos relevantes de interesse público.

Os planos institucionais do TCU estabelecem ações voltadas ao fortalecimento do canal de comunicação com o Congresso Nacional, à ampliação da oferta de produtos e à apresentação de trabalhos relevantes do Tribunal ao Parlamento.

A participação do Tribunal em reuniões de Comissões e em audiência pública se traduz em significativa oportunidade para a discussão de temas indispensáveis ao aprimoramento das ações de controle a cargo do TCU e do próprio Congresso Nacional. Estão relacionadas a seguir as participações do Tribunal nesses eventos no 3º trimestre de 2011.

4.2.1. Câmara dos Deputados

Em 15 de setembro, representante do Tribunal participou de audiência pública na Câmara dos Deputados, organizada por iniciativa do 2º Vice-Presidente da Câmara, Deputado Eduardo da Fonte. A reunião discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2011, que trata da devolução de cerca de R\$ 7 bilhões cobrados indevidamente dos consumidores pelas concessionárias de energia elétrica entre 2002 e 2009, em razão de falhas identificadas pelo Tribunal em auditoria sobre reajuste das tarifas, conforme os Acórdãos do TCU nº 2.210 e 2.544, ambos de 2008. O Deputado é um dos autores do referido Projeto.

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)

Em 1º de julho, representante do TCU, juntamente com membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, participou de visita técnica às obras do Aeroporto

Tancredo Neves e ao Estádio do Mineirão em Belo Horizonte/MG. Posteriormente, no dia 28 de setembro, de igual modo, foi realizada visita às obras da Estrada da Boladeira e do Contorno de Maringá no Paraná.

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)

No dia 9 de agosto, o Tribunal participou de audiência pública na Câmara dos Deputados. O evento, promovido pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, tratou da uniformização dos procedimentos de liberação e prestação de contas de contratos, convênios e transferências obrigatórias destinados à Defesa Civil. O representante do TCU destacou a importância da fiscalização concomitante da aplicação dos recursos repassados para atendimento às situações de emergência.

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)

Representante do Tribunal também participou, no dia 30 de agosto, do Fórum de Debates sobre Governo Aberto promovido pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara (CFFC). O evento discutiu temas que seriam objeto de abordagem na Assembleia Geral da ONU, realizada em setembro deste ano, sob a liderança da Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, especialmente transparência, participação e cidadania. Também foram abordados os temas Rede de Controle existente no Tribunal, a segurança da informação – com destaque para o levantamento realizado pelo TCU sobre a governança de TI – e a necessidade de investimento no setor.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

No mês de agosto, representantes do TCU reuniram-se com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), Deputado Giovanni Cherin, para informar-lhe sobre os resultados dos trabalhos realizados pelo Tribunal no âmbito do Programa Nacional de Atividades Nucleares. Tratou-se, também, de determinações e recomendações do TCU relacionadas ao Programa.

4.2.2. Senado Federal

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)

No dia 13 de julho, o Ministro José Jorge participou de reunião na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal para tratar do lançamento do Portal de Fiscalização da Copa 2014.

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)

No mês de agosto, representantes do TCU reuniram-se com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Senador Rodrigo Rollemberg, para informar-lhe sobre os resultados dos trabalhos realizados pelo Tribunal no âmbito do Programa Nacional de Atividades Nucleares. Na reunião, trataram também de determinações e recomendações do TCU aos órgãos e entidades que atuam naquele Programa, com vistas à adoção de medidas administrativas que contribuam para o aprimoramento da segurança no setor.

Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)

No dia 17 de agosto, representantes do Tribunal participaram de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O evento, presidido pelo Senador Paulo Bauer, discutiu aspectos referentes aos recursos financeiros destinados à Educação nos anos de 2009 e 2010. Tratarão também de achados mais relevantes de auditorias relacionadas à área e as respectivas determinações e recomendações proferidas pelo TCU.

Representante do TCU também participou, em 27 de setembro, de audiência pública na Comissão de Educação para tratar de aspectos relacionados à Copa do Mundo de 2014 e às olimpíadas de 2016.

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

No dia 24 de agosto, representantes do Tribunal participaram de seminário para discutir o Projeto de Lei nº 84, de 1999, que trata de crimes cometidos pela Internet. Realizado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, o evento abordou os temas: tipos penais, formas de investigação, economia e segurança, direitos fundamentais e cidadania.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

No dia 21 de setembro, o Ministro-Substituto André Luís participou de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O evento discutiu o Projeto de Lei nº 1.292/1995 do Senado Federal, que altera a Lei nº 8.666, de 1993, norma que regulamenta licitações e contratos da Administração Pública.

4.2.3. Câmara dos Deputados e Senado Federal

No dia 5 de julho, representante do Tribunal participou do II Fórum Legislativo das Cidades-Sede da Copa 2014, na Câmara Legislativa do Distrito Federal. O fórum, organizado pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, objetivou mobilizar o Poder Legislativo, em todos os seus três níveis, federal, estadual e municipal, para uma reflexão sobre as responsabilidades desse Poder na realização da Copa de 2014.

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

Em 11 de agosto, representantes do TCU participaram de reunião no Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI) da Comissão Mista de Orçamento. O Comitê é coordenado pelo Deputado Welton Prado e tem como propósito elaborar relatório, a ser apresentado no Plenário da CMO, sobre as obras consideradas irregulares. No encontro discutiram-se obras relacionadas à Valec, à Funasa, à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

No dia 18 de agosto, representantes do Tribunal foram recebidos pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI). A reunião tratou de irregularidades constatadas em fiscalizações do TCU; da necessidade de repactuação de valores do contrato das obras de contenção e ampliação do cais do Porto de Vitória/ES, atualmente paralisada; de medidas saneadoras para a construção das barragens de Oiticica e de Congonhas; e, ainda, da situação das obras em presídios, verificada no âmbito da auditoria realizada na Penitenciária de Passo Fundo/RS. Também participaram da discussão, representantes da Secretaria Especial de Portos, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

No mês de setembro, representantes do Tribunal também participaram de reunião do referido Comitê para discutir obras realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Estiveram presentes na reunião os Deputados João Magalhães, João Dado e Marinha Raupp.

4.3. Rede de Controle

Instituída pelo TCU, a Rede de Controle da Gestão Pública foi lançada em 25 de março de 2009. Ela é formada mediante a assinatura de acordos de cooperação entre órgãos que atuam no controle e na fiscalização do uso de recursos públicos, priorizando a atuação estratégica e coordenada. A atuação coordenada visa definir diretrizes comuns e ações conjuntas. A cooperação deve evitar ações repetitivas, desperdício de recursos humanos e materiais, além de aumentar a probabilidade de atingir objetivos em comum.

Para 2011, foi prevista a realização de auditorias de forma articulada nas áreas de saúde, educação e segurança pública. Começarão também os trabalhos de fiscalização nos preparativos do País para a Copa do Mundo de 2014.

Atualmente, as ações da Rede de Controle da Gestão Pública estão divididas em subgrupos de trabalhos, que desenvolvem cinco temas:

- tipologias de irregularidades cometidas;
- fiscalização de obras públicas;
- processo de tomadas de contas especial (TCE);
- Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos (Cadicon); e
- terceirização de serviços públicos.

Em agosto deste ano, realizou-se reunião com diversos representantes dos órgãos participantes da Rede de Controle, com o objetivo de fazer um balanço dos trabalhos realizados no ano, como também para dar início a novas ações. Teve destaque o sucesso da Rede de Controle nos estados e a importância dos trabalhos conjuntos no âmbito nacional.

No evento, o subgrupo de terceirização informou que a Instrução Normativa 056/2007, que dispõe sobre a instauração e organização de processo de tomada de contas especial, deve ser substituída. A proposta do novo normativo foi finalizada e é uma tentativa de aprimorar o processo de TCE. Os principais pontos são: redução do tempo entre a ocorrência do fato e a instauração da tomada de contas, especificação dos documentos fundamentais para formalizar o processo, discriminação dos elementos imprescindíveis para efetuar a correta responsabilização e alteração do valor mínimo para constituir o processo.

Outro resultado de trabalho conjunto de sucesso foi apresentado pelo subgrupo de obras públicas. A obra na BR-101-NE foi o empreendimento que serviu de base para atuação da Rede de Controle. Os pontos abordados pela equipe foram, fundamentalmente, o efeito da restrição à competitividade, projeto mal elaborado e efeito da deficiência da fiscalização. Com base nesses achados, foi evidenciada a necessidade da atuação mais enérgica do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) em relação aos profissionais que assinam os projetos mal elaborados.

Discutiu-se, também, a importância da utilização da nota fiscal eletrônica nas fiscalizações executadas no âmbito da Rede de Controle, uma vez que o Ministério da Fazenda é um dos participantes da Rede e um convênio com a Receita Federal facilitaria a identificação de algumas irregularidades, como, por exemplo, sobrepreço.

No trimestre, em continuidade aos trabalhos da Rede de Controle da Gestão Pública, foram realizadas oficinas de capacitação de gestores e/ou reuniões técnicas da Rede nos estados do Rio Grande do Sul, no Piauí e em Sergipe.

4.4. Acordos de Cooperação e Participação em Eventos

Com a constante evolução tecnológica e a modernização da administração pública, mostrou-se relevante a busca de novas formas de cooperação que aprimorem o desempenho corporativo do TCU no cumprimento de sua missão institucional. Nesse intuito, o Tribunal seguidamente tem celebrado acordos de cooperação técnica com órgãos e entidades públicos, nacionais e internacionais, bem como com entidades civis.

De modo geral, a cooperação técnica tem se mostrado saudável na medida em que propicia o intercâmbio de conhecimentos e de experiências e, de parte a parte, contribui para a capacidade de resposta das entidades envolvidas. A celebração e o acompanhamento de acordos de cooperação e instrumentos congêneres firmados pelo Tribunal são regulamentados pela Resolução TCU nº 211/2008.

No trimestre, o TCU também promoveu e participou de eventos que contaram com a presença de vários órgãos e entidades da Administração Pública e da Iniciativa privada, onde foram discutidos temas relevantes que visam a estimular as ações de prevenção do controle. Estão descritas a seguir as principais realizações nessa área no período, com destaque para dois seminários organizados pelo TCU e descritos a seguir.

- **Seminário "Infraestrutura Turística, Megaeventos Esportivos e Promoção da Imagem do Brasil no Exterior".** Nos dias 16 e 17 de agosto, o Tribunal promoveu, com apoio dos Ministérios do Turismo e das Relações Exteriores, seminário sobre o tema "Infraestrutura Turística, Megaeventos Esportivos e Promoção da Imagem do Brasil no Exterior". O evento debateu aspectos relacionados com a fiscalização e as ações preparatórias do País visando à realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Principalmente no que concerne à geração de emprego e renda, infraestrutura de serviços turísticos, segurança pública, mobilidade urbana e promoção da Imagem do Brasil no exterior.

- Segundo o coordenador do evento, Ministro Augusto Nardes, Vice-presidente do TCU, o propósito do Tribunal foi oferecer um espaço de reflexão e debate com a sociedade civil brasileira acerca do atual estágio de preparação para os megaeventos esportivos que o Brasil irá sediar. O Ministro Nardes enfatizou que a geração de empregos deverá ser o legado mais importante a ser deixado para o País após a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. "O legado dos megaeventos não pode se resumir à construção de arenas esportivas. É necessária uma política de geração de empregos, com capacitação, treinamento e certificação profissional dos empregados", reforçou. Ele ressaltou, ainda, que os megaeventos esportivos são uma oportunidade única para a consolidação do Brasil no cenário mundial e desenvolvimento do turismo, que é fundamental para o crescimento do País.

Participaram do seminário, além de ministros do TCU que promovem fiscalizações nas ações da Copa do Mundo de 2014 e em áreas correlatas, ministros de Estado das pastas do Turismo, Esporte, Relações Exteriores, Segurança, Aviação Civil e Cidades, além do Governador Distrito Federal e o Governador e o Prefeito do Rio de Janeiro. O evento contou também com a participação do Presidente da Autoridade Pública Olímpica; dos presidentes das Comissões de Turismo e Esporte da Câmara e do Senado Federal e de associação e federação de agências de viagem, hospedagem e alimentação; e diretores-gerais da Polícia Federal.

- **“Seminário Internacional Desenvolvimento de Infraestrutura no Pós-crise: o papel das entidades fiscalizadoras superiores”.** No período de 12 a 14 de setembro, o TCU sediou o “Seminário Internacional Desenvolvimento de Infraestrutura no Pós-crise: o papel das entidades fiscalizadoras superiores”. O evento, organizado pelo Ministro José Múcio, teve como objetivo promover o intercâmbio de conhecimento técnico entre entidades fiscalizadoras superiores (EFS) dos países participantes e estimular a troca de informações sobre os principais desafios relacionados ao investimento em infraestrutura.

Participaram do Seminário, além do Presidente Benjamin Zymier, o Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, a Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, o Ministro do STF Carlos Ayres Brito, o Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, e o Governador em exercício do DF, Tadeu Filipe. Além de delegados de Portugal, Reino Unido, Holanda, Índia, França, Japão, Estados Unidos, Alemanha, Rússia, México, Peru, Chile, Argentina e Polônia e representantes de organismos internacionais como Banco Mundial (BID), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na cerimônia de abertura, a Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, ressaltou que o controle preventivo dá mais agilidade aos processos e permite que as obras mais importantes para a sociedade não sejam atrasadas. A Ministra defendeu, também, a constitucionalidade do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) e explicou as vantagens do novo sistema.

No mês de julho, o Presidente Benjamin Zymier recebeu diversas autoridades, entre as quais, o Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt; o Advogado-Geral da União, Ministro Luís Inácio Lucena Adams e o Presidente da Infraero, Gustavo do Vale, para discutir assuntos técnicos relativos aos aeroportos. Recebeu, também, visita do Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, que lhe entregou representação na qual solicita que o Governo Federal realize novos leilões para as concessões do setor elétrico que vencem em 2015.

Também em julho, o Presidente Benjamin Zymier, acompanhado pelo Ministro Valmir Campelo, relator dos processos relacionados à Copa do Mundo de 2014, participou de evento realizado em Salvador/BA para tratar das mais recentes ações governamentais empreendidas pelo Governo do Estado e pela Prefeitura da Capital no esforço de organização da Copa do Mundo de 2014. O evento contou ainda com a presença do Governador do Estado, Jaques Wagner, do Prefeito João Henrique e de secretários estaduais e municipais.

No dia 8 de julho, o Presidente Benjamin Zymier recebeu o Advogado-Geral da União, Ministro Luís Inácio Lucena Adams. A visita objetivou debater assuntos relacionados à atuação da Advocacia-Geral da União na fiscalização da Copa do Mundo de 2014.

O TCU e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) assinaram, no dia 29 de julho, acordo de cooperação com a finalidade de possibilitar o acesso do Tribunal ao Cadastro

Nacional de Empresas Mercantis (CNE) – que contém os dados cadastrais de todas as empresas registradas nas juntas comerciais do País.

Em agosto, o Presidente Benjamin Zymier recebeu a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann; o Ministro da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt; o Presidente da Infraero, Gustavo do Vale; o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Pacheco dos Guimarães; e o Secretário-Executivo da Casa Civil, Beto Vasconcelos. O tema das discussões foi a modelagem das concessões dos aeroportos internacionais de Brasília, Guarulhos e Viracopos (SP).

Também no mês de agosto, o Presidente do TCU participou de audiências com diversas autoridades, entre as quais: o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski; o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo; o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante; Governador do Acre, Tião Viana; o Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Conselheiro Salomão Ribas (TCE-SC); e a Subprocuradora-Geral, Raquel Dodge, da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF).

No dia 8 de agosto, o Presidente Benjamin Zymier e o Ministro Augusto Nardes receberam o Ministro do Itamaraty, Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto. Na visita, foi apresentado o Relatório “Rio + 20 – Conferência das Nações Unidas em Desenvolvimento Sustentável”, que seria realizada entre os dias 28 de maio e 6 de junho de 2012, no Rio de Janeiro.

No dia 16 de agosto, o Presidente Benjamin Zymier e o Ministro-Substituto Augusto Sherman reuniram-se com os Deputados Federais Perpétua Almeida, Glauber Braga e Adrian Mussi Ramos. Eles são membros da Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação às medidas preventivas e saneadoras diante de catástrofes climáticas. Os parlamentares pediram contribuições ao TCU para a elaboração de um Código Nacional de Proteção Civil.

No mês de setembro, o Presidente Benjamin Zymier participou, em Brasília, do Seminário Gestão de Compras Governamentais – a experiência da Educação. O evento foi aberto pela Presidente da República, Dilma Rousseff, que destacou o sistema usado pelo Ministério da Educação para aquisição de veículos de transporte escolar, uniformes, equipamentos hospitalares e de tecnologia e informação.

Ainda em setembro, o Presidente Zymier também recebeu em audiência o Ministro da Educação, Fernando Haddad, para tratar de assuntos referentes ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O Presidente do TCU ainda participou de debate com o jornalista Merval Pereira, sobre o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) e, recebeu o Diretor do Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Consultoria-Geral da União, Rafaelo Abriltta; e o novo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), General Jorge Fraxe.

No mês de agosto, o Vice-Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes, recebeu dirigentes das entidades sindicais e associativas que integram o Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para discutir o Projeto de Lei nº 1.992, de 2007, que trata do regime de Previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo. O Vice-Presidente também recebeu o Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, para tratar de questões preliminares para a realização em conjunto, no ano que vem, de um seminário sobre Previdência Social no Brasil.

No dia 26 de setembro, o Ministro Augusto Nardes recebeu o Ministro do Turismo, Gastão Vieira. Na oportunidade, apresentou os planos e projetos da Pasta, com foco nos preparativos do Brasil para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

4.5. Atuação Internacional

No cenário internacional, o TCU integra importantes organismos multilaterais de fiscalização, entre eles a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), a Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs) e a Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile. O Tribunal participa, ainda, de eventos com entidades de fiscalização superior no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). No 3º trimestre, o TCU esteve representado em eventos relacionados a esses organismos, conforme descrito a seguir.

Nos dias 31 de junho e 1º de julho, o Presidente do TCU Benjamin Zymier participou de certame sob o tema "Contabilidade e Responsabilidade para o Crescimento Econômico Regional – Crecer 2011". O evento, organizado pela Federação Internacional de Contadores, em Buenos Aires, Argentina, teve o patrocínio dos Bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento.

No dia 12 de julho o Presidente Benjamin Zymier, reuniu-se com o Primeiro Presidente da Corte de Contas da França, Didier Migaud, para assinar Carta de Intenções. Na oportunidade, manifestou o interesse das instituições em promover cooperação técnica bilateral em controle externo.

No dia 13 de julho, o Presidente Benjamin Zymier e o Subprocurador-Geral Paulo Bugarin acompanharam a cerimônia de assinatura do acordo entre o TCU e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para realização de revisão de pares (peer review) no Relatório e Parecer Prévio das Contas do Governo da República.

No período de 13 a 15 de julho, o Ministro Aroldo Cedraz participou do 21º Simpósio ONU/Intosai. Realizado no Centro Internacional da ONU em Viena, Áustria. O evento discutiu práticas efetivas de cooperação entre as entidades fiscalizadoras superiores e os cidadãos.

Nos dias 14 e 15 de julho, o Vice-Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes, e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira receberam a visita de Peter Dineiger, Diretor do Projeto Regional da Agência Alemã para o Desenvolvimento (GIZ) com a Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs). A visita buscou estreitar os laços de cooperação entre a GIZ e o TCU, no âmbito da sua atuação como membro da Olacefs e do subgrupo regional, Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul (EFSUL).

O TCU realizou, no período de 19 a 23 de setembro, o "Seminário Internacional Mercosul, Fundos Comunitários e Controle Regional". O evento, que contou com o apoio da Agência Alemã para Cooperação Internacional (GIZ), ressaltou a importância do controle externo no Mercosul e trouxe subsídios para a realização de uma auditoria coordenada, a cargo do Tribunal, com a participação das EF5 da Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, cujo objeto é o Programa de Ação Mercosul Livre de Febre Aftosa (Pama) – um projeto pluriestatal financiado pelo Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem).

Entre os dias 26 e 30 de setembro, o Presidente Benjamin Zymler, a convite do Auditor-Geral da China National Audit Office (CNAO), participou de reuniões de trabalho na República Popular da China. O evento teve por objetivo discutir futuras formas de cooperação entre o Tribunal e aquela Instituição.

4.6. Ouvidoria do TCU

A Ouvidoria do TCU tem como atribuição receber informação a respeito de irregularidade em ato administrativo praticado por agente público jurisdicionado ao Tribunal, envolvendo recursos federais, assim como sugestão de aprimoramento, crítica ou reclamação de serviço prestado pelo próprio TCU. No período de 2004 a 2011, o Tribunal recebeu aproximadamente 32 mil manifestações. A seleção dessas manifestações é feita pela Ouvidoria, que as encaminha para a unidade técnica competente.

O Tribunal lançou recentemente novo sistema de ouvidoria, o Sisouv Web, que tem como objetivo aprimorar o tratamento das manifestações e facilitar o acesso do cidadão. O Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, ressaltou, na cerimônia de lançamento do sistema, a relevância do controle social. "É muito importante facilitar a participação do cidadão no controle da gestão pública. É o cidadão que possui a exata dimensão do sucesso ou do fracasso das medidas públicas, do mau uso dos recursos públicos e exerce papel fundamental no fortalecimento das ações de controle."

A atual versão do sistema agrega novas funcionalidades, entre elas:

- possibilidade de o cidadão disponibilizar mais de uma forma de contato;
- capacidade de recepção de até 4 arquivos de áudio, vídeo, imagens ou documentos com tamanho de até 5MB cada;
- redução da quantidade de intervenções manuais da Ouvidoria no processo de análise;
- eliminação de outros sistemas necessários para o tratamento de manifestações.

O acesso ao Sisouv se dá pelo Portal TCU, no endereço: http://www.tcu.gov.br/sisouv_web ou pela central de atendimento 0800-644 1500, opção 1, em que um dos atendentes cadastrará a manifestação no sistema. A Ouvidoria também pode ser acessada via correios - SAFS, Quadra 4, Lote 1, ed. sede, sala 106, CEP: 70.042-900.

O contato da sociedade com o TCU, além de essencial ao aperfeiçoamento dos serviços prestados, também contribui para a atuação do Tribunal, na medida em que os cidadãos podem apresentar comunicações de irregularidades na aplicação de recursos públicos.

No 3º trimestre de 2011, foram registrados 1.526 chamados, sendo 59,08% de solicitação de informação, esclarecimento, crítica, elogio, sugestão e orientação de caráter geral e 40,92% referentes a indício de irregularidade na aplicação de recursos públicos federais. Em decorrência das irregularidades ou ilegalidades notificadas, as unidades técnicas do TCU podem autuar processos de denúncia e representação, que serão objeto de investigação por parte do Tribunal.

O quadro a seguir detalha os chamados registrados pela Ouvidoria do Tribunal no 3º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Manifestações Atendidas pela Ouvidoria

Tipo de Manifestação	3º trimestre 2010	3º trimestre 2011
Indícios de Irregularidades na aplicação de recursos públicos	454	520
Outros*	1.086	906
Total	1.540	1.526

* Solicitação de informação, reclamação, crítica, elogio, sugestão e orientação de caráter geral.

A participação do cidadão, ao informar a respeito de possíveis irregularidades, é de fundamental importância para a garantia da boa e regular aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade. É, também, meio de exercício da cidadania e de fortalecimento da democracia.

4.7. Divulgação Institucional

A transparência nos resultados e na forma de atuação do TCU é de fundamental importância para o fortalecimento do controle externo. Nesse aspecto, o Tribunal busca facilitar o acesso a informações referentes às suas atividades e, dentre os principais instrumentos de divulgação utilizados com esse propósito, destacam-se:

Portal TCU	• http://www.tcu.gov.br
Página Contas Públicas	• Lei nº 9.755/98 – http://www.contaspublicas.gov.br
Portal da Rede de Controle da Gestão Pública	• http://www.rededecontrole.gov.br/portal/page/portal/rededecontrole
Relatórios Institucionais	• Encaminhados ao Congresso Nacional – Relatórios Trimestral e anual das atividades do TCU;
Outras publicações	• Revista do TCU, Auditorias do TCU e Informativo TCU
A voz do Brasil	• Notícias do TCU veiculadas às segundas, quartas e sextas-feiras
Portal de Fiscalização dos gastos da Copa de 2014	• http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/copa2014

No trimestre, houve o lançamento do Portal de Transparência da Copa (www.copatransparente.gov.br), que é resultado de parceria entre o Senado Federal e o TCU. Esse novo site, criado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA),

tem por objetivo facilitar o acesso dos cidadãos a dados relativos a obras do Mundial de 2014 e funcionará como uma rede de informações sobre o tema.

No período, no tocante a publicações, o TCU lançou os seguintes títulos:

- **Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República, exercício de 2010.** Trata-se da publicação do Relatório das Contas de Governo do Exercício de 2010, o qual traz uma discussão do cenário econômico e das ações governamentais. Essa discussão objetiva promover a *accountability* governamental, bem como dar transparência às ações estatais; avaliar o desempenho do Governo; incentivar o aperfeiçoamento da gestão pública em seus mais variados aspectos; fornecer um parecer sobre os dados financeiros, patrimoniais e contábeis da União; além de realizar um diagnóstico profundo em temas importantes para a sociedade, tais como mobilidade urbana, saúde, educação e direitos dos usuários de serviços públicos.

- **Fiscalização de Desestatização e Regulação.** Trata-se de coletânea de trabalhos desenvolvidos pelo Tribunal na área de fiscalização de desestatização e regulação. A atuação do TCU no controle externo das agências reguladoras fundamenta-se em competência definida pela Constituição Federal, especialmente no que se refere à realização de auditorias operacionais e à prestação de contas de pessoas que gerenciam bens e valores públicos pelos quais a União responda. Esse controle é realizado para verificar a legalidade, a eficiência, a transparência e a melhoria da gestão do setor de infraestrutura federal, sobretudo quando decorre da atuação das agências reguladoras e dos entes responsáveis pela formulação de políticas públicas e pelo planejamento da expansão e da operação dos serviços.

- **Conhecendo o Tribunal (5ª edição).** Esta publicação apresenta explicações sobre o que é o TCU, como ele se estrutura, onde atua, de que modo funciona; quando, por que e para que age, quais são suas funções e tendências principais. Esta quinta edição reúne informações sobre o TCU e sobre sua atuação no controle externo da gestão de recursos públicos federais, além de informações sobre o portal do TCU na internet, que permite acesso rápido a informações sobre o Tribunal tanto para o cidadão quanto para o gestor público.

5. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Este capítulo apresenta dados e iniciativas adotadas pelo TCU no âmbito administrativo, com o objetivo de dotar o controle externo do apoio necessário ao pleno exercício de suas competências constitucionais e legais.

5.1. Estratégias e Planos

Ser capaz de definir hoje os caminhos para alcançar o patamar de desempenho esperado pela sociedade é um dos principais desafios das organizações públicas. A escolha de opções equivocadas no presente exigirá tempo e altos investimentos no futuro para que a instituição se recupere e possa retomar o rumo adequado.

Após um período de discussão com todos os servidores desta Casa e com diversos peritos externos, foi aprovado o novo Plano Estratégico do TCU, que apresenta as principais orientações do Tribunal para o período de 2011 a 2015. Trata-se de um importante instrumento gerencial na busca por resultados mais efetivos para a sociedade na medida em que expressa, traduz e comunica a estratégia de atuação institucional.

O TCU é um dos poucos órgãos da República com dupla preocupação em relação ao Planejamento da Administração Pública: na sua atuação administrativa, tem o dever de otimizar seus processos e servir de exemplo a todos os gestores; enquanto em sua atuação na área fim, o controle externo, precisa contribuir para o aperfeiçoamento de todos os demais órgãos e entidades.

Um Plano Estratégico define, em linhas gerais, o caminho a ser seguido para reforçar a legitimidade de uma organização ao longo do tempo. Podemos caracterizá-lo, ainda, como o conjunto de objetivos e ações necessários ao cumprimento da missão e ao alcance da visão de futuro de cada instituição.

Para que este Tribunal possa cumprir sua missão de contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública e alcançar sua visão de ser reconhecido como instituição de excelência no controle externo, foi materializado mapa estratégico que contempla grupo de objetivos inseridos nas perspectivas de "Resultados" esperados, de "Processos Internos" a serem desenvolvidos, de "Pessoas e Inovação" e de "Orçamento e Logística".

O raciocínio traduzido no referido mapa é muito simples: é preciso assegurar recursos para capacitar pessoas que serão responsáveis pelo aprimoramento dos processos institucionais com vistas ao alcance dos resultados almejados.

Por esse motivo, são essenciais a construção, a compreensão e a comunicação de estratégias que assegurem o cumprimento da missão e o alcance da visão institucional com resultados capazes de atender às expectativas da sociedade, do Congresso Nacional e do Estado em relação à atuação e ao papel conferido, ao longo da história, ao TCU.

Os objetivos inseridos na primeira perspectiva, "Orçamento e Logística", permitirão ao TCU promover a melhoria de sua governança e intensificar o uso de tecnologia da informação em suas ações de controle, bem como proporcionarão a modernização de sua gestão.

Já na perspectiva de "Pessoas e Inovação", será preciso investir constantemente no desenvolvimento das competências profissionais e gerenciais do corpo técnico do Tribunal. Certamente conhecimentos deverão ser adquiridos ou aprimorados para que o TCU esteja preparado para enfrentar os desafios futuros que se aproximam, como, por exemplo, novas tecnologias, áreas de inovação e cenários imprevistos.

De modo concomitante, devem ser feitos investimentos na estruturação da gestão do conhecimento organizacional e na modernização e integração das práticas de gestão de pessoas, sempre com foco no fortalecimento da cultura orientada a resultados e na inovação.

Espera-se que o alcance dos objetivos das duas perspectivas anteriores seja lastro para o sucesso da terceira: Processos Internos.

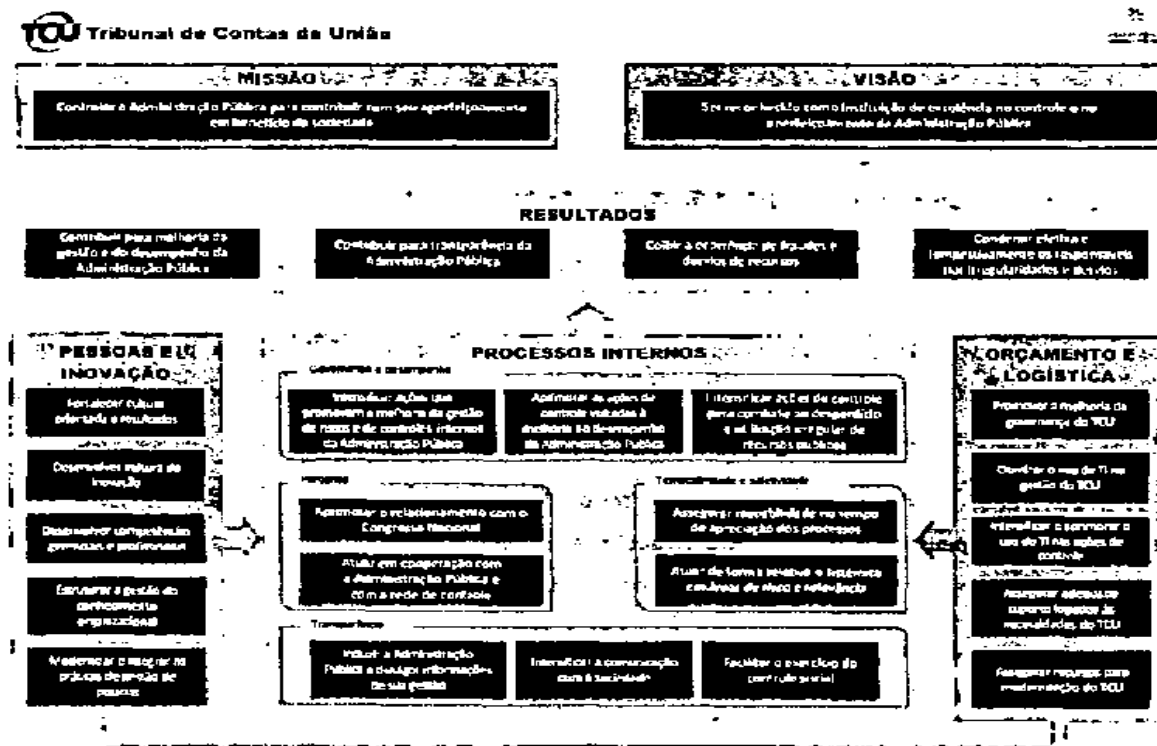
Nela, estão contemplados objetivos relacionados à governança e desempenho; parcerias com órgãos e entidades que zelam pela qualidade do gasto público, em especial com o Congresso Nacional; tempestividade e seletividade das ações de controle; indução da Administração Pública para divulgação de informações de sua gestão e intensificação da comunicação com a sociedade para facilitar o controle social.

Espera-se que a melhoria desses processos de trabalho seja marco para a geração contínua de resultados concretos à sociedade. O mapa estratégico prevê quatro diretrizes de resultados para a atuação do Tribunal de Contas da União: contribuir para a melhoria da gestão e do desempenho da Administração, contribuir para transparência dos gastos e ações governamentais, coibir a ocorrência de fraudes e desvios de recursos, e condenar efetiva e tempestivamente os responsáveis por irregularidades e desvios de recursos.

Por fim, cabe ressaltar que o planejamento materializado neste plano é dinâmico e precisa ser constantemente avaliado e aprimorado.

A íntegra do plano pode ser acessada em www.tcu.gov.br

Mapa Estratégico do Tribunal de Contas da União



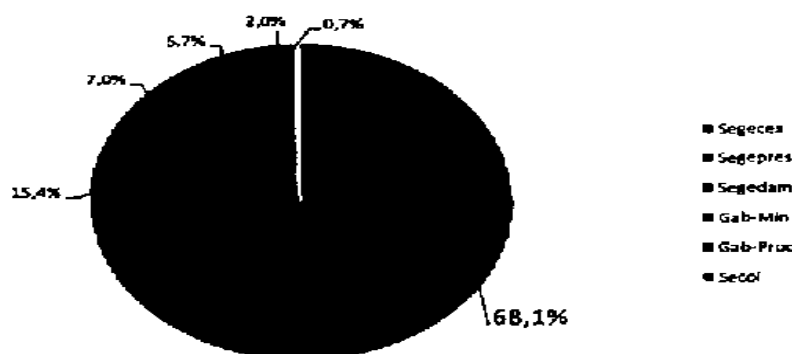
5.2. Gestão de Pessoas

O quadro de pessoal da Secretaria do TCU dispõe de 2.700 cargos efetivos, dos quais 2.600 estavam ocupados no final do trimestre. No período, houve 14 vacâncias, sendo nove no cargo de auditor federal de controle externo e cinco no cargo de técnico federal de controle externo. Também foram providos sete cargos de auditor federal de controle externo.

Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente

Categoria Funcional	Efetivo	Ocupado
Auditor Federal de Controle Externo – área controle externo	1.562	1.479
Auditor Federal de Controle Externo – área apoio técnico e administrativo	193	195
Subtotal	1.761	1.674
Técnico Federal de Controle Externo – área controle externo	168	162
Técnico Federal de Controle Externo – área apoio técnico e administrativo	751	733
Subtotal	919	895
Auxiliar de Controle Externo – área serviços gerais	20	20
Total	2.700	2.589

Distribuição da força de trabalho dos auditores do TCU



Desenvolvimento Profissional e Capacitação

O TCU tem investido significativamente no desenvolvimento de seu corpo técnico e na aprendizagem organizacional, com o objetivo de adquirir, desenvolver e alinhar competências profissionais e organizacionais, permitir o alcance dos objetivos estratégicos, incentivar a colaboração e o compartilhamento de conhecimento, estimular processos contínuos de inovação e promover o aperfeiçoamento organizacional. O Instituto Serzedello Corrêa (ISC), como unidade estratégica responsável pela educação corporativa do Tribunal, desenvolve as soluções necessárias ao alcance desses objetivos.

No 3º trimestre de 2011, foram realizados pelo TCU 168 eventos de desenvolvimento profissional e capacitação, dos quais participaram 7.524 servidores (do TCU e de outras instituições). Além disso, 104 servidores do Tribunal participaram de 232 eventos promovidos por outras instituições.

O TCU possui programa de bolsas de estudos para pós-graduação nas áreas de Direito Público, Contabilidade e Orçamento Público, Economia do Setor Público, Avaliação de Políticas Públicas, Gestão Governamental, Controle da Administração Pública, Tecnologia da Informação, Gestão do

Conhecimento Organizacional, Gestão de Pessoas e Gestão de Serviços e Logística. Além disso, mantém parceria com instituições de ensino superior para concessão de bolsas. No trimestre, 55 servidores do Tribunal estavam regularmente matriculados em um curso de pós-graduação.

5.3. Recursos Orçamentários e Financeiros

O orçamento do TCU para o ano de 2011 apresentou dotação de R\$ 1.354.248.218,00. A despesa liquidada até o final do 3º trimestre foi de R\$ 921.266.968,35 (68,02%) da dotação orçamentária disponível para execução. A dotação e a distribuição dos dispêndios do Tribunal, segundo a natureza da despesa, estão indicadas no quadro adiante.

Dotação Orçamentária - Situação em 30.09.2011

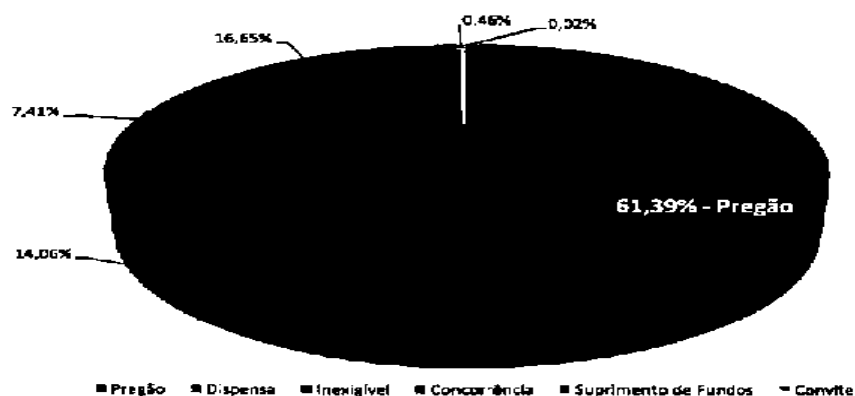
Natureza da despesa	Dotação	Liquidado
Despesas Correntes	1.306.706.046,00	915.311.088,54
Pessoal	1.156.238.456,00	830.865.746,13
Ativo	639.167.753,00	454.855.577,54
Inativo e Pensionista	402.565.896,00	299.046.306,11
PSSS*	114.504.807,00	76.963.862,48
Juros e encargos da dívida	76.284,00	76.283,34
Outros custeios	150.391.306,00	84.369.059,07
Material de consumo	4.277.907,50	1.741.671,75
Serviços de terceiros	89.452.958,98	44.445.279,20
Auxílio financeiro	40.576.859,36	33.630.096,68
Outras despesas	16.083.580,16	4.552.011,44
Despesas de capital	47.542.172,00	5.955.879,81
Total	1.354.248.218,00	921.266.968,35

* Plano de Seguridade Social do Servidor.

A seguir, informações detalhadas sobre os procedimentos licitatórios liquidados no período.

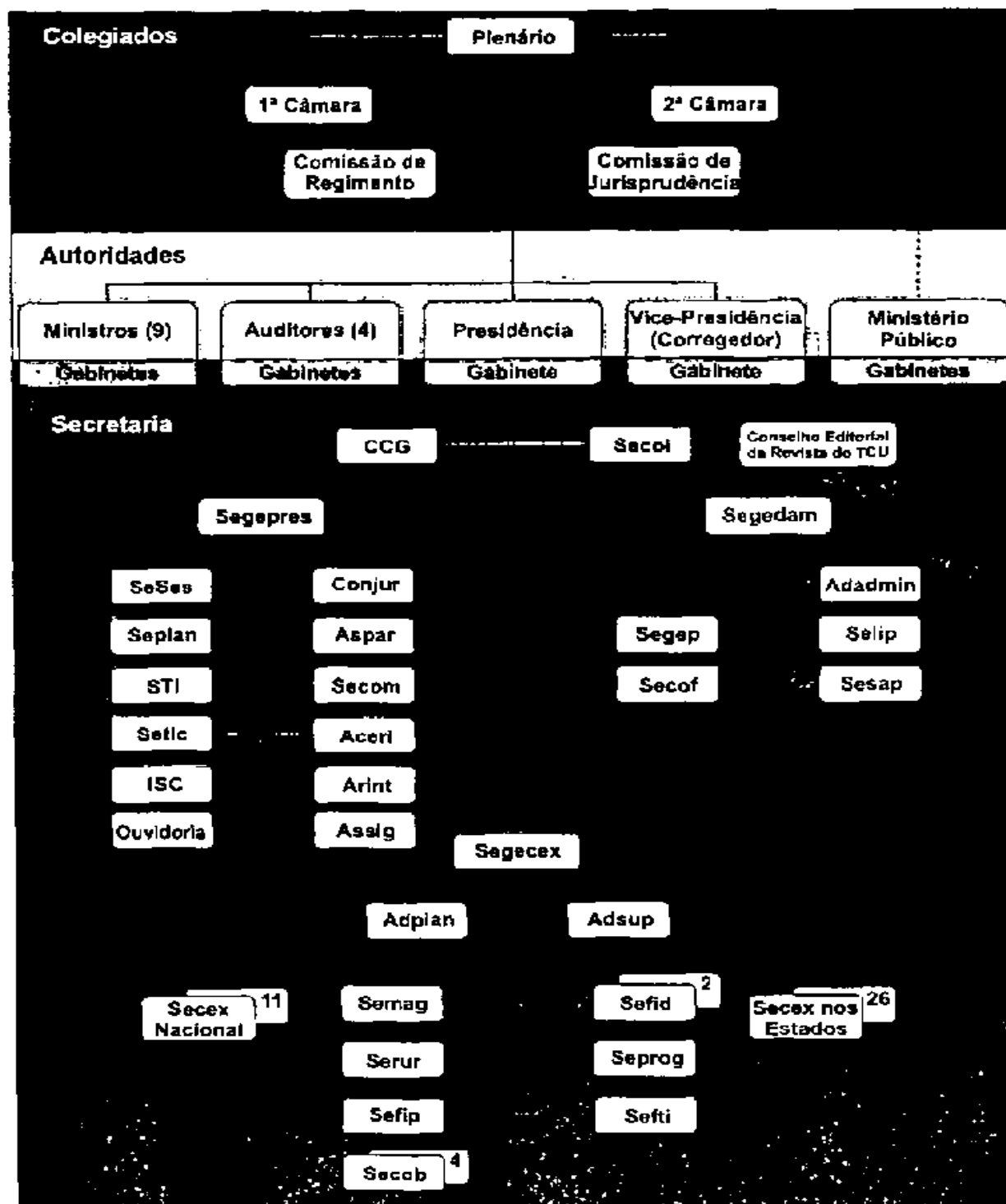
Modalidade	3º trimestre 2011	Total 2011
Dispensa	3.812.658,08	9.353.933,35
Convite	5.690,00	6.234,04
Tomada de preços	0,00	60.515,81
Concorrência	4.513.280,91	4.924.077,82
Pregão	16.641.825,10	35.505.112,31
Inexigível	2.008.708,07	4.235.848,36
Suprimento de Fundos	126.043,34	417.180,75
TOTAL	27.108.505,50	54.503.903,46

Execução orçamentária por modalidade de licitação aplicável



6. ANEXOS

6.1. Anexo I - "Organograma do Tribunal de Contas da União"



6.2. Anexo II - "Medidas Cautelares Concedidas e Revogadas"

Órgão	Medida Cautelar Concedida	Valor envolvido na cautelar (R\$)
AMAZONAS		
Prefeitura de Maués/AM	Abstenção de efetuar novos pagamentos eventualmente ainda devidos à empresa contratada para execução do objeto do Convênio 243/2005, celebrado com a Dnit para a construção do Porto Fluvial de Maués/AM, tendo em vista a constatação da execução do objeto em desacordo com o projeto executivo constante do contrato, até que este Tribunal decida quanto ao mérito da questão. (Ata nº 31/Plenário, de 03.08.2011, TC 032.914/2008-0, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 4ª Secob e Secex-AM).	457.948,16
Prefeitura Municipal de Manaus/AM	Retenção do montante de R\$ 1.228.723,33 (um milhão, duzentos e vinte e oito mil, setecentos e vinte e três reais, trinta e três centavos), referente ao sobrepreço apurado nos produtos. (Ata nº 33/Plenário, de 10.06.2011, Acórdão 1.291, TC 004.835/2011-5, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-AM).	1.228.723,33
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)	Suspensão do andamento do Pregão Eletrônico 30/2011, que tem por objeto registro de preços com vistas à contratação de serviços terceirizados de limpeza e conservação. (Ata nº 34/Plenário, de 21.09.2011, Acórdão 1.291, TC 029.384/2011-7, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Secex-AM).	2.407.537,34
BAHIA		
Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	Imediata suspensão das medições e ordens de serviço para o fornecimento de seis itens nos Contratos nºs 53/2010; 54/2010; 52/2010; 55/2010; 58/2010; 59/2010; 60/2010, referentes à Ferrovia de Integração Oeste-Leste, e nos Contratos nºs 64/2010; 65/2010; 66/2010; 67/2010 e 68/2010, referentes à Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul. (Ata nº 28/Plenário, de 13.07.2011, Acórdão nº 2.371, TC 008.839/2011-5, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: 4ª Secob).	420.000.000,00
Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (Valec)	Suspensão da execução dos contratos nos 58/2010 (lote 5), 59/2010 (lote 6), 60/2010 (lote 7) e 85/2010 (lote 5A), que têm por objeto a execução de obras e serviços de engenharia da Flot. (Ata nº 36/Plenário, de 31.08.2011, Acórdão nº 2.371, TC 016.731/2011-5, Relator: Ministro Weiler, Unidade Técnica: 4ª Secob).	Valor não quantificável
DISTRITO FEDERAL		
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	Suspensão dos pagamentos no âmbito dos Contratos nº 28/2009 e nº 21/2010. (Ata nº 27/Plenário, de 06.07.2011, TC 005.901/2011-1, Relator: Ministro Raimundo Carneiro, Unidade Técnica: 2ª Secob).	Valor não quantificável. O processo envolve outros contratos além dos suspensos mediante a cautelar.
Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas)	Retenção, cautelarmente, a quantia de R\$ 59.710.850,00 (a valores originais contratados) do saldo financeiro do Contrato n. 16.856/2006, celebrado com o Consórcio Construtor Simplicio, até que este Tribunal decida definitivamente sobre as questões tratadas nestes autos. (Ata nº 35/Plenário, de 24.08.2011, Acórdão 2.765, TC 008.970/2007-8, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 3ª Secob).	59.710.850,00
Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras)	Determina, cautelarmente, que na RNEST somente realize pagamentos a título de verba indenizatória de chuvas, descargas atmosféricas e suas consequências, nos Contratos 0800.0045921.08-2 (CAFOR), 0800.0049742.09-2 (Edificações), 0800.0049716.09-2 (Tanques - lote I), 0800.0049738.09-2 (Tanques - Lote II), 0800.0049741.09-2 (ETA), 0800.0053457.09-2 (UCR), 0800.0053456.09-2 (UDA), 0800.0055148.09-2 (UMDT/JGH) e 0800.0057000.10-2 (Tubovias), com base nos critérios propostos nas análises constantes no relatório e no voto que fundamentaram o Acórdão nº 271/2011 - Plenário e, no que couber, no Acórdão nº 3.077/2010 - Plenário, adequando a forma de apropriação do tempo parado e os custos unitários empregados pela hora parada para cada um dos insumos (mão de obra direta, mão de obra indireta associada à direta e equipamentos). (Ata nº 35/Plenário, de 24.08.2011, TC 009.758/2009-3, Relator: Ministro Augusto Sherman, Unidade Técnica: 3ª Secob).	Valor não quantificável

Órgão	Medida Cautelar Concedida	Valor envolvido na cautelar (R\$)
Ministério da Integração Nacional	Caso sejam decididas a homologação e a contratação atinentes à Concorrência 1/2011-MI, que haja retenção do valor de R\$ 16.623.560,60, a preços iniciais, até que o TCU decida sobre o mérito das questões suscitadas nos autos. (Ata nº 38/Plenário, de 14.09.2011, TC 014.736/2011-0, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: 4ª Secex).	16.623.560,60
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF	Abstenção de praticar atos decorrentes de eventual contratação com base na Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico nº 94/2010/TRT, não permitindo adesão a esta ata. (Ata nº 34/Plenário, de 17.08.2011, Acórdão nº 2.147 TC 011.737/2011-S, Relator: Ministro-Substituto André Luís, Unidade Técnica: Seti).	355.999,00
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)	Abstenção de praticar atos que impliquem a execução dos contratos firmados em decorrência do Pregão Eletrônico 124/2010-SRP, de celebrar novos contratos a partir de tal procedimento licitatório e de permitir a adesão de outros órgãos e entidades às Atas de Registro de Preços nºs 41 e 42/2011, ambas decorrentes do referido Pregão Eletrônico 124/2010-SRP. (Ata nº 34/Plenário, de 17.08.2011, TC 014.771/2011-7, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 3ª Secex).	4.076.930,00
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)	Suspensão das Atas de Registro de Preços 050/2011 e 051/2011; da execução de contratos porventura celebrados; e da adesão de outros órgãos a essas atas. (Ata nº 34/Plenário, de 17.08.2011, TC 016.148/2011-8, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 3ª Secex).	6.743.699,90
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Departamento Nacional) e Serviço Social da Indústria (Departamento Nacional)	Sustação da concorrência 4/2011. (Ata nº 28/Plenário, de 13.07.2011, TC 019.123/2011-6, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: 5ª Secex).	Não houve valor envolvido
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal (Sebrae/DF)	Suspensão cautelar do Pregão Presencial nº 10/2011 para contratação de empresa para prestar serviço de administração e gerenciamento de alimentação coletiva, em todo o território nacional, nos termos do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, conforme anexo I do edital, envolvendo o atendimento a 130 (cento e trinta) empregados da entidade. (Ata nº 28/Plenário, de 13.07.2011, TC 019.123/2011-6, Relator: Ministro José Múcio, Unidade Técnica: 5ª Secex).	Não houve valor envolvido
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)	Abstenção de promover qualquer pagamento à Fundação Universidade de Brasília. (Ata nº 34/Plenário, de 17.08.2011, TC 004.055/2011-0, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: 6ª Secex).	372.479.758,08
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)	Abstenção de formalizar a contratação da empresa vencedora do Pregão Eletrônico para Registro de Preços 18/2011, ou, caso já o tenha feito, que suspenda a execução do objeto contratado. (Ata nº 36/Plenário, de 31.08.2011, TC 027.910/2011-3, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: 6ª Secex).	35.493.566,00
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Suspensão da execução do contrato decorrente do prego eletrônico nº 19/2011 e de seus atos decorrentes, bem como abstenção de autorizar adesões à ata de registro de preços. (Ata nº 36/Plenário, de 31.08.2011, TC 019.377/2011-8, Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Unidade Técnica: 8ª Secex).	20.313.077,75
ESPIRITO SANTO		
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Espírito Santo (Crea/ES)	Suspensão da execução do Contrato 39/2010, firmado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte (Semarh/RN) com o Consórcio EIT/Fenal. (Ata nº 30/Plenário, de 27.07.2011, TC 003.857/2011-S, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: Secex-FS).	5.990.082,00
GOIÁS		
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFGOI)	Suspensão do Pregão Eletrônico nº 2/2011. (Ata nº 38/Plenário, de 14.09.2011, TC 028.540/2011-S, Relator: Ministro-Substituto André Luís, Unidade Técnica: Secex-GO).	1.768.272,15

Órgão	Medida Cautelar Concedida	Valor envolvido na cautelar (R\$)
Prefeitura Municipal de Goiânia e Agência Municipal de Obras (Amob)	Abstenção de efetuar pagamentos no âmbito do Contrato 4/99 com recursos federais até que sejam atendidas as determinações. (Acórdão nº 2.265/Plenário, de 24.08.2011, TC 001.691/2009-6, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-GO).	28.895.000,00
MATO GROSSO		
Fundação Nacional de Saúde (Funasa)	Sustação dos repasses no âmbito do Convênio Funasa nº 175/2008, atinente às obras de ampliação e adequação do sistema de Abastecimento de água no Município de Alto Paraguai, em Mato Grosso. (Ata nº 19/Plenário, de 20.07.2011, TC 010.734/2011-2, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-MT).	240.809,74
MATO GROSSO DO SUL		
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	Suspensão dos atos de pagamento da importância adicional de R\$ 3,1 milhões, no momento da liquidação da parte final do saldo contratual existente, até que o Tribunal decida, no mérito, sobre os indícios de irregularidade apontados nestes autos. (Ata nº 40/Plenário, de 28.09.2011, Acórdão nº 2.636, TC 013.455/2007-5, Relator: Ministro-Substituto André Luis, Unidade Técnica: 1ª Secob).	3.100.000,00
MINAS GERAIS		
Prefeitura de Monte Alegre de Minas/MG	Abstenção de emitir a ordem de início ou, caso tenha sido iniciada, paralise a obra de construção do sistema de esgotamento sanitário, objeto da Concorrência Pública nº 032/2011. (Ata nº 33/Plenário, de 10.08.2011, TC 019.756/2011-4, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-MG).	4.384.772,60
Caixa Econômica Federal	Suspensão das concorrências de nºs 4226/2011, 4245/2011, 4254/2011, 4228/2011 e 4227/2011, destinadas à seleção de pessoas físicas ou jurídicas para comercializar, por meio do regime de permissão, unidades lotéricas administradas pela Caixa, no Estado de Minas Gerais. (Ata nº 38/Plenário, de 14.09.2011, Acórdão nº 2.265/Plenário, TC 028.951/2011-5, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-MG).	Valor não quantificável
PARANÁ		
Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba (SEB) e Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo	Abstenção de efetuar pagamentos nos contratos relativos à execução dos Convênios 1241/2009 e 1416/2010. Abstenção de efetuar repasses no âmbito desses ajustes. (Ata nº 35/Plenário, de 24.08.2011, TC 010.586/2011-3, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-PR).	2.200.005,01
Município de Cruzeiro do Iguaçu/PR	Suspensão de todos os atos atinentes à execução dos recursos repassados fundo a fundo por meio da Portaria nº 3.685/2010, do Ministério da Saúde, sobretudo os pagamentos que ainda não foram realizados no âmbito dos Contratos nºs 68 e 69/2011. (Ata nº 36/Plenário, de 31.08.2011, TC 026.208/2011-3, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-PR).	400.000,00
PERNAMBUCO		
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf)	Suspensão dos procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico PG – 1.92.2011.2520 e dos atos dele decorrentes, promovido pela Chesf para a execução de serviços de desmontagem, recolhimento e transporte de 584 unidades de sistemas fotovoltaicos energéticos do PRODEEM para o almoxarifado da companhia em Abreu e Lima/PE. (Ata nº 40/Plenário, de 28.09.2011, TC 030.451/2011-6, Relator: Ministro Raimundo Carneiro, Unidade Técnica: Secex-PE).	600.000,00
PIAUÍ		
Prefeitura Municipal de Floriano/PI	Passa efetuar todos os pagamentos de serviços a título de escavação de valas em rocha com base no preço contratual estabelecido para serviço de "escavação de valas em rocha branda a frio", abstando-se de utilizar os valores relativos à "escavação de valas em rocha dura a frio" no âmbito do Contrato nº 237/2009, firmado com a Construtora Juserna Ltda. (Ata nº 29/Plenário, de 20.07.2011, Acórdão nº 1.890, TC 024.406/2010-4, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: 3ª Secob).	10.632.939,83
RIO GRANDE DO NORTE		
Primeiro Batalhão de Engenharia de Construção	Suspensão do Pregão Eletrônico nº 16/2011 - SALC - 1ª BEC (Ata nº 30/Plenário, de 27.07.2011, Acórdão nº 2.283, TC 019.450/2011-7, Relator: Ministro Weder de Oliveira, Unidade Técnica: Secex-RN). Revogação da medida cautelar (Ata nº 35/Plenário, de 24.08.2011, TC 019.450/2011-7, Relator: Ministro Weder de Oliveira, Unidade Técnica: Secex-RN).	Não informado

Órgão	Medida Cautelar Concedida	Valor envolvido na cautelar (R\$)
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte (Semarh/RN)	Suspensão das Atas de Registro de Preços 050/2011 e 051/2011; da execução de contratos porventura celebrados; e da adesão de outros órgãos a essas atas. (Ata nº 35/Plenário, de 24.08.2011, TC 002.575/2011-6, Relator: Ministro Arnaldo Cedraz, Unidade Técnica: 4ª Secex).	33.249.530,16
RIO DE JANEIRO		
Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME)	Suspensão cautelar do Pregão Eletrônico nº 1/2011 – ECEME para realização de cota prévia, com vistas a obter manifestação do órgão licitante quanto a diversas supostas irregularidades contidas no edital. (Ata nº 34/Plenário, de 17.8.2011, TC 006.794/2011-0, Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Unidade Técnica: 3ª Secex).	19.316.738,50
Furnas Centrais Elétricas S.A.	Retenção da quantia de R\$ 59.710.850,00 (a valores originais contratados) do saldo financeiro do Contrato n. 16.856/2006, celebrado com o Consórcio Construtor Simplicio. (Ata nº 35/Plenário, de 24.08.2011, TC 008.970/2007-8, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-RJ).	59.710.850,00
Instituto Nacional do Câncer (INCA)	Abstenção de emitir, no âmbito do contrato 207/2009, Ordem de Serviço à empresa BOMENGE Engenharia e Demolições Ltda. para demolição das atuais instalações do Hospital Central do Iaser; e suspensão imediata dos procedimentos relativos à concorrência 4/2011 (Ata nº 38/Plenário, de 14.09.2011, TC 025.201/2011-5, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-RJ). Cautelar reformada. Determinação de continuidade dos procedimentos relativos à concorrência 4/2011, condicionando, porém, a execução do contrato ao saneamento das falhas encontradas. (Ata nº 39/Plenário, de 21.09.2011, TC 025.201/2011-5, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-RJ).	500.000.000,00
Ministério da Defesa	Imediata retenção de pagamento do saldo contratual, no valor R\$ 1.085.429,43, à empresa Mundimix Comércio e Serviços LTDA., até pronunciamento de mérito por parte deste Tribunal, haja vista a existência indícios de sobrepreço e superfaturamento do Contrato Be Ap Log Ex 009/2010, firmado com a Base. (Valor do Contrato: R\$ 9.813.347,30) (Ata nº 38/Plenário, de 14.09.2011, TC 025.040/2011-5, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-RJ).	1.085.429,43
Companhia Docas do Rio de Janeiro	Abstenção de dar seguimento à concorrência nos termos do edital da Concorrência nº 006/2011. (Ata nº 40/Plenário, de 28.09.2011, TC 002.856/2011-5, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: 4ª Secex).	64.379.185,37
Instituto Nacional do Câncer (INCA)	Não abertura das propostas porventura recebidas no edital de Concorrência nº 004/2011. (Ata nº 40/Plenário, de 28.09.2011, TC 030.884/2011-0, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-RJ).	500.000.000,00
SANTA CATARINA		
Eletrosul Centrais Elétricas S/A (Eletrosul)	Determinação de não execução de qualquer despesa relacionada ao incentivo à migração dos empregados da Eletrosul participantes do Plano BD-Elos Eletrosul para o Plano CD-Elos (Elos-Prev). (Ata nº 40/Plenário, de 28.09.2011, TC 019.263/2011-2, Relator: Ministro Raimundo Carneiro, Unidade Técnica: Secex-SC).	51.000.000,00
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea/SC)	Suspensão do processo licitatório do Crea/SC, tendo em vista cláusulas do edital de Concorrência nº 001/2011 que podem direcionar a licitação para contratação de escritório de advocacia para acompanhamento de ações judiciais nos Tribunais Superiores em Brasília (Despacho de 14.7.2011 do Ministro-Relator Marcos Bernquerer, TC 015.549/2011-9 (Simplicio), Unidade Técnica: Secex-SC).	Valor não quantificável
SÃO PAULO		
Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx)	A suspensão dos efeitos da ata de registro de preços do Pregão Eletrônico nº 4/2011, realizada pela Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx). (Ata nº 29/Plenário, de 10.07.2011, TC 006.410/2011-1, Relator: Ministro-substituto Weder de Oliveira, Unidade Técnica: 3ª Secex).	R\$1.300,97

Órgão	Medida Cautelar Revogada
DISTRITO FEDERAL	
Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás)	Revogação da medida cautelar expedida em 16/12/2010, autorizando a Telebrás a prosseguir nas contratações e execução dos serviços decorrentes do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 02/2010-TB, nos termos das renegociações efetivadas. (Ata nº 33/Plenário, de 10.08.2011, TC 032.392/2010-9, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: 3ª Secex).

Órgão	Medida Cautelar Revogada
Fundação Universidade de Brasília (FUB)	Revogação da medida cautelar expedida no processo nº TC-004.055/2011-0, pelo Ministro José Jorge, que havia suspenso os pagamentos à Fundação Universidade de Brasília para a realização do Enem/2011 e, ainda, a realização de quaisquer providências relativas aos exames seguintes ao do Enem/2011, previstos para 2012. [Ata nº 33/Plenário, de 14.09.2011, TC 004.055/2011-0, Relator: Ministro-Substituto André Luís, Unidade Técnica: 6ª Seccx].
GOIÁS	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)	Abstenção de celebrar novos contratos decorrentes do Pregão Eletrônico nº 02/2011, bem assim de autorizar adesão à ata de registro de preços dele resultante. (Ata nº 16/Plenário, de 11.5.2011, TC 009.814/2011-6, Relator: Ministro-Substituto Augustin Sherman, Unidade Técnica: Seccx-GO). OBS: A cautelar anteriormente concedida foi considerada prejudicada pelo Relator, Exmº. Ministro José Jorge, mediante despacho de 5/7/2011.
MATO GROSSO	
Fundação Nacional de Saúde, Coordenação Regional em Mato Grosso (Funasa/MT)	Revogação da medida cautelar adotada neste processo em 26/1/2011 (peça 5), reformada parcialmente pelo despacho de 13/5/2011 (peça 56). [Ata nº 34/Plenário, de 17.08.2011, TC 000.582/2011-5, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Seccx-MT].
PIAUÍ	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)	[Sigiloso] Revogação da medida cautelar anteriormente adotada e autorizar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) a dar continuidade ao procedimento de "consulta" com vistas à contratação emergencial de empresa para conduzir as obras do Campus Paulistana/PI. [Ata nº 34/Plenário, de 17.8.2011, TC 014.245/2011-6, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Seccx-PI].

6.3. Anexo III - "Sanções Não-Pecuniárias Aplicadas no Período"

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Federal				
UF	Unidade Jurisdicionada	Atividade	Processo	Acórdão
DF	Armazém Avenida Lado	EMPRESA SANTA PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.	019.423/2009-1	2.259-35/2011-PL
DF	Armazém Avenida Lado	RUB CAR COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS E FUNDIÇÃO LTDA.	008.564/2010-2	2.806-40/2011-PL
DF	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/MOIA	CONSTRUTORA CORRENZONI - COMERCIO, PLANEJAMENTO E REPSIS	010.428/2009-0	2.528-30/2011-PL
DF	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/MOIA	MR. H. C. CONSTRUTORA LTDA	010.428/2009-0	2.528-29/2011-PL
ES	Empresa Comercial Esteves Ribeiro Preto Ltda	COMERCIAL ESTEVES RIBEIRO PRETO LTDA.	019.543/2010-7	2.101-33/2011-PL
GO	Prefeitura Municipal de Cristalina - GO	EC ENGENHARIA LTDA	020.930/2009-0	2.026-31/2011-PL
GO	Prefeitura Municipal de Cristalina - GO	RF CONSTRUÇÕES LTDA	020.930/2009-0	2.026-31/2011-PL
GO	Prefeitura Municipal de Planaltina - GO	EC ENGENHARIA LTDA	020.930/2009-0	2.026-31/2011-PL
GO	Prefeitura Municipal de Planaltina - GO	RF CONSTRUÇÕES LTDA	020.930/2009-0	2.026-31/2011-PL
GO	Prefeitura Municipal de Vespasiano de Goiás - GO	LC ENGENHARIA LTDA	020.930/2009-0	2.026-31/2011-PL
GO	Prefeitura Municipal de Vespasiano de Goiás - GO	RF CONSTRUÇÕES LTDA	020.930/2009-0	2.026-31/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Colinas - MA	SARRA INFORMÁTICA LTDA	003.087/2005-7	1.835-28/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Colinas - MA	DEBILMAR ESTREIRA SANTOS FERRAZ (MERCADO E PAPELARIA ESMERALDA)	003.087/2005-7	1.835-28/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Colinas - MA	E. P. R. MONTEIRO (ELAYNE PAPELARIA)	003.087/2005-7	1.835-28/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Colinas - MA	L. M. COSTA JÚNIOR	003.087/2005-7	1.835-28/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Colinas - MA	L. C. DA SILVA ANDRADE (ELAYNE VARIEDADES)	003.087/2005-7	1.835-28/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Colinas - MA	M. BELO DE CARVALHO	003.087/2005-7	1.835-28/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Colinas - MA	SANTOS E MENDES LTDA JO SARAIAO	003.087/2005-7	1.835-28/2011-PL
MG	Município de Brasília de Minas/MG	CONSTRUTORA RODRIGUES / ASPEN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	057.691/2009-4	2.521-39/2011-PL
MG	Município de Brasília de Minas/MG	VAP PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	067.692/2009-4	2.525-39/2011-PL
MT	Prefeitura Municipal de Jauru/MT	SANTA MARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	010.811/2009-0	1.937-30/2011-PL
PR	Prefeitura Municipal de Conceição - PR	COL CARLOS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	009.792/2008-7	2.264-35/2011-PL
PR	Prefeitura Municipal de Conceição - PR	CONSTRUTORA TERRA FORTE LTDA	009.792/2008-7	2.264-35/2011-PL
RN	Prefeitura Municipal de Luís Gomes - RN	VENEZA PARTICIPAÇÕES LTDA	005.051/2009-2	1.791-27/2011-PL
RN	Prefeitura Municipal de Luís Gomes - RN	MIA CRESEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS MOTORES E PEÇAS LTDA	005.051/2009-2	1.791-27/2011-PL
Total de empresas declaradas inidôneas: 21				

Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública				
UF	Unidade Jurisdicional	Autoridade	Processo	Acórdão
DF	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	Dilceu Tucho Neto	030.291/2010-4	2.531-35/2011-PL
DF	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	Fernanda Rozello de Almeida	005.402/2011-5	2.506-38/2011-PL
DF	CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA	SIGILOSO	027.728/2007-6	2.293-31/2011-PL
DF	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO	Márcia Pinho Barbato	025.070/2008-0	1.933-30/2011-PL
Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública				
	SOCIAL - MPS			
DF	MINISTÉRIO DA CULTURA (VINCUADOR)	Náveo Almeida Leal	005.560/2009-2	2.444-38/2011-PL
DF	MINISTÉRIO DA CULTURA (VINCUADOR)	Givanildo Macedo da Silva	005.560/2009-2	2.444-38/2011-PL
DF	MINISTÉRIO DA CULTURA (VINCUADOR)	Rafael Quintimano	005.560/2009-2	2.444-38/2011-PL
DF	Ministério dos Transportes	Dinei Barbosa dos Santos	027.647/2007-6	1.880-29/2011-PL
DF	Ministério dos Transportes	Mirya Teresinha de Galvão Roque de Souza	027.647/2007-6	1.880-29/2011-PL
GO	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Udenilton Pereira de Amparo	009.386/2011-1	2.366-34/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Caxias - MA	Cleide Barroso Coutinho	004.737/2004-0	2.175-34/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Caxias - MA	Leonaldo Fátima Aragão	004.737/2004-0	2.175-34/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Caxias - MA	Estelito Barros Filho	004.737/2004-0	2.175-34/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Caxias - MA	Fauze Elouf Simão Júnior	004.737/2004-0	2.175-34/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Caxias - MA	Fernando José de Assunção Couto	004.737/2004-0	2.175-34/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Caxias - MA	George Ferreira de Silva	004.737/2004-0	2.175-34/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Caxias - MA	Hélito de Souza Quintoz	004.737/2004-0	2.175-34/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Caxias - MA	João Alves do Nascimento	004.737/2004-0	2.175-34/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Caxias - MA	José Carlos de Jesus Sales	004.737/2004-0	2.175-34/2011-PL
MA	Prefeitura Municipal de Caxias - MA	Raimundo Rodrigues dos Santos Filho	004.737/2004-0	2.175-34/2011-PL
PB	Prefeitura Municipal de Conceição - PB	Alexandre Braga Pegado	009.752/2006-7	2.164-35/2011-PL
RN	SENAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/NR - NTE	Leônidas Ferreira de Paula	018.768/2009-0	2.178-34/2011-PL
SP	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo	Gerson de Oliveira	013.042/2011-4	2.930-35/2011-PL
SP	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo	Humberto de Oliveira	038.865/2010-8	1.951-30/2011-PL
SP	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo	Luciene Vieira de Souza Otonari	021.575/2010-5	1.950-30/2011-PL
SP	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo	Roberto de Campos Bueno	013.042/2011-4	2.130-36/2011-PL
TO	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Charlys Antonio Lucena Silva	000.453/2011-0	2.153-34/2011-PL
Total de responsáveis inabilitados: 26				

6.4. Anexo IV - "Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos"

Determinação	Unidade Jurisdicionada/Deliberação
Anulação, revogação, suspensão e ajustes em licitações	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) (Acórdão nº 2.012/Plenário, de 03.08.2011, TC nº 000.868/2011-6, Relator: Ministro Raimundo Carreiro)
	Secretaria Municipal de Educação de Manaus/AM (Acórdão nº 2.077/Plenário, de 10.08.2011, TC nº 004.835/2011-5, Relator: Ministro Substituto Augusto Sherman)
	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo (Acórdão nº 2.066/Plenário, de 10.08.2011, TC nº 005.351/2011-7, Relator: Ministro Augusto Nardes)
	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Administração Regional no Estado do Espírito Santo (Acórdão nº 5.456/1ª Câmara, de 16.08.2011, TC nº 004.551/2011-7, Relator: Ministro Walton Alencar)
	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) (Acórdão nº 2.155/Plenário, de 17.08.2011, TC nº 002.345/2011-0, Relator: Ministro Walton Alencar)
	Fundação Nacional de Saúde (FUNSAZ/MT) (Acórdão nº 2.154/Plenário, de 17.08.2011, TC nº 000.582/2011-5, Relator: Ministro Walton Alencar)
	Caixa Econômica Federal - Regional de Sustentação ao Negócio de Logística em Curitiba/PR (CAIXA/RSLO/CT) (Acórdão nº 4.151/Plenário, de 17.08.2011, TC nº 016.788/2011-7, Relator: Ministro Valmir Campelo)
	Escola de Comando e Estado Maior do Exército (Acórdão nº 2.179/Plenário, de 17.08.2011, TC nº 006.795/2011-0, Relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira)
	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) (Acórdão nº 2.253/Plenário, de 24.08.2011, TC nº 005.410/2011-8, Relator: Ministro Aroldo Cedraz)
	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) (Acórdão nº 2.252/Plenário, de 24.08.2011, TC nº 005.658/2011-4, Relator: Ministro Aroldo Cedraz)
	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) (Acórdão nº 2.252/Plenário, de 31.08.2011, TC nº 022.758/2009-8, Relator: Ministro Raimundo Carreiro)

Suspensão de pagamento ou ressarcimento/retenção de valores em contratos	Serviço Social do Comércio Administração Regional no Estado de São Paulo (Sosc/SP) (Acórdão nº 2.434/Plenário, de 14.09.2011, TC nº 008.583/2011-0, Relator: Ministro Aroldo Cedraz)
	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Acórdão nº 2.531/Plenário, de 21.09.2011, TC nº 016.787/2011-0, Relator: Ministro José Jorge)
	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amapá - SAMF/AP (Acórdão nº 8.882/1ª Câmara, de 27.09.2011, TC nº 016.674/2011-1, Relator: Ministro Valmir Campelo)
	Caixa Econômica Federal (Acórdão nº 2.066/Plenário, de 10.08.2011, TC nº 005.361/2011-7, Relator: Ministro Augusto Nardes)
	Caixa Econômica Federal (Acórdão nº 2.553/Plenário, de 31.08.2011, TC nº 004.512/2011-1, Relator: Ministro Augusto Nardes)
	Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) (Acórdão nº 1.894/Plenário, de 20.07.2011, TC nº 007.403/2010-0, Relator: Ministro Raimundo Carneiro)
	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/Departamento Regional no Espírito Santo (Acórdão nº 1.948/Plenário, de 27.07.2011, TC nº 005.929/2011-3, Relator: Ministro-Substituto Marcos Berniquieri)
	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul (Acórdão nº 5.338/2ª Câmara, de 26.07.2011, TC nº 017.905/2009-5, Relator: Ministro Raimundo Carneiro)

Determinação	Unidade Jurisdicional da Deliberação
	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit/MT) (Acórdão nº 1.936/Plenário, de 27.07.2011, TC nº 005.868/2009-7, Relator: Ministro Aroldo Cedraz)
	Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (Acórdão nº 1.923/Plenário, de 27.07.2011, TC nº 010.538/2010-5, Relator: Ministro Valmir Campelo)
	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo (Acórdão nº 2.066/Plenário, de 10.08.2011, TC nº 005.361/2011-7, Relator: Ministro Augusto Nardes)
	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo (Acórdão nº 2.140/Plenário, de 17.08.2011, TC nº 004.512/2011-1, Relator: Ministro Augusto Nardes)
	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit/MT) (Acórdão nº 2.421/Plenário, de 14.09.2011, TC nº 008.235/2010-4, Relator: Ministro Valmir Campelo)
	Departamento de Estradas e Rodagem do Rio Grande do Norte (DER/RN) (Acórdão nº 2.329/Plenário, de 31.08.2011, TC nº 012.544/2011-6, Relator: Ministro Valmir Campelo)
	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (Acórdão nº 8.237/2ª Câmara, de 20.09.2011, TC nº 030.046/2008-6, Relator: Ministro Augusto Nardes)
	Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas (Sain/AM) (Acórdão nº 2.534/Plenário, de 28.09.2011, TC nº 007.632/2009-2, Relator: Ministro-Substituto André Luís)

6.5. Anexo V - "Obras Inseridas no Anexo VI da Lei 12.381/11 (LOA/2011)"

UF	Obra	Promotor(s) Relator(es)	Gravidade(1)	Motivo de paralisação	Principais por parte do gestor
AL	Drenagem da Tabuleira dos Martins - Maceió	006.763/2011-2 AUGUSTO SHERMAN / 006.759/2007-7 AUGUSTO SHERMAN	IG-P	Contrato 01/1997, cujo objeto é a execução de serviços de Engenharia necessários à Ampliação da Microdrenagem de área denominada de Grande Tabuleira em Maceió - AL. (Valor: R\$ 48.164.381,06, data-base: 27/11/1997), consta do quadro de bloqueio da LOA 2010. O contrato 01/97 teve sua execução suspensa por causa de diversas irregularidades, entre as quais se destacam: (i) superfaturamento da ordem de R\$ 18.732.204,06, sendo materialmente evidente em relação ao total do contrato (38,90%); (ii) Proposta da empresa vencedora em desacordo com o Projeto Básico, sendo tal proposta considerada a base para a execução do contrato; e (iii) subcontratação na soma de 50% da obra sem previsão em edital ou contrato. O convênio 526644 foi suspenso em decorrência de irregularidades graves na sua execução. Os índices de irregularidade em apuração consultam gravemente aos princípios a que está submetida a licitação, em especial ao da economicidade (Art. 37, CF/88) e da vinculação ao instrumento convocatório (Art. 3º, Lei nº 8.666/1993).	O Acórdão 1093/2007-TCU-Plenário (Itens 9.5.5 a 9.5.7) descreve detalhadamente as medidas corretivas que, se tomadas pelo gestor, recomendariam a continuidade da execução da obra. Em resumo, as medidas versam sobre a necessidade da realização de levantamentos pela Sefima/AM, com posterior remessa para análise do Tribunal, de diversos itens de serviços e suas correspondentes quantidades previstas, já efetivamente executados e que se pretendem ainda executar. Além disso, a continuidade da obra está condicionada a ajustes no projeto executivo e adaptações no orçamento estimativo, bem como da continuidade, com certeza de, ao processo de desapropriação das áreas onde será instalada a legoa 1
AM	Modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus/AM	016.693/2009-4 UBIRATAN AGUIAR / 005.008/2009-3 ANDRÉ DE CARVALHO / 006.065/2011-2 ANDRÉ DE CARVALHO	IG-C	Estavam bloqueados na LOA 2011 a edital da Concorrência 018/2009-CEG/AM e o Contrato 003/2009-SRMM, pela decorrente, cuja objeto é a execução de serviços e obras de engenharia para reabilitação do sistema viário do Distrito Industrial de Manaus/AM, com valor global de R\$ 85.190.972,33 e com 2% de execução física. Em 2011, também retornou ao quadro bloqueado o Convênio 577/2007, embora já houvesse deliberação da CIM2 em 2009 e posição do TCU em 2010 quanto ao saneamento da irregularidade respectiva. O Contrato 003/2009-SRMM, apresentou sobrepreço estimado de 15%, além de ter sido decorrente de licitação (Concorrência 018/2009-CEG) com projeto básico deficiente, na qual se observou restrição à competitividade e flacidez relativas à publicidade. A despeito do bloqueio na LOA em 2009 a Secretaria de Regulação Metropolitana de Manaus (SRMM) ordenou a execução de serviços do Contrato 003/2009-SRMM, sem que houvesse autorização por parte da Sufima.	No âmbito da Piorbrás 2011, foi verificado que não foram implementadas integridade pelo órgão gestor as medidas sancionatórias indicadas por esta Corte para sanar os efeitos das irregularidades graves apontadas no Contrato 1/1997. A Concorrência 018/2009-CEG e o Contrato 003/2009-SRMM foram anulados, conforme verificado em publicação do Df/AM Oficial do Estado de Amazonas de 23/4/2010. Em 14/3/2011, a Sufima informou que aprovou o novo projeto executivo da obra, e solicitou dos índices de sobrepreço verificados durante a finalização de 2010. Além disso, apresentou comprovação de que não foram usados até o momento recursos federais para pagamento dos serviços executados enquanto o Contrato 003/2009-SRMM estava bloqueado na LOA. Diante dessas informações, por meio do Acórdão 773/2011 (20/3/2011), o Plenário do TCU considerou saneados todos os índices de irregularidade de grave natureza à obra, ao mesmo tempo em que determinou à Sufima que apresente o eixo de contas do Contrato 003/2009-SRMM comprovando definitivamente a ausência de emprego de recursos federais.

PI	Av. Marginal Leão - Contrato Enxerto: Rio Pity - Teresina	021.023/2003-3 UBIRATAN AGUIAR / 019.012/2009-3 BENJAMIN ZWILLER	IS-P	O Contrato 01/99 (Construção da Av. Marginal Leão, margeando o Rio Pity, em Teresina/PI), cujo valor é de R\$ 36.632.429,75, está parcelado com 6% das obras concluídas. Foi executado somente cerca de 50% do trecho 1, o qual possui 3.706,93 m de extensão, sendo que a obra total terá uma extensão de 23.706,93 m. Também há um contrato de parcelação para o Edital 002/97, que prescreveu o Contrato 01/99. O Contrato 01/99 foi parcelado em 5/7/2002, antes mesmo da medida cautelar adotada pelo TCU em 2005 (Acórdão 723/2005-TCU-Plenário). Nessa deliberação, foram citadas as seguintes irregularidades: sobrepreço e extrapolagem do limite legal para realização de aditivo contratual, relativos ao Contrato 01/99; restrição à competitividade, ausência de critério de admissibilidade de preços máximos e ausência de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços conforme exigido pela Lei 8.666/93, relativos ao Edital 002/97. O ilicídio de sobrepreço é da ordem de 105,74%, o que leva um potencial dano ao erário de R\$ 13.083.972,00.	De acordo com o Acórdão 1727/2010-Plenário, a medida corretiva corresponde à anulação da Contratação 02/97 e do decorrente Contrato 02/99. As medidas não foram compreendidas pelo gestor. As últimas autoridades e todas as vezes foram desmontadas as estruturas não tomadas providências para a retirada da obra do quadro bianário da LDA. No entanto que trata dessa obra no TCU está sendo aguardadas as regularidades inicialmente apontadas.
RJ	[PAC] Implantação do Metró - Linha 3 do Rio de Janeiro	005.983/2012-5 JOSÉ DIRGE / 020.041/2009-4 JOSÉ DIRGE	IS-P	a) Desenvolvimento de estudos e execução de parte dos levantamentos topográficos, geodésicos, geotécnicos, para levantamento da feição de demarcação, com identificação da poligonal de referências atuais para o projeto, RNTs, marcos topográficos, identificação de áreas de influência de áreas de bota fora e jardins do Pátio e Estação do Barreto e da Via Elevada do trecho Barreto/Adiantara, do Lote 2 da Linha 3 do Metrô do Rio de Janeiro; b) Projeto Executivo da Via Elevada do trecho Barreto/Adiantara, do Lote 2 da Linha 3 do Projeto de Implantação da Linha 3 do Metrô do Rio de Janeiro, compreendendo detalhes específicos técnicos, desenhos, listas de materiais e todos os documentos necessários à implantação das estações do trecho considerado; e c) Apoio à implantação trecho Barreto/Adiantara. Concedente: Ministério das Cidades. Conveniente: Secretaria de Estado de Transportes do Estado do Rio de Janeiro. Valor do contrato 001/2008:	Conforme Acórdão 2.005/2009-P, item 9.1.1, o gestor deve comprovar a devida alocação da recurso relativos à contratação do empreendimento no Plano Plurianual, bem como na Lei Orçamentária do Estado; Conforme a justificativa contida no Acórdão 2.136/2010-P, item 9.1, o gestor deve se abster de repassar recursos à obra de implantação da Linha 3, Lote 2, do Metrô do Rio de Janeiro, até que o projeto do objeto do contrato contenha os elementos estabelecidos pelo inciso IX, art. 6º da Lei 8.666/1993, bem como o detalhamento estabelecido pelo art. 7º, §2º, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993. Conforme o Acórdão 486/2010-P, item 9.2.3, a Secretaria Municipal da Mobilidade Urbana (Semob/Ministério das Cidades) antes de enviar ao TCU documentos provenientes do empreendimento, do seu contrato e de outro interessado, deve analisar a prévia e conclusivamente, emitindo parecer formal acerca das informações nele veiculadas. Em 27/9/2011, foi encaminhado ao TCU o Ofício 590/2011/GSE/SECOMAS apresentando "Enriquecimento do Projeto", a respectiva planilha orçamentária se a entrega ao TCU no final de outubro/2011. A documentação já encontra-se em análise pela Unidade Técnica do TCU.

			Contrapartida Federal: R\$ 50.000.000,00 (80%). Contrapartida Estadual: R\$ 11.500.000,00 (20%). Convênio assinado em 30/12/2008, vigente até 30/12/2011. O escopo do convênio corresponde a 4,57% do valor do contrato 02/2002, considerando reajustamento até agosto/2009. O Contrato 2/2002, que possui como objeto a execução, pelo regime de empreitada por preço unitário, das obras civis do Lote 2 do Sistema de Transporte Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, encontra-se impedido de receber recursos federais em decorrência do item 9.1 do Acórdão 2136/2010. Contratante: Governo do Estado do Rio de Janeiro Contratado: Consórcio Construtor Fluminense (Construtora Queiroz Galvão S/A e Carlos Christian Nielsen Engenharia) foi assinado em 4/4/2002 e possui vigência até 30/6/2011. O valor total do contrato é de R\$ 714.972.486,31 (base junho/2001). Até a sexta medição (agosto/2009) havia 3,407% do valor contratado. O Convênio 001/2008 (Sinh 650150) está paralisado em decorrência: a) da ineficiência e da ausência de dotação orçamentária própria do comitente (Secretaria de Estado de Transportes do Estado do Rio de Janeiro - SETRANS); b) projeto básico deficiente ou desatualizado. Portanto o Ministério das Cidades está impedido de repassar recursos federais à obra de implantação da Linha 3, Lote 2, do Metrô do Rio de Janeiro, Contrato 02/2002.	O Contrato 039/99 (execução das obras civis de implantação do Sistema Viário Marginal Baquihar), no valor de R\$ 124.432.674,53 (Termo de Aditamento 003/03 - Nr. 1003/7/1042 - Principal - Volume 04, de 04 de agosto de 2003), com 89% de execução física, está bloqueado na LOA desde 2004. Identificou-se superfaturamento de R\$ 6.992.353,01 (7% do valor total) no Contrato 039/99, além de alterações indevidas de projetos e especificações. Apesar de o Congresso Nacional suspender o repasse de recursos	Caso a Prefeitura de Guarulhos tenha interesse em continuar a execução do Contrato 039/99, ela deverá adotar as seguintes medidas, conforme Acórdão 2277/2009-TCU-Pierfilio, de 30/6/2009, que foi reafirmado pelo Acórdão 1809/2010/26/7/2010 e 2007/2011 (3/8/2011), ambos do Plenário do TCU: descontinuar, nas próximas futuras, o débito de R\$ 6.992.353,01; renegociar os preços contratados dos serviços a executar, caso estejam superiores aos do Sistema de Custos Rodoviários (Sicro). A Prefeitura de Guarulhos informou à equipe de fiscalização do TCU em 2009 que não há mais necessidade nem interesse em executar o
SP	Conclusão das Obras do Complexo Viário Baquihar - Guarulhos/SP	011.101/2009-6 AGOSTO NARDES / 013.223/2011-9 AGOSTO NARDES	NG-P		

				(federalis, as obras prosseguiram com recursos municipais e estaduais. Com 85% de execução física, o Sistema Várrio Baquiru está em pleno funcionamento. Restam a executar do contrato apenas dois viadutos e duas pontes no trecho do Terminal de Cargas.	restante da obra e que adotará providências para encerrar o Contrato 03/999, o que ainda não compareceu ao Tribunal. Em 2010, a Prefeitura de Guarulhos informou que todos os documentos pertinentes ao Contrato 039/99 e à licitação correspondente foram apreendidos por decisão judicial e que a equipe técnica existente à época do contrato foi substituída. Portanto, nenhuma providência foi informada pelo gestor. Na fiscalização de 2011 observou-se que a situação permanece a mesma. Em 22/04/2011, a Prefeitura de Guarulhos/SF informou que está impedida de realizar o contrato enquanto o processo administrativo permanece apreendido. No processo que trata dessa obra no TCU, buscou-se o restituição ao erário do valor superavaliado. Os responsáveis pelo débito foram chamados a se pronunciar, tendo sido recusada em 6/5/2011 as últimas alegações de defesa.
TD	Construção da Barragem do Rio Araraia em Araraia/TD	005 960/2011 8 AULGUSTO SHERMAN / DOB 875/2009 5 AULGUSTO SHERMAN	K-P	Constam do quadro de bloqueio de LQA 2010, o Contrato 117/2004, cujo objeto é a construção da Barragem do Rio Araraia, Etapa 16, com fornecimento e montagem dos equipamentos hidráulicos e elétricos (Valor: R\$ 34.167.800,73 - após 1º Termo Aditivo), com 56% de execução. O Contrato 045/2005, cujo objeto é a elaboração de Projeto Executivo, Projeto Básico Ambiental e Gerenciamento, Assessoria Técnica, Supervisão e Fiscalização das Obras da Barragem do Rio Araraia/TD (Valor: R\$ 2.263.991,00) De acordo com o Acórdão 1913/2010-TCU-Plenário, o Convênio 113/2007, firmado entre o MTE e a SEMPLAN/TD, (Sua) 610857), não pode ter recursos federais liberados até que ocorra o saneamento do contrato 117/2004. Foi identificada, preliminarmente, sobrepreço de 31,72% (R\$ 9.336.953,16) no Contrato 117/2004. No Contrato 045/2005 foi apontado, preliminarmente, sobrepreço em alguns itens, no valor de R\$ 154.782,91 (o Ministério-Ratificador adotou medida cautelar até que o Senado se manifestasse acerca da necessidade de is: p no contrato).	No âmbito das Fiscalizações 2009, foi prolatada o Acórdão 650/2013-TCU-Plenário, que concluiu de pedido de reexame interposto pela Empresa Egsa Engenharia S/A, para no mérito dar-lhe provimento parcial, tornando insubsistentes os subitâneos 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5 do Acórdão 1913/2010-TCU-Plenário. Na oportunidade, foram arroladas as seguintes determinações cautelares, com fundamento no art. 276 do Regimento Interno do TCU: - ao Ministério da Integração Nacional, para que suspenda a liberação de recursos federais no âmbito do Convênio 113/2007 (Sua) 610857), firmado com o Governo do Estado de Tocantins (do item 9.2); - à Secretaria dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (SEMAM/TD), para que se abstenha de efetuar pagamentos com recursos federais no âmbito dos Contratos 117/2004 e 045/2005, firmados, respectivamente, com a empresa Egsa Engenharia S.A. e com o consórcio Magna/Engenheiros (subitâneos 9.3 e 9.4); Por conta da fiscalização efetuada em face do Fiancibras 2011, foi verificado que as obras continuam paralisadas, não tendo sido adotadas pelo órgão estadual as medidas corretivas apas a permitir a continuidade do empreendimento. Ressalte-se que o saneamento das irregularidades apontadas depende da reaplicação do contrato 117/2004 e da promoção de descontos nas próximas medições realizadas no âmbito da referida obra.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Leitura: 2-12-2011

até 7/12/2011

prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;

até 22/12/2011

prazo para apresentação de relatório;

até 8/2/2012

prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

até 15/2/2012

prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 3 de dezembro do corrente.

O Aviso será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 146, de 2011** (nº 535/2011, na origem), pela qual a Presidência da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos serão destinados ao Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A Senhora Presidente da República adotou, em 1º de dezembro de 2011, publicou no mesmo dia, mês e ano, a Medida Provisória nº 552, de 2011, que “Altera o art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e os arts. 1º e 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004”.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

**BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA
(PMDB/PP/PSC/PV)**

Renan Calheiros
Francisco Dornelles

Vital do Rêgo
Ana Amélia

Eduardo Amorim
Paulo Davim

Eduardo Braga
Waldemir Moka

**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(PT/PDT/PSB/PCDOB/PRB)**

Humberto Costa
Acir Gurgacz
Antonio Carlos Valadares
Inácio Arruda

Marcelo Crivella
Lindbergh Farias
Cristovam Buarque
Lídice da Mata

**BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA
(PSDB/DEM)**

Alvaro Dias
Demóstenes Torres

Aloysio Nunes Ferreira
Jayme Campos

PTB

Gim Argello

João Vicente Claudino

PR

Magno Malta

Clésio Andrade

***PSOL**

Marinor Brito

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PT

Paulo Teixeira
Arlindo Chinaglia

Henrique Fontana
Artur Bruno

PMDB

Henrique Eduardo Alves
Marcelo Castro

Teresa Surita
Antônio Andrade

BLOCO (PSB/PTB/PCDOB)

Jovair Arantes
Osmar Júnior

Givaldo Carimbão
Edson Silva

PSDB

Duarte Nogueira

Otávio Leite

PP

Aguinaldo Ribeiro

Jerônimo Goergen

DEM

Antonio Carlos Magalhães Neto

Pauderney Avelino

Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)

Lincoln Portela

José Rocha

PDT

Giovanni Queiroz

André Figueiredo

Bloco (PV/PPS)

Sarney Filho

Rubens Bueno

***PSOL**

Chico Alencar

Ivan Valente

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 1º-12-2011
 - Designação da Comissão: 2-12-2011(SF)
 - Instalação da Comissão: 5-12-2011
 - Emendas: até 7-12-2011 (6 dias após a publicação)
 - Prazo na Comissão: 1º-12-2011 a 14-12-2011 (14º dia)
 - Remessa do processo à CD: 14-12-2011
 - Prazo na CD: de 15-12-2011 a 7-2-2012 (15º ao 28º dia)
 - Recebimento previsto no SF: 7-2-2012
 - Prazo no SF: de 8-2-2012 a 21-2-2012 (42º dia)
 - Se modificado, devolução à CD: 21-2-2012
 - Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 22-2-2012 a 24-2-2012 (43º ao 45º dia)
 - Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 25-2-2012 (46º dia)
 - Prazo final no Congresso: 10-3-2012
- A matéria será publicada em avulsos.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Há oradores inscritos.

Em permuta com o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB do Distrito Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Presidente Senador Wellington Dias, prezados Senadores e Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da TV Senado, quero cumprimentar, de forma muito especial, os militantes do Partido Socialista Brasileiro que estão em Brasília hoje para a abertura do XII Congresso Nacional do PSB.

Daqui a pouco, teremos a abertura do congresso nacional dos segmentos do PSB; à noite, com a participação do nosso Presidente Eduardo Campos, a abertura do congresso nacional – hoje à noite e ao longo de todo o dia de amanhã.

Subo hoje à tribuna para registrar a realização do XII Congresso Nacional do PSB, que acontece até amanhã, em Brasília, em um momento bastante oportuno, primeiro pelo próprio crescimento do partido.

Hoje o PSB é um dos partidos que mais crescem no País, não apenas em tamanho, mas também na qualidade do trabalho que vem desenvolvendo. Elegemos seis governadores nas últimas eleições, 35 Deputados Federais, quatro Senadores, 73 Deputados estaduais, mostrando o acerto da condução que vem sendo dada ao partido pelo nosso Presidente, o Governador de Pernambuco Eduardo Campos.

O PSB administra quatro capitais – Belo Horizonte, Curitiba, João Pessoa e Boa Vista – e mais 386 Municípios do País. Podemos dizer, com tranquilidade, que a legenda se consolida como a mais nova força política nacional.

Segundo, pela avaliação de nossas gestões, políticos do PSB estão entre os mais bem avaliados do País. Segundo pesquisa do Datafolha, dos três melhores governadores do Brasil, dois são do partido: O Governador de Pernambuco, nosso Presidente Eduardo Campos, em primeiro lugar, aprovado por 80% da população de Pernambuco, e o Governador Cid Gomes, do Ceará, em segundo lugar, com 65% de aprovação no Ceará.

Ainda segundo o Datafolha, dos três prefeitos mais bem avaliados do País, dois também são do PSB: o Prefeito Marcio de Lacerda, de Belo Horizonte, que lidera o *ranking* nacional, seguido do Prefeito de Curitiba, nosso companheiro Luciano Ducci.

Mas o crescimento e os bons resultados de nossas administrações ampliam, na mesma proporção, as nossas responsabilidades. Seremos cada vez mais cobrados e temos a obrigação não só de conhecer a fundo todos os problemas das regiões que representamos, com respostas ágeis e efetivas, assim como de renovar o nosso compromisso frente a um projeto de desenvolvimento nacional efetivamente inclusivo, assumindo, até as últimas consequências, a nossa responsabilidade republicana, gerando novas e melhores oportunidades para elevar a qualidade de vida dos brasileiros.

Aliás, esta é uma palavra que gostaria de destacar neste momento: oportunidade. Talvez esse seja o maior desafio do Brasil de hoje. Somos uma das nações mais criativas do mundo, com maior biodiversidade de fauna e de flora, a sétima economia do Planeta e, como ontem disse a Diretora-Gerente do Fundo Monetário Internacional, Christine Lagarde, o Brasil é o país que está mais protegido contra uma possível contaminação da crise europeia.

No entanto, embora tenhamos evoluído bastante, avançado bastante no Governo do Presidente Lula, em política às quais vem sendo dada continuidade no Governo da Presidenta Dilma e que sempre tiveram o apoio do PSB, seja na participação nos Ministé-

rios, seja no Congresso Nacional, conseguimos, ao longo dos últimos anos, aliar crescimento econômico com redução das desigualdades sociais, redução das desigualdades regionais, ampliação do acesso ao emprego formal, ampliação do acesso ao ensino técnico e tecnológico, com a construção de institutos federais de educação, ciência e tecnologia em vários locais do País, com a ampliação do acesso ao ensino superior, com a expansão das nossas universidades, a implantação de novas universidades federais e de novos *campi* de universidades federais pelo País afora. Mas ainda temos um grande desafio para enfrentar e superar, que são as imensas desigualdades sociais presentes no Brasil.

Mesmo que tenhamos evoluído para um País menos desigual, com extraordinário esforço do Governo Federal nesses últimos anos – como acabei de relatar –, continuamos com a triste realidade de ter aqui famílias que lutam para viver com apenas R\$12,00 por dia e com a metade da população com renda *per capita* inferior a um salário mínimo, recebendo por mês até R\$375,00.

Vivemos um grave vício. Apesar de todos os avanços promovidos pelo Governo do Presidente Lula e continuados pelo Governo da Presidente Dilma, ainda temos um problema de ordem cultural, que tem suas bases em um modelo de desenvolvimento ultrapassado e extremamente contraditório, fundado sob a ótica escravocrata que teceu a história de nossa civilização, onde os mais pobres pagam pela riqueza dos mais ricos. Como disse um dos grandes economistas do País, Carlos Lessa: “No Brasil, o povo não consegue ser sujeito da sua história ou biografia, mas da sua sobrevivência”. Já Josué de Castro, uma das figuras mais emblemáticas e sensíveis do nosso País, definiu com precisão: “Metade da humanidade não come e a outra metade não dorme com medo da que não come”.

Divulgado há algumas semanas, o último Censo do IBGE mostra que o homicídio é uma das maiores causas de morte entre os jovens brasileiros. Também aponta 16 milhões de brasileiros em situação de pobreza extrema. Esse enfrentamento é urgente, é uma obrigação ética de todos nós, de toda a Nação brasileira, do Poder Público. Mas não é só isso: é também uma questão de desenvolvimento econômico e social para o Brasil.

A proposta que o Governo tem apresentado à sociedade tem possibilidades, sim, de criar condições mínimas de inclusão social, sobretudo para crianças e adolescentes. Mas, sem a cooperação de vários níveis de Governo, políticos e partidos, de empresas e da sociedade, em seu múltiplo potencial de cidadania, a tarefa fica mais difícil.

Felizmente, muitos já compreenderam que é absolutamente incompatível a prosperidade em uma sociedade em situação de caos, e que miséria não é apenas um estado socioeconômico. Como diz muito bem o lema do Governo da Presidenta Dilma: “Um país rico é um país sem miséria”.

Por isso, a maior preocupação do PSB é traçar um caminho de oportunidades aos brasileiros, não só de negócio, trabalho e renda, mas também de educação, saúde, cultura, cidadania. O nosso compromisso é criar condições para que cada brasileiro se torne um sujeito social na época em que a tecnologia e os sistemas de comunicação estabeleceram a economia dos serviços e da experiência em uma dinâmica mundial de trocas e de circulação de valores.

Por isso, são dois os grandes desafios a serem discutidos nesta XII edição do Congresso Nacional do PSB.

Em primeiro lugar, uma reforma urbana. O processo de crescimento desordenado das nossas cidades levou a uma situação de caos urbano que precisa ser enfrentada com seriedade, com firmeza, com coragem e com profundidade. Precisamos garantir mobilidade urbana nas nossas cidades. Ao longo de nossa história, foi priorizado o transporte individual em detrimento do transporte público.

A realização de dois grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, no nosso País, trazem a oportunidade de o Brasil fazer investimentos significativos em mobilidade urbana que permitam melhorar a qualidade de vida das nossas cidades.

Mas precisamos também enfrentar a questão da saúde, questão crítica que está sendo debatida neste momento no Congresso Nacional, com a regulamentação da Emenda nº 29.

Precisamos dotar as nossas cidades de um sistema público de saúde que possa garantir e implementar todos os avanços conquistados com a implantação do Sistema Único de Saúde.

Temos o desafio da segurança. Como acabei de registrar, hoje os nossos jovens são os protagonistas e as maiores vítimas da violência no nosso País. Violência que precisa ser enfrentada com coragem, não apenas com medidas punitivas, mas também com atividades, com ações, com programas de inclusão social, com atividades de cultura, de esporte, de lazer, com a adoção de um padrão de um padrão educacional de qualidade que possa efetivamente transformar as nossas cidades.

Portanto, a questão urbana está para o PSB como questão primordial. Está no centro do debate na construção de novas cidades e na construção de um novo País.

Também queremos fazer uma profunda discussão sobre o projeto de desenvolvimento sustentável para o País. O Brasil, como eu disse há pouco, conseguiu avançar muito no Governo do Presidente Lula e no primeiro ano do Governo da Presidenta Dilma. Conseguimos enfrentar uma crise internacional, superar essa crise e aliar crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e desigualdades regionais.

Somos uma Nação em que temos uma matriz energética extremamente diversificada. Temos o pré-sal, temos um grande potencial em agroenergia, um grande potencial hidroelétrico, um grande potencial eólico, um grande potencial em energia solar e precisamos utilizar, com sabedoria, todas nossas alternativas de energia.

O próprio pré-sal, uma fonte de energia fóssil, se utilizada com inteligência e de forma estratégica, pode garantir os recursos suficientes para que o Brasil dê um salto qualitativo, garantindo educação de qualidade a todos os brasileiros e garantindo recursos significativos para investimentos permanentes em ciência, tecnologia e inovação. O pré-sal, se utilizado com inteligência, poderá transformar-se na grande oportunidade de o Brasil fazer a migração definitiva de uma economia tradicional para uma economia verde, investindo fortemente nas energias renováveis, no avanço das energias de biomassa, investindo em biotecnologia, investindo em nanotecnologia, investindo em novos materiais, investindo na agenda da fronteira do conhecimento.

Portanto, o projeto de desenvolvimento nacional deve unir o setor produtivo brasileiro, os trabalhadores brasileiros, a comunidade científica, a sociedade de forma geral, garantindo um pacto nacional pelo desenvolvimento com inclusão social, transformando o Brasil não apenas em uma das maiores economias do mundo, mas também em uma economia que tem como objetivo reduzir as diferenças sociais e as diferenças regionais.

Estou convencido de que temos que dar um passo efetivo em direção a um novo quadro civilizacional que simbolize uma aliança da humanidade com suas responsabilidades de autossobrevivência como cultura e espécie.

O progresso, tal como hoje é regido, incorre, inevitavelmente, em exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, além da violação de direitos humanos essenciais.

Por fim, quero fazer um registro especial aos dois homenageados do PSB nesse congresso. No Ano Internacional dos Afrodescendentes, celebraremos o maior ícone da luta pela liberdade e igualdade racial: Nelson Mandela. Guerreiro, estadista, prisioneiro político, pacifista, presidente, testemunho vivo da liberdade que não

desiste, da coragem perante os sonhos e limitações. Mandela será sempre uma inspiração maior, mentor de todas as gerações, seja no aprendizado pelos dramas pessoais, seja no expoente das conquistas políticas.

O outro homenageado do Congresso do PSB é o grande socialista, de quem tive a honra de ser chefe de gabinete nesta Casa, Senador Jamil Haddad, ex-Ministro Jamil Haddad, grande humanista e socialista, lutador da saúde pública e das causas populares. Jamil definiu linhas e caminhos para que o partido se pautasse sempre no compromisso com o servir.

Jamil foi o que Gramsci chamava de político orgânico. Colocou o seu mandato de Senador e, depois, de Deputado Federal a serviço da construção de um projeto partidário, um projeto partidário nacional. Se hoje estamos aqui, se hoje o PSB é um partido reconhecido por suas administrações estaduais, por suas administrações municipais, muito devemos ao nosso querido e saudoso companheiro Jamil Haddad.

É importante registrar que a luta pela implantação do Sistema Único de Saúde também sempre teve um grande aliado no Senador Jamil Haddad, que enfrentou a indústria farmacêutica e implementou os genéricos no nosso País.

Também faço minha reverência neste momento, com respeitosa gratidão, ao nosso líder Miguel Arraes, com quem tive a honra de conviver mais de perto em seus últimos anos de vida.

Entre tantas e preciosas lições que dele obtive, certamente, a maior de todas foi sua fortíssima vinculação com o povo. Não o povo das teses abstratas, tratado como figuração nos elencos mal ensaiados de oportunistas, mas o de uma aliança real, profundamente ética e comprometida.

Arraes traduzia em sua própria vida as lutas que projetava. Graças a ele, aprendi que o verdadeiro sentido da política é dar voz e vez à camada invisível da população que vive à margem do desenvolvimento.

A ele, dedico essas palavras e encerro com uma frase de Mandela: “Não há revelação mais aguçada do espírito de uma sociedade do que a forma pela qual ela trata seus filhos”.

Neste momento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em que o PSB inicia o seu XII Congresso Nacional, quero saudar todos os militantes de todos os rincões deste País que participam, no dia a dia, da construção partidária, assim como saúdo os nossos vereadores, os nossos prefeitos, os nossos Deputados estaduais, os nossos governadores, que expressam, na sua atividade política, as teses e os compromissos do PSB com o conjunto da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Senador Rodrigo Rollemberg, quero ren-

der as minhas homenagens, que, creio, são também desta Casa – e tenho certeza de que posso falar pelo Partido dos Trabalhadores, pelo meu Presidente Rui Falcão, que estará representado hoje no encontro –, ao saudar V. Ex^a. V. Ex^a é a prova viva de que o socialismo vive. E o PSB tem um papel importantíssimo na construção da democracia do nosso País, através de todos os seus líderes.

Destaco sempre, é claro, o nosso saudoso Miguel Arraes. Das lideranças atuais, não posso deixar de citar aqui o nosso querido Presidente Eduardo Campos, com quem convivi intensamente durante o mandato de Governador; o nosso querido Ciro Gomes, que também tem um papel importantíssimo no partido, e todas as lideranças do meu Estado. Destaco aqui o atual Governador Wilson Martins, do PSB. Eu tive privilégio de tê-lo como vice-governador e como secretário. Ele foi eleito folgadoamente na eleição passada, faz um belíssimo trabalho e vai estar hoje aqui – ainda ontem, conversei com ele –, para participar desse encontro.

Então, em nome de todos os membros do nosso partido e de todas as lideranças, queremos externar o nosso agradecimento ao PSB por toda essa construção histórica, não só pela democratização, mas também pelo desenvolvimento, no mais belo sentido, do Brasil. Parabéns!

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias. Agradeço suas palavras carinhosas com o PSB.

Fico muito feliz, porque temos muito orgulho de ter construído essa trajetória de melhorias das condições de vida da população brasileira, em conjunto sempre com o Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT - PI) – Passo a palavra à Senadora Ana Rita, que representa tão bem o povo do Espírito Santo e que se dedica a todas as causas na defesa dos interesses maiores do Espírito Santo.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Senador Wellington Dias, nosso grande companheiro, lutador desta Casa, é uma alegria poder trabalhar com V. Ex^a.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, público que nos acompanha, espectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, ontem celebramos o Dia Mundial de Combate à Aids, dia em que refletimos sobre as ações que estão sendo desenvolvidas para o combate desse grande mal que aflige milhões de seres humanos em todo o mundo, em especial na África, onde

quase metade da população é soropositiva; dia em que alertamos principalmente nossos jovens sobre a necessidade de prevenção, de cuidados para se evitar a transmissão do HIV.

Na última segunda-feira, o Governo Federal apresentou os mais recentes dados sobre a doença no Brasil, que é internacionalmente reconhecido como um caso de sucesso no combate à doença e um exemplo a ser seguido, não só por países mais pobres, como a África e a Ásia, mas também por países considerados ricos.

É importante registrar que os dados da Aids no País demonstram que os investimentos do SUS na prevenção e na ampliação da testagem e do acesso ao tratamento antirretroviral, além da capacitação dos profissionais de saúde, mantêm sob controle a epidemia de Aids no Brasil. A estimativa de pessoas infectadas pelo HIV permanece estável em cerca de 0,6% da população, enquanto a incidência – ou seja, novos casos notificados – caiu de 18,8 para cada 100 mil habitantes, em 2009, para 17,9 para cada 100 mil habitantes, em 2010.

Notamos que, apesar de ter havido mais de 241 mil óbitos desde 1980, eles estão diminuindo e chegaram a 11 mil por ano, em 2010. Em 12 anos, a taxa de incidência baixou de 7,6 para 6,3 a cada 100 mil pessoas. A queda foi de 17%.

O maior número de casos está concentrado na região Sudeste, mais de 50%, seguidos pelo Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. É evidente que a concentração populacional no Sudeste acaba facilitando a existência de um número maior de pessoas infectadas, porém nos alerta a direcionarmos mais nossas ações para essa população.

No Meu Estado do Espírito Santo, Senador Wellington, observamos queda no número de novos casos, com uma média inferior à nacional e à do Sudeste.

Com relação ao sexo, os homens ainda são os principais infectados, representando 65% dos casos. No entanto, o número de mulheres infectadas vem crescendo, e a diferença vem caindo. Um dado que nos ajuda a observar a necessidade de maior atenção com as mulheres é que, em 1989, a razão de homens infectados comparados às mulheres era de seis para cada mulher e passou para 1,7 no ano de 2010. Observamos que a proporção de mulheres infectadas está quase dobrando, e isso é muito preocupante.

Apesar de a incidência do vírus estar concentrada na faixa etária dos 35 a 39 anos, independentemente do sexo, com quase 50% dos casos de HIV positivos, os novos casos estão concentrados na idade de 15 a 24 anos, quer dizer, nossa juventude está assumindo

comportamento de risco e, com isso, impedindo que nosso País reduza a presença do vírus em nossa população.

Nessa população, de 1980 a junho de 2011, foram diagnosticados 11% do total de casos de Aids notificados no Brasil desde o início da epidemia que ocorre entre jovens. O preocupante é que a Aids está atingindo mais mulheres nessa faixa etária que em outras. A razão de sexos em jovens de 15 a 24 anos atualmente é: de cada 14 homens com HIV/Aids, existem 10 mulheres em igual situação. Nesse grupo, a principal causa da transmissão do vírus foi pela relação sexual, quer dizer, a prevenção ainda é um problema a ser superado nessa faixa etária.

Mais de 42% dos homens adultos soropositivos são heterossexuais, enquanto, nas mulheres adultas, o percentual é de 90%. Isso demonstra que o vírus da Aids está disseminado nos diversos grupos sociais, não está restrito a homossexuais, por exemplo.

Alarmante, Sr. Presidente, é a constatação do crescimento da doença entre jovens, que é uma tendência mundial. O Relatório do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Un aids), recentemente divulgado, apontou que, em 2010, houve mais de sete mil novas infecções por dia em todo o mundo, sendo 34% em jovens de 15 a 24 anos.

Por este cenário é que a Un aids, assim como o nosso Governo Federal, passou a focar suas campanhas para a população jovem, com vistas a reduzir à metade, até 2015, as novas transmissões.

Um dado muito importante é a redução dos casos de Aids entre crianças de até 5 anos. Conseguimos diminuir em mais de 40% esses casos, muito em função do acesso a tratamento das mães soropositivas durante a gravidez para evitar a contaminação vertical, ou seja, a contaminação de mãe para a criança.

Em 1996, o Brasil se tornou o primeiro país em desenvolvimento a se comprometer com o acesso gratuito e universal aos remédios contra a Aids. Desde então, o programa, que até 2006 tinha proporcionado tratamento a 180 mil brasileiros, se transformou num modelo para outros países.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores aqui presentes, devemos celebrar esse dia, o Dia de Combate à Aids, que foi o dia de ontem, 1º de dezembro, porque nosso Governo não se furta a enfrentar o problema. Garantiu tratamento de qualidade a todos os brasileiros e brasileiras vítimas da Aids, garantindo assim maior qualidade de vida, permitindo acesso a uma vida praticamente normal.

Por isso, acho que está bem escolhido o *slogan* da campanha para esse dia 1º de dezembro: “A Aids não tem preconceito. Previna-se”. Todos precisam se

proteger. Não há grupos de risco, como durante anos se solidificou na crença popular; o que existe são comportamentos de risco.

Ao destacar o preconceito no lema, lançamos um olhar mais atencioso a esta questão, que é o principal efeito da doença. O preconceito e a discriminação contra as pessoas vivendo com HIV/Aids são as maiores barreiras no combate à epidemia, ao adequado apoio, à assistência e ao tratamento da Aids e ao seu diagnóstico. Os estigmas surgem por motivos que incluem a falta de conhecimento, mitos e medos. Ao discutir preconceito e discriminação, o Ministério da Saúde espera aliviar o impacto da Aids no País.

O principal objetivo é prevenir, reduzir e eliminar o preconceito e a discriminação associados à Aids. O Brasil, que já tem um modelo de tratamento elogiado internacionalmente, agora precisa tornar-se referência também no combate à discriminação. Acabar com o preconceito e aumentar a prevenção devem se tornar hábitos diários de nossas vidas.

Mais grave que a Aids é o preconceito, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores.

Era isso que eu gostaria de dizer.

Muito obrigada.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, minha querida Senadora Ana Rita, sei que V. Exª está concluindo, mas não poderia deixar de me somar a V. Exª, pela reflexão que faz hoje, tanto em relação à saúde, mas, especialmente, em relação a essa batalha que temos contra o HIV. Creio que o papel do Brasil, não só no Brasil, mas a experiência do Brasil é olhada pelo mundo inteiro. É por essa razão que enche de maior valor o pronunciamento que V. Exª faz, por esse papel que o Brasil tem. E não poderia hoje, quando é realizada a XIV Conferência Nacional de Saúde, deixar de registrar, com alegria também, a presença, aqui no plenário, de uma delegação do meu Estado do Piauí, da cidade de Floriano, aqui na pessoa do Gilberto, da Constância, da Maria do Socorro, da Aldenora, enfim, e dizer que todos nós temos, no momento em que realizamos a conferência, que ter, até para dar respostas a isso que V. Exª coloca, uma grande responsabilidade em relação à Emenda nº 29. Sou da base do Governo, sou do partido da Presidenta, mas sustento uma tese de que, se não for para fazer o que tem de ser feito, é melhor não fazer. Quer dizer, não adianta regularmos a Emenda 29 para ficar como estava, ou seja, qual foi a ideia da regulamentação da Emenda 29? Foi a verificação de que, sem a regulamentação, não havia segurança dos 15% dos Municípios, não havia segurança dos 12% obrigatórios dos Estados, e não havia a segurança de uma fixação – que todo o debate é em torno disso – de 10% para a União. Por que isso?

Para poder ter mais disponibilidade de recursos para responder a um conjunto de pleitos que estão aí na pauta ao longo do tempo e não se responde: melhoria de remuneração para agentes de saúde, para médicos, para enfermeiras, enfim, para profissionais; as condições de se reajustar a tabela do SUS; as condições de se fazerem os programas adequadamente. Então, se não fizer o que tem que ser feito, certamente vamos estar aqui brincando de fazer de conta que fizemos. E eu não vim aqui, colocado pelo povo do meu Estado, para fazer de conta. Quero estar aqui para fazer o que tem que ser feito. Então, acho que temos que sair dessa onda de votar de qualquer jeito, acho que tem que votar encontrando uma solução, e, para mim, a solução são as condições de mais recursos. Tem que ter mudança na gestão? Tem. Tem um conjunto de coisas que podem ser feitas? Tem. Mas, pela minha experiência de governador que acompanhei dentro do miolo do governo central, na gestão do Presidente Lula – e acompanho agora –, vejo o esforço. Alguém me vai dizer que o Ministro Alexandre Padilha, o Ministro Temporão e outros não fizeram o que tem que ser feito porque não queriam? Não! É porque os recursos também não dão; essa é uma verdade que nós temos que olhar de frente, encarar e fazer valer. Então, acho que o pronunciamento que V. Ex^a faz alerta-nos do tamanho da responsabilidade que temos, especialmente na próxima semana, ao tratar sobre esse tema nesta Casa. Parabéns.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador. Que bom! V. Ex^a lembrou-se também da Conferência Nacional de Saúde.

Quero aproveitar aqui para parabenizar todos os Municípios, os Estados que realizaram as etapas preparatórias para que pudéssemos, nesta semana, realizar a Conferência Nacional de Saúde, com uma representação tão expressiva de delegados representando todo o nosso País. Assim como V. Ex^a recebe uma delegação do Estado do Piauí, eu recebi também, no dia de ontem, uma delegação do Estado do Espírito Santo. Então, parabenizo os nossos delegados, que possam realizar uma boa conferência, e parabenizo também o nosso Ministro Alexandre Padilha, que, com muito esforço, com toda a sua equipe, tem desenvolvido um bom trabalho, e, cada vez mais, precisamos avançar. As conferências são espaços privilegiados de debate, com a participação da sociedade, onde podemos avaliar o que está sendo feito e pensar o futuro.

Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a também, que muito nos honra e nos orgulha.

Muito obrigada, Senador Wellington. Obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade.

Durante o discurso da Sra. Ana Rita, o Sr. Wellington Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Regimento diz que, para haver Ordem do Dia, é preciso ter passado duas horas do início da sessão, a não ser que haja acordo de líderes para que ela possa ser antecipada. Há acordo de líderes e nós queríamos pedir a antecipação para agora da Ordem do Dia. Resta apenas um item na Ordem do Dia, que é exatamente a contagem de prazo para a DRU. Então, eu queria pedir a V. Ex^a que nós pudéssemos iniciar a Ordem do Dia e, rapidamente, fazer essa sessão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu consulto o Plenário se há concordância nessa questão levantada pelo Senador Jucá. (Pausa.) E, não havendo nenhuma rejeição, a Presidência vai antecipar, então, a Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

Os **Itens 1 e 2** serão apreciados na sessão da próxima terça-feira, conforme também já previamente acordado.

Vamos passar à proposta do **Item 3**:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 114, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 114, de 2011 (nº 61/2011, na Câmara dos Deputados, de iniciativa da Presidência da República), que *altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (DRU)*.

Parecer favorável, sob nº 1.303, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão. Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, esta encerrada a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão.

Os demais itens da pauta também, automaticamente, passarão a fazer parte da pauta da próxima sessão, de segunda-feira, sessão ordinária de segunda-feira, e daí na sequência.

Pois não, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu quero agradecer a V. Ex^a, Sr. Presidente, as providências e dizer que, segunda-feira, nós teremos exatamente sessão ordinária. É importante a presença dos Senadores e Senadoras, dando quórum, assinando a presença.

Portanto, agradeço a V. Ex^a as providências. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência, por delegação do Presidente Sarney, estará aqui presidindo junto com V. Ex^a a sessão ordinária de segunda-feira.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007 – COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 1.314, de 2011)*

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Senador Tião Viana, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.*

(Pendente de pareceres da CCJ, CAE e CAS.)

Relator: Senador Humberto Costa

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 1.456, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (nº 1.876/99, na Casa de origem, do Deputado Sérgio Carvalho e outros), que *dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981; 9.393, de 19 de de-*

zembro de 1996; e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965; e 7.754, de 14 de abril de 1989; e a Medida Provisória nº 2.11-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.315 a 1.317, de 2011, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Luiz Henrique, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Randolfe Rodrigues;

– Em conjunto das Comissões de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Agricultura e Reforma Agrária, Relator Senador Luiz Henrique, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CCT/CRA (Substitutivo), que apresenta; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CMA (Substitutivo), que oferece.

4

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

5

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.*

6

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando voto de congratulações*

e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

7

REQUERIMENTO Nº 1.439, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.439, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (prestação de informações na negociação coletiva).*

8

REQUERIMENTO Nº 1.440, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.440, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos (prestação de informações na negociação coletiva).*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na sequência dos oradores inscritos, com a palavra o Senador Wellington Dias, por permuta com o Senador José Pimentel.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu gostaria de saudar o Senador Jorge Viana, o Senador Delcídio, o Senador Vicentinho, o Senador Romero Jucá, meu querido Senador Waldemir Moka e a minha querida Senadora Ana Rita.

Registro, com muita alegria, a realização da Conferência Nacional de Saúde. Temos uma significativa delegação do Estado do Piauí na Conferência Nacional de Saúde, no momento em que temos uma importante decisão, como disse há pouco, para tomar: a regulamentação da Emenda nº 29.

Sr. Presidente, viajo logo mais à Paraíba onde participarei de um encontro comemorativo dos 70 anos do Sindicato dos Bancários da Paraíba. Serei homenageado e não poderia deixar de lá comparecer.

Da mesma forma, de lá iremos ao Piauí, onde receberemos a visita do Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, no sábado. Vamos comemorar, com mui-

ta alegria, mais de um milhão de ligações de energia elétrica no meu Estado.

Quando assumi o Governo do Estado do Piauí, em 2002 – e isso ainda em 2003 –, contávamos com 570 mil consumidores da Cepisa. Naquele momento havia a perspectiva de privatização da Cepisa. Foi a partir do Piauí que inovamos, no Brasil, com a criação de uma empresa distribuidora federal, ou seja, a Eletrobrás Distribuidora, que hoje é administrada no Piauí, em Alagoas, no Amazonas, em Rondônia e em outros Estados brasileiros, numa experiência inédita do Governo Federal nessa área de distribuição.

Nesse ponto estamos avançando. Desde o Governo do Presidente Lula, desde o instante em que a Presidenta Dilma Rousseff lançou o Programa Luz para Todos tivemos investimento e uma expansão nesse setor. O Piauí era o Estado mais atrasado nessa área. De cada 100 famílias morando no campo tínhamos 80 na lamparina. Hoje, cidades como Floriano e mais de cem cidades já contam com 100% das suas de energia elétrica na zona urbana e na cidade.

O programa ainda está em andamento e meta é alcançar todas as famílias. Nós temos ainda um programa de reforço energético, e o Ministro também estará lá comemorando conosco a inauguração de mais uma subestação na cidade de Teresina. Vamos, simbolicamente, com o Governador do Estado, visitar um conjunto habitacional, o conjunto Jacinta Andrade, onde vamos ligar a lâmpada número um milhão das ligações feitas no meu Estado. Então, isso é uma das ações extraordinárias desse grande líder nacional, o Presidente Lula.

Apenas para dar força ao que eu estou dizendo, meu querido Delcídio – e não é demais lembrar –, nós tínhamos um programa chamado Luz no Campo, antes do governo do Presidente Lula, que era uma alternativa colocada. Qual era o defeito grave que ele tinha? Primeiro, para poder puxar uma rede de energia para uma propriedade, para um povoado, era o Município, era Estado ou tinha que ser por meio de um convênio com a União. Era por meio de tomada de empréstimo ou com dinheiro próprio. Essa era a realidade.

Com o Programa Luz no Campo, passou-se a ter um mecanismo via governamental. Qual era o problema? Era que na conta de luz do cidadão, além de pagar o consumo de energia, ele teria que pagar o custo de implantação daquela obra certamente a vida toda, porque seria uma coisa tão alta, que seria muitas vezes impraticável.

E aí o Presidente disse: Não. Não. Nós vamos colocar energia com recursos públicos, e a sociedade brasileira, que já tem energia, que tem renda, que

paga impostos, enfim, é que tem que bancar aqueles que não têm.

E aí essa coisa fantástica, gerando emprego, gerando desenvolvimento, acionando tecnologia. Enfim, mais hidrelétricas, contribuindo para o Brasil crescer. Então, é mais um item de resolução de problemas do povo brasileiro e solução para o crescimento da economia, gerando emprego e renda. Fábricas de postes, fábricas de transformadores, de tantas coisas se espalhando pelo Brasil inteiro.

Então, eu não posso deixar de comemorar neste sábado com o governador do meu Estado, com toda a equipe, mas, principalmente, com o povo do Piauí. Como disse, contaremos com a presença do Ministro Edison Lobão, ali representando a Presidente Dilma, do Presidente da Eletrobrás. Portanto, não posso deixar de comemorar esse ato: inaugurações de obras importantes no meu Estado; esse marco importante, praticamente dobrou o número de consumidores de energia ligados à rede no meu Estado. E não há necessidade de pagamento dessas obras por parte dos consumidores de baixa renda, já que a obra subsidia. Então, queria fazer aqui um destaque.

Outro tema importantíssimo que me traz hoje aqui é de uma visita que fiz agora, em companhia de representantes do Ministério da Integração Nacional, da Codevasf, à região de Picos, no meu Estado, a uma cidade próxima chamada Bocaina.

Nesse encontro, tratamos de várias assuntos, desde dependente químico – houve uma reunião tratando da política sobre drogas – e o padre Gregório está trabalhando ali a implantação da fazenda Esperança juntamente com o bispo, juntamente com a comunidade e também com o padre Valmir. Enfim, um conjunto de líderes naquela região.

E, ali, na companhia de parlamentares, do Governador e de vários técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Pesca, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, tratamos de um tema da maior importância. Veja: qual é, na minha opinião, o grande desafio da humanidade neste século, principalmente do ponto de vista da renda? É responder a uma pergunta simples. É possível mesmo o Planeta Terra suportar o padrão de consumo e concentração de renda e riqueza que existe atualmente, ainda mais se o hemisfério sul alcançar o patamar de concentração de renda e de riqueza igual ao do hemisfério norte?

V. Ex^a, que participou agora dos debates sobre o Código Florestal, deve ter se deparado com esse tema: a responsabilidade do Brasil dentro do contexto mundial. Por exemplo, na área de alimentos, com o consumo, com tanto desperdício de alimentos, é possí-

vel alimentar os que ainda passam fome, os que ainda não comem o suficiente no hemisfério sul?

Mais ainda, e o que é mais grave: é possível o Planeta suportar um modelo em que cada pessoa que vai conquistando uma melhor condição de renda, ter em sua casa dois, três, quatro, cinco televisores ou automóveis e, por aí vai, para citar apenas algum exemplo? O Planeta suporta oito bilhões de pessoas. Se a meta é conseguir qualidade de vida para todos, renda para todos, é possível esse padrão?

Vivemos num mundo globalizado. O que pode fazer o pequeno produtor rural, o pequeno produtor urbano para ter chance num mundo globalizado em que os produtos, os negócios valem pela grande escala? Alguém produz, por exemplo, frutas, produz laranja, produz melancia. Se ele é um produtor familiar, para poder extrair dali a sua renda, ele tem de ter um lucro mais elevado. Ele vai ter de cobrar, de cada quilo de melancia, 20%, 30% para poder suportar as condições de renda para sobreviver. Como ele vai concorrer com alguém que trabalha mil hectares de melancia se tirar, sei lá, 5% apenas de lucro? Mas ele está tirando sobre um total de produção de mil hectares, não de um hectare, não de dois, como faz o pequeno.

Bom, dito isso, refletindo sobre isso, estudando várias experiências com vários atores, juntamos universidade, juntamos experiência de organizações não-governamentais, de cooperativas e, a partir desse trabalho, nós desenvolvemos, no meu Estado, uma experiência que, creio, seja um caminho para o meu Estado, mas também para o Brasil e para o mundo. É o modelo das centrais de cooperativa.

Eu estive aqui, esta semana, em uma reunião do Programa Crédito Fundiário, quando tratei desse tema. Veja, em 2002, 2003, andando pelas feiras das cidades do meu Estado, Presidente – e eu sempre conto essa história – o meu Estado já tinha produção de mel. Eu mesmo, ainda quando garoto, lá nas minhas tribos, como sempre digo, na região onde vive ainda hoje a minha mãe, a minha família, no Vale do Fidalgo, a gente tirava mel de abelha da mata virgem, de um pau ocado, um pau que tenha um oco, como a gente chama. Ali, a abelha se instalava e a gente tinha de derrubar a árvore, tocando fogo, matando abelhas, para poder tirar o mel. Graças à tecnologia, o homem desenvolveu técnicas de criar abelha em colmeias. Nós saímos dessa situação predatória e passamos a criar abelhas em colméias, com cuidado para evitar a superpopulação e para evitar riscos. Normalmente a abelha é italiana. Na minha época, a gente chamava de “oropa”, porque vinha da Europa. Na verdade, é uma abelha italiana. Não é assim mesmo, Vicentinho, você que é das nossas ribanceiras, como se diz, do

Tocantins? Pois bem, o fato é que eu encontrava nas feiras do meu Estado o caboclo comum, com um litro de mel, com o sabugo na boca do litro. O sabugo, para quem não conhece, é a parte da espiga de milho sem os grãos. Ele vendia aquele litro de mel. Se o preço no mercado era R\$5,00 por litro, ele vendia por R\$1,00. Aquele mel era vendido para outro intermediário, para um terceiro, às vezes, para um quarto, até chegar normalmente em São Paulo. Esse mel era industrializado basicamente no Sudeste. O que eu sentia? O cidadão que pega a esporada, que está lá cuidando é o que menos ganha nessa cadeia nessa cadeia de produção.

Então, a partir daí, desenvolvemos um modelo que é uma central de cooperativa que é uma base industrial. Para você ter uma ideia, hoje, no meu Estado, em Picos, a Casa Apis é considerada a segunda maior base industrial de mel da América. Tem uma nos Estados Unidos e essa no Piauí. Ela consegue industrializar cerca de quatro milhões de quilos de mel por ano, para que a gente tenha uma ideia. Quem é o dono dessa fábrica, nessa operação que envolve governo federal, estadual e as cooperativas e associações de produtores? O produtor. O dono da colmeia é o dono dessa base industrial. Essa base industrial é administrada por uma equipe que tem que ter a qualificação técnica. É preciso ter ali pessoas que dominem a industrialização, o processo industrial, o mais moderno existente. É preciso que ali tenhamos alguém que domine comércio, o comércio disputado. Disputamos o mel com a Argentina, não só dentro do Brasil, com a China. Qual é a nossa vantagem? Mel orgânico. A China não tem, porque suas abelhas, assim como na Argentina, têm muitas doenças e precisam de antibiótico. Por isso, o mel não sai 100% puro. O nosso é puro. É o mel que é vendido com selo de mel orgânico.

Então, a partir dessa indústria, como se dá o processo?

Ali, se agrega valor no máximo. Tem um contrato de gestão com quem entende de mercado interno e externo; com quem entende de gestão de negócios coletivos; com quem entende de mercado interno e externo. E tem a presença da representação de um conselho de associações e cooperativas, que fazem parte desse processo.

Pois bem, no Município – vou citar aqui o nome de Município aleatoriamente – de Dom Expedito Lopes, de Picos; no Município de Batalha, lá na região Norte; no Município de Cocal, lá no extremo Norte do meu Estado... Mas também em Sergipe, em Pernambuco, na Bahia, no Ceará, são sócios dessa cooperativa.

Esse produtor é levado a um treinamento, onde ele trabalha com toda a tecnologia. Não se pode, inclusive, fumar ali durante a coleta do mel, porque isso

o contamina. Enfim, ele é levado a todos os cuidados: cuidar da abelha, cuidar da colméia. Ele entende da produção.

Esse produtor, que é sócio, está vinculado a uma associação que tem uma casa de mel naquele Município ou em um Município próximo. Ele é levado a ter pelo menos 40 colméias para sair de pobreza, para ter uma renda acima de R\$ 700,00 por mês. A ideia é atingir 80 colméias, porque com isso ele atinge uma renda na casa dos R\$ 1.500,00 por mês aproximadamente – o valor anual garante esse valor por mês.

Esse produtor entrega o mel na casa do mel pelo preço de mercado. É feita toda a análise desse mel, toda a limpeza, se necessário. Ele vai para a Casa Apis, em Picos. Ali, é agregado valor. Do jeito como V. Ex^a compra, lá no Carrefour, com a marca e o design do Carrefour ou do Pão de Açúcar. Enfim, mas se olhar em um cantinho qualquer você vai poder encontrar ali “Casa Apis, Picos, Piauí”.

Muito bem, como o mel é vendido no ponto de consumo, você tem uma forte agregação de valor. No ano passado, ficou em torno de 12 ou R\$13,00 por quilo, na média. Então, veja: se ele entregou aqui por cinco e a agregação de valor chegou em 13, descontam-se os custos – há um fundo de reserva –, paga-se o contrato de gestão.

Quanto sobrou? Sobraram R\$ 3,00. Esses R\$ 3,00, que seriam o lucro do empresário, é o lucro do produtor de mel. O produtor de mel que recebeu cinco, recebeu mais três. Na prática, ele está vendendo o seu mel por R\$ 8,00. Quem paga no Brasil R\$ 8,00 pelo quilo de mel? Ninguém. Então, esse produtor é fidelizado também pela lei de mercado, a lei das regras da cooperativa etc.

Então, esse modelo nós implantamos para o caju – lá temos a Cocajupi, que também trabalha, que exporta castanha hoje para o Brasil e para o mundo. Exportamos mel para o Brasil e para o mundo; somos hoje o primeiro ou segundo maior produtor de mel do Brasil; temos a maior área plantada de caju do Brasil; e agora estamos organizando – foi esse o fato da reunião de que eu queria tratar aqui – a cadeia produtiva do pescado.

Para termos uma base, o produtor hoje vende o peixe. Nós queremos que ele venda integralmente o peixe. Ele vende o peixe inteiro, mas só recebe a parte equivalente à carne do peixe. Nós queremos que ele ganhe pelo couro, que ele ganhe pela trituração de espinhas, vísceras etc., para poder fazer adubo misturado com soja que nós produzimos, com milho que nós produzimos, com mandioca que nós produzimos, para a própria alimentação do pescado e outras coisas mais; tenha a fábrica de gelo; e, principalmente,

em torno de cada cadeia produtiva dessas, através do instituto federal, da universidade federal, tenha a formação profissional, para formar desde o apicultor, o piscicultor, o cajucultor, mas formar o técnico agrícola especializado naquela cadeia produtiva: técnico agrícola especializado em aquicultura, técnico agrícola especializado em apicultura, técnico agrícola especializado na cadeia produtiva do caju, e assim qualquer outro ramo de atividade. O agrônomo, da mesma forma. E assim o zootecnista e os técnicos das mais diferentes áreas. Então, Presidente, quero aqui chamar atenção, porque o Brasil precisa olhar para esse dado.

Cito, para encerrar, um dado só: estive em Harvard recentemente, a convite dessa famosa universidade americana. Eles estão fazendo um estudo dessa cadeia produtiva, como um estudo de caso. Como é que esse negócio interessa aos americanos e não interessa ao Brasil? Então, é preciso o Brasil olhar, meu querido Romero Jucá. É uma modelagem que garante ao pequeno as condições que só o grande tem no mundo globalizado. Porque o pequeno, junto com milhares de pequenos, se transforma em um grande, se transforma em alguém capaz de ser inserido no mundo. Tem escala, tem grande escala, porque são muitos produtores. Hoje, o meu Estado tem, aproximadamente, 70 mil pessoas – em torno de, talvez, umas 12 mil famílias, aproximadamente, 15 mil famílias – envolvidas nessa cadeia produtiva, que estão saindo da miséria, estão saindo da pobreza.

Veja que o meu Estado, para V. Ex^a ver o resultado, já foi considerado o mais pobre do Brasil. E eu digo, com muito orgulho: não é mais o Piauí o mais pobre do Brasil.

Nós ainda temos problema? Temos, mas nós superamos a pobreza, estamos vencendo a pobreza. E esse é um caminho.

Então, eu fiz questão de relatar isso aqui, pela importância que tem para o Piauí e para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero dizer ao Senador Wellington Dias que eu presido a Frente Parlamentar do Cooperativismo aqui. Não tenho a menor dúvida de que as cooperativas, sobretudo para o pequeno produtor, são a alternativa mais viável que há, desde central de compras até para aquisição de equipamentos. Eu acho que essa seria a alternativa.

No ano que vem, na Rio+20 – eu ouvi isso na ONU –, um dos temas será exatamente como combater a pobreza, a fome no mundo por meio das cooperativas agropecuárias produtoras de alimentos, inclusive do Piauí.

Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento. Acho que, sem dúvida nenhuma, o cooperativismo... O socialismo já deu conta de que não funciona, e esse capitalismo selvagem também. A Europa está em crise. Eu acho que, nas cooperativas, a gente produz riqueza e distribui de forma social.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança apenas para fazer uma pequena observação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não. V. Ex^a tem a palavra pela Liderança.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar as providências tomadas, ontem, pela Presidenta Dilma e pelo Ministro Guido Mantega no que diz respeito à busca do aquecimento da economia.

A Presidenta, ontem, baixou uma série de dispositivos que facilitam a aquisição de produtos no Brasil, somente neste final de ano, a conhecida linha branca, que tem o IPI reduzido. Portanto, ajuda a retomar a atividade econômica e, ao mesmo tempo, aquecer o consumo.

Também tomou medidas no sentido de que as ações a serem adquiridas aqui no Brasil por estrangeiros não tenham a cobrança de impostos. Portanto, trazendo mais recursos do exterior para financiar o desenvolvimento brasileiro.

Então, são medidas como essas que nós esperamos que o Governo continue tomando, no sentido de aquecer a economia, manter a geração de empregos, porque nós temos um desafio grande: nós vamos ter mais de um 1,8 milhão de empregos criados neste ano e queremos atingir a meta de mais de dois milhões no ano que vem.

Para isso é preciso que a economia se fortaleça e se aqueça. O Banco Central já vem baixando juros. É importante que continue essa visão de diminuição dos juros para fortalecer a economia. Ao mesmo tempo, o setor produtivo precisa ver aprovadas medidas como a do Código Florestal, que vamos aprovar, se Deus quiser, na próxima semana, exatamente para incentivar a criação de postos de trabalho e a produção.

Então, fica aqui o meu registro das medidas importantes tomadas ontem pela Presidenta, pela área econômica do Governo, no sentido de manter o crescimento da economia e, principalmente, manter a geração de empregos.

Era essa a comunicação que queria fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna do Senado Federal para falar sobre uma das instituições mais importantes deste País, principalmente para nossa região amazônica, que é o Banco da Amazônia. É importante nós observarmos o momento que vive essa instituição financeira, Sr. Presidente, que tem uma importância e um significado histórico e atual como instrumento de fomento para nós, homens e mulheres da Amazônia.

O Banco da Amazônia foi criado em 9 de julho de 1942, no Governo Vargas, com o nome de Banco de Crédito da Borracha, com a missão de financiar os seringais da região.

Em 1950, o então Presidente Eurico Gaspar Dutra transformou o Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia, passando a fomentar as atividades produtivas da indústria, do comércio e da agricultura em toda a região amazônica.

Em 1966, no governo do Presidente Castelo Branco, sendo Ministro da Fazenda Eduardo Lopes Rodrigues, mudou de nome, foi transformado de Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S/A.

Na minha cidade, Sr. Presidente, Porto Nacional, Sr^{as} e Srs. Senadores, o banco foi instalado em 1956. Foi uma festa fantástica. E, por incrível que pareça, nosso bispo da época, D. Alano Marie Du Noday, recebeu o banco e o instalou no seminário, na sede da diocese de Porto Nacional, por entender sua importância naquela época, em 1956. Eu nasci em 1957 e convivo, assim como meus pais, com aquela instituição há, aproximadamente, quarenta anos, embora ela tenha mais tempo na nossa cidade.

E o Basa, o Banco da Amazônia, para Porto Nacional, para o norte de Goiás, àquela época, hoje Tocantins, sempre foi um instrumento de desenvolvimento e de bem-estar para nossa gente.

Portanto, eu quero, aqui, sempre que puder, registrar a importância dessa instituição e a importância dos servidores do Banco da Amazônia.

A atuação do Basa consiste em fomentar o desenvolvimento econômico sustentável da região Norte por meio da aplicação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte para atender as atividades produtivas de baixo impacto ambiental.

O Basa possui um quadro funcional extremamente qualificado, selecionado por concurso público, composto de servidores competentes e honrados, que exercem suas atribuições com a maior dignidade.

Antigamente, Sr. Presidente e Senador Pedro Taques, ser servidor do Banco da Amazônia simbolizava um papel importante nas comunidades, simbolizava bem-estar. Servidor do Banco da Amazônia era uma referência de carreira.

Portanto, quero aqui dizer do relevante papel com que os servidores do Basa, ao longo da sua história de instituição, têm se dedicado, todos eles, para valorizar cada vez mais essa instituição, que é o Banco da Amazônia.

E hoje os servidores do Banco da Amazônia estão há 65 dias parados, em função de uma greve que se iniciou no dia 27 de setembro de 2011. São, portanto, 65 dias em que o Banco da Amazônia está paralisado. Naturalmente, os seus servidores estão em busca de um melhor salário, de um reajuste. A greve foi reconhecida como legal pelo Poder Judiciário. Portanto, não é uma greve ilegal. Naturalmente, a instituição parada está gerando prejuízo ao próprio banco e a todos nós, usuários do Banco da Amazônia em todos os Estados que compõem a Amazônia Legal.

Hoje, o Banco da Amazônia possui aproximadamente três mil servidores, três mil funcionários, três mil pais e mães de família que precisam ser ouvidos e atendidos nos seus pleitos, até porque os pleitos dos servidores do Banco da Amazônia não estão fora da realidade. Senador Pedro Taques, que representa com muita dignidade os mato-grossenses aqui, no Senado Federal, observemos aqui a questão salarial: um servidor do Banco da Amazônia, no início da carreira, recebe R\$1.172 apenas. Mas, mesmo muito pouco, já o servidor do Banco do Brasil, que é um banco similar ao Banco da Amazônia, inicia com R\$1.760; o funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal inicia com R\$1.826. Então, não é possível que um funcionário concursado que se dedica àquela instituição tenha um salário de R\$1.172, enquanto o do Banco do Brasil recebe R\$1.760 e o da Caixa Econômica Federal, R\$1.826.

Com isso, eu faço aqui um apelo ao Presidente do Basa, ao Dr. Abdias José de Sousa Júnior, que conheço. Há poucos dias, eu o recebi no nosso gabinete. Faço um apelo à equipe econômica do Governo Federal, do Ministério da Fazenda, faço um apelo ao Ministro Mantega, para que encontremos, Sr. Presidente, uma solução negociada com o comando de greve, porque são justas, na minha visão, as suas reivindicações, para que atenda minimamente às reivindicações salariais dos servidores e ponha fim ao movimento, para que o banco retome a sua normalidade. A normalidade do Banco da Amazônia vai beneficiar, além da instituição em si, todos nós, usuários.

Equiparar o piso salarial, Sr. Presidente, dos servidores do Basa aos de outras instituições financeiras públicas equivalentes, através de reestruturação de toda a sua carreira funcional, isso é o lógico, e deveremos encontrar esse caminho.

Revisar o modelo de atuação do Basa, uma vez que o atual modelo prejudica o pequeno produtor rural, na medida em que encontra dificuldades no acesso às linhas de crédito pelo excesso da burocracia e por outros fatores.

Eu sugiro que o Basa redirecione o seu foco para as atividades de fomento, função para a qual foi criado. Hoje, o banco tem tido uma atuação muito mais de banco comercial, dedicando-se mais ao varejo. Prova disso, Presidente, é a extinção dos cargos de supervisor de crédito rural e também do cargo de supervisor de crédito para a agricultura familiar, assim como a criação de carreira para gerente de relacionamento, iniciativas que visam a fomentar a carteira de crédito pessoal e comercial.

É urgente a necessidade de modernizar tecnologicamente a instituição, para melhorar o seu desempenho.

Faço também outra sugestão ao Ministro Mantega, por quem tenho uma admiração e um respeito profundo, pela sua competência, pela sua postura à frente do Ministério da Fazenda. Hoje, o Brasil vai bem perante o mundo, e nós temos que reconhecer que uma grande marca é a competência do Ministro Guido Mantega e de toda a sua equipe.

Mas eu sugiro que a diretoria do Banco da Amazônia venha a ter um representante de cada Estado da região Norte na sua composição e que, naturalmente, esses indicados pelos Estados passem por um crivo de currículo e que estejam à altura de desempenhar bem sua atividade. Com certeza, esse indicado haverá sempre de pensar no melhor para a instituição. E que a Presidência da instituição seja exercida por um funcionário de carreira, porque, com certeza, terá mais sensibilidade, pois essa representatividade dos Estados só ocorre no conselho consultivo, Presidente, e não na diretoria. E eu acho isso de suma importância.

Antigamente, num passado recente, quando ainda Goiás, nós tínhamos representantes na diretoria do Banco da Amazônia – hoje nós não temos – e funcionava muito bem. Eles cuidavam dos interesses dos seus Estados, dentro dos critérios, naturalmente, e todos se beneficiavam.

Os resultados do banco, Sr. Presidente, podem e devem ser melhorados. Nós, inclusive, requeremos uma audiência pública na Subcomissão da Amazônia para discutirmos melhor os assuntos do Banco da Amazônia. Estava marcada para o dia 8, mas o Presidente, Dr. Abdias, solicitou que transferíssemos para

o dia 15, quando discutiremos esse assunto da greve, se ainda perdurar, o que, eu imagino, não ocorrerá. Mas, de qualquer forma, vamos discutir essa questão dos servidores do Basa e também outros assuntos relacionados ao Banco da Amazônia.

No Tocantins, por exemplo, Sr. Presidente, conforme relatório do Basa referente ao ano de 2010, foram aplicados R\$67 milhões na agricultura familiar, R\$38 milhões em aportes para a agricultura de médio e grandes produtores e, para a questão comercial, R\$780 milhões. O banco se descaracteriza como banco de fomento. Precisamos atender à agricultura familiar, aos pequenos, aos médios, aos grandes produtores da Amazônia para gerar riqueza para este País e alimento na mesa dos brasileiros.

Esse número, entretanto, poderia ser mais efetivo, os nossos números, no caso, principalmente porque precisamos aumentar na questão da agricultura familiar, do pequeno, do médio e do grande produtor rural. Nós precisamos que ele tenha mais um foco para atender a essa área, para se sentir efetivamente como um banco de fomento. E essa é a finalidade do Banco da Amazônia para todos nós, da Amazônia e do Brasil.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que os funcionários do Basa, esses homens e mulheres valerosos e valorosas, haverão de contar sempre comigo, com o reconhecimento deste Senador, que veio como um Senador nativo da Amazônia, filho daquela centenária cidade de Porto Nacional, às margens daquele majestoso Tocantins. De modo que convivo desde a minha infância com essa instituição, faço parte e ela faz parte de mim.

Quero dizer que tenho muitas amigas e muitos amigos, alguns já aposentados, algumas também, outros ainda na ativa. Tenho amigo de infância que ainda está trabalhando ali, no Banco da Amazônia de Porto Nacional, como o grande amigo Adão Teixeira, que tem dado uma contribuição enorme a essa instituição, e tantos outros, o Rui, a Cidália.

Citando esses nomes, eu quero homenagear todos os servidores do Basa e dizer que podem contar com a nossa solidariedade, com o nosso apoio, com a nossa amizade. E nós haveremos, sempre que possível, de estar aqui, nesta tribuna, nas comissões, defendendo de forma intransigente essa equiparação salarial. Ela precisa ser corrigida. E a voz dos servidores do Basa, talvez, no tempo, perdeu-se nas articulações em que os outros avançaram, como a Caixa Econômica Federal, como o Banco do Brasil, e merecidamente foram contemplados.

Nós queremos que também os servidores do Banco da Amazônia sejam contemplados na equipa-

ração salarial com os servidores da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, Sr. Presidente.

Essa é a nossa fala de hoje, em reconhecimento à instituição Banco da Amazônia e em solidariedade aos valorosos funcionários dessa instituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a.

Inscrito, com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores, Senadoras, venho à tribuna, no dia de hoje, prestar contas, Senador que preside esta sessão, Senador Moka, Vice-Presidente desta Casa, porque estamos numa fase de conclusão de uma das tarefas que eu assumi nesta Casa, este ano.

Tomei a iniciativa, no começo do ano, de apresentar o Requerimento nº 171, de 2011, para propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa civil.

Essa comissão foi instalada. Tenho a honra de presidi-la; o Vice-Presidente é o Senador Inácio Arruda e o Relator é o Senador Casildo Maldaner.

O Senador Casildo Maldaner tem sido um ajudador, um dedicado a essa causa, a esse tema tão importante para todos nós, brasileiros.

Refiro-me ao tema da defesa civil. Como um dos relatores da proposta do Código Florestal, entendo que é muito importante que estejamos, no momento em que votamos o novo Código Florestal, também concluindo os trabalhos dessa Comissão que foi instalada, que andou este Brasil inteiro e que teve o envolvimento de onze Senadores trabalhando junto conosco.

Fizemos diligências. No dia 3 de junho, estávamos em Florianópolis, reunindo todos os Estados do Sul, muitas prefeituras. No dia 10 de junho, estávamos no Rio de Janeiro, reunindo o Sudeste, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e o próprio Rio de Janeiro. No dia 15 de junho, tivemos audiência aqui no Distrito Federal, no Senado, com os representantes da região Centro-Oeste do Brasil. No dia 17 de junho, tivemos uma audiência em Manaus, onde reunimos representantes de todos os Estados da região Amazônia. Também tivemos aqui uma audiência com o Ministro da Integração Nacional no dia 28 de junho.

E ainda, no dia 8 de agosto, tivemos, em Recife, a última diligência com audiência pública, onde todos os Estados da região Nordeste estavam presentes.

Esse trabalho foi feito com um objetivo claro: mudar um quadro que envergonha a todos nós. Entra ano, sai ano, mudam as estações do ano, e os problemas permanecem. O número de vítimas cresce, e o que

nós temos no Brasil são milhares de pessoas sendo vítimas de desastres naturais. A maneira desordenada da ocupação das cidades brasileiras está pondo em risco a vida de milhões de brasileiros e brasileiras.

É fato, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Brasil mudou muito nos últimos anos. O Brasil é um país urbano: 84% da população vivem nas cidades, boa parte dela em quase 5.500 cidades – são pequenas cidades –, mas temos um amontoado de pessoas nas grandes metrópoles, e, com a aproximação do final do ano, nós também estamos chegando ao período do inverno, que entramos agora, chegando perto de uma situação de muito risco, especialmente para a população mais pobre. As pessoas que moram em lugares não apropriados, que são os poucos espaços que elas conseguem ter para seguir a vida com suas famílias, quando chega o período das chuvas, o risco dessas famílias aumenta.

Nem todas as prefeituras têm a preocupação de olhar, de cuidar dessas famílias que estão nas áreas de risco.

Tenho o exemplo do Acre, onde, como moradores dos rios acreanos que somos, que formam parte da bacia do rio Amazonas, esse tema é tratado com muita responsabilidade, seja pelo Governador Tião Viana, seja pelo Prefeito Raimundo Angelim, da capital, e por muitos prefeitos do interior do Estado. O Acre aprendeu a conviver com as cheias do rio. Todos os anos, temos um problema de maior ou menor gravidade, mas, graças a Deus, temos evitado as perdas de vidas. Mas esse caso do Acre é uma exceção. No Brasil, nós estamos, lamentavelmente, somando as vítimas e vendo esse número de vítimas fatais se multiplicar a cada inverno, a cada período de verão. Chegou agora o verão, chegam as chuvas. No inverno é o frio. Mas, especialmente no verão, são as chuvas levam a intranquilidade a um número enorme e cada vez maior, mais crescente de perdas de vidas humanas.

Essa Comissão conclui os trabalhos, logo após ou próximo do dia 15 dezembro. Com muita honra, presidi essa comissão, mas só tive condição de fazê-lo tendo o apoio imprescindível do Senador Casildo Maldaner, que é o autor do relatório que, de alguma maneira, eu, ele e outros Senadores conseguimos reunir por termos ouvido todos os setores que lidam com a Defesa Civil.

A Defesa Civil brasileira é, ao mesmo tempo, um exemplo muito positivo e um exemplo muito negativo. O exemplo positivo da Defesa Civil se prende diretamente às pessoas que a compõem nos Municípios, nos Estados e na União.

A Defesa Civil brasileira tem gente preparada, Sr. Presidente, tem pessoas que se aperfeiçoaram, que conhecem a situação e que estão sempre prontas a

encontrar a melhor solução quando o problema surge, especialmente dos desastres naturais. Mas o Brasil ainda trata com baixa responsabilidade a temática da Defesa Civil.

Defesa Civil em alguns países é um exemplo. Tivemos tragédias, como o desastre no Japão – desastre natural. E o Japão deu um exemplo ao mundo. Óbvio que não conseguiu salvar as vidas que queriam salvar, mas, de alguma maneira deu um exemplo de organização, de maneira responsável na condução de uma tragédia como aquela. Já no Brasil, quando acontece algo num Município, a apreensão toma conta e, lamentavelmente, vidas que poderiam ter sido salvas são perdidas. E isso exige um posicionamento do País. E o relatório dessa Comissão apresenta uma proposta objetiva de mudanças.

Nós estamos com a conclusão do trabalho, Senador Casildo Maldaner e eu, certamente tendo também outros membros da Comissão como signatários. Vamos apresentar uma proposta que altera todo o Sistema Nacional de Defesa Civil. Sei que está tramitando na Câmara a Medida Provisória nº 547, de iniciativa do Executivo, de 11 de outubro de 2011, e já estamos incorporando aquilo que nela está estabelecido nesse trabalho tão bem conduzido pelo Senador Casildo Maldaner.

Temos uma proposta de alteração na lei do Sistema Nacional de Defesa Civil que queremos oferecer ao Senado ainda antes do fim deste período legislativo, porque não temos mais tempo para tomar uma atitude. O Brasil precisa instalar imediatamente, no interior paulista, um sistema de monitoramento nacional de desastres naturais. Com os recursos que temos hoje, de monitoramento do clima, é possível salvar vidas, prevenir e evitar que as tragédias se repitam.

Não é só isso. A nossa proposta apresenta o propósito de termos, em cada região do Brasil, um centro de monitoramento climático que possa ajudar um País abençoado por Deus, que não tem desastres naturais extremados, como vemos em outras regiões do Planeta. O Brasil não tem o problema dos terremotos, dos maremotos. O Brasil tem cheias, tem secas. Isso é previsível, sob o ponto de vista da observação do clima, com os recursos tecnológicos de que dispomos. Mas o Brasil está longe de outros países na hora de fazer uma ação pública de prevenção de acidentes naturais. Então, ao mesmo tempo em que nossa situação não é extremada, temos muitas dificuldades, ainda, apesar das ferramentas de que dispomos, do conhecimento técnico-científico, do monitoramento feito por satélite, da possibilidade de previsão de seca e de chuva intensa. O Brasil ainda não usa essas ferramentas.

Sei que há uma disposição do Ministro Aloizio Mercadante, do Secretário Carlos Nobre. O projeto está na fase final. Acho que, a partir daí, a história da Defesa Civil, no Brasil, começará a mudar. A prevenção vai ter mais valor do que a reconstrução. Lamentavelmente, a mudança que estamos apresentando na lei é porque, mesmo em dezembro do ano passado, quando o Senado, quando o Congresso transformou em lei a medida provisória, ela ainda carregava um erro em sua origem, pois teimava em tratar como prioridade a reconstrução. O mundo inteiro, a ONU estabelece que o fundamental é agir antes que os desastres naturais aconteçam.

Há muita gente, Senador Presidente Moka, que vive em áreas de risco neste País, especialmente nas cidades. E a ONU informa que cada um real gasto na prevenção de acidentes naturais evita sete outros que terão que ser gastos na reconstrução.

A lei criou o Funcap (Fundo Especial para Calamidades Públicas) e, nele, há um erro. Nós estamos propondo uma alteração radical na proposta do Fundo para socorrer e evitar desastres naturais. No Funcap está colocado que, para cada um real que o Estado ou o Município ponha para reconstrução do que for resultante do desastre natural, a União põe três. Imagine, V. Ex^a, Presidente: para cada um real que o Município põe, a União põe três reais na conta, seja Município, ou Estado. E nenhum único Município do Brasil, nenhum único Estado do Brasil aderiu a este Fundo, porque é para reconstrução, depois de o desastre natural ter ocorrido – e aí é muito caro. Mesmo na proporção de um para três, nenhum Estado ou Município aceitou, e não estão errados. A ONU diz que o menor investimento e mais eficiente é na prevenção: para cada um real investido na prevenção de acidentes naturais, evita-se o gasto de sete reais na reconstrução.

Então, a mudança que eu e o Senador Casildo Maldaner estamos apresentando é que o Fundo tem que estar priorizando a prevenção. E aí governadores e prefeitos nos falaram: até um a um eles aceitam; se eles põem um real, a União põe um real. E vamos tirar as pessoas das áreas de riscos, evitar novas tragédias que levem embora vidas humanas.

Esse trabalho que nós estamos fazendo, Sr. Presidente, tem muito a ver com outro que o Senado vai deliberar nessa semana, que é o Código Florestal – 84% da população brasileira hoje vivem nas cidades, e o Código Florestal é inovador quando trata dos problemas da cidade. A cidade pode não enxergar o Código Florestal, mas o Código Florestal está enxergando as cidades.

Não fomos nós que criamos as matas ciliares. Em todos os lugares há matas ciliares. Elas são di-

ferentes, aqui, no Cerrado; quando você se aproxima dos rios, a vegetação muda e você tem matas ciliares. Na Amazônia também há uma mudança, e você tem uma diferença da floresta para as florestas que são protetoras dos rios e nascentes.

As ocupações das cidades não estão considerando isso, elas estão cada vez mais agressivas em relação ao meio ambiente, às encostas. E, no passado, quando tínhamos cheias no Sul, no Sudeste, no Nordeste, mas especialmente no Sul e no Sudeste, nós lamentávamos as vidas que perdíamos, as pessoas que morriam afogadas. Era lamentável. Tentava-se salvar e não se conseguia. Agora, o problema ainda ficou mais grave e pior. Agora, as pessoas não estão só morrendo afogadas – o que já seria muito lamentável; nas tragédias, agora, as pessoas estão morrendo soterradas às centenas, aos milhares.

É muito importante que também consideremos que há uma inovação muito importante no novo Código Florestal que visa a tratar com atenção, com cuidado e com uma atitude nova as ocupações desordenadas nas cidades.

Estamos trazendo um conceito novo que são as faixas de passagens de inundação. Em alguns lugares, o rio, quando transborda, muda o seu curso e começa a passar em outro lugar diferente do seu leito natural. Quando isso acontece, qualquer coisa que esteja no meio é levada embora, e vão junto vidas humanas que a gente perde ou que a gente chora.

Sr. Presidente, estou seguro de que, com a votação do novo Código Florestal, o Brasil, tanto nas áreas rurais, quanto nas cidades, vai iniciar um grande programa de recomposição das matas ciliares nas margens dos rios e vai seguir tendo um rigor que muitos inclusive jornalistas, pessoas bem informadas...

Uma coisa, em um debate como esse do Código, alguns por questões mais políticas que são absolutamente naturais também, é colocarem as suas impressões desprendidas de informação técnica, é absolutamente compreensível. O código é técnico também, ele é conceitual, mas ele é técnico, estabelece números, estabelece limites, coloca objetivos bem claros.

Então, algumas pessoas fazerem a distorção desses números, desses propósitos é parte da disputa política. Alguns querem mais para um lado, outros querem mais para outro lado. Faz parte. Mas acho que é bom e faço aqui um apelo aos jornalistas que entendam que há duas coisas fundamentais no novo Código, que é uma inovação no Senado, que o Senador Luiz Henrique, eu e todos que nos ajudaram, como V. Ex^a que preside esta sessão, fizemos, que foi dividir o Código em duas situações. Nas disposições permanentes e duradouras, não recuamos um único metro naquilo que

era a rigidez estabelecida de proteção para as cidades e para as áreas florestais. Esse é um mérito que quero registrar aqui, de todos os setores produtivos do Brasil. Alguns queriam mudar isso, alguns queriam alterar, mas a maioria entendeu a necessidade de seguirmos tendo uma lei que seja uma referência para o mundo na proteção dos nossos rios, das nossas nascentes e das nossas encostas. Então, o Código segue. Não há nenhuma alteração na proteção dos nossos rios. Ao contrário, ele segue tão rigoroso como antes.

Mas tem outra parte da lei, que são as disposições transitórias, o que também é meritório, porque ela toma a atitude de fazer com que o Brasil saia dessa situação de faz de conta. É o faz de conta de termos uma lei rígida que ninguém cumpre e o faz de conta de que estão todos cumprindo a lei. Há um entendimento, do bom senso, de que não, que nós vamos fazer algo sim. E, nas disposições transitórias, nós colocamos claramente que todo mundo, pequeno, médio ou grande, vai ter de ajudar a trazer de volta a floresta nas margens dos nossos rios. São 15 metros para rios menores do que 10; são 30 metros em rios acima de 10, estabelecendo um teto de até 100 metros. É um teto que era considerado inclusive – essa era a regra geral, Senador Moka – até 86. E nós estamos pondo essa regra para recomposição.

Então, falo com tranquilidade. Com uma nova lei de Defesa Civil e com a nova proposta do Código Florestal, o Brasil terá um instrumento muito poderoso para proteger nossas florestas, criar segurança para quem quer produzir, plantar neste País e fazer deste País cada vez mais um líder da produção agropecuária no mundo. Mas ela carrega também um cuidado com aqueles que moram nas áreas rurais e nas cidades. Isto que é muito importante: os seres humanos, as pessoas, os mais pobres estão tendo um tratamento diferenciado.

Vi hoje uma nota, inclusive apresentada pela SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). É uma nota que acolho, porque foi muito importante a contribuição da comunidade científica. Eles me ajudaram, nos ajudaram a fazer mudanças importantes no Código Florestal, inclusive essas que tratam das cidades. Foi a comunidade científica. Outras, de criar talvez o maior programa de recomposição florestal do mundo, como bem disse o Eduardo Assad, o cientista responsável pelo programa de mudança climática no Brasil. Hoje, ele deu uma entrevista no Jornal *O Estado de S. Paulo*, em que responde a uma boa parte das distorções que alguns tentam fazer dentro e fora do Brasil. Ele colocou claramente que nós podemos ter um sequestro de carbono da ordem de mais 8 bilhões de toneladas por ano.

Para que V. Ex^a tenha uma ideia, Senador Moka, quando o Governo do Presidente Lula estabeleceu metas voluntárias de redução das emissões de carbono, apresentamos – aí estou arredondando os números – em Copenhague, há dois anos, uma proposta que foi levada pela Presidente Dilma de redução de sequestro de carbono em 1,2 bilhão de toneladas. Ou seja, o Brasil assumiu o compromisso voluntário de, até 2010, reduzir 1,2 bilhão de toneladas de emissões de gases de efeito estufa. Nossa proposta, do Código Florestal, pode fazer com que o Brasil faça o sequestro de 8 bilhões de toneladas de gases de efeito estufa. Certamente, o Senado será lembrado, no Brasil e no mundo, por ter dado essa contribuição para o equilíbrio do clima do planeta.

Faço questão de colocar isso. Esse é um momento de véspera de votação, até terça-feira. Estou absolutamente tranquilo. Sei que os avanços que fizemos foram muito importantes com relação ao texto da Câmara. A Câmara cumpriu o seu papel. O Senado, com mais calma, com mais tranquilidade, com mais entendimento, conseguiu avançar bastante. O Código não é o código dos meus sonhos, não é o dos sonhos de quem trabalha no campo, de quem defende com radicalidade e legitimidade o ambientalismo, mas, com certeza, reúne o entendimento, o que faz esse Código também bom para quem defende o meio ambiente, também bom para quem defende o fim dessa judicialização do setor agrícola brasileiro, que acho que é importante que viremos essa página. Não pode um dos setores mais importantes do Brasil viver sob uma judicialização permanente, uma insegurança permanente. Às vezes, um grande proprietário tem condição de contratar um advogado, mas há insegurança naquele que tudo que ele tem é aquilo, o pequeno, que está ali criando a sua família, agricultura de subsistência. Tudo que ele tem não está nem da cerca para dentro, porque, às vezes, nem cerca tem na propriedade. Está ali em volta da sua casa. Ele não pode viver em uma insegurança eterna. Acho que estamos fazendo algo muito bom para quem produz. Estamos fazendo algo importante para o meio ambiente.

Falo com tranquilidade que não adianta alguns quererem distorcer os fatos, a realidade. Podem até tentar, mas devem tomar cuidado para não prejudicar o que conquistamos e o que eles acham importante, porque, se fizerem, às vezes vão trabalhar até contra o que eles acreditam e defendem.

Mas, estou seguro. Aqui, no Senado, o nosso Regimento estabelece norma de tratamento. Temos que nos tratar por V. Ex^{as}. Devo dizer que S. Ex^{as}, os fatos, S. Ex^a, a verdade colocada no Código Florestal, certamente vai se impor, sem autoritarismo, mas ape-

nas por conta de representar os fatos, essas distorções que são até naturais que aconteçam na véspera de uma votação tão importante.

Então, faço um apelo aos jornalistas: prestem um pouco mais atenção, verifiquem bem o que são disposições transitórias de recuperar o que foi perdido e o que são disposições permanentes, que não altera nada dos compromissos que o Brasil tem de ser uma referência de proteção das nossas florestas.

O novo Código Florestal é um Código que salva floresta, o novo Código Florestal é um código que protege, mas que, pela primeira vez, traz floresta de volta.

Então, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade desse pronunciamento dizendo que a entrega desse relatório, a propositura de uma nova lei para a defesa civil no Brasil vai ajudar a avançar mais ainda no cuidado que o Brasil precisa ter, que o Governo central, que os governos dos Estados e os governos municipais precisam ter com as populações que vivem nas cidades.

Nós não podemos seguir contando os mortos, vítimas de chuva. A Defesa Civil do Brasil hoje não aguenta uma chuva torrencial. Não é por culpa de quem compõe a Defesa Civil, ou do Ministério que a guarda. É por conta da falta de recursos, é por conta da falta de uma lei que possa de fato dar a condição para que a Defesa Civil salve vidas, e não apenas contem os mortos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estou seguro de que o Senado terá, a partir do dia 15 e a partir desse relatório do Senador Casildo Maldaner, uma proposta para ajudar a enfrentar o problema das ocupações nas áreas de risco. Não é aceitável que pessoas ocupem áreas de risco e ponham em risco sua própria vida e a de suas famílias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Jorge Viana, a Presidência quer cumprimentá-lo pelo belíssimo trabalho que faz à frente da relatoria do Código Florestal.

Sou testemunha, e disse ontem aqui que acho incrível isto: V. Ex^a dedicou a sua vida a essa questão ambiental. Alguns segmentos que hoje o criticam sabem da defesa intransigente que V. Ex^a faz da questão ambiental.

Mas é assim mesmo, Senador, o dia do favor é a véspera da ingratidão!

Com a palavra o Senador Renan Calheiros, Líder da Bancada do PMDB.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, Sr^{as} e Srs Senadores, estamos acompanhando com atenção os desdobra-

mentos da crise econômica que afeta parte dos países europeus...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Renan Calheiros, permita-me. Quero saudar os alunos do ensino fundamental do Centro Educacional Leonardo da Vinci, de Taguatinga, aqui do Distrito Federal.

Sejam bem-vindos, jovens!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Portanto, Sr. Presidente, estamos acompanhando com atenção os desdobramentos da crise econômica, que afeta parte dos países europeus, trazendo consequências graves para as contas públicas, o emprego e a renda das pessoas daquele continente.

Vejo, nesse cenário, que as soluções para o enfrentamento dessas crises já não podem seguir as velhas receitas ortodoxas, focadas, exclusivamente, em políticas recessivas.

Nesse contexto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a experiência brasileira recente parece trazer importantes lições para o mundo nestes tempos de turbulências econômicas.

As lições a que me refiro são, principalmente, as estratégias do Governo brasileiro voltadas para o fortalecimento da nossa rede de proteção social, melhorando a vida das pessoas, bem como para o fortalecimento do mercado interno, com a elevação do consumo da população.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de tratar, aqui neste plenário, das políticas previdenciárias, este importante instrumento de proteção social, responsável pela renda de milhões de pessoas nos mais de cinco mil Municípios brasileiros.

Só em Alagoas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, entre 2005 e 2010, os valores anuais pagos de benefícios previdenciários saltaram de R\$1,4 bilhões para R\$2,9 bilhões, de acordo com dados do Ministério da Previdência Social. Em 2011 – já estamos em dezembro de 2011 –, as estimativas indicam que o volume de benefícios previdenciários pagos em Alagoas deve atingir a marca de R\$3,6 bilhões.

Para que tenhamos uma dimensão desses números, desses R\$3,6 bilhões injetados pela Previdência Social em Alagoas, é importante compararmos esse valor com o total de recursos das transferências constitucionais. Se somarmos, Sr. Presidente, todas as transferências constitucionais da União para os Municípios de Alagoas, como as do FPM, do Fundeb e outras, em 2010, tivemos um montante de cerca de R\$1,9 bilhões de transferências. Ou seja, a Previdência Social, sozinha, movimenta, em Alagoas, quase duas vezes o volume das transferências constitucionais para os Municípios do Estado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esses recursos, todos sabemos, são fundamentais para o aquecimento da economia dos Municípios, sobretudo em localidades mais pobres do meu Estado.

E sobre esse tema, Sr. Presidente, convém informar que pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, demonstrou claramente que os benefícios previdenciários são uma arma fundamental no combate à pobreza e na melhoria da distribuição de renda no nosso Estado e no nosso País.

Por exemplo, no universo das famílias rurais, a renda de quem vive em lares com idosos é 44% maior, quando comparada à renda nas residências sem aposentados, justamente por causa dos benefícios previdenciários. Ressaltando, Sr. Presidente, onde há aposentado, a renda da família é 44% maior em função desses benefícios.

No meio rural, nas casas sem aposentados, 82% das crianças são pobres.

Já nas residências que contam com benefícios de aposentadorias, esse índice de crianças pobres cai para 68%.

As políticas de previdência social também são relevantes no enfrentamento da pobreza extrema.

De fato, segundo o IBGE, em 2009, 55,13 milhões dos brasileiros, ou seja, 29,7% da população, viviam abaixo da linha de pobreza. Se não tivéssemos no Brasil os recursos da Previdência Social, ao lado dos programas sociais, sobretudo do Bolsa Família, esse percentual seria de 42,2%.

Logo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, podemos concluir que a Previdência Social foi responsável por uma redução de 12,5% no nível de pobreza. Isso equivale a 23,12 milhões de pessoas que deixaram de ficar abaixo da linha de pobreza.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar a minha satisfação com os resultados dessas políticas previdenciárias, que têm sido conduzidas de forma competente pelo Ministro Garibaldi Alves Filho, da Previdência Social, integrante ilustre desta Bancada do PMDB, que com muita satisfação eu tenho a honra de liderar aqui no Senado Federal.

Graças a essas estratégias da Previdência Social, poderemos atravessar, com muito mais tranquilidade, esses instantes delicados da economia mundial, preservando direitos importantes e assegurando a renda de milhões de pessoas no Brasil.

Sr. Presidente, recentemente, tivemos em Alagoas a inauguração de mais uma Agência da Previdência Social, no Município de São José da Lage.

Tive a honra de participar, juntamente com o Ministro Garibaldi Alves Filho, dessa inauguração. Hoje

teremos a inauguração de mais duas agências no Estado de Alagoas, em Traipu e em Limoeiro de Anadia.

Evidentemente, em função de compromissos que tenho em virtude de ser Relator da DRU – Desvinculação de Recursos da União, não poderei comparecer a essas inaugurações, como costume fazer.

Com mais essas agências da Previdência Social, serão beneficiados também os moradores dos Municípios vizinhos de Traipu e de Limoeiro de Anadia.

Minha convicção acerca da importância da Previdência Social tem me levado, aqui no Senado, a colaborar com os melhores esforços no sentido de ampliarmos ainda mais a sua rede de agências no Brasil e, especialmente, no Estado de Alagoas.

Gostaria de lembrar que, em várias oportunidades, eu me reuni com o então Ministro da Previdência Social, José Pimentel, nosso querido colega no Senado e Líder do Governo no Congresso Nacional, como já havia feito com o então Ministro Nelson Machado e agora com o Ministro Garibaldi Alves Filho, para tratarmos dessa ampliação da Previdência Social em Alagoas.

Recordo também, nesse contexto, que, no ano de 2002, existiam em Alagoas menos de dez agências do INSS.

Hoje, graças a esse trabalho conjunto do Presidente Lula e dos Ministros José Pimentel, Nelson Machado e agora Garibaldi Alves Filho, poderemos chegar, até 2012 com um crescimento de mais 400% da rede de Previdência Social no Estado de Alagoas.

Em razão desse esforço conjunto, que avança muito bem, Alagoas é hoje a terceira maior rede do País, em número de agências da Previdência Social.

Esse, Sr. Presidente, nunca é demais repetir, é um trabalho do qual eu tive muita honra, muito orgulho, muita satisfação de ter participado como Senador e como Líder da Bancada do PMDB, entre outras coisas, ajudando a simplificar o atendimento da Previdência Social, dispensando aquele caminhar de documentos que fazia com que para se obter uma aposentadoria a pessoa esperasse meses e a até anos, muitas vezes morrendo antes de alcançar a tão desejada aposentadoria.

Hoje, a aposentadoria se consegue em horas, em até meia hora, e há um esforço muito grande para que seja cada vez mais reduzido esse prazo para obtenção das aposentadorias.

A expectativa é a de que, em 2012, Alagoas tenha 44 unidades da Previdência Social, contra, repito, Sr. Presidente, as dez que havia em 2002, antes de o Presidente Lula assumir a Presidência da República.

Por isso mesmo, digo que recebi, um desses dias, com muita satisfação, um telefonema do Dr. Mauro, Presidente do INSS, informando que mais cinco Mu-

nicipios serão contemplados com novas agências da Previdência Social, sendo que outros três Municípios terão suas sedes reformadas, num investimento que deve atingir R\$10 milhões.

Os editais já estão sendo publicados e os Municípios beneficiados são Cacimbinhas, Passo de Camaragibe, Feira Grande, Matriz de Camaragibe e Boca da Mata.

Com a expansão da rede de Previdência Social em Alagoas, poderemos descentralizar a gestão da Previdência Social e melhorar cada vez mais a qualidade no atendimento aos aposentados de todo o Estado de Alagoas.

Assim, Sr. Presidente, como Líder da Bancada do PMDB no Senado, minha convicção é a de que essas políticas da Previdência Social devem ser verdadeiramente fortalecidas e valorizadas, ainda mais, como disse antes, em momentos difíceis de crise econômica como o que vivemos na economia mundial.

Fortalecendo a Previdência Social, estaremos, sem dúvida, ampliando a proteção social de milhões de pessoas que auferem rendas menores, geralmente as mais afetadas nesses momentos de turbulência econômica.

Além do mais, Sr. Presidente, fortalecer a Previdência Social significa estarmos criando importantes e eficazes mecanismos fundamentais para sustentar a renda e garantir a circulação, protegendo, sobretudo, a economia das localidades mais pobres do Brasil, que é o caso de uma grande parte do Estado de Alagoas, que tenho também a satisfação de representar aqui no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a, Líder do PMDB e um dos expoentes desta Casa, pelo pronunciamento e dizer que V. Ex^a tem toda razão quando faz referência à mudança que ocorreu na Previdência Social do Brasil, quando do governo do Presidente Lula, com José Pimentel e com Nelson Machado, e agora, com o Senador Garibaldi, que, aliás, é meu vizinho. Outro dia, animado, ele falava que já estava seguro da importância de ele ter aceitado dirigir esse Ministério pelo resultado que ele estava alcançando. Os dados de V. Ex^a traduzem exatamente isso que o Brasil vive. A Previdência, neste País, até algum tempo atrás, era mais um caso de polícia que de política. Ela ocupava as páginas policiais, mas, agora, não; ela ocupa uma

página nobre da imprensa, porque vai um pouco além, é política social, que traz melhoria e que resgata o respeito ao cidadão naquilo que ele tem de direito e que é estabelecido em leis votadas por esta Casa. Então, cumprimento V. Ex^a. Devo dizer que a situação do Norte e do Nordeste mudou significativamente – o caso do Acre é o mesmo de Alagoas – com esse tratamento, com esse cuidado que o Ministério da Previdência está dando às pessoas, principalmente aquelas que mais necessitam, ou por conta de estarem doentes ou por conta de terem vencido uma etapa do desafio da vida, do trabalho, e que requerem suas aposentadorias ou seus benefícios. Então, parabéns a V. Ex^a. Acho que esse é um bom tema para que possamos encerrar esta semana aqui, no Senado Federal.

Aproveito, já que não temos mais oradores inscritos, para cumprimentar todos que nos acompanharam pela Rádio e TV Senado, todos aqueles que acompanharam esta semana de intensos debates. Eu queria cumprimentar a todos e dizer que fiquem ligados na TV Senado e na Rádio Senado, que têm uma equipe muito competente, uma boa programação de fim de semana e que têm, inclusive, ganhado muita audiência em todos os cantos deste País.

Então, não havendo mais oradores inscritos, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Os Srs. Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Cyro Miranda e Mário Couto enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno. S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do jornalista Carlos Alberto Sardenberg, intitulado: “Esquizofrenia na política econômica”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 03 de outubro de 2011.

Segundo o autor, é preciso admitir que os economistas que são simpáticos à política econômica do governo Dilma transmitem uma impressão esquizofrênica.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

B2 | Economia | SEGUNDA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Esquizofrenia na política econômica

● CARLOS ALBERTO SARDENBERG

É preciso admitir que os economistas que são simpáticos à política econômica do governo Dilma transmitem uma impressão esquizofrênica.

Alguns aplaudem a presidente por entender que ela finalmente está desmontando o "tripé neoliberal" herdado de Fernando Henrique Cardoso e mantido por Lula, especialmente na era Palocci. Para estes, os últimos movimentos do Banco Central (BC) presidido por Alexandre Tombini seriam o sinal de que ele escapou da prisão dos juros altos "impostos pelo sistema financeiro". Acham, também, que o governo Dilma abandonou essa "bochagem" de Banco Central autônomo e que a instituição agora trabalha em consonância com o Ministério da Fazenda do desenvolvimentista Guido Mantega.

De outro lado, estão os economistas para os quais Alexandre Tombini pratica uma política monetária dentro do sistema de metas de inflação, tendo introduzido teorias e práticas que atualizam o modelo e o tornam mais eficiente. Ou seja, é como se Tombini estivesse salvando o regime de metas das turbulências dos tempos.

O presidente do Banco Central, de sua parte, sustenta que está em sintonia com Dilma e Mantega, mas que a decisão sobre os juros pertence ao Comitê de Política Monetária (Copom), ao BC, que age aqui com autonomia.

É possível complicar as coisas um pouco mais.

O segundo grupo de economistas – para os quais o regime de metas está em pé – faz duas críticas ao BC. A primeira diz que a instituição peca na comunicação com o mercado, o que seria ruim para a eficácia da política monetária. A segunda crítica, mais exatamente uma ressalva, está nos cenários: mesmo os analistas mais simpáticos ao Banco Central projetam inflação maior que a projetada pelo BC para este e o próximo ano.

Mais complicação? Está: o outro grupo, dos desenvolvimentistas, acha que o BC não tem nada que se preocupar com a comunicação com o mercado, pois esta é apenas a súcia dos sanguessugas da banca nacional e internacional. Quanto às projeções de inflação, esse grupo acha que não tem problema nenhum com uma inflação rodando na casa dos 7% ao ano ou até mais, desde que se mantenha o real bem desvalorizado e juros mais baixos, mais ou menos como na Argentina.

Ou seja, para um lado, Dilma-Mantega-Tombini estão praticando de um modo mais avançado o sistema de metas de inflação e superávit primário (controle das contas públicas), com um regime de câmbio nem livre nem administrado. Para o outro lado, o mesmo governo está paulatinamente desmontando o tripé na direção de uma política econômica nacionalista, desenvolvimentista e protecionista da indústria.

Não é possível que os dois lados estejam certos ao mesmo tempo. Voltaremos a este tema. Por ora, deixo a reflexão para os leitores: é para cá ou para lá?

Custo Brasil. Tenho tratado, aqui, do custo de produzir e consumir no Brasil. A propósito, eis mais depoimentos de leitores:

● **Café expresso.** – "Paguei, na confeitaria Nacional, em Lisboa, € 0,70 por um café expresso. Em outros lugares, o preço variava de € 0,60 a € 1,20. No Rio de Janeiro, um expresso não sai por menos de R\$ 3 e pode ir até R\$ 5.

Afinal, Dilma, Mantega e Tombini têm mantido ou desmontado o tal 'tripé neoliberal'?

Ora, Portugal não produz uma saca de café nem de açúcar, o salário mínimo é mais alto e a matriz energética é basicamente térmica. Qual a justificativa? Passamos três semanas de férias em Portugal e na Espanha. De uma maneira geral, encontramos preços entre 20% e 50% mais baixos" (Fernando Barbosa).

● **Fábricas.** – "Nós estamos caros não é só em relação à China. Estamos caros em relação a praticamente o mundo todo. Acabamos de montar uma fábrica de cimento no Ceará e vamos iniciar a montagem de outra no interior do nosso Estado. A quantidade de equipamentos chineses é pequena. A maior parte vem da Europa mesmo, além dos Estados Unidos. Ou seja, está mais barato comprar equipamentos na Europa do que no Brasil. Da China, então, é covardia" (Adauto Farias).

● **Olimpíada.** – "O governo brasileiro está apoiando a formação de atletas olímpicos para os Jogos de 2016 no Rio de Janeiro. Esgrima é um dos esportes olímpicos incentivados. Al você vai comprar as espadas, que não têm fabricação nacional, e paga imposto de 60%. Pode?" (Mara Luquet).

O professor e o juiz. Segundo um professor, cujo nome mantenho reservado: "Sou funcionário público, professor titular de universidade federal. Fiz dois concursos: um para o ingresso na universidade e outro para professor titular. É o topo da carreira. Recebo 1/3 ou 1/4 dos vencimentos de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Para me ausentar do País, não estando em férias, preciso de: justificativa por atividade acadêmica, autorização do departamento, autorização da congregação da unidade, autorização do reitor e, finalmente, publicação no Diário Oficial. Sem isso, corro o risco de ser exonerado do serviço público. Pois bem, o Sr. José Antonio Dias Toffoli, ministro do STF, que não passou em concurso algum (e foi reprovado em um) – foi nomeado para o cargo –, faltou a quatro sessões do STF para ir ao casamento, na Ilha de Capri, de um advogado que advoga no Supremo e tem projetos relacionados por Toffoli... Simplesmente informou ao presidente do STF que ia se ausentar. Ou seja, no Supremo, participar de casamentos no exterior deve ser justificativa de grave fundo jurídico. É preciso refazer o ditado 'ver Capri e morrer'. No STF é 'ver Capri e viver (viver bem)'".

● JORNALISTA
SITE: WWW.SARDENBERG.COM.BR
E-MAIL: SARDENBERG@GOL.COM.BR

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Apesar de corte, Brasil permanece com a maior taxa de juros do mundo”, publicada pelo jornal *O Globo* em sua edição de 20 de outubro de 2011.

A matéria destaca que com um índice real de 5,5%, Brasil lidera, com folga, o ranking de 40 nações com a taxa de juros reais mais alta do mundo.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

TURBULÊNCIA GLOBAL

Apesar de corte, Brasil permanece com a maior taxa de juros do mundo

Com um índice real de 5,5%, país lidera com folga ranking de 40 nações

Ronaldo D'Ercole

ronaldod@sp.oglobo.com.br

• SÃO PAULO. O novo corte na Selic, que caiu de 12% para 11,5%, não tira do Brasil o título de país com a taxa de juros reais mais alta do mundo. Ranking elaborado pela Cruzeiro do Sul Corretora com base nas taxas praticadas em 40 países mostra que o Brasil continua isolado, e com folga, no topo da lista, com taxa real de 5,5% ao ano (já descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses). Mais que o dobro que da taxa real de 2,3% em vigor atualmente na Hungria, a segunda colocada no ranking. O Chile, com juro anual de 1,9%, é o terceiro colocado, e a Indonésia, com 1,8%, o quarto.

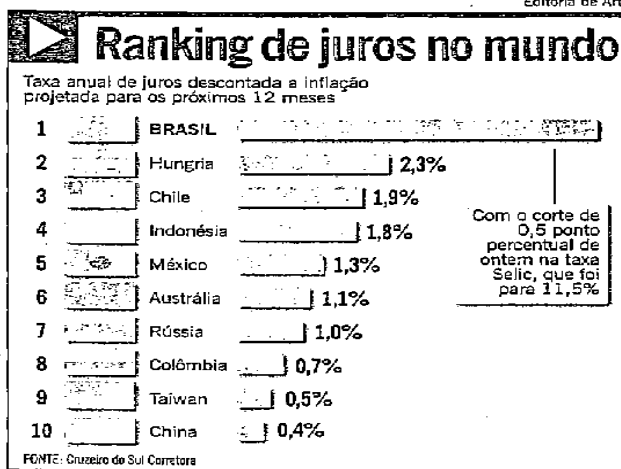
Entre os países do Bric (bloco das maiores economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia e China), depois do Brasil, a Rússia tem a maior taxa real, de 1% ao ano, o que a coloca no sétimo posto do ranking. A China é a décima, com 0,4%, e a Índia, com uma taxa real de -1,6% ao ano, a 31ª colocada.

‘Ninguém teme tanto a crise como o Brasil’

A taxa de juros reais negativa é a marca das grandes economias nesta fase da crise internacional. Hoje, o juro, já descontada a inflação, é negativo em 0,1% ao ano no Japão, vai a -1,1% na Alemanha, chegando a -3,4% e -4,5% nos EUA e na Inglaterra, respectivamente.

Jason Vieira, economista da Cruzeiro do Sul Corretora e autor do estudo, observa que, à exceção da Venezuela (onde os juros nominais estão hoje em 17,37% ao ano, ao passo que a taxa real é negativa em 7,4% devido a uma inflação de 25% ao ano) e de Israel, que promoveram cortes recentemente em seus juros de referência, o Brasil está sozinho no movimento de afrouxamento monetário.

— Ninguém está com tanto medo da crise como o Brasil — afirma Vieira. ■



PALAVRA DE ESPECIALISTA

Alexandre Schwartzman - Ex-diretor do BC

‘BC errou novamente’

• Alexandre Schwartzman, ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC e ex-economista-chefe do Santander, diz que o Comitê de Política Monetária (Copom) errou ao cortar novamente a Taxa Selic. Ele faz parte do grupo de economistas que mantêm a avaliação de que o BC já havia errado no corte passado, alegando uma piora na situação econômica global, que acabou ocorrendo, mas em escala menor do que em 2008.

Continuo achando que o BC estava errado e errou novamente. É aquela história, os generais sempre lutam a última guerra. Mas agora não é 2008, não há um cenário de colapso global.

Schwartzman sustenta suas afirmações nos próprios

dados do BC. Ele lembra que o último relatório de inflação do banco indicava que, se os juros fossem mantidos em 12% ao ano e o câmbio ficasse estável, a inflação de 2012 ficaria em 4,7%, próximo do centro da meta, de IPCA de 4,5%. Mas com corte de 0,50 ponto percentual na Selic e com câmbio estável, o IPCA rondaria 5% no próximo ano.

— Imagina a previsão agora. Acredito que mais cortes virão, mais dois de meio ponto. E o dólar também subiu. A previsão de inflação do mercado para 2012, que está em 5,6%, logo vai subir para 5,8% e 5,9%. O governo abandonou a meta em 2010 e 2011, por que não abandonaria de novo em 2012? — questiona. (Henrique Gomes Batista)

Impacto no crediário será mínimo

• SÃO PAULO. O consumidor mal vai perceber nos juros do crediário os efeitos do corte de 0,5 ponto percentual na Taxa Selic anunciado ontem, pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Isso porque, embora seja um balizador dos juros no país, a Selic nos atuais 11,5% ao ano está fortemente “deslocada” do juro médio pago pelo consumidor, hoje na faixa de 117,39% ao ano, segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças e Contabilidade (Anefac). O corte de ontem, estima a Anefac, vai derrubar o juro médio ao consumidor para em torno de 116,4% ao ano, o que significará um recuo de 6,69% para 6,65% na taxa média mensal do crediário ao consumidor.

No caso do cheque especial, por exemplo, caso os bancos resolvam repassar integralmente o corte de ontem, a taxa média vai cair de 8,23% para 8,19% ao mês. Isso significa que um cliente que usar mil reais do especial por 20 dias, em vez de pagar R\$ 54,87, agora desembolsará R\$ 54,60, uma economia de R\$ 0,27.

— O efeito para o consumidor é sempre positivo, mas ele não vai encontrar amanhã o crédito mais barato que que estava ontem — diz Fabio Fina, da Fecomercio-SP.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul Denis Lerrer Rosenfield, intitulado “O festival de besteiras não tem fim”, publicado pelo jornal *O Globo* de 10 de outubro de 2011.

Segundo o autor, a sociedade brasileira tem tornado um valor seu a liberdade dos costumes, alteran-

do dos velhos hábitos e, mesmo, legislações restritivas à liberdade de escolha.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

O festival de besteiras não tem fim

DENIS LERRER ROSENFELD

O grau da liberdade de um país se mede pela liberdade de seus costumes, pelas escolhas que cada cidadão faz daquilo que estima ser melhor para si, sabendo reconhecer, no outro, um portador dos mesmos direitos. A sociedade brasileira tem tornado um valor seu a liberdade dos costumes, alterando velhos hábitos e, mesmo, legislações restritivas à liberdade de escolha. Contudo, recentemente, surge uma onda, patrocinada por agentes governamentais, do politicamente correto que procura reverter essa tendência, fazendo-o em nome de uma posição aparentemente “progressista”. O retrocesso está mudando de nome.

Há setores do governo que têm uma visão definitivamente autoritária das relações políticas, invadindo, sem nenhum pudor, a esfera do privado, daquilo que é próprio de cada um. O poder passa a ser exercido sob a forma de um controle da vida individual, onde, por princípio, nada se coloca fora do seu alcance. A liberdade de escolha e, por extensão, de iniciativa, econômica, de imprensa, de publicidade são fortemente atingidas. Engana-se quem pensa que se trata de ações simplesmente pontuais. Em cada caso específico, revela-se toda uma concepção de mundo, das relações pessoais e, mais particularmente, dos costumes.

A última em série, mas infelizmente não a última, de um processo que parece interminável, está na tentativa da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República de enquadrar a novela “Fina estampa” da Rede Globo. O motivo, aparentemente anódino, diz respeito a um personagem, que, na trama, humilha e bate na mu-

lher. Segundo o enredo, a personagem agredida é aconselhada por amigas a prestar queixa de seu marido, porém não o faz porque diz amá-lo. Trata-se, na verdade, de um retrato do que ocorre com muitos casais pelo país afora, sem que intervenha aqui nenhum juízo de valor. Cabe, isto sim, ao telespectador elaborar o seu.

Contudo, a secretária sugere em ofício enviado à TV Globo que essa mude o seu enredo. Segundo ela, a mulher agredida deveria procurar a Rede de Atendimento à Mulher, ligando para o telefone 180. Sugere ainda que o agressor seja não somente punido, mas encaminhado aos centros de reabilitação da Lei Maria da Penha. Aqui, a secretária já está se tornando especialista de dramaturgia. A “lei” do politicamente correto deveria, então, passar a reger a elaboração de novelas no país e, por que não, do cinema também.

O assunto é especialmente grave porque implica uma interferência governamental direta na liberdade de expressão, mesmo que seja feita sob a forma de uma “sugestão”. Sugestão de ministro não é conselho de uma cidadã qualquer, mas de uma agente estatal. Trata-se de uma recomendação oficial. Em um primeiro momento, estamos diante de um fato menor, mas o problema reside em que a moda pode pegar. Logo, em um segundo momento, qualquer agente público estaria no direito de se tornar um dramaturgo oficial.

Retomando a frase do genial Stanislav Ponte Preta, estamos diante de um outro episódio do Festival de Besteiras que Assola o País. O problema, contudo, é que esse festival se apresenta como politicamente correto, estabelecendo normas de como deveriam ser os costumes e de como a liberdade de escolha deveria ser cercada.

No festival em curso, temos várias peças dignas de menção. Uma outra diz respeito a advertências que deveriam estar inscritas em roupas íntimas de homens e mulheres, advertindo para os perigos do câncer de próstata e de mama. Trata-se de uma invasão do domínio daquilo que é mais próprio de cada um, de sua vida íntima.

Imaginem, numa situação amorosa, em que o homem olha o sutil de sua companheira e lhe pergunta se tem feito exames de mama. Ela, surpresa, olhando a sua cueca, responde se ele fez o seu exame de próstata. No auge da relação amorosa, o câncer, a morte, se introduz em uma relação de Eros, de vida. Não há clima que resista!

O clima, evidentemente, se esval, dando lugar a uma conversa sobre os respectivos perigos de uma doença que pode ser mortal. Thanatos, a pulsão de morte, toma o lugar de Eros, pulsão de vida. E como isto é lido? Por Intermédio do Estado que diz proteger a vida contra a morte! A vida privada deveria, acima de tudo, ser preservada de intervenções estatais, por mais politicamente corretas que sejam. Eis o perigo maior. O Estado se torna agente de Thanatos.

O festival não tem fim. A reincidente Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República já tinha anteriormente tentado tirar do ar um comercial de lingerie com a modelo Gisele Bündchen por essa se insinuar, no uso de seus atributos femininos, em um pedido a seu marido. Nada muito particular no fato, se não fosse a “polícia” do politicamente correto, procurando ditar aquilo que deve ou não ser veiculado por uma propaganda televisiva.

Seja dito de passagem que o anunciante de lingerie agradece, compadecido, à iniciativa governamental, pois a publicidade alcançada foi muito maior do que o previsto, seja ou não tirada a propaganda do ar. Já mais essa publicidade teria atingido tal grau de publicização não fosse essa interferência estatal.

O assunto encontra-se, atualmente, no Conar, órgão autônomo de regulação da publicidade para análise de sua adequação ou não a seu código de ética. Espera-se que este órgão tenha o bom-senso de rechaçar essa interferência naquilo mesmo que é o fundamento da ética, a saber, a liberdade de escolha livre das amarras governamentais.

O assunto é da maior gravidade, apesar de seu aspecto francamente cômico. Um agente estatal tem a pretensão de passar a decidir o que deve ou não ser veiculado na publicidade, interferindo em sua própria mensagem e criatividade. O mais preocupante, contudo, é que ele se creia imbuído da “crença correta” do que devem ser os costumes humanos. O governo se arroga em instrumento de uma espécie de dever-ser moral que teria como função passar a ditar as normas dos comportamentos politicamente corretos.

DENIS LERRER ROSENFELD é professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Eles bebem. Você paga!”, publicada pela revista *Veja* em sua edição de 02 de novembro de 2011.

A matéria destaca que o Tribunal de Contas da União investiga repasses de dinheiro do governo à União Nacional dos Estudantes. Já descobriu que parte dos recursos foi usada irregularmente em festas e na compra de uísque, vodka, cerveja.

Educação

ELES BEBEM. VOCÊ PAGA!

O Tribunal de Contas da União investiga repasses de dinheiro do governo à União Nacional dos Estudantes. Já descobriu que parte dos recursos foi usada irregularmente em festas e na compra de uísque, vodka, cerveja...

GUSTAVO RIBEIRO

Fundada em 1937, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi protagonista de inúmeros episódios de luta por ideais republicanos. Na década de 40, combateu a influência do fascismo europeu no Brasil. Durante os anos mais trevosos do regime militar, seus principais líderes empunharam armas para reivindicar democracia. Essa gloriosa história pertence ao passado. A moçada agora quer sombra, uísque, gelo e água fresca grátis em troca de servidão automática ao governo. Contestação é coisa de otário. Os

líderes da principal entidade estudantil brasileira dissipam sua náusea burguesa com garrafas de vodka, uísque, gelo e caixas de cerveja pagos com nosso dinheiro. Compram tênis e bolsas Puma, Nike ou Adidas, símbolos do “imperialismo”, e mandam a conta para os proletários brasileiros que trabalham e pagam impostos.

A atuação pelega da UNE de hoje envergonha seus heróis do passado. Dominada por parasitas do PCdoB desde os primórdios, a entidade perdeu a força, a voz — e o pudor. Desde 2003.

Reação ao aparelhamento

recebeu 42 milhões de reais de dinheiro tomado pelo governo dos proletários brasileiros e entregue aos pequenos-burgueses que fingem estudar. O Tribunal de Contas da União (TCU) resolveu esmiuçar a aplicação desses recursos e deparou com gravíssimos indícios de irregularidades. Despesas injustificáveis, descritas em notas fiscais suspeitas, amontoam-se nas prestações de contas investigadas. Somente em um convênio da UNE de 2008, apelidado de Caravana Estudantil da Saúde, o TCU suspeita que mais de 500 000 reais tenham sido roubados. Essa foi a quantidade de dinheiro que sobrou depois que todas as despesas previstas foram pagas. A UNE devolveu os recursos? Não. Como todo militante adulto da corrupção, a entidade dos jovens mandou avisar que gastou o dinheiro do povo com “assessorias”. “Não tenho conhecimento de irregularidades. Se houver e formos notificados pelo TCU, vamos corrigi-las”, diz Daniel Iliescu, presidente da UNE que assumiu há quatro meses. Notas fiscais analisadas pelo tribunal mostram que a “revolução pela garrafa” é a nova palavra de ordem da UNE. Sob a fachada de promover Atividades de Cultura e Arte da UNE, em 2007, os pequenos-burgueses da UNE beberam caixas e caixas de cerveja, garrafas de

uísque escocês e de vodka. Diz o procurador do TCU Marinho Marsico: “É evidente o descaso da UNE com o patrimônio público. Fico estupefado de ver tanto dinheiro do povo usado sem obediência aos princípios da moralidade”. Continuem assim, jovens revolucionários da garrafa, um ministério os espera.

Pela primeira vez em quase cinquenta anos de história, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília deixou a órbita dos partidos de esquerda. Na semana passada, os alunos da UnB escolheram como seu representante um grupo sem ligações partidárias, comprometido apenas em melhorar as condições de ensino — e não em promover determinada ideologia. A chapa Aliança pela Liberdade venceu as eleições por uma margem de apenas 188 votos, pequena, é verdade, mas que pode estabelecer um paradigma no movimento estudantil oposto ao peleguismo vergonhoso da UNE (veja a reportagem ao lado). Os integrantes do novo DCE iniciam nesta semana seu mandato de um ano, destoando do matiz ideológico predominante no movimento estudantil. A Aliança pela Liberdade defende o investimento privado no câmpus universitário como a melhor forma de promover as pesquisas. Temos de abrir a UnB para o capital privado. Foi graças a ele, afinal, que a Unicamp se tornou um centro de excelência”, afirma Pedro Ivo Santana, aluno de engenharia civil e um dos coordenadores da nova direção.

O grupo se elegeu na semana pas-

sada ao cabo de uma iniciativa do estudante de direito André Maia. Sem se sentir representado pelos grupos de esquerda que se alternavam no poder da universidade desde a sua criação, ele decidiu convocar os amigos. “Não queremos discutir questões como o conflito árabe-israelense. Nossa preocupação são temas de ordem prática que terão efeito positivo na qualidade do nosso ensino”, explica Maia. A vitória é creditada ao pragmatismo das propostas e ao caráter apertado da chapa. Hoje, nenhum dos sessenta membros do movimento tem ligação formal com legendas políticas. Integrantes da Aliança que decidirem se filiar a partidos perderão automaticamente postos de direção no DCE. A reitoria petista da UnB fez questão de registrar seu espanto com a nova realidade. Em seu portal oficial, publicou uma reportagem classificando a chapa vitoriosa de “despolitizada” e, sob o covarde manto do anonimato, diz que houve “perda de representatividade dos alunos”. É sempre assim com certa esquerda. A democracia e o voto só são bons quando a favorecem. Para o historiador da Universidade Federal de São Carlos Marco Antonio Villa, a alternância de poder na direção dos estudantes da UnB é, em si, um fato positivo: “Esse episódio sinaliza o cansaço com as velhas lideranças e pode ser o início de representações estudantis que se preocupem realmente com as necessidades concretas das universidades — e não com a formação de quadros partidários”. Quem sabe, finalmente, a UnB chegue ao século XXI.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

E O ENEM VAZOU DE NOVO

Parece mentira. O exame do MEC volta à cena cercado de falhas e amadorismo

Oroteiro que se segue à aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), passaporte de ingresso para mais de 500 universidades brasileiras, não contém grandes surpresas. O fiasco só se repete. Desta vez, dias depois de 3,9 milhões de jovens terem se submetido à prova, começaram a circular na internet fotos de um simulado distribuído dez dias antes da avaliação oficial a alunos de um dos maiores colégios de Fortaleza, o Christus. O espantoso é que catorze questões eram idênticas às do Enem. Mais assombroso ainda é saber como essas perguntas foram parar lá. A hipótese mais provável sobre o vazamento, que está sob investigação da Polícia Federal, é que um coordenador do colégio as teria copiado em outubro do ano passado. Na ocasião, o Ministério da Educação (MEC) aplicou a 100 000 estudantes de dez capitais, incluindo os do Christus, um teste que precede o Enem. O objetivo é medir o grau de dificuldade das questões e atribuir o peso certo a cada uma na prova oficial. Foi justamente o conteúdo desse teste que surgiu nas cartilhas dos alunos do Christus, que, ao recebê-las, ouviram de um supervisor: "Pratiquem muito esses exercícios antes do Enem e não mostrem à concorrência".

O primeiro problema no processo encabeçado pelo MEC é relatado a VEJA por Jardel Almeida, coordenador pedagógico de outro colégio do Ceará, o Cônego, que participou do mesmo pré-teste: "Não havia ninguém do ministério na escola. Foi minha própria equipe que supervisionou tudo". Se quisesse, ele poderia ter copiado a pro-

va. Em nota, o MEC disse o contrário: garantiu que sempre destaca seus funcionários para monitorar esses pré-testes *in loco*. Ainda afirmou que encarrega uma empresa de segurança da distribuição do material às escolas. Também não procede. "Eu mesmo fui à sede da empresa pegar as provas", conta Jardel.

No mundo das avaliações, os pré-testes são comuns. Só que há fragilidades evidentes no caso do MEC. A começar pelo tamanho do banco de questões. Em comparação com o que subsidia o exame americano SAT, cujo propósito também é selecionar alunos para a faculdade, o brasileiro possui menos de 5% do tamanho — são 6 000 itens con-

tra 130 000. Além disso, lá sob nenhuma hipótese uma pergunta que cai no pré-teste se repetirá na prova daquele mesmo ano. O intervalo é de pelo menos cinco. Que as mesmas questões de 2010 tenham sido aproveitadas logo em 2011 é, no mínimo, uma demonstração de incompetência. A probabilidade de catorze itens de um banco

de 6 000 se repetirem aleatoriamente de um ano para o outro é de 0,2%. Mais provável é que o MEC tenha simplesmente copiado uma porção inteira do último pré-teste, sem se preocupar com as consequências. Sustentando ser um caso isolado, o MEC reaplicará o exame apenas aos alunos do Christus. Mas 10 000 escolas de São Paulo e outras 3 000 de Minas Gerais, além do Ministério Público do Ceará, reivindicam o cancelamento do Enem. O argumento faz sentido. Se uma turma teve acesso privilegiado às questões, o que garante que isso não se repetiu com os outros 100 000 que fizeram o tal pré-teste?

RENATA BETTI

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do professor de economia da PUC-Rio Rogério Werneck, intitulado “Furor de substituição de importações”, publicado pelo jornal *O Globo* de 14 de outubro de 2011.

Segundo o autor, em pleno século XXI, o Brasil resiste ao mundo de Steve Jobs. No Brasil o governo se comporta como se estivesse empenhado em cer-

cear os benefícios que o país poderia extrair dessa notável onda de inovação.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CYRO MIRANDA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

O Globo, 14/10/2011

Furor de substituição de importações

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK

Em meio à profusão de análises e retrospectivas ensinadas pela morte de Steve Jobs, vale a pena refletir sobre a problemática relação que o Brasil ainda mantém com o mundo que Jobs ajudou a criar.

A trajetória de Steve Jobs confunde-se com a fascinante história da Apple, criada por ele aos 21 anos, com o amigo Stephen Wozniak, e transformada numa das duas empresas mais valiosas do mundo. Em contraste com a outra empresa, a Exxon, a que a Apple vende simplesmente não existe há 35 anos, quando Jobs a fundou. O grosso do seu faturamento — e do seu lucro — provém de produtos e serviços concebidos no século 21.

O sucesso inicial da empresa deveu-se ao lançamento precoce, em 1977, de um computador pessoal com preço acessível, concebido para o mercado de massa: o legendário Apple II. Em 1983, a empresa já fazia parte da lista das 500 maiores da revista “*Fortune*”. Dois anos depois, contudo, Jobs se desentendeu com John Sculley, que ele mesmo havia convidado para presidir a Apple, e teve de se afastar da empresa. Seu retorno, a partir do final de 1996, marcaria uma espetacular volta por cima. “Os lunáticos tomaram conta do hospício e poderemos fazer o que bem entendermos”; é o que teria dito aos funcionários, ao reassumir a direção.

O que se seguiu é bem conhecido:

lançamento do iMac em 1998, do iPod em 2001, do iTunes em 2003, do iPhone em 2007 e do iPad em 2010. O faturamento da Apple saltou de US\$ 7 bilhões em 1997 para US\$ 65 bilhões no ano passado. E seus produtos e serviços vêm tendo enorme impacto no desenvolvimento de setores tão diversos como computação, telecomunicações, comercialização de músicas, filmes e livros, editoração e imprensa.

No Brasil, contudo, o governo se comporta como se estivesse empenhado em cercar os benefícios que

o país poderia extrair dessa notável onda de inovação. Basta ter em conta a forma tacaanha com que continuam a ser tratadas as importações de dois produtos emblemáticos dessa onda inovadora: os chamados tablets, como o iPad, da Apple, e os leitores de livros digitais, como o Kindle, da Amazon. Após a incidência de seis tributos, tais pro-

dutores chegam às mãos do consumidor brasileiro pelo dobro do preço de varejo nos EUA. Não há racionalização possível para taxaço tão desproporcionada.

Há poucos meses, parecia que o governo havia percebido o problema. Lado engano. A visão do governo sobre a questão continua turvada pela ideia de reserva de mercado e pelo furor da substituição de importações, como bem mostra a nova lei de desoneração dos tablets sancionada esta semana pela presidente Dilma Rousseff. O que foi desonerado é a produção de dispositi-

lvos deste tipo no Brasil. A carga tributária sobre tablets produzidos no Brasil será reduzida. Mas a que incide sobre os importados continua inalterada. Mesmo com o produto importado chegando ao usuário brasileiro ao dobro do preço de varejo nos EUA, a produção de tablets no Brasil era inviável. Com a desoneração, o governo espera que tablets produzidos no país possam ser vendidos a preços minimamente competitivos com o dos importados. Ou seja, a preços inferiores ao dobro do preço do varejo nos EUA!

O pior é que, ainda assim, não vai ser fácil. Os preços dos tablets e dos leitores de livros digitais estão despencando. A Amazon acaba de lançar um tablet de menos de US\$ 200 e um novo Kindle de menos de US\$ 80. Mesmo que, no Brasil, tais preços sejam dobrados, vai ser difícil produzir “similares nacionais” competitivos.

O que é espantoso é que o governo não consiga perceber os gigantescos benefícios que poderiam advir da difusão de produtos tão inovadores, a baixo custo, entre milhões de usuários. Sua única preocupação é conseguir que tais dispositivos venham a ser “fabricados” no Brasil. Quando e a que custo, pouco importa. É como se, no início do século 20, alguém defendesse que o essencial era assegurar a produção de lâmpadas no país, qualquer que fosse o custo, e não a difusão do uso da luz elétrica. É o Brasil de costas para o século 21.

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK é professor de Economia da PUC-Rio.

Em pleno século
XXI, o Brasil
resiste ao
mundo de
Steve Jobs

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Como primeiro assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista com o senador Aécio Neves, intitulada: “Dilma é refém de um governo de cooptação”, publicada pela revista *Época* do dia 28 de novembro de 2011.

Segundo o senador Aécio Neves, a oposição vai chegar forte em 2014 porque o modelo do PT vai se exaurir.

Sr. Presidente, requeiro que a entrevista acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro das matérias veiculadas pela mídia nacional sobre o ex-ministro do Esporte Orlando Silva, publicadas de 20 a 27 de outubro de 2011.

As matérias destacam mais um caso de corrupção no ministério da presidente Dilma. O ex-ministro dos Esportes, Orlando Silva, caiu após a denúncia de um esquema de corrupção que consumiu R\$ 40 milhões do Programa Segundo Tempo, o dinheiro vinha da propina cobrada para as ONGs interessadas em receber dinheiro do ministério.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

ENTREVISTA

Aécio Neves:

28-11-2011

**“Dilma é refém de um governo de cooptação”
Principal nome do PSDB para disputar
a Presidência, o senador diz que a oposição
vai chegar forte em 2014 porque o modelo
do PT vai se exaurir**

GUILHERME EVELIN

Em 2010, Aécio Neves tinha altos índices de popularidade depois de dois mandatos como governador de Minas Gerais e poderia postular a candidatura à Presidência da República pelo PSDB. Mas não quis entrar numa disputa interna e cedeu a vez ao então governador de São Paulo, José Serra. Serra ainda

parece alimentar a pretensão de voltar a concorrer ao Planalto. Mas agora quem tem maioria no partido é Aécio. Entronizou aliados nos principais postos da direção partidária e comanda a reorganização do PSDB. Depois de um início de mandato relativamente discreto no Congresso, onde o governo conta com maioria avassaladora, Aécio, aos poucos, tem aumentado o tom das críticas ao governo Dilma. Na semana passada, ele deu esta entrevista a *ÉPOCA*.

ÉPOCA – O senhor disse que está pronto para ser candidato à Presidência da República em 2014 em disputa com a presidente Dilma Rousseff ou o ex-presidente Lula. Como tornar viável uma candidatura de oposição a um governo bem avaliado?

Aécio Neves – O PSDB passou por uma reorganização em sua direção e agora inicia um processo de debates com a sociedade. Realizou um grande seminário, com a participação de figuras que não são do partido, e deu a largada na discussão de temas que permitirão um antagonismo com o governo. Não me surpreende a popularidade da presidente Dilma. É natural, no primeiro ano de governo, que o protagonismo da cena política seja da presidente. Ela tem boas intenções. Mas é refém do que lá atrás se chamou de coalizão, mas não passa de um governo de cooptação. O governo do PT abdicou de um projeto de país para se dedicar a ficar no poder. O tempo está passando e não há nenhuma inovação em nenhuma área. A oposição chegará altamente competitiva em 2014, porque esse modelo de go-vernar pela cooptação, estabelecido pelo PT, vai se exaurir.

ÉPOCA – Um problema da oposição é que a base do governo reúne 17 partidos. Se for candidato, que partidos o senhor pretende atrair?

Aécio – Não sou candidato, não ajo como candidato. Sou lembrado por alguns companheiros do partido, mas falar em nomes agora seria um equívoco estratégico enorme. O PSDB precisa antes voltar a dizer ao país o que pensamos. No momento adequado, vamos ter novos aliados, porque o modelo do PT vai chegar ao final de 12 anos sem enfrentar nenhum grande contencioso do país. Eles tocaram a coisa conforme a maré permitia, e isso vai gerar cansaço. O mandato da presidente Dilma não vai ser nenhuma grande tragédia, mas ela é responsável pela formação de seu governo, pela incapacidade de tomar iniciativas, pela falência da infraestrutura no Brasil, pela má qualidade da saúde. Esse é um governo reativo, sem a dimensão necessária para produzir um futuro diferente para o Brasil – e que passou o ano reagindo às crises que surgiram. O malfeito só é malfeito quando vira escândalo.

ÉPOCA – Em que o PSDB pode tentar se distinguir do PT?

Aécio – Estamos buscando identificar temas que criarão contraponto ao imobilismo do PT. Vamos ao principal. Fala-se muito do combate à pobreza como a grande marca do governo. Mas não se combate a pobreza só com um programa de distribuição de renda. O governo se contenta em administrar a pobreza em vez de fazer a transição real dos pobres para uma situação de melhor bem-estar. Isso ocorre porque o governo não enfrenta a questão de qualificação da educação como deveria.

ÉPOCA – O senhor disse que o governo administra a pobreza. Isso é uma crítica ao programa Bolsa Família?

Aécio – O Bolsa Família é essencial e está incorporado à realidade econômica e social do país. Mas você não vai tirar ninguém da pobreza dando o Bolsa Família. Quando o governo comemora não sei quantos milhões de pessoas no Bolsa Família, isso não deveria ser motivo de comemoração. A comemoração deveria ocorrer se o governo dissesse: neste ano nós vamos ter 2 milhões a menos de famílias necessitadas de receber o Bolsa Família, porque o governo deu a elas qualificação, acesso a emprego de qualidade e meios de construir seu destino.

ÉPOCA – O PSDB carrega a pecha de ser um partido que perdeu a conexão com o povo. Esse seminário recente teve a participação de vários economistas ligados ao mercado financeiro, mas poucos nomes da área social com o mesmo peso. Não é uma contradição com a intenção de renovar o partido?

Aécio – O seminário foi muito equilibrado. E a presença desses economistas foi proposital. Procuramos resgatar algumas figuras que tiveram papel essencial nas reais transformações do Brasil. O maior programa de transferência de renda que nossa geração assistiu não é o Bolsa Família, mas o Plano Real, que tirou dezenas de milhões de famílias do flagelo da inflação.

ÉPOCA – Mas como resolver essa questão da conexão com os setores mais pobres da população?

Aécio – Administramos metade da população do país, e essa questão não existe nos Estados onde vencemos as eleições. Em Minas Gerais, ganhamos em todas as regiões mais pobres porque fizemos inclusão, melhoramos a qualidade da saúde, investimos em infraestrutura e reduzimos a criminalidade. Mostrar os bons exemplos de nossas ações é uma forma de mostrar que não somos populistas, mas administramos bem e com resultados sociais vigorosos.

ÉPOCA – O PSDB tem alianças com o PSB em vários Estados, inclusive Minas Gerais. O PSB pode ser parceiro dos tucanos em 2014?

Aécio – Tenho uma relação pessoal antiga com o Eduardo (*Campos, governador de Pernambuco e líder nacional do PSB*). Em determinado momento, ele trouxe um convite do avô dele, Miguel Arraes, para que eu me filiasse e fosse candidato pelo PSB. Acredito que possa ocorrer um encontro natural. Hoje, o PSB tem compromisso com o governo, mas haverá nos Estados uma movimentação natural para que setores do PSB e de outros partidos estejam próximos a nós. Chegaremos a 2014 robustos para disputar as eleições, até porque nas eleições municipais faremos muitas alianças com partidos que estão na base de apoio da presidente Dilma. E muitas dessas alianças serão contra candidatos do PT.

ÉPOCA – Uma pessoa com quem o senhor tinha boas relações no PSB era o (ex-ministro) Ciro Gomes. Mas ele recentemente o atacou numa entrevista dizendo que o senhor lê pouco e que isso é um problema para suas pretensões políticas.

Aécio – Tenho grande carinho pelo Ciro, mas confesso que não tive oportunidade de ler essa entrevista dele (*risos*). Não vejo isso como um ataque a mim.

ÉPOCA – O PSDB se articula para disputar as eleições municipais, mas na maior cidade do país, São Paulo, o partido não tem candidato forte. Isso não é um problema?

Aécio – Confio na liderança do governador Geraldo Alckmin, do ex-governador José Serra, que seria líder nas pesquisas hoje se fosse candidato, do senador Aloysio Nunes Ferreira. O PSDB encontrará uma equação positiva, com chances de vencer as eleições. Acho muito importante que o PSDB tenha candidatura em São Paulo.

Votei no congresso pelo endurecimento da lei seca e já a aplicamos em Minas. Meu episódio com o bafômetro já foi explicado “

ÉPOCA – O ex-governador José Serra quer ser candidato mais uma vez à Presidência em 2014. Como evitar a divisão interna?

Aécio – O Serra tem as qualidades para postular qualquer candidatura. Na hora certa, o partido decidirá. Política é a arte de administrar o tempo. Você não pode antecipar excessivamente nem perder o tempo de determinadas decisões. Acho que 2013 será o momento adequado de definirmos o candidato, e sou um defensor das prévias. O candidato não será aquele que mais quer ser. Será quem tem melhores condições de vitória e de alianças.

ÉPOCA – Que erros o PSDB cometeu nas últimas campanhas presidenciais e deve evitar em 2014?

Aécio – Abrir mão de defender nosso legado foi o maior dos equívocos do PSDB. Não teria existido o governo do presidente Lula se não tivesse existido o governo do presidente Itamar e do presidente Fernando Henrique, com a estabilidade econômica, a modernização da economia, a construção dos pressupostos de metas da inflação, *superavit* primário, câmbio flutuante. Essa foi a bendita herança para o governo do PT. E abdicamos de disputar isso. Quando eu era presidente da Câmara, o PT lutou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. E hoje, mais de 60% da população, numa pesquisa que nós mesmos fizemos, acha que quem fez a Lei de Responsabilidade Fiscal foi o PT.

ÉPOCA – Como o senhor acha que o PSDB deve tratar o ex- presidente Fernando Henrique numa próxima campanha presidencial?

Aécio – No que depender de mim, com papel de destaque. O PSDB subestimou a capacidade de influência do presidente Fernando Henrique. Não falo de capacidade eleitoral, mas de debater os grandes temas com a autoridade de quem é uma das figuras brasileiras mais respeitadas.

ÉPOCA – Ele recentemente tem-se destacado por defender a legalização do consumo da maconha. O senhor concorda com isso?

Aécio – Tive a oportunidade de dizer a ele que discordo. É bom que o tema esteja em discussão, sem preconceitos. Mas não conheço nenhuma experiência no mundo em que isso tenha ocorrido e tenha significado redução no consumo da droga.

ÉPOCA – As últimas eleições ficaram marcadas por um debate de viés religioso sobre a legalização do aborto. Qual é sua opinião sobre essa questão?

Aécio – A religião teve um espaço demasiado na campanha. Isso leva a radicalizações e impede que as questões centrais que mexem na vida das pessoas tenham um espaço necessário. Sou a favor da manutenção da atual legislação do aborto.

ÉPOCA – No começo do ano, o senhor foi flagrado dirigindo com carteira de habilitação vencida e não fez o teste do bafômetro. O senhor é favorável ao endurecimento da Lei Seca, em discussão no Congresso?

Aécio – Sou. Votei na Comissão de Constituição e Justiça pelo endurecimento da lei. Estamos aplicando-a em Minas, com resultados muito positivos. Esse episódio já foi explicado. Há sempre a exploração política, mas a gente tem de se preparar para ver isso com naturalidade.

ÉPOCA – Em resposta à provocação de Ciro Gomes, o senhor pode dizer que livros o senhor leu recentemente?

Aécio – Posso dizer o que estou lendo agora: A saga brasileira, que recebi com uma dedicatória especial de minha ilustre conterrânea Miriam Leitão. Permite a uma nova geração de brasileiros compreender o que foi o período inflacionário.

ÉPOCA – Há muita curiosidade em relação a sua vida pessoal. Como está a vida familiar hoje?

Aécio – Não acho que isso interesse a muita gente. Minas mostrou de forma clara que as pessoas se importam com as realizações do homem público – claro que com um comportamento adequado. Levo uma vida serena, familiar, com minha filha e uma namorada. Sou um homem de bem com a vida.

ÉPOCA – O senhor pretende se casar de novo?

Aécio – Você está parecendo minha namorada. Vou falar para ela primeiro (*risos*).

“VOTEI NO CONGRESSO PELO ENDURECIMENTO DA LEI SECA E JÁ APLICAMOS EM MINAS. MEU EPISÓDIO COM O BAFÔMETRO JÁ FOI EXPLICADO”

quinta-feira, 27 de outubro de 2011

A CRONOLOGIA DA CRISE QUE DERRUBOU ORLANDO SILVA

15/10 – À “Veja”, o PM João Dias Ferreira conta como funcionaria um esquema que teria consumido R\$ 40 milhões do Programa Segundo Tempo, dirigido pela pasta. Dinheiro de propina – cobrada de ONGs interessadas em receber recursos do Esporte – iria para o PCdoB e teria financiado a campanha presidencial de 2006. Segundo João Dias, uma caixa com dinheiro do esquema foi entregue a Orlando Silva, na garagem do ministério, por Célio Soares Pereira, também do PCdoB. Não foi confirmada a denúncia da entrega da suposta propina ao ministro, mas as investigações da imprensa mostraram que grande parte das ONGs que receberam recursos era ligada ao PCdoB.

17/10 – A presidente Dilma Rousseff afirma que respeita o princípio da presunção de inocência. Orlando Silva transfere para Agnelo Queiroz, seu antecessor no comando da pasta, a responsabilidade pelo fato de o ministério ter fechado convênio com a ONG de João Dias. Diz também que vai processar seus acusadores, e que fica no cargo.

18/10 – Reportagem do GLOBO mostra que a CGU cobra, desde de 2006, R\$ 49 milhões usados irregularmente por ONGs só em convênios com o Ministério do Esporte. João Dias afirma que uma central de cobrança de propina foi instalada num escritório

dentro do Ministério do Esporte. Numa sessão de mais de quatro horas na Câmara, Orlando Silva se defende.

19/10 – No Senado, o ministro apresenta os mesmos argumentos expostos na Câmara e anuncia aos senadores que acionará a Advocacia Geral da União (AGU) para registrar uma queixa-crime por calúnia contra João Dias e Célio Soares Pereira. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afirma que pedirá abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar suposta participação de Orlando e do governador Agnelo Queiroz em desvio de dinheiro do Segundo Tempo. Hoje, já existe um inquérito no Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre Agnelo. João Dias presta depoimento na Polícia Federal. Diz que Orlando recomendou que ele comprasse quimonos de uma das empresas de Miguel Santos de Souza. Relatório da Operação Shaolin – investigação sobre as supostas fraudes das ONGs de João Dias – informa que são “fantasmas” algumas das empresas de Miguel Santos. Elas foram usadas para fornecer notas fiscais frias a ONGs financiadas pelo Segundo Tempo, entre elas as de João Dias. O policial diz ainda que teve várias conversas informais com Orlando.

20/10 – Em sua passagem pela África, antes de embarcar para o Brasil, a presidente Dilma Rousseff criticou o “apedrejamento moral” contra qualquer pessoa, incluindo o ministro Orlando Silva. A presidente disse que quando chegasse ao país tomaria todas as medidas necessárias para apurar as denúncias e punir responsáveis por desvio de recursos no Ministério do Esporte.

21/10 – Após quase uma hora e meia de reunião com a presidente Dilma, Orlando é confirmado no cargo. Procurador-geral da República, Roberto Gurgel pede abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar o ministro e Agnelo Queiroz (PT), por crime de responsabilidade nas supostas irregularidades no programa Segundo Tempo. O ex-presidente Lula conversa, por telefone, com o presidente do PCdoB, Renato Rabelo, e pede para que o partido e Orlando resistam às pressões e não deixem o Esporte.

22/10 – A revista “Veja” publica nova reportagem com o policial militar João Dias. Ele teria contado com a ajuda de dois assessores do Ministério do Esporte – o assessor especial Fábio Hansen e o então chefe de gabinete Charles Rocha – para encontrar formas de escapar das investigações sobre desvio de verbas públicas. A conversa entre o PM e os funcionários da pasta foram gravadas.

23/10 – O ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, diz que, apesar da perma-

nência de Orlando Silva no Esporte, ainda não há uma posição definitiva do governo.

24/10 – Em depoimento à Polícia Federal, João Dias afirma que sete ONGs vão denunciar o esquema de propina no Ministério do Esporte. Ao todo, o policial espera arregimentar representantes de 20 entidades que teriam cometido fraudes no Programa Segundo Tempo. O PM entrega à PF 14 arquivos de áudio, um celular e uma relação de nomes de empresas beneficiadas pelo suposto desvio de verbas. O Ministério do Esporte anuncia abertura de sindicância para investigar a denúncia de que Fábio Hansen e Charles Rocha teriam atuado para encobrir irregularidades envolvendo João Dias e uma de suas ONGs.

25/10 – Enquanto Orlando Silva é “bombardeado” em mais um depoimento na Câmara, a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, abre inquérito para apurar suposta participação de Orlando em desvios de recursos do Segundo Tempo. O inquérito torna insustentável a situação de Orlando, e o PCdoB joga a toalha, aceitando a saída do ministro.

26/10 – Orlando Silva não resiste às pressões e entrega o cargo reafirmando sua inocência

Fonte: Jornal O Globo

MINISTRO DO ESPORTE CAI E É O 5º A SAIR SOB SUSPEITA

27 de Outubro de 2011

ABERTURA DE INQUÉRITO SOBRE ONGS SELA DESTINO DE ORLANDO SILVA SUBSTITUTO DEVE SAIR DO PC DO B

DE BRASÍLIA

O ministro do Esporte, Orlando Silva, 40, deixou ontem o governo, incapaz de resistir às pressões que sofreu desde que foi acusado de desviar dinheiro público para seu partido, o PC do B. Ele é o sexto ministro a cair desde a posse da presidente Dilma Rousseff, e o quinto a sair sob suspeita desde a queda do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, em junho. Em média, Dilma perdeu um ministro a cada 50 dias.

A presidente concluiu que a situação de Orlando tornou-se insustentável nas últimas horas, quando o Supremo Tribunal Federal autorizou a abertura de um inquérito para examinar irregularidades nos convênios feitos pelo ministério com ONGs na gestão de Orlando. A crise no Esporte começou há duas semanas, quando um policial que controla duas entidades que tiveram convênios com a pasta veio a público acusar Orlando e seu partido de corrupção.

Orlando e a cúpula do PC do B foram avisados da decisão de Dilma de afastá-lo logo cedo, no Palá-

cio do Planalto. Ele será substituído interinamente pelo secretário-executivo do ministério, Waldemar Souza. Entre os cotados para a vaga estão o presidente da Embratur, Flávio Dino, e os deputados Aldo Rebelo (SP) e Luciana Santos (PE), todos do PC do B.

MINISTRO SUBSTITUÍDO

Orlando Silva deixa o cargo após a série de acusações e desvios na pasta

ENTRANDO EM CAMPO

Orlando Silva, do PC do B, assumiu o Ministério do Esporte em 2006 no lugar de seu então colega de partido Agnelo de Queiroz

PONTAPÉ INICIAL DE CRISE

15.OUT

Começo de Jogo

O policial João Dias Ferreira, envolvido em um esquema de desvios no ministério, acusa Orlando de participar das fraudes. Um funcionário de Ferreira diz ter entregado dinheiro ao ministro

16. OUT Convocação

Chamado pelo Planalto para dar explicações. Orlando se reúne com Ideli Salvatti e Gleisi Hoffman e diz ser inocente

17 OUT Elemento surpresa

Ferreira diz ter sido duas reuniões na pasta em 2008: uma com Orlando, o que ele nega, e outra com assessores. Diz que recebeu proposta para não denunciar irregularidades

20. OUT Tempo técnico

De volta ao Brasil, Dilma se reúne com equipe e pede varredura em contratos. No dia seguinte, Presidência diz que Orlando fica no cargo

18 OUT Apoio da torcida

Ministro antecipa depoimento e vai à Câmara prestar esclarecimentos. Base usa evento para demonstrar apoio

MINUTOS FINAIS

22 OUT

Policial divulga gravação de reunião no ministério em que assessores tentaram ajudá-lo escapar de uma investigação

25 OUT

Folha revela que Orlando autorizou de próprio punho medida que reduziu a contrapartida para que a associação de policial recebesse verbas

Após aceitar pedido do Ministério público para abrir inquérito sobre o caso, Supremo Tribunal Federal ordena investigação em contratos da pasta

ONTEM

Apesar de negar as irregularidades Orlando Silva não resistiu à série de acusações e deixou o ministério.

Orlando sai, mas PCdoB fica

Ministro do Esporte, 5º a cair por denúncias de corrupção, deve ser substituído por Aldo

Doze dias depois da denúncia de desvio de recursos do Ministério do Esporte para irrigar campanhas eleitorais do PCdoB, Orlando Silva, que se considerava “indestrutível”, teve de deixar a pasta. A denúncia de que ele recebera propina não foi provada, mas os desvios de dinheiro público por ONGs ligadas ao PCdoB já tinham levado a Controladoria Geral da União a pedir a devolução de R\$ 49 milhões e o Supremo Tribunal Federal a abriu, anteontem, inquérito para apurar as acusações contra Orlando, que atingem também o ex-ministro do Esporte e atual governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT, ex-PCdoB). Estimulado pelo ex-presidente Lula, o PCdoB resistiu a aceitar a saída de Orlando, que era dada como certa desde a semana passada. Com a abertura do inquérito no STF, porém, a situação dele ficou insustentável. Mesmo assim, o partido conseguiu manter a pasta, o que provocou críticas pesadas da oposição. Hoje o presidente do PCdoB, Renato Rabelo, vai se reunir com a presidente Dilma, e eles devem anunciar o nome do deputado Aldo Rebelo. Ex-presidente da UNE como Orlando, Aldo sofreu resistências por sua atuação como relator do Código Florestal, mas já teria sido escolhido. Orlando é o sexto ministro demitido na gestão Dilma, sendo o quinto por denúncias de corrupção. Segundo a Procuradoria Geral, as investigações sobre Orlando vão continuar, agora no STJ. Páginas 3 e 14 e editorial “Caso PC do B põe fisiologismo em xeque”

Justiça cobra R\$ 203 milhões do grupo ligado ao ex-juiz Nicolau.

ENTREVISTAS

Para cientistas políticos, tirar Orlando mas manter PCdoB é fazer faxina com “política suja” pela coalizão.

NUNCA ANTES NESTE PAÍS

O GLOBO 27/10/2011

A queda de seis ministros nos primeiros dez meses de um presidente eleito pelo povo é inédita no Brasil. Cinco caíram por suspeita de corrupção

OS QUE SAÍRAM POR ESCÂNDALOS

Antonio Palocci

(Caiu no dia 7 de junho)

O ex-ministro-chefe da Casa Civil deixou o cargo no dia 7 de junho em meio a enorme pressão para explicar como seu patrimônio foi multiplicado por 20 entre 2006 e 2010

Wagner Rossi

(Caiu no dia 17 de agosto)

Nomeado em junho para a direção da Conab, Oscar Jucá Neto, o Jucazinho, autorizou um pagamento para uma suposta empresa de fachada. Irmão de Romero Jucá, líder do governo no Senado, ele foi demitido. Dias depois, a "Veja", Jucazinho disse que na Conab "só tem bandido" e acusou o então ministro da Agricultura, Wagner Rossi, de envolvimento em irregularidades. A "Veja" publicou matéria sobre o lobista Júlio Fróes, que seria amigo de Rossi e próximo de Milton Ortolan, então secretário-executivo da pasta. O lobista teria um escritório clandestino na Agricultura. Ortolan caiu. O "Correio Braziliense" mostrou que Rossi e o seu filho, o deputado estadual Baleia Rossi (PMDB-SP), pegaram carona no jatinho da empresa Ourofino Agronegócio, que obteve do ministério licença para fabricar vacina contra a febre aftosa. Em 17 de agosto, Rossi caiu

ORLANDO SILVA (Caiu no dia 17 de agosto)

Herança do governo Lula, o ministro do Esporte foi alvo de denúncias de corrupção. A "Veja", o policial militar João Dias – ex-militante do PCdoB e preso ano passado acusado de participação em desvios no Esporte – contou como funcionava um esquema que teria consumido R\$ 40 milhões do programa Segundo Tempo, dirigido pela pasta. Segundo o PM, haveria uma central de propina – cobrada de ONGs interessadas em receber recursos do Esporte – no ministério, com cobrança de 10% a 20%. Ainda de acordo com João Dias, uma caixa com dinheiro do esquema foi entregue a Orlando Silva na garagem do ministério por Célio Soares Pereira, também do PCdoB. Célio confirmou ter levado R\$ 1 milhão até a garagem. Orlando sempre negou e isso não foi provado

Mais do que o suposto recebimento de propina, porém, as denúncias de corrupção revelaram que verbas do Ministério do Esporte eram repassadas para ONGs controladas pelo PCdoB para, supostamente, abastecer campanhas eleitorais. A CGU está cobrando a devolução de R\$ 49 milhões repassados em convênios assinados com o ministério. O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu inquérito para investigar as denúncias contra Orlando

Alfredo Nascimento

(Caiu no dia 6 de julho)

Após reportagem do GLOBO sobre o crescimento de 86.500% do patrimônio do filho de Alfredo Nascimento, ele foi demitido por Dilma em 6 de julho, mesmo dia também em que a "IstoÉ" mostrou que ele e o deputado Valdemar Costa Neto, do PR, usavam dinheiro público para atrair deputados ao partido. Dias antes, a "Veja" mostrara esquema de superfaturamento e propina nos Transportes. Houve pelo menos outras 30 quedas no 2º escalão da pasta, como Luiz Antonio Pagot, então diretor-geral do DNIT

Pedro Novais

(Caiu em 14 de setembro)

As denúncias que derrubaram Pedro Novais, do Turismo, envolvem contratos milionários, regalias como passagens aéreas bancadas por ONGs, assinaturas de atestados falsos e lanches no valor de R\$ 4 milhões. O titular da pasta teria utilizado serviços de funcionários públicos para fins particulares. Também foi divulgado que o ex-ministro havia pedido à Câmara o ressarcimento de R\$ 2.156, dinheiro usado para pagar a conta de um motel em São Luís. A crise na pasta incluiu ainda uma operação da PF que prendeu 36 pessoas suspeitas de desviar recursos por meio de emendas parlamentares

CAIU PORQUE FALOU DEMAIS

Nelson Jobim

(Caiu no dia 5 de agosto)

Em junho, em homenagem aos 80 anos de FFI, Jobim, então ministro da Defesa, disse que era obrigado a conviver com idiotas; depois, afirmou que se referia a jornalistas. Mais tarde, disse que tinha votado no tucano José Serra em 2010. A "Piauí", afirmou que Ideli Salvatti (Relações Institucionais) é "muito fraquinha" e que Gleisi Hoffmann (Casa Civil) "nem sequer conhece Brasília". Mas o que mais teria incomodado Dilma foi a informação sobre a conversa que tiveram sobre a ida de José Genoino para a Defesa: "Quem sabe se ele pode ou não ser útil sou eu", teria dito Jobim

27 de outubro de 2011

LAUDO DE EXAME DOCUMENTOS CÓPIO

2. Assim, no primeiro documento com o cheque número 900007, no valor de R\$179.187,50, em confronto com sua respectiva Nota Fiscal de número "0002", cuja o nome: "Guarimiro Comércio e Serviços", foram detectadas convergências gráficas não só formais como em relação a grafia prática de diversas letras minúsculas, tais como: "m", "n", "o", "l", "s", "t", "r", "a", "c", "i", "o", "n", "e", "s", "c", "o", "r", "t", "e", "s", "d", "o", "s", "e", "t", "c", "e", "t", "c", (também indicando um único ponto para ambos preenchimentos do cheque e da Nota Fiscal.

Brasília, 25 de outubro de 2011.

Maurício José da Cunha
Maurício José da Cunha
Perito

Uma perícia técnica nas prestações de contas de um convênio no Ministério do Esporte indica que o representante de uma organização não governamental (ONG) fez o cheque e também preencheu a nota fiscal em nome de quem vendeu à entidade o produto destinado ao projeto do governo.

A pedido do **Estado**, o perito criminal federal Maurício José da Cunha, professor de criminalística e documentoscopia da Academia Nacional do Departamento de Polícia Federal, analisou os documentos. Ele apontou que o mesmo punho escreveu os valores e datas em cheques do Instituto Pró-Ação e notas fiscais de empresas fornecedoras do Projeto “Pintando a Cidadania”.

Ou seja, quem pagou fez a nota fiscal de quem vendeu. “Conseguiu-se detectar as características dos grafismos não só quanto ao aspecto formal como quanto a sua formação genética em vários algarismos, letras isoladas e em palavras completas indicando um mesmo punho para os preenchimentos de cada cheque pesquisado com sua respectiva nota fiscal”, diz o laudo.

Na segunda-feira, o **Estado** revelou que pelo menos R\$ 1,3 milhão em cheques da conta corrente do convênio do Instituto Pró-Ação com o Ministério do Esporte foi parar em contas de empresas fantasmas. O convênio foi assinado pelo secretário nacional de Esporte Educacional, Wadson Ribeiro. Há cheques de R\$ 364 mil, R\$ 311 mil, R\$ 213 mil, R\$ 178 mil, R\$ 166 mil e R\$ 58 mil. O dono de uma empresa disse que “arranjou” a nota fiscal para um amigo.

As cópias dos cheques e das notas fiscais extraídas do convênio do ministério e são referentes às empresas Contemporânea Comércio e Serviços e Guerreiro Comércio e Serviços, que aparecem como contratadas. A primeira recebeu R\$ 817 mil e a segunda, R\$ 178 mil. Ambas não têm endereço fixo.

Com 40 anos de experiência na área, o perito Maurício José da Cunha analisou um cheque e uma nota fiscal no valor de R\$ 178.187,50 emitido pela ONG à empresa no dia 21 de maio de 2010. “Foram detectadas convergências não só formais como em relação a gênese gráfica de diversas letras isoladas, em palavras inteiras, em algarismos isolados e na formação de números, tais como o próprio valor 178.187,50 confrontados com o valor da respectiva nota fiscal.”

Foram também periciados o cheque e a nota fiscal no valor de R\$ 213.254,94 emitido pelo Instituto Pró-Ação para a Contemporânea. A conclusão foi a mesma. Por fim, o perito diz que “tudo indica” que a mesma pessoa escreveu todos os cheques e notas fiscais relacionados a essas empresas. O dono do Instituto Pró-Ação, Zilmar Moreira, disse que vai averiguar

o caso, mas negou envolvimento em irregularidades. “Nós cumprimos com nossa obrigação no convênio”.

Convênio está em fase de prestação de contas, diz pasta

A assessoria do ministério informou que, se o teor da reportagem for confirmado, tomará providências. A pasta disse que poderá convocar o Instituto Pró-Ação, oficial às secretarias Distrital e Estadual de Fazenda sobre a validade das notas, dar ciência à polícia, avaliar as despesas no parecer final da prestação de contas e dar ciência das iniciativas ao Ministério Público. Resaltou ainda que o convênio com a ONG está em fase de prestação de contas. “Na análise das prestações de contas, como a que está sendo feita no caso deste convênio, esse e todos os outros preceitos legais são rigorosamente observados.”/L.C

TROCA NA ESPLANADA – O Estado de S. Paulo

Orlando liberou material esportivo para João Dias

Quinta-feira, 27 de outubro de 2011

Dois ofícios assinados pelo ex-ministro, em 2006, beneficiaram a entidade mantida pelo PM e delator do esquema de desvios de verbas

Leandro Colon

Felipe Recondo/Brasília

Agora ex-ministro do Esporte, Orlando Silva enviou pessoalmente e assinou de próprio punho no fim de 2006 dois ofícios endereçados diretamente ao policial militar João Dias Ferreira, delator de esquema de corrupção no Ministério do Esporte. Ao assinar o documento, obtido pelo Estado, Orlando Silva liberou material esportivo para a ONG do policial que até então tocava o Programa Segundo Tempo no Distrito Federal.

“É com grande satisfação que autorizo o encaminhamento à Vossa Senhoria de materiais esportivos confeccionados em penitenciárias brasileiras e em comunidades reconhecidamente carentes”, disse Orlando no ofício 3099 de 30 de outubro de 2006. Hoje, ele classifica João Dias de “bandido” e “criminoso”.

O assunto da carta é “liberação de material esportivo”. Naquele dia, foram liberados 5 mil calções, 5 mil camisetas, 5 mil bonés, centenas de bolas e redes para a ONG de quem hoje acusa Orlando Silva de participar de um esquema de desvios de recursos no Esporte.

No dia 13 de dezembro do mesmo ano, um outro ofício, de número 3373/2006, também assinado por Orlando Silva, reitera o anterior e acrescenta a liberação de mais 100 camisetas do Programa Segundo Tempo.

Os dois ofícios mencionam o nome de João Dias e a Associação João Dias de Kung Fu-Desporto e Fitness, com sede no Distrito Federal.

O ministro e sua equipe no ministério acusam João Dias de fraudar a execução e a prestação de contas do projeto. Na época dos ofícios, o policial militar tinha contrato para aplicar o Segundo Tempo no DF. O convênio mencionado nos documentos recebeu cerca de R\$ 922 mil.

Dias tem dito que, naquele ano de 2006, o dinheiro do seu convênio também foi parar no pagamento de despesas da campanha eleitoral do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que concorria a reeleição.

O Ministério do Esporte diz que o policial de desviou pelo menos R\$ 3 milhões dos cofres do governo por meio de dois convênios entre 2005 e 2007. Dias nega as acusações e alega que sofre retaliação do ministério porque não quis pagar uma suposta propina de 20% que o PC do B, partido que comanda a pasta, cobraria dentro do Programa Segundo Tempo.

Encontro. Em sua defesa, Orlando Silva alegou que só o encontrou uma vez, ainda na gestão anterior à sua, do hoje governador do Distrito Federal, o petista Agnello Queiroz. Já João Dias Ferreira tem declarado que teve uma reunião informal com o comunista em março de 2008 para discutir a cobrança que o ministério fazia contra ele.

Segundo Dias, Orlando teria proposto um acordo para que o esquema de corrupção não fosse denunciado. O delator ainda afirma que soube de uma entrega de dinheiro do esquema para Orlando na garagem do próprio ministério. O seu funcionário Célio Soares Pereira teria dado a ele uma caixa cheia de notas de R\$ 100 ex-ministro nega a acusação.

Dias foi preso no ano passado na Operação Shaolin, que investigou seus convênios com o ministério. O Estado procurou a assessoria do ministério para explicar os motivos desses ofícios, mas não houve retorno até o fechamento desta reportagem.

Silêncio. Segundo Dias, ex-ministro Orlando Silva propôs um acordo para que ele se calasse.



MINISTÉRIO DO ESPORTE

Brasília, 30 de outubro de 2006.

Às duas grandes instituições que atuam no desenvolvimento e na promoção de atividades físicas e esportivas em todo o Brasil, o Ministério do Esporte, por meio do Departamento de Esportes, no âmbito do Programa "Natação e Lutas/Academia", para atender a ASSOCIAÇÃO JOÃO DIAS DE KUNG-FU DESPORTO E FITNESS-NOBILITAMENTO, constante n.º 11/006, firmado com este Ministério ao Programa Segundo Tempo, com o intuito de qualificação e as especificações dos seus representantes;

Atenciosamente,

ORLANDO SILVA DE JESUS MENEZES

Atendente do Ministério do Esporte

Delator do esquema desiste de ir à Câmara

No dia em que o ministro do Esporte, Orlando Silva, perdeu o cargo, o seu acusador desistiu de fazer as denúncias contra ele na Câmara. “Considero que os últimos acontecimento referentes à crise no referido ministério esvaziaram o propósito de meu comparecimento” afirmou João Dias Ferreira em carta enviada ao presidente da comissão, deputado Sérgio Brito (PSC-BA).

A ausência do delator provocou reação do PC do B. “O acusador mostra que não tem provas” disse Osmar Júnior (PI). A oposição também se mostrou decepcionada. Deputados do PSDB e do DEM passaram até a chamá-lo de “bandido”, como ex-ministro/ Eduardo Bresciani e Vannildo Mendes

**MOTORISTA DIZ TER SIDO
AMEAÇADO DUAS VEZES**

Célio Soares, que afirma ter entregue R\$ 1 milhão ao ministro, acusa pessoas ligadas a ONGs

O GLOBO 26/11/2011

BRASÍLIA. O motorista Célio Soares, uma das principais testemunhas dos supostos desvios de dinheiro do Ministério do Esporte, afirmou ontem que recebeu ameaças de agressão de duas pessoas ligadas a Organizações Não Governamentais (ONGs) suspeitas de envolvimento em irregularidades. Uma das tentativas de coerção teria partido do irmão de um político petista de Brasília. A outra ameaça teria como origem um homem que teria relações com a ONG Instituto Liga de Futebol Society. Em entrevista ao GLOBO ontem, o motorista reafirmou ter levado R\$ 1 milhão para o ministro do Esporte, Orlando Silva, que nega com veemência.

Soares está intimado para depor hoje na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara. O motorista disse que os dois responsáveis pelas ameaças estiveram na casa dele em Sobradinho, na semana passada. Como não encontraram o motorista, os dois teriam deixado com familiares recados ameaçadores. Desde então, Soares não anda sozinho. Só se movimenta em Sobradinho, cidade-satélite de Brasília, na companhia de amigos. Soares foi motorista de Fredo Ebling, ex-candidato a deputado federal pelo PCdoB e um dos principais aliados de Orlando no partido.

— Um ficou lá em casa e falou para minha mãe que eu não sabia onde eu estava entrando. Que eu ia me lascar todinho. O outro também ficou lá meia hora me esperando. Falou para eu tomar cuidado por onde eu estaria entrando. Deixou esse recado com a menina que trabalha lá em casa — disse Soares, em entrevista gravada.

**Célio diz que usou credencial
para entrar na garagem do ministério**

Esta é a primeira vez que Célio Soares rompe o silêncio que se auto-imps após declarar à revista “Veja”, há duas semanas, que tinha levado R\$ 1 milhão para Orlando Silva na garagem do ministério. Numa longa conversa, o motorista reafirmou que recolheu e levou uma caixa de dinheiro para o ministro em novembro ou dezembro de 2008. Ele teria recolhido o dinheiro com dirigentes de ONGs beneficiadas pelo programa Segundo Tempo a mando de Fredo e, em seguida, transportado o dinheiro numa caixa de papelão até a garagem do ministério.

Ele relata que entrou na garagem do ministério com uma credencial fornecida por Fredo, parou o carro ao lado do carro oficial do ministro e, em pouco tempo, entregou a encomenda. O motorista do ministro teria ajudado a carregar a caixa do porta-malas de um carro para o outro. Segundo ele, a ajuda era necessária para evitar que o peso do dinheiro arrebentasse a caixa.

— Levei um R\$ 1 milhão em notas de R\$ 50, R\$ 100. Parei do lado, descí, abri o porta-mala do carro, peguei o dinheiro. O motorista abriu o porta-mala do carro oficial. Fui eu quem botou com a ajuda do motorista — disse Soares.

Segundo ele, o motorista estava no banco de trás do carro e perguntou pela saúde de Fredo. O militante do PCdoB teria contraído uma virose e não pode comparecer ao compromisso com o ministro.

— Só perguntou se o Fredo estava melhor. Falei : “tá melhorando” — disse.

O motorista sustenta ainda que, a pedido de Fredo, recolheu o dinheiro com dirigentes de ONGs. Ele diz ter recebido R\$ 200 mil do ex-jogador de futebol Toni Matos e de Hilton, ex-funcionário do Ministério do Esporte. Ele teria recolhido ainda outros R\$ 300 mil com Geraldo Nascimento, apontado como um dos laranjas de seis empresas acusadas de fornecer notas fiscais falsas para dirigentes de ONGs.

Soares disse que recolheu o dinheiro próximo à sede da Associação Toni Matos, em Sobradinho. Ex-jogador ligado ao PCdoB, Matos tem vínculos com quatro ONGs financiadas com recursos do Ministério do Turismo. Procurado pelo GLOBO, o ex-jogador negou que tenha repassado dinheiro ao ministro.

— É tudo mentira. Não tem nada disso — disse Matos, segundo relato de uma funcionária da associação.

Procurados pelo GLOBO, os dois acusados por Célio pelas ameaças não foram localizados. Célio Soares tem 30 anos e seis filhos. Ele foi apresentado a Fredo em 2006 pelo policial João Dias Ferreira, delator de supostas fraudes no ministério. Soares trabalhou

para Fredo entre 2007 e 2008. Hoje, Célio Soares faz bico para um sindicato de jogadores de Sobradinho.

“Levei um R\$ 1 milhão em notas de R\$ 50, R\$ 100. Parei do lado, desci, abri o porta-mala do carro, peguei o dinheiro. O motorista abriu o porta-mala do carro oficial. Fui eu quem botou com a ajuda do motorista”

“Um ficou lá em casa e falou para minha mãe que eu não sabia onde eu estava entrando. Que eu ia me lascar todinho. O outro também ficou lá meia hora me esperando. Falou para eu tomar cuidado por onde eu estaria entrando. Deixou esse recado com a menina que trabalha lá em casa”

OPINIÃO

MUTAÇÃO

O IDEÁRIO básico do comunista é a expropriação da propriedade privada em nome do bem público.

DEVER TER passado por alguma mutação genética a ideologia de militantes do PC do B, para eles passarem a expropriar a propriedade pública com finalidade privada.

Oposição chama Orlando de ‘ministro ficha-suja’

Autor(es): agência o globo: André de Souza

O Globo – 26/10/2011

Abertura de inquérito no Supremo também dá força a opositoristas para pedirem saída do ministro do Esporte

André de Souza

BRASÍLIA. O discurso da oposição contra a permanência do ministro do Esporte, Orlando Silva, no cargo foi reforçado ontem pela abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal para investigar a suposta participação dele em desvios de recursos do Programa Segundo Tempo. O líder do PPS na Câmara, Rubens Bueno (PR), classificou Orlando como “ministro ficha-suja” e disse que sua permanência no comando da pasta se tornava impossível a partir da investigação no Supremo.

– Hoje, Orlando Silva é uma espécie de ministro ficha-suja – disse o deputado, salientando que a decisão do STF mostra a existência de um esquema de corrupção no Ministério do Esporte para irrigar os cofres do PCdoB, partido do ministro.

No debate, numa comissão da Câmara sobre Lei Geral da Copa, o líder do PPS voltou a instigar o ministro:

– Agora o ministro é investigado pelo STF. Não deveria estar sentado nessa cadeira, nesse instante, como ministro. Se tivesse ato de cidadania a seu governo e a seu país, deixaria o ministério enquanto as

investigações ocorrem e, nada sendo provado, vossa excelência voltaria.

No Senado, o líder do PSDB, Álvaro Dias (PR) disse que o governo e seus aliados não querem investigar coisa nenhuma, depois que a tropa governista derrubou na Comissão de Educação um requerimento em que ele pedia para ouvir servidores do Ministério do Esporte envolvidos nas denúncias de corrupção no ministério – o assessor especial Fábio Hansen e o ex-chefe de gabinete da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte Charles Rocha. Eles são flagrados em um áudio orientando o policial militar João Dias a se livrar das irregularidades de um convênio firmado entre a pasta e uma de suas ONGs. As ONGs do policial são acusadas de desviar R\$3,2 milhões do ministério.

No seu blog, João Dias protestou: “Se os parlamentares se recusam a investigar casos de corrupção, o melhor seria renunciar aos mandatos conferidos pelo povo, pois não se pode mais admitir tamanha omissão diante das inúmeras denúncias sobre desvio de dinheiro do contribuinte”.

ONGs beneficiam familiares de Orlando

Rede de organizações não governamentais ajudou militantes do PC do B, a mulher e o cunhado do ministro a receber dinheiro público

Convênios assinados pelo governo federal mostram que a família do ministro Orlando Silva (Esporte) e militantes do PC do B receberam verbas públicas transferidas pela pasta por meio de contratos firmados com uma rede de organizações não-governamentais (ONGs). No rastro da posse de Orlando Silva no Esporte, em abril de 2006, a mulher dele, Ana Cristina Petta, também arrumou um cargo de confiança no Ministério da Cultura.

A nomeação de Ana Petta como gerente da Secretaria de Políticas Culturais foi publicada em maio de 2006. A mulher de Orlando Silva recebeu R\$ 2.961,87 até junho, segundo o Portal da Transparência, que não registra outros pagamentos. Mas a passagem pelo governo federal azeitou os negócios públicos e privados e levou até a ONG Via BR, intermediária das relações com a família Orlando-Petta, a festejar. “Uma parceria de sucesso”, saudou o então secretário de Esporte de Campinas (SP), Gustavo Petta, sobre o evento promovido com o Instituto Via BR no município em novembro de 2009, prestigiado pelo cunhado de Petta, Orlando Silva, ministro do Esporte. A festa foi apenas um capítulo na complexa rede de relações entre a família de Orlando Silva, PC do B e ONGs.

A ONG Via BR, criada pouco tempo antes por “jovens com a perspectiva socialista”, seria contratada pelo Esporte menos de seis meses depois da festa da

“Virada Esportiva”, em Campinas. A Via BR teria 26 dias a partir da publicação do convênio no Diário Oficial para estimular a participação social na 3a Conferência Nacional do Esporte. Pelo trabalho, recebeu R\$ 272 mil.

Gustavo Petta, irmão de Ana Cristina Petta, mulher de Orlando Silva, havia sido convidado pelo ministro e cunhado a participar da organização dessa conferência. No mês seguinte à conferência que organizara, com a participação da Via BR, Gustavo Petta se lançaria candidato a deputado federal pelo PC do B.

A Contra Regras, que prestou serviços gratuitos à campanha de Petta, acabara de receber RS 83400 de convênio da Via BR com o Ministério do Esporte. A “doação” à campanha, acima dos valores permitidos por lei, seria condenada depois pela Justiça eleitoral. A Contra Regras levou multa e ficará sem contratos com o poder público, apesar da defesa feita pela advogada da Via BR, Camila Saad.

Os laços que unem a Via BR e a Contra Regras vão além dos negócios em Campinas e dos convênios selados com a União em 2010, um dos quais teve subcontratada a Hermana, empresa de Anna Petta. A ONG e a empresa dividem o mesmo endereço na rua Áurea, no bairro da Vila Mariana, em São Paulo, em prédio vizinho ao da Hermana.

Mais do que isso, seus dirigentes foram companheiros de Gustavo Petta na União Nacional dos Estudantes (UNE). Quando Orlando Silva assumiu o comando do Ministério do Esporte, em abril de 2006, Gustavo Petta presidia a UNE. No posto, criou o Centro Universitário de Cultura e Arte da entidade (Cuca), dos quais Vanessa Stropp e Tiago Alves eram coordenadores. Stropp também participou da União da Juventude Socialista (PCdoB).

Vanessa Stropp é a diretora– executiva da Via BR, ONG criada em fevereiro de 2009 a partir do ca-

dastrado fiscal da Associação Maria Amor e Esperança (AMAE). É quem subcontrata a Contra Regras e também a Hermana para tocar convênios com os ministérios do Esporte e da Justiça.

Tiago Alves é diretor da Contra Regras e disse que conhece Vanessa Stropp “do movimento cultural”. Esse também foi o elo apresentado pela diretora do Instituto Via BR com Anna.

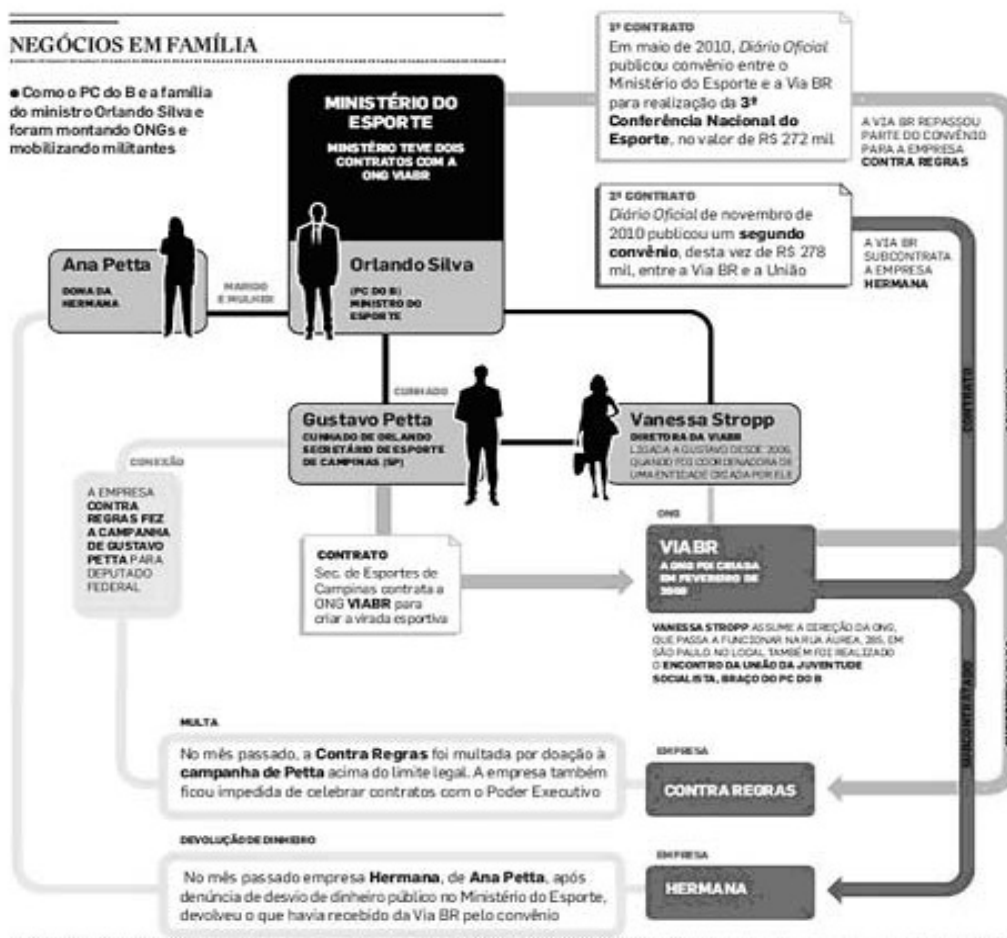
Outro lado. Menos de um mês depois de devolver RS 32,1 mil que recebeu do convênio da Via BR com a pasta da Justiça, Ana Petta afirmou desconhecer que a ONG ligada ao irmão havia recebido verbas do ministério do marido. O Esporte negou irregularidade. “O ministério não se pauta por decisões de cunho ideológico e age sempre em respeito às normas que regem as celebrações de convênios.”

Kassab dá incentivo fiscal a produção de Anna Petta

A atriz Anna Cristina Lemos Petta, de 33 anos, mulher do ministro do Esporte, Orlando Silva (PC do B), foi contemplada com incentivo fiscal de R\$ 79.196,40 pela gestão Gilberto Kassab (PSD) para fazer o curta-metragem Made In Brazil. O teto da Secretaria Municipal de Cultura para curtas é de R\$ 80 mil.

O projeto foi um dos seis selecionados ontem entre 305 inscritos no programa de incentivos ao cinema da Prefeitura. Quem patrocinar a produção poderá obter desconto em tributos municipais.

Apesar de ser aliado dos comunistas, para quem entregou a Secretaria de Coordenação da Copa de 2014, Kassab nega que a atriz tenha sido beneficiada. “A escolha foi técnica”, informou a Prefeitura. Procurada, Anna Petta não retornou as ligações do Estado.



E a 'piscina de Karina' fez água

Vereadora do PC do B obteve verba federal para parque aquático, mas obra está cheia de falhas

26 de outubro de 2011

Enquanto uma chuva de denúncias sobre repasses supostamente ilegais para ONGs ligadas ao PC do B põe em xeque o ministro Orlando Silva, a 'piscina da Karina' não enche nunca e dá margem a polêmicas e desconfianças dos 48 mil habitantes de Jaguariúna (SP).

A obra foi viabilizada pela vereadora e ex-jogadora de basquete Karina Rodrigues, do partido e das relações pessoais do ministro. Ela dirige a organização Pra Frente Brasil, que antes foi Bola Pra Frente, criada em 2003, agora sob suspeita do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Em sete anos, a ONG captou R\$ 28 milhões em recursos da pasta de Orlando – R\$ 12,9 milhões liberados só em 2010.

A piscina de Jaguariúna foi inaugurada no dia do aniversário da cidade, 12 de setembro, mas até agora

ninguém nela mergulhou porque a água se foi – depois da festa, as autoridades interditaram a área.

O problema é que, sem as devidas ligações e sem tratamento e bombas, a piscina foi enchida com caminhões-pipa. Com o volume d'água e a forte pressão, as paredes não suportaram e a água escoou pelas rachaduras. Em menos de dez dias, a 'piscina da Karina' praticamente secou.

A vereadora diz que não aceitava o fato de Jaguariúna oferecer uma só piscina a seus munícipes, por isso foi a Brasília reivindicar R\$ 350 mil para construir uma semiolímpica aquecida e outra, menor, para hidroginástica da terceira idade no Parque Serra Dourada.

“Esse dinheiro nem passou pela minha mão”, ela afirma. “Apenas fui a Brasília e no ministério falei com o secretário que libera recursos para prefeituras. Apresentei projeto, normal. Foi a única verba que consegui como vereadora.”

O dinheiro que Karina pleiteou logo veio e o Departamento de Licitação da prefeitura abriu concorrência, em setembro de 2010, na modalidade tomada de preços. A Pavimentadora e Construtora Viasol assumiu

a obra, orçada em R\$ 325,7 mil e com prazo de quatro meses para entrega. O contrato recebeu aditamento de R\$ 98,8 mil.

Contam pela cidade que, nos idos de 50 e 60, o local onde construíram o parque aquático era uma lagoa que foi aterrada com lixo doméstico, restos de cerâmica e de construção. A prefeitura informou que “os problemas foram causados por uma acomodação do terreno” e estima que “em cinco dias o serviço esteja totalmente concluído”. A Viasol não se manifestou.

“A construtora não é minha, a piscina não é minha”, diz Karina. “Quero investigação, pedi CPI. Na Câmara eu meti o sarrafo neles. Rachadura não é culpa minha, meti o pau no vazamento. A piscina é uma vergonha.”

Karina refuta suspeitas que cercam sua ONG. “As contratações eu faço com pregão presencial e ampla transparência. Eu não tenho tanta força no ministério. As coisas não são tão simples. Sabe quantas vezes almocei com o Orlando? Uma em cinco anos.”

secretário leva R\$ 33,5 mil ao voltar ao cargo

Ao retornar ao Esporte, depois de disputar e perder eleição, Wadson ganhou ‘ajuda de custo’

O secretário nacional de Esporte Educacional, Wadson Ribeiro (PC do B), recebeu R\$ 33,5 mil ao retornar ao ministério em março deste ano após disputar e perder as eleições de 2010 para deputado federal em Minas. Ele ganhou o dinheiro, equivalente a três meses do salário de R\$ 11,1 mil, como “ajuda de custo” para retornar à pasta, de onde saiu no ano passado para ser candidato.

Além dos R\$ 33,5 mil extras, ele ainda levou R\$ 6,1 mil como “colaborador eventual” do ministério entre fevereiro e março deste ano, quando estava desempregado após a derrota nas urnas.

Ex-presidente da UNE e homem de confiança do ministro Orlando Silva, Wadson era secretário executivo na gestão passada, o segundo cargo mais importante. Chegou ao governo em 2007 e foi exonerado no dia 30 de março de 2010 para ser candidato. Ao voltar em março de 2011, assumiu a Secretaria de Esporte Educacional, responsável pelo programa Segundo Tempo, foco de irregularidades.

O nome do secretário aparece na assinatura de convênios sob suspeita, tendo autorizado até a liberação de recursos para uma entidade de Juiz de Fora, seu reduto eleitoral, onde é pré-candidato a prefeito para a disputa de 2012. Em abril, ele foi à cidade distribuir kits do Segundo Tempo.

Wadson nunca concluiu um curso superior. Largou a faculdade de medicina para se dedicar à militância no PC do B.

Procurado pelo Estado, o Ministério do Esporte disse que se amparou na legislação do servidor público para justificar o repasse dos R\$ 33,5 mil para uma pessoa que apenas deixou o cargo de olho na disputa eleitoral e retornou após perder nas urnas.

“O valor referido foi pago como ajuda de custo referente a deslocamento e mudança, recebida no momento da nomeação para o cargo de secretário nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte, conforme prevê a legislação”, disse o ministério. Em relação aos R\$ 6,1 mil pagos antes da nova nomeação, a pasta informou: “O valor refere-se a diárias decorrentes de vindas ao ministério, a convite deste, como colaborador eventual, para tratar de temas do interesse desta pasta”.

Questionada pelo Estado, a Controladoria-Geral da União deu a seguinte resposta: “A legislação não impede a questão colocada, pois fala apenas no período mínimo de três meses. Apenas se ficar caracterizado que o órgão adota a prática de forma sistemática com a mesma pessoa, fica passível de responsabilização”.

O Estado mostrou na semana passada que Wadson assinou e renovou um convênio de R\$ 911 mil do Segundo Tempo que nunca saiu do papel com uma ONG de fachada. Após o Estado revelar a prorrogação do contrato, o Ministério do Esporte anunciou sua rescisão.

NACIONAL

Crise. STF autoriza início de investigação, solicitada pela Procuradoria-Geral da República, de suposto crime contra a administração pública; Orlando Silva afirma a integrantes de seu partido que está sendo ‘fritado’ pelo PT e abandonado pelo Palácio do Planalto

Supremo autoriza inquérito e situação de ministro se agrava; PC do B resiste

O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou ontem a abertura de inquérito para investigar denúncias de fraudes e desvios de recursos em convênios no Ministério do Esporte e agravou ainda mais a situação do titular da pasta, Orlando Silva (PC do B). Em conversas reservadas com dirigentes de seu partido, o ministro disse que se sentia “fritado” pelo PT e que seu sentimento era o de estar sendo abandonado pelo Palácio do Planalto.

A ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha determinou abertura de inquérito por suposto envolvimento de Orlando com crimes contra a administração pública. Ele passa a ser o primeiro ministro da gestão Dilma Rousseff sob investigação.

No fim da tarde de ontem, o presidente do PC do B, Renato Rabelo, foi chamado ao Palácio do Planalto para uma conversa com o chefe da Secretaria-Geral

da Presidência, Gilberto Carvalho. O ministro afirmou que a presidente Dilma Rousseff acompanhava atentamente as denúncias contra Orlando e manifestou preocupação com a avalanche de acusações contra ele.

“O quadro é de observância justa e preocupada”, resumiu Carvalho. Ele pediu ao PC do B que não abra fogo contra o PT, sob a alegação de que isso pode piorar as coisas. O governo esperava que Orlando fizesse mudanças rápidas na cúpula do ministério, na tentativa de dar uma resposta às denúncias de irregularidades. Auxiliares de Dilma agora têm dúvidas se ainda é possível reverter o quadro negativo com essa atitude.

Rabelo disse que o PC do B mantém o apoio ao titular do Esporte e não aceitará outro nome para ocupar a pasta. “Não podemos admitir um tribunal de exceção”, insistiu ele.

A ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha determinou abertura de inquérito para investigar Orlando Silva por suposto envolvimento com crimes contra a administração pública. Com a decisão, Orlando passa a ser o primeiro ministro do governo Dilma Rousseff sob investigação.

O PC do B também rejeita a hipótese de escambo político, na qual trocaria um ministério por outro. Na avaliação dos comunistas, entregar o cargo antes da reforma ministerial, prevista para janeiro, seria atestado de culpa.

Surpresa. A saída de Orlando, porém, é cada vez mais uma questão de tempo. O governo ficou surpreso com a rapidez com a qual o STF abriu inquérito para investigar denúncias de envolvimento do ministro em esquemas de corrupção no Esporte. Nos bastidores havia até mesmo suspeitas de que o procedimento era mais um capítulo do enfrentamento do Judiciário com o Executivo. Desde agosto, o Judiciário trava uma batalha com o governo porque a previsão de reajuste da categoria ficou de fora do Orçamento da União.

Na prática, porém, a investigação levou a crise para o Planalto. Na sexta-feira, quando deu um voto de confiança a Orlando, Dilma foi taxativa. “Vamos esperar os próximos acontecimentos”, disse ela. A presidente não gostaria de comprar uma briga com o PC do B agora, principalmente porque o partido continua ameaçando “detonar” o suposto esquema de fraude que teria sido montado por Agnelo Queiroz (PT), antecessor de Orlando no ministério e hoje governador do Distrito Federal. À época, Agnelo era do PC do B.

Ao participar ontem de audiência da comissão da Câmara que trata da Lei Geral da Copa, Orlando passou boa parte do tempo explicando denúncias. A tropa de choque governista que o acompanhou nos depoimentos da semana passada, na Câmara e no

Senado, estava ontem bastante reduzida, em mais um sinal de sua fragilidade política.

Supremo. “O inquérito está aberto porque houve pedido de investigação”, afirmou ontem a ministra Cármen Lúcia. Em seu despacho, ela também requisitou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) que encaminhe ao STF num prazo de 48 horas o inquérito que apura a suposta participação do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, com desvios de recursos públicos do programa Segundo Tempo, de incentivo à prática esportiva por crianças e adolescentes.

Após analisar o inquérito que tramita no STJ, a ministra decidirá se as investigações contra Orlando Silva e Agnelo Queiroz tramitarão juntas no Supremo. Ao abrir o inquérito no Supremo, Cármen Lúcia atendeu a um requerimento do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para quem os fatos noticiados são graves.

“Há fortes indícios de irregularidades na execução do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte, cujos recursos seriam desviados em proveito de integrantes do PC do B, entre os quais, supostamente, o ministro Orlando Silva e o governador Agnelo Queiroz”, sustentou Gurgel no pedido de investigação.

Além de requisitar a investigação que tramita no STJ, Cármen Lúcia deu um prazo de 10 dias para que o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) informem se foram instaurados procedimentos relativos a supostos desvios de recursos públicos do Programa Segundo Tempo.

A ministra também requereu ao Ministério do Esporte que forneça cópia integral dos procedimentos relativos aos convênios celebrados com a Federação Brasileira de Kung Fu, a Associação João Dias de Kung Fu, o Instituto Contato e a organização não governamental Bola pra Frente/Pra Frente Brasil.

O futuro do inquérito depende do procurador-geral, a quem cabe denunciar ou não os suspeitos. “O fato de começar as investigações não significa que vão ter prosseguimento. Depende do que o procurador-geral vai encontrar a partir de agora”, explicou Cármen Lúcia.

O advogado do ministro, Antonio Carlos de Almeida Castro, disse que “não há prova” contra ele. Segundo ele, o inquérito foi aberto somente com base em reportagens jornalísticas e representações da oposição.

Estratégia Os governistas prometem se ausentar e esvaziar hoje, na Câmara, o depoimento do PM João Dias Ferreira.

SEM INVESTIGAÇÃO

O que ocorreu com os ministros demitidos “Antonio Palocci

No mesmo dia que deixou; Casa Civil, a PGR arquivou a representação da oposição que pedia investigação de suposto enriquecimento ilícito

Wagner Rossi

Após uma série de denúncias de corrupção no Ministério da Agricultura, pediu demissão em 17 de agosto. A Polícia Federal decidiu indiciá-lo após a saída dele do cargo

Alfredo Nascimento

A CGU abriu inquéritos para investigar a gestão do ex-ministro dos Transportes e denúncia de superfaturamento em obras para o caixa do PR

Pedro Novais

Cúpula do Ministério do Turismo é presa pela PF e a GGU abre inquérito para apurar irregularidades. Ex-ministro não foi investigado.

e Outros casos

Henrique Meirelles

Em 2010, o STF aceitou pedir para abrir inquérito

Romero Jucá

Em 2007, foi formalmente denunciado ao STF

Eliseu Padilha

Em 2001, passou a ser investigado pela PGR

Quarta-feira, 26 de outubro de 2011 Valor

STF abre Inquérito para investigar denúncias contra Orlando Silva

O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu inquérito para investigar o ministro do Esporte, Orlando Silva, e as denúncias de desvios de dinheiro de programas sociais da pasta. A decisão foi tomada, ontem, pela ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, relatora do processo. Ela deferiu três das sete diligências que foram pedidas pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

A ministra determinou o envio de cópia ao STF do processo em tramitação no Superior Tribunal de Justiça (STJ) no qual o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, também é investigado por supostos desvios no Esporte, quando ocupou o cargo de ministro, entre 2003 e 2006. Ela deu 48 horas para o cumprimento dessa determinação.

Cármen Lúcia também autorizou que o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) informem se estão investigando o programa Segundo Tempo. Ela deu dez dias para que os dois órgãos prestem informações.

Por fim, a ministra determinou que o Ministério do Esporte informe, em dez dias, os procedimentos que adotou com relação aos convênios com a Federação Brasileira de Kung Fu, a Associação João Dias de Kung Fu, o Instituto Contato e a ONG Bola Pra Frente.

As entidades são suspeitas de desviar dinheiro através do programa Segundo Tempo.

Apesar de aceitar esses pedidos, a ministra negou outros quatro, que envolvem testemunhas: Ela achou que, por enquanto, não é urgente tomar o depoimento de Orlando e de Agnelo, que estariam no mesmo grupo de testemunhas. O mesmo vale para outras pessoas que foram agrupadas em grupos distintos, como o ex-policia João Dias, que denunciou Silva, e a ex-jogadora de basquete Karina Rodrigues, que também recebeu verbas do Segundo Tempo através de uma ONG.

Para Cármen Lúcia, a continuidade do caso “depende do que o procurador-geral da República vai encontrar a partir de agora”. “O fato de começarem as investigações não significa que vão ter prosseguimento”

Gurgel quer unir no STF todas as investigações envolvendo supostos desvios de verbas na Pasta. Isso facilitaria a apuração do caso, que teria uma condução única na justiça.

Hoje, as investigações estão separadas. Silva responde a inquérito no STF, enquanto Agnelo enfrenta investigação no STJ. A divisão deve-se ao foro privilegiado de cada um deles. Ministro de Estado só pode ser processado perante o Supremo, enquanto governadores são investigados no STJ. Mas, caso haja conexão entre os fatos sob apuração, todos serão investigados no Supremo.

Motorista diz ter sido ameaçado duas vezes

Célio Soares, que afirma ter entregue R\$ 1 milhão ao ministro, acusa pessoas ligadas a ONGs

BRASÍLIA. O motorista Célio Soares, uma das principais testemunhas dos supostos desvios de dinheiro do Ministério do Esporte, afirmou ontem que recebeu ameaças de agressão de duas pessoas ligadas a Organizações Não Governamentais (ONGs) suspeitas de envolvimento em irregularidades. Uma das tentativas de coerção teria partido do irmão de um político petista de Brasília. A outra ameaça teria como origem um homem que teria relações com a ONG Instituto Liga de Futebol Society. Em entrevista ao GLOBO ontem, o motorista reafirmou ter levado R\$ 1 milhão para o ministro do Esporte, Orlando Silva, que nega com veemência.

Soares está intimado para depor hoje na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara. O motorista disse que os dois responsáveis pelas ameaças estiveram na casa dele em Sobradinho, na semana passada. Como não encontraram o motorista, os dois teriam deixado com familiares recados ameaçadores. Desde então, Soares não anda sozinho. Só se movimenta em Sobradinho, cidade-satélite de Brasília, na

companhia de amigos. Soares foi motorista de Fredo Ebling, ex-candidato a deputado federal pelo do PCdoB e um dos principais aliados de Orlando no partido.

– Um ficou lá em casa e falou para minha mãe que eu não sabia onde eu estava entrando. Que eu ia me lascar todinho. O outro também ficou lá meia hora me esperando. Falou para eu tomar cuidado por onde eu estaria entrando. Deixou esse recado com a menina que trabalha lá em casa – disse Soares, em entrevista gravada.

Célio diz que usou credencial para entrar na garagem do ministério

Esta é a primeira vez que Célio Soares rompe o silêncio que se auto-impôs após declarar à revista “Veja”, há duas semanas, que tinha levado R\$ 1 milhão para Orlando Silva na garagem do ministério. Numa longa conversa, o motorista reafirmou que recolheu e levou uma caixa de dinheiro para o ministro em novembro ou dezembro de 2008. Ele teria recolhido o dinheiro com dirigentes de ONGs beneficiadas pelo programa Segundo Tempo a mando de Fredo e, em seguida, transportado o dinheiro numa caixa de papelão até a garagem do ministério.

Ele relata que entrou na garagem do ministério com uma credencial fornecida por Fredo, parou o carro ao lado do carro oficial do ministro e, em pouco tempo, entregou a encomenda. O motorista do ministro teria ajudado a carregar a caixa do porta-malas de um carro para o outro. Segundo ele, a ajuda era necessária para evitar que o peso do dinheiro arrebentasse a caixa.

– Levei um R\$ 1 milhão em notas de R\$ 50, R\$ 100. Parei do lado, desci, abri o porta-mala do carro, peguei o dinheiro. O motorista abriu o porta-mala do carro oficial. Fui eu quem botou com a ajuda do motorista – disse Soares.

Segundo ele, o motorista estava no banco de trás do carro e perguntou pela saúde de Fredo. O militante do PCdoB teria contraído uma virose e não pode comparecer ao compromisso com o ministro.

– Só perguntou se o Fredo estava melhor. Falei: “tá melhorando” – disse.

O motorista sustenta ainda que, a pedido de Fredo, recolheu o dinheiro com dirigentes de ONGs. Ele diz ter recebido R\$ 200 mil do ex-jogador de futebol Toni Matos e de Hilton, ex-funcionário do Ministério do Esporte. Ele teria recolhido ainda outros R\$ 300 mil com Geraldo Nascimento, apontado como um dos laranjas de seis empresas acusadas de fornecer notas fiscais falsas para dirigentes de ONGs.

Soares disse que recolheu o dinheiro próximo à sede da Associação Toni Matos, em Sobradinho. Ex-jogador ligado ao PCdoB, Matos tem vínculos com

quatro ONGs financiadas com recursos do Ministério do Turismo. Procurado pelo GLOBO, o ex-jogador negou que tenha repassado dinheiro ao ministro.

– É tudo mentira. Não tem nada disso – disse Matos, segundo relato de uma funcionária da associação.

Procurados pelo GLOBO, os dois acusados por Célio pelas ameaças não foram localizados. Célio Soares tem 30 anos e seis filhos. Ele foi apresentado a Fredo em 2006 pelo policial João Dias Ferreira, delator de supostas fraudes no ministério. Soares trabalhou para Fredo entre 2007 e 2008. Hoje, Célio Soares faz bico para um sindicato de jogadores de Sobradinho.

OPNIÃO

MUTAÇÃO

O IDEÁRIO básico do comunista é a expropriação da propriedade privada em nome do bem público.

DEVE TER passado por alguma mutação genética a ideologia de militantes do PCdoB, para eles passarem a expropriar a propriedade pública com finalidade privada.

Folha de S. Paulo

Ministro ajudou ONG sob suspeita em novo contrato

Ato assinado por Orlando beneficiou entidade de policial que hoje o acusa

O ministro do Esporte, Orlando Silva, autorizou de próprio punho uma medida que beneficiou uma organização não governamental do policial militar que hoje o acusa de comandar um esquema de desvio de dinheiro público.

Em julho de 2006, Orlando assinou um despacho que reduziu o valor que a ONG de João Dias Ferreira precisava gastar como contrapartida para receber verbas do governo, permitindo que o policial continuasse participando de um programa do ministério.

A medida foi autorizada mesmo depois de auditorias internas terem apontado os primeiros indícios de fraude nos negócios do policial com o ministério, num período em que ele ainda mantinha relação amistosa com o governo.

Os documentos obtidos pela Folha são os primeiros a estabelecer uma ligação direta entre Orlando e o policial.

O ministro está no centro de uma crise há dez dias, desde que Ferreira afirmou que os desvios nos convênios das ONGs com o Esporte serviam para alimentar os cofres do PC do B, partido que controla o ministério desde 2003.

Orlando diz que não conhece o policial e o acusa de mentir para se defender contra as cobranças que

passou a sofrer mais tarde para devolver os recursos que suas ONGs receberam do governo.

Em julho de 2006, Orlando assinou um ofício que reduziu exigências e fixou em 6% a contrapartida da Associação João Dias num convênio com o ministério do Esporte.

O percentual era inferior ao que vinha sendo exigido pela pasta nos contratos com outras ONGs do Distrito Federal, que na época tinham que entrar com 30% em média, de acordo com levantamento feito pela Folha.

Era mais baixo, até mesmo, do que a contrapartida exigida pelo Esporte no primeiro convênio assinado com outra ONG do policial (Federação Brasileira de Kung Fu). Firmado um ano antes, em 2005, esse contrato previa índice de aplicação de recursos, por parte da entidade, de 22%.

O primeiro convênio do policial com o ministério foi reprovado pela área de fiscalização da pasta em abril de 2006, três meses antes de Orlando assinar o despacho que ajudou o policial a ganhar outro convênio com o governo.

A fiscalização do ministério constatou várias irregularidades na execução do primeiro convênio e vetou sua renovação. Para contornar o problema, o policial reapresentou o projeto com outra ONG, a Associação João Dias.

O documento obtido pela Folha mostra que Orlando liberou o novo convênio e definiu a contrapartida menor, de 6%. É uma prerrogativa do ministro conceder ou não esse tipo de benefício para as ONGs nesses casos.

Em seu despacho, Orlando argumenta que fixou a taxa em 6% para atender a uma sugestão da área técnica do ministério, mas o parecer dos técnicos não faz nenhuma sugestão e diz apenas que o ministro tinha autoridade para decidir o que fazer.

Em dezembro de 2007, vistorias feitas pelo ministério descobriram que a Associação João Dias também fraudou o segundo convênio. Foi aí que o policial começou a brigar com o ministério.

Em abril de 2008, Ferreira se reuniu com assessores de Orlando Silva para tentar resolver os problemas com suas prestações de contas.

Depois disso, o ministério demorou mais de um ano para enviar informações solicitadas pela Polícia Militar do Distrito Federal para subsidiar uma sindicância aberta para investigar os negócios do policial.

OUTRO LADO

Pasta diz que Orlando seguiu parecer técnico

DE BRASÍLIA

O Ministério do Esporte afirmou que Orlando Silva reduziu o índice de aplicação de recursos pela ONG porque a área técnica foi favorável, além da “indicação da prerrogativa do ministro de reduzir a contrapartida”.

O parecer da área técnica afirma que, com o “poder discricionário do ministro de reduzir a contrapartida”, submetia a minuta do convênio com a entidade para consideração dos superiores.

O documento, contudo, não sugere que o valor de contrapartida deve ser alterado e não cita os valores iniciais a serem reduzidos.

O Manual de Convênios da pasta de 2006 recomendava, para aquele ano, de 10% a 20% para entidades do Distrito Federal.

De acordo com o ministério, não havia um valor mínimo ou máximo a ser exigido de ONGs nos convênios firmados em 2006, tampouco uma contrapartida inicial.

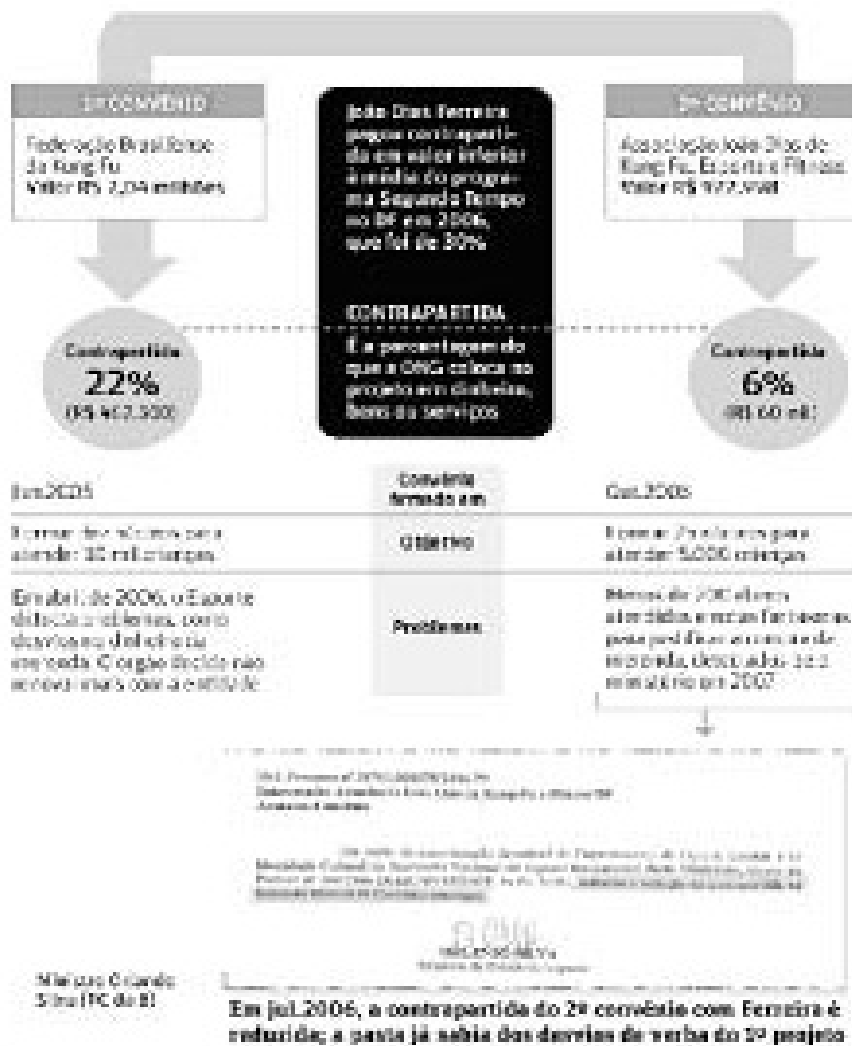
“Em 2006, a Lei de Diretrizes Orçamentárias não exigia oferta de contrapartida, e os percentuais ficavam a critério das partes.”

Segundo o Ministério, como não havia a exigência de contrapartida, “reproduziu-se no caso o procedimento adotado em convênios com entidades públicas”.

Sobre a obtenção pela ONG de contrapartida menor que a média, a pasta disse que “não havia obrigação de equiparação dos percentuais de contrapartida”.

O MINISTRO E O PM
João Dias Ferreira, à época
filhado ao PC do B, fez dois
convênios com o Esporte:

Petista João Dias
Ferreira, dono das
ONGs que recebe-
vam recursos



O Estado de S. Paulo 25/10/2011

Cunhado de Orlando deixa comando de pasta em Campinas

Petta nega relação com denúncias envolvendo ministro e diz que saída foi decidida pelo PC do B por questões locais

O prefeito de Campinas, Pedro Serafim Júnior (PDT), exonerou o secretário de Esportes e Lazer, Gustavo Petta, filiado ao PC do B e cunhado do ministro Orlando Silva. A exoneração foi publicada ontem no Diário Oficial do Município. Serafim Júnior assumiu a prefeitura na sexta-feira, no lugar de Demétrio Vilagra (PT), afastado temporariamente pela Câmara, enquanto durar a Comissão Processante que vai apurar supos-

to envolvimento do petista em esquema de corrupção da Sanasa, empresa de saneamento de Campinas.

Petta sustentou que a decisão de entregar os cargos foi tomada pelo PC do B na quinta-feira à noite e informada ao novo prefeito na sexta-feira. E negou relação com as denúncias de esquema de propina no programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte.

O PC do B de Campinas divulgou em nota que a decisão foi pautada exclusivamente pela conjuntura municipal. "Eu encarei a exoneração como algo natural", disse Petta ontem ao Estado. "Tentar ligar isso à conjuntura do ministro do Esporte é forçar a barra."

A Câmara de Campinas aprovou na quarta-feira requerimento de convocação de Petta para prestar esclarecimentos sobre recebimento e repasse de verbas do Ministério do Esporte nos últimos cinco anos. O autor dos requerimentos, vereador Campos Filho (DEM),

afirmou ontem que mesmo fora do cargo o ex-secretário fica “convidado” a dar sua versão.

Campanha. Conforme revelou o Estado no sábado, Ana Cristina Lemos Petta, mulher de Orlando Silva e irmã do ex-secretário, é dona da empresa Hermana, que manteve contrato com a ONG Via BR, entidade comandada por filiados do PC do B. A Via BR subcontratou também a empresa Contra Regras Arquitetura e Desenvolvimento de Projetos – que recebeu da União R\$ 105 mil, por meio dos dois convênios. A Contra Regras também participou da campanha de Petta a deputado pelo PC do B, no ano passado. A empresa doou os serviços para Petta. Campinas foi o terceiro no ranking dos municípios que mais receberam dinheiro do Esporte neste ano (R\$ 4,9 milhões).

Delator diz que 20 ONGs querem expor esquema

Em novo depoimento, João Dias entregou documentos, 13 áudios, um celular e mídias que, a seu ver, comprovam desvios de recursos públicos

Em novo depoimento, que durou mais de quatro horas, João Dias Ferreira disse ontem à Polícia Federal que pelo menos 20 organizações não governamentais (ONGs) estariam dispostas a delatar o esquema de arrecadação de propina que o PC do B teria montado no programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte. Os representantes das entidades, segundo o PM, vão depor nos próximos dias.

Como havia prometido no primeiro depoimento, na semana passada, Dias entregou documentos, 13 áudios, um celular e mídias que, a seu ver, comprovam os desvios de recursos públicos. O material será submetido à perícia da PF. Entre as mídias estão dois áudios, transcritos na edição da revista Veja desta semana, nos quais dirigentes do ministério instruem o policial a fraudar documentos de prestação de contas de convênios firmados entre a pasta e duas ONGs que ele dirige.

Segundo o policial, nenhum dos áudios contém a voz do ministro Orlando Silva e nenhuma das provas o atinge diretamente. Mas Dias considera ser impossível que o titular da pasta não soubesse do esquema. “Se ele não sabia, como alega, não devia se considerar ministro, porque as exigências eram feitas por assessores diretos, dentro do ministério e em nome dele”, argumentou. “O próprio secretário executivo dele me atendeu para dar instruções em seu nome.”

O esquema, detalhou Dias, incluía o pagamento, pelas ONGs conveniadas, de um pedágio de 10% a 20% para um escritório de consultoria e a contratação dos serviços de um cartel de seis empresas ligadas ao PC do B, indicadas pela cúpula do ministério. Pelo

menos 20% da verba dos convênios firmados com 300 ONGs, conforme o policial, eram desviados – parte desse dinheiro financiaria a estruturação do partido e campanhas de candidatos.

Nomes. “Fui vítima de chantagem e retaliações porque não aceitei as condições absurdas que me exigiam”, afirmou o delator, em entrevista. Além dessas ONGs, Dias deu à PF os nomes de outras dez entidades que, segundo ele, aceitaram as condições para obter verba do Segundo Tempo. As ONGs, para não serem retaliadas ao prestar contas, teriam de comprar produtos e serviços de um pool de seis empresas, segundo o delator.

Dias deu à PF os nomes das empresas: Infinita Comércio, Linha Direta, JG, Transnutre, HS e Capte Comércio. Todas serão intimadas a prestar esclarecimentos à PF.

Além das ONGs que se propõem a depor espontaneamente, Dias fez referência a outras dez entidades que afirma ter certeza de que aceitaram pagar o preço ao PC do B para obter contratos. Cinco são de Brasília – Liga de Futebol Society, Associação Nossa Senhora Imaculada, Instituto Novo Horizonte, Fundação Toni Matos e Associação Gomes de Matos -, uma de Santa Catarina – Instituto Contato – e a ONG fluminense Viva Rio. O PM ainda incluiu nessa lista três entidades da Bahia, mas sem revelar seus nomes.

A Viva Rio reagiu prontamente à citação. Confirmou ter participado do Segundo Tempo em 2006, mas negou qualquer irregularidade. “Nunca nem sequer recebi qualquer proposta de propina. Isso não tem cabimento”, disse o diretor executivo da ONG, Rubem César Fernandes.

Segundo ele, o convênio acabou ainda antes dos Jogos Pan-Americanos, em 2007, e a prestação de contas foi feita. Fernandes não pretende interpelar o PM para que confirme a acusação. “É maluquice”, afirmou.

Assessores. Pelas acusações de Dias, o esquema seria operado dentro do ministério por assessores diretos de Orlando, entre eles o chefe de gabinete, o secretário executivo, o secretário de Esportes Educacionais e os chefes de áreas técnicas e jurídica.

No front externo, os operadores da arrecadação, segundo ele, seriam o ex-presidente regional do PC do B Apolinário Rebelo, irmão do deputado Aldo Rebelo (SP), e o dirigente Fredo Eberling. Ambos já negaram a acusação. A PF não divulgou o teor do depoimento e informou, pela assessoria, que ainda não fechou o calendário de intimações.

Orlando tem negado sistematicamente as acusações, feitas a seu ver por um “bandido” e “desqualificado”. Dias retrucou no mesmo tom: “Estou provando quem é o bandido desqualificado”. Disse também que,

após a devassa que a PF fará nos convênios, haverá um efeito dominó. “Fui prejudicado porque não quis rezar na bíblia deles e não aceitei as fraudes, mas agora não vou parar. Isso aqui é só um pedacinho dessa caixa preta que nós estamos abrindo.”

Convênio entre o Ministério do Esporte e a Prefeitura de Campos do Jordão foi assinado em 2006 pelo ministro Orlando Silva, que na ocasião disse que só com ações como essa ‘conseguiremos equipar e capacitar o País para sediar grandes competições internacionais’

Obra de centro esportivo, paralisada em 2007, recebeu R\$ 1,37 mi da União

Projetado para fornecer infraestrutura ao esporte brasileiro em modalidades olímpicas e paraolímpicas, o Centro de Treinamento de Esportes de Alto Rendimento de Campos do Jordão, a 175 km de São Paulo, está longe de ficar pronto para servir de apoio na preparação de atletas para os jogos de 2016. Apenas três pessoas trabalham na obra que deveria ter sido entregue no fim de 2007, de acordo com nota do próprio Ministério do Esporte divulgada em 2006, e já recebeu o R\$ 1,37 milhão previsto.

Financiada com recursos do governo federal, por meio de contrato de repasse com o Ministério do Esporte e a prefeitura, a obra está paralisada desde 2007 por problemas com as empresas vencedoras da licitação, segundo o Executivo local. Só há dois meses foram retomados os trabalhos, que ainda assim já consumiram R\$ 800 mil, segundo a prefeitura. Três operários trabalham de segunda a sexta-feira. Cavalos pastam livremente na imensa área reservada para o projeto.

O projeto do Centro de Treinamento foi assinado pelo ministro do Esporte, Orlando Silva, em 2006, e inclui participação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que será responsável pelo uso do espaço como centro de pesquisa científica e tecnológica na área do esporte.

Dados do Portal da Transparência, do governo federal, mostram o repasse do R\$ 1,37 milhão para a Prefeitura de Campos do Jordão e a previsão de R\$ 733 mil de contrapartida. A última liberação foi de R\$ 1 milhão, em dezembro de 2006. A vigência do convênio é até 26 de dezembro deste ano. O Departamento de Convênios (Deconv) da prefeitura confirma que recebeu da União R\$ 1,3 milhão.

“O centro será referência para receber atletas de alto nível. É por meio de ações como essa que conseguiremos equipar e capacitar o País visando a sediar grandes competições internacionais, como a Olimpíada de 2016”, disse Orlando, na assinatura do convênio, segundo reportagem no site da pasta.

Depois da fase inicial de infraestrutura, com obras de terraplenagem, abertura de ruas e tubulações de água e esgoto, o projeto ficou parado desde 2007. Nesse período, a área destinada ao alojamento de 80 atletas serviu para criação de cabritos de moradores vizinhos. O local ainda guarda o cheiro forte das fezes dos animais, encontradas por todo o prédio. Um cômodo, fechado com madeira, serve de abrigo para parte do material básico de construção.

Do lado de fora do alojamento, um registro com defeito derrama água dia e noite. Na parte baixa do terreno, no barracão improvisado para servir de sanitário para os operários, uma mangueira estourada jorra água permanentemente.

Em um dos espaços em que a terraplenagem já está pronta, caminhões estão despejando o barro retirado das obras de implementação da rede de esgoto da cidade. No platô projetado para ser um ginásio coberto, as águas da chuva abriram imensas valas no terreno. As pistas de bicicross e de mountain bike sumiram no meio do mato.

A falta de planejamento e o desperdício de verba pública são visíveis na construção do refeitório. Paredes de alvenaria foram demolidas, e o entulho despejado ao lado do prédio. A tubulação de energia elétrica, que deveria ser subterrânea, está exposta ao tempo nas valas abertas.

De acordo com o caseiro Mauro Zeferino, 50 anos, que mora em um sítio há 18 anos em frente à área destinada ao centro, os operários passam dias sem material básico para o trabalho.

“Na primeira parte da obra, em 2007, eram 16 pessoas, agora são só 3. Sempre eles reclamam que estão sem material”, afirma. O criador de cavalos Edvaldo Souza, 45 anos, confirma o descaso: “O pessoal aí vive sem material para trabalhar, por isso que nunca sai nada. Acho que isso foi só uma enrolação. Não tenho esperança de ver isso pronto”.

Obra fantasma. As sinalizações turísticas próximas à Ducha de Prata – um dos pontos mais visitados da cidade – apontam aos turistas o caminho do futuro Centro de Treinamento Esportivo, localizado a 8 km do portal de entrada da cidade. A expectativa de encontrar um centro para atletas de alto rendimento é frustrada assim que se avista uma placa, em meio ao matagal, mostrando o valor da obra: R\$ 2.102.871,39.

“Quando as pessoas perguntam onde é o centro de treinamento eu mostro: ‘É isso aí que você está vendo’”, diz o caseiro Zeferino.

Para o casal paulista Denise e Carlos Laubé, que desde 2007 visita a área na expectativa de ver pronto o centro de treinamento, “é um sentimento de desolação

esse pouco caso, um absurdo, uma pena” encontrar o local totalmente abandonado.

Ministério admite atraso e atribui controle a prefeitura

O Ministério do Esporte confirmou na noite de ontem a liberação de R\$ 1,37 milhão para a construção de um centro de treinamento em Campos do Jordão e informou que a responsabilidade pela execução da obra é da prefeitura. “O ministério fiscaliza e controla através de contrato com a Caixa Econômica Federal”, disse a assessoria da pasta.

O ministério, assim como a prefeitura, admitiu atraso nas obras por problemas de licitação e disse que a Caixa aprovou a nova concorrência em setembro, permitindo o reinício do trabalho.

Segundo a Prefeitura de Campos do Jordão, a empresa vencedora da licitação “não quis iniciar as obras sob o pretexto de o recurso ser insuficiente” e a segunda colocada só assumiria o serviço se houvesse aditamento de cerca de R\$ 800 mil.

“Houve a rescisão do contrato e realinhamento do plano de trabalho, junto ao governo federal, e a terceira (empresa, a Fasul) está executando as obras”, afirmou Sônia Beraldo, gerente municipal de convênios.

A Prefeitura de Campos do Jordão informou que, dos R\$ 800 mil efetivamente gastos, R\$ 500 mil saíram dos cofres federais e R\$ 300 mil do Tesouro municipal. O restante do repassado continua em conta vinculada na Caixa. A prefeitura disse ainda que pretende, no total, aplicar R\$ 1,4 milhão na obra – o dobro da contrapartida contratual.

O Ministério do Esporte informou ainda que existem no País oito centros de treinamento de alto rendimento, dos quais apenas um é subsidiado pela pasta e está em pleno funcionamento, o Complexo Esportivo de Deodoro, no Rio de Janeiro. / G.M.

O PROPINODUTO DAS ONGS

Criadas para solucionar a ineficiência do poder público, as organizações não governamentais se tornaram um dreno de dinheiro estatal

Uma promessa de solução à inoperância e burocracia do Estado conquistou a opinião pública brasileira em junho de 1992, quando representantes de mais de nove mil ONGs discutiram o futuro ecológico do planeta com 108 presidentes da República no mesmo tom de voz. Realizada no Rio de Janeiro, a ECO-92 mostrou a força do terceiro setor. Cidadãos desvinculados de causas partidárias tinham na iniciativa privada a principal fonte de recursos. Situação bem diferente do cenário atual. Hoje, 55,7% dessas instituições operam graças a transferências de dinheiro público. Entidades fantasmas, aparelhamento político, desvios de recursos e outras ações pouco republicanas viraram práticas as-

sociadas às organizações não governamentais. Não à toa, da crise do governo Collor, no caso LBA, até a gestão de Dilma Rousseff, as ONGs ocupam posição de destaque nas tramas de corrupção.

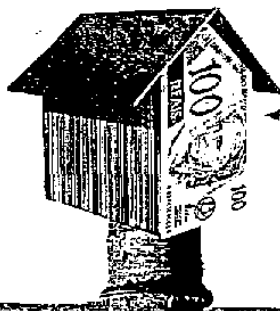
Em setembro, ISTOÉ começou a trazer à tona os desvios de verba no Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte. A reportagem mostrou que as ONGs permanecem como uma verdadeira caixa-preta. Faltam dados primários, como quantas existem e quanto dinheiro movimentam. A última pesquisa abrangente realizada sobre o tema foi feita em 2006 pelo IBGE. Foram identificadas 338 mil instituições do gênero. Atualmente, estima-se que este número já tenha ultrapassado as 400 mil. É como se houvesse uma entidade para cada 475 pessoas. A falta de transparência também se reflete nas transferências de recursos. Não há dados oficiais sobre a soma dos montantes repassados pelos governos municipais, estaduais e federal. Esse ambiente obscuro é um prato cheio para as práticas escusas. “As ONGs ocupam papel de destaque nos casos de assalto à máquina pública”, constata Gil Castello Branco, do Contas Abertas. Só a Controladoria-Geral da União identificou irregularidades em 387 entidades apoiadas com dinheiro federal. ISTOÉ teve acesso a uma relação com sete delas, destacadas como inadimplentes pela CGU. Há repasses de diversos ministérios. A Associação de Alfabetização Solidária recebeu, por exemplo, verbas da pasta da Educação. Já a Associação de Reposição Florestal do Piauí foi contemplada com recursos da Integração Nacional.

Nos últimos 16 anos, a expansão das atividades desempenhadas pelas ONGs foi tão notável que o governo federal repassou mais de R\$ 70 bilhões às entidades sem fins lucrativos. O problema é que, em vez de se submeterem a licitações, elas são contratadas por chamamento, possibilitando que políticos e partidos direcionem o processo. Depois de assinados, os convênios dificilmente passam por uma auditoria que investigue se o plano de trabalho, elaborado na fase inicial, está sendo realizado. E, por último, grande parte da prestação de contas não é analisada ou sequer entregue. Há uma fila com milhares de contratos esperando análise no Tribunal de Contas de União (TCU).

Pressionado pela repercussão dos recentes escândalos, o governo começou a se mexer. Segundo o ministro da Controladoria-Geral de União, Jorge Hage, a partir de agora, nenhum repasse será feito para entidades que não tenham pelo menos três anos de experiência na atividade pleiteada. Haverá também uma convocação pública para selecionar os convênios e a obrigatoriedade de que os ministros assinem os contratos antes do repasse de verbas. “O governo vai ver o currículo, a folha corrida e a experiência. Se tiver ficha suja, não participa”, assegura Hage.

-ABRAJET - MT

A seccional de Mato Grosso da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo está na lista das entidades inadimplentes por não apresentar a documentação sobre gastos em eventos e viagens patrocinadas

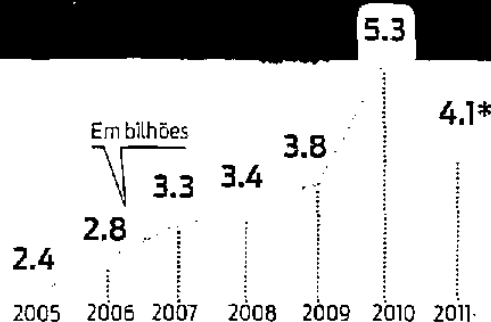
**← AlfaSol**

A Associação de Alfabetização Solidária está na lista das inadimplentes por não comprovar a execução dos serviços pelos quais recebeu. Apenas entre os anos de 1999 e 2006, foram R\$ 337 milhões, dos quais restavam em aberto, até o final do ano passado, R\$ 4,4 milhões.

ORGANIZAÇÕES BEM GOVERNAMENTAIS

Repasses federais a ONGs superam os bilhões

Transferências do governo federal a entidades sem fins lucrativos



Fonte: CGU.
Os valores de 2011 foram calculados em cima de estimativas. Entre os valores disponibilizados às entidades sem fins lucrativos estão repasses a fundações de apoio a universidades e a partidos políticos

“A COISA FUGIU DO CONTROLE”

Havia tempo se sabia que o Ministério do Esporte, um território comandado pelo PCdoB desde o primeiro ano do governo Lula, se transformara numa verdadeira fábrica de moeda para os cofres de entidades ligadas aos comunistas. Na semana passada, VEJA trouxe uma entrevista com um dos gerentes dessa máquina de fazer dinheiro. Militante do partido, pelo qual chegou a se candidatar nas eleições de 2006, o policial João Dias Ferreira detalhou o funcionamento do esquema de corrupção que ele conhece muito bem — não por ouvir falar, mas por participar ativamente do processo desde a sua gênese. Dono de organizações não governamentais (ONGs) ligadas ao partido que receberam e desviaram 2 milhões de reais, ele contou em detalhes como o dinheiro do programa que deveria ajudar crianças pobres financiava as campanhas políticas do partido. E a grande novidade: que o ministro Orlando Silva não só sabia como planejou e se beneficiou dos desvios, inclusive recebendo caixas de dinheiro na garagem do ministério.

A denúncia do policial levou o ministro à lona e, aberta a contagem, ele tentou se reerguer, acusando seu acusador: “Estou estupefato, perplexo. Um bandido fala, e eu que tenho que provar que não fiz, meu Deus?”, disse ele, em entrevista a VEJA. A reação, porém, não foi suficiente. A presidente Dilma Rousseff, desde o início do governo insatisfeita com o desempenho de Orlan-

do à frente de um ministério que a cada dia agrega mais valor estratégico pelo papel de coordenação e organização da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016, instou o ministro a apresentar explicações mais convincentes. Ele bem que tentou. Por dois dias seguidos, foi ao Congresso se defender da metralhadora do policial. Comportando-se como se dirigisse um mosteiro e fingindo não ter nada a ver com o turbilhão de irregularidades do programa Segundo Tempo denunciadas repetidamente há mais de três anos e que já somam mais de 45 milhões de reais em desvios oficialmente comprovados, o ministro, ainda assim, insistiu na estratégia de desqualificar o denunciante, desafiando-o a apresentar provas.

VEJA teve acesso a uma reveladora conversa entre o policial João Dias e dois assessores do ministro Orlando Silva — e ela prova que o policial, classificado agora pelo ministro como “bandido”, gozava de inacreditáveis privilégios dentro do ministério. Privilégios que permitiam ao policial conversar abertamente sobre desvios de dinheiro. Privilégios que permitiam ao policial revelar inconfidências dos camaradas comunistas. Privilégios que permitiam ao policial ouvir confiden-

cias comprometedoras dos assessores. Privilégios que permitiam ao policial receber orientações sobre como enganar os órgãos de fiscalização do próprio ministério. Privilégios, enfim, inexplicáveis concedidos a alguém acusado de desviar dinheiro e concedidos por quem deveria zelar pela moralidade. A gravação, feita pelo próprio policial, mostra que fazia tempo que João Dias ameaçava contar o que sabia envolvendo o partido e seus figurões. Trata-se de uma reunião ocorrida em abril de 2008, que contou com a participação de Fábio Hansen, então chefe de gabinete da Secretaria de Esporte Educacional, que cuida do programa Segundo Tempo, e Charles Rocha, o então chefe de gabinete da secretaria executiva do ministério. Os dois, portanto, integrantes da cúpula da pasta e muito próximos de Orlando Silva.

João Dias estava preocupado com um documento encaminhado à Polícia Militar pelo ministério que o responsabilizava por irregularidades na execução do programa. Aquilo poderia custar-lhe o emprego. Os diálogos deixam claro que havia consenso entre as partes e que todos estavam ali para arrumar um jeito de salvar a pele do policial. “Eu só posso dizer a você duas coisas:

Ameaçados, assessores de Orlando Silva ajudaram o policial João Dias a se livrar de punição, inclusive orientando-o sobre como deveria enganar a fiscalização do próprio ministério

MA LONA
Orlando Silva chamou o seu acusador de “bandido”, mas não explicou por que o “bandido” recebia tratamento privilegiado no Ministério do Esporte

primeiro, nós vamos apurar que m... é essa, a coisa fugiu do controle e por isso estamos abrindo uma outra frente. Isso é um absurdo, está errado, antes de mais nada tá errado (...) Como é que você tá sendo cobrado em 3 milhões?”, diz Fábio Hansen na gravação. João Dias reclama da suposta traição e ameaça: “Nego tá querendo colocar a mão no ministro...”. “Porque se eu quisesse me livrar, pegar os caras certos, nós pegaríamos”, diz o policial. A reunião avançou noite adentro e teve momentos de tensão. “O que nós estamos tentando aqui é tentar remediar a m... que foi feita”, diz Fábio Hansen. O “remédio” para o problema ele detalha em outro trecho da reunião: “A gente pode mandar lá um ofício desconsiderando o que a gente mandou”, sugere Charles Rocha. Hansen completa: “Você faz três linhas pedindo prorrogação de prazo”. Depois recomenda que se processe uma fraude, apresentando um pedido de prazo “com data anterior à notificação”. “Imediatamente a gente faz isso, passa por fax, para o mesmo que foi encaminhado o outro, e a gente manda um portador entregar (...) na mesma hora”, diz Hansen. O roteiro foi seguido à risca. Quatro dias depois, o ministério enviou à PM um documento pedindo que o anterior fosse desconsiderado. Detalhe: o convênio cujo prazo para prestação de contas estava sendo prorrogado nessa artimanha havia vencido dois anos antes.

Com tudo resolvido, o clima da reunião ficou mais ameno — a ponto de surgirem confidências constrangedoras. O policial revelou que militantes sumiram com o dinheiro que deveria ter sido desviado para o partido. “O Fredo recebeu 800 paus nessa parada”, disse, referindo-se ao ex-deputado Fredo Ebling, dirigente do PCdoB apontado como um dos encarregados de coletar propina e entregá-la a Orlando Silva. João Dias não é contestado. Pelo contrário. A novidade provoca gargalhadas entre os convivas. Antes de terminar, Hansen, que continua como mandachuva do Segundo Tempo, faz uma revelação: “Nós conversamos com Agnelo hoje. O Agnelo estava indignado. O Agnelo nos chamou de moleques hoje. (...) O Agnelo ficou p., ficou indignado. Falou: ‘Vocês não sabem o estado em que está o João’”. Agnelo, àquela altura, já havia repassado o comando do ministério a Orlando Silva. Hoje, ele é o governador do Distrito Federal pelo PT e, segundo insinua seu sucessor, o verdadeiro responsável pelas irregularidades do programa.

Fábio Hansen não quis dar entrevista. O Ministério do Esporte informou que não havia intenção de proteger João Dias. Prova disso é que um terceiro documento informando sobre a abertura de uma auditoria nos convênios do policial foi enviado à PM — só que um ano e quatro meses depois da inexplicável, inacreditável e reveladora reunião. ■

CAMARADAS
Na reunião com João Dias Ferreira, o auxiliar de Orlando Silva confidenciou que recebeu uma ligação de Agnelo Queiroz pedindo em favor do policial. O ministro insinuou, em entrevista, que o esquema denunciado teria nascido na gestão do atual governador do DF

“Eu só posso dizer a você duas coisas: primeiro, nós vamos apurar que m... é essa, a coisa fugiu do controle e por isso estamos abrindo uma outra frente. Isso é um absurdo, está errado, antes de mais nada tá errado (...) Como é que você tá sendo cobrado em 3 milhões?”

Fábio Hansen, assessor do ministro Orlando Silva e ex-chefe de gabinete da secretaria nacional de Esporte Educacional

“Nós conversamos com Agnelo hoje. Agnelo estava indignado. O Agnelo nos chamou de moleques hoje. O Agnelo ficou p..., ficou indignado. Falou: ‘Vocês não sabem o estado em que está o João, o João está p...!’”

Fábio Hansen, assessor do Ministério do Esporte

TEMPO

Para saber primeiro

CORRUPÇÃO

COMUNISMO DE RESULTADOS

Como o ex-nanico PCdoB instalou-se no centro do poder e tornou-se um foco de escândalos no governo Dilma

O

Brasil sempre foi o país do futebol. Na última década, tornou-se também o país do petróleo e das Olimpíadas. Nas três categorias, reina um partido que saiu da clandestinidade nos anos 1980 para se acomodar no centro do projeto petista de poder. Após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002, o PCdoB foi recompensado por ter sido a única legenda, além do PT, a apoiá-lo em todas as suas tentativas de chegar ao Palácio do Planalto. Desde 2003, lideranças comunistas comandam o Ministério do Esporte e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), instâncias fortalecidas após a escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos e com a descoberta dos campos da camada pré-sal. Com o poder, veio a responsabilidade, seguida de denúncias de cobrança de propinas e desvio de recursos. Diante das mais graves suspeitas de corrupção de sua história, o PCdoB se defende em bloco e tenta não ser reduzido a um pastiche dos ideais da esquerda que sempre disse defender.

No Partido Comunista do Brasil, a regra é um por todos e todos por um. “O princípio básico da organização do PCdoB é o centralismo democrático (...) para a construção das orientações partidárias sob um único centro dirigente e no qual as decisões tomadas são válidas para todos”, diz a legenda nos documentos em que se define. Na crise que levou Orlando Silva às manchetes dos jornais devido a denúncias de desvio de dinheiro no Ministério do Esporte, seus quadros demonstram seguir à risca essa orientação. Numa mostra notável de disciplina e fidelidade, muitos foram à mídia e aos palanques para fazer a defesa enfática do ministro.

“Acompanho sua trajetória desde os 16 anos de idade, desde quando liderava a nossa juventude. O senhor já abriu seus sigilos, fiscal e telefônico. Não tem mais

que falar. Se o réu tem o que dizer, vá à PF, mostre as provas”, disse a deputada Manuela D’Ávila, pré-candidata à prefeitura de Porto Alegre. “O PCdoB está consciente de que é alvo de uma farsa de forças reacionárias e anticomunistas”, afirmou Nádea Campeão, presidente do diretório paulista. “O povo conhece o trabalho do ministro Orlando Silva e respeita as vitórias que ele vem ajudando o Brasil a alcançar”, disse o deputado federal Chico Lopes (CE).

A necessidade de defender um de seus principais quadros é uma realidade nova para um partido que esteve à margem do poder ao longo da maior parte de sua história. Criada em 1962 depois de um racha no antigo Partido Comunista Brasileiro, de 1922, a legenda passou décadas na clandestinidade. Nos anos 1970, patrocinou a Guerrilha do Araguaia, no sul ►

Tempo

CORRUPÇÃO

do Pará, onde perdeu 60 militantes. Engrossou a campanha pelas eleições diretas para a Presidência, nos anos 1980, e até hoje ostenta a foice e o martelo. Ao mesmo tempo que faz alianças com ruralistas, kassabistas e sarneyzistas, continua reverenciando Marx e Lênin. Vive, segundo a descrição encontrada em seu site, “uma das fases mais ricas” de sua história.

A fidelidade ao projeto de levar Lula à Presidência garantiu espaço e influência do partido no governo federal. “É como se o irmão mais novo e mais forte, o PT, tivesse de dar espaço para a turma mais velha e mais fraca, o PCdoB”, diz o cientista político Rui Tavares Maluf. Hoje o PCdoB ocupa três cargos de destaque no governo Dilma Rousseff. Além do Ministério do Esporte, tem o ex-deputado federal Haroldo Lima na ANP, e o também ex-deputado Flávio Dino na Embratur, autarquia responsável pela política nacional de turismo.

No início do governo Lula, o poder era menor, embora os cargos ocupados fossem praticamente os mesmos (a Embratur só foi entregue ao PCdoB na gestão Dilma). Em 2003, o Ministério do Esporte era uma pasta recém-desmembrada do antigo Ministério do Esporte e Turismo, considerado um dos menos importantes da administração. Comandada inicialmente por Agnelo Queiroz – também suspeito de irregularidades, ele trocava o PCdoB pelo PT e se tornaria governador do Distrito Federal (leia a reportagem na página 52) – a pasta só conquistou relevância política na gestão Orlando Silva, com a escolha do Brasil como sede da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016.

A ANP também gozava de pouca visibilidade até a descoberta de petróleo na camada pré-sal. Foi de suas operações que surgiram as primeiras denúncias de corrupção envolvendo o PCdoB. Em julho, EPOCA divulgou um vídeo em que assessores da ANP negociavam com a advogada de empresários o pagamento de propina para destravar processos de empresas de combustíveis.

As denúncias que envolvem Orlando Silva chamam a atenção para o estranho estilo comunista de administração: a pro-

ximidade suspeita entre políticos empregados no governo federal e organizações não governamentais também ligadas ao PCdoB (leia a reportagem na página 56).

A mistura entre atividades de governo, partidárias e ações da sociedade civil salta aos olhos na principal base política do Partido Comunista do Brasil, a União Nacional dos Estudantes (UNE). A entidade é há décadas um braço do partido, que a controla por meio do grupo União da Juventude Socialista (UJS). Desde 1991, o grupo elege sucessivamente os presidentes e a maior parte das diretorias da UNE. Isso se mostrou um ótimo negócio para a legenda. O movimento estudantil é a mais fecunda fonte de quadros para o partido. O próprio Orlando Silva e três dos 15 atuais deputados comunistas foram da UNE: Aldo Rebelo (SP), Luciana Santos (PE) e Manuela D’Ávila (RS). Outros três da bancada também vieram de entidades estudantis.

A UNE também já foi alvo de denúncias, mas não consta que qualquer uma tenha resultado em condenação. A última dizia respeito à compra da sede nacional do PCdoB, um prédio de sete andares e 3.400 metros quadrados no centro de São Paulo, por R\$ 3,3 milhões em 2008. Para pagá-lo, o partido usou R\$ 603 mil doados por uma empresa de intercâmbio estudantil que mantinha convênio com a UNE para a emissão da carteira internacional de estudante.

Nas urnas, a estratégia do PCdoB sempre foi concentrar esforços nas eleições para o Legislativo. Conseguiu deixar de ser um partido nanico – estigma que o marcava até 2002 – e crescer, devagar e sempre. Hoje tem dois senadores e 15 deputados, a 11ª bancada da Câmara, equivalente ao tamanho do PT em 1989, quando Lula disputou sua primeira eleição à Presidência.

O partido tem ainda atuação relevante no meio sindical. Seu braço no setor é a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), que reúne 533 sindicatos em todo o país. Trata-se da quarta maior central sindical do Brasil, atrás da Central Única dos Trabalhadores

(CUT), da Força Sindical e da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Os sindicatos na órbita do PCdoB representam cerca de 8% de todos os trabalhadores sindicalizados do Brasil, ou mais de meio milhão de pessoas. Contando as federações, associações e outros agrupamentos, a CTB reúne mais de 800 entidades.

Além da flexibilidade para alianças, dois movimentos marcaram a fase recente do PCdoB. O primeiro foi a tática de patrocinar candidaturas de figuras midiáticas. O exemplo mais vistoso disso é o cantor e apresentador de TV Netinho de Paula, atualmente vereador em São Paulo e pré-candidato à prefeitura. No ano passado, Netinho quase desbancou a petista Marta Suplicy na disputa por uma vaga no Senado. Há ainda o sambista Martinho da Vila, no Rio, a cantora Leôncio Brandão, eleita deputada estadual em São Paulo, e o ex-delegado Protógenes Queiroz, eleito deputado federal depois de ganhar notoriedade – e muitas críticas – ao liderar a investigação da Polícia Federal que chegou a prender duas vezes o banqueiro Daniel Dantas. “Não fica claro como se dá o processo de recrutamento dessas pessoas. Certamente não são as inspirações ideológicas”, diz o cientista político José Álvaro Moisés. “Isso dilui muito o perfil de um partido que se diz de esquerda.”

O segundo movimento recente que marca o PCdoB é a aliança liderada pelo deputado comunista Aldo Rebelo com a bancada ruralista no Congresso Nacional. Seu engajamento no tema foi tão forte que ele conseguiu destronar a senadora Kátia Abreu (PSD-TO) como principal defensora de abrandamentos na legislação ambiental. Do ponto de vista da história dos partidos que se dizem de esquerda, a aliança com o latifúndio foi mais uma inovação do PCdoB. Gosto pelo poder, denúncias de corrupção e ajustes ideológicos em favor do jogo político: nunca o PCdoB esteve tão longe da clandestinidade. ♦

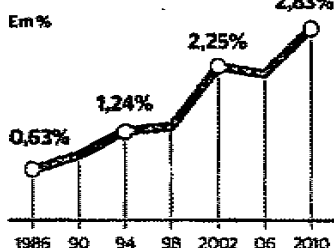
COMUNISTAS LÁ	Dilma Rousseff,
O ministro Orlando	em janeiro.
Silva na cerimônia de	O PCdoB também
posse da presidente	controla a ANP e a
	Embratur

O poder comunista

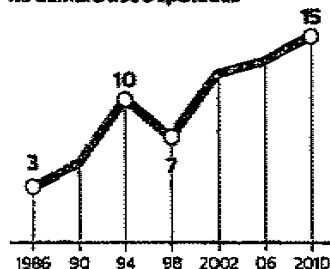
O PCdoB cresce devagar e sempre. Na última disputa, elegeu 15 deputados, o equivalente à bancada do PT em 1989, quando Lula disputou a Presidência da República pela primeira vez.

SUCESSO NA URNA

Votação obtida pelos candidatos do PCdoB em eleições para deputado federal



Cadeiras obtidas pelo PCdoB na Câmara dos Deputados



SENADORES

2000 1

2004 10

2008 41

DELEGADOS EM CONGRESSOS

2000 33.948

2004 69.638

2008 102.332

CRESCIMENTO

A sede do PCdoB em São Paulo, comprada em 2008 com doações de uma empresa parceira da UNE. O líder Renato Rabelo (ao alto), o presidente da ANP, Haroldo Lima, e o deputado Aldo Rebelo são os principais dirigentes da legenda.

Linha vermelha

Conhecido como o partido mais antigo do Brasil, o PCdoB passou anos na clandestinidade até chegar ao centro do poder.

1922 Sob influência soviética, nasce o Partido Comunista do Brasil , o PCB, no Rio de Janeiro.	1945 No fim da Segunda Guerra é reconhecida a legalidade do PCB. O partido elege 14 deputados.	1947 O registro do PCB é cassado. Os militantes trocam o nome para Partido Comunista Brasileiro .	1962 Contrariados com a linha do PCB, dissidentes adotam a denominação "do Brasil" e criam o PCdoB .	1972 Militantes do PCdoB iniciam a Guerrilha do Araguaia , no sul do Pará.	1973 O grupo político Ação Popular , de origem cristã, adere ao PCdoB.
1975 A ditadura aniquila a Guerrilha do Araguaia . A maioria dos combatentes é morta.	1985 Com o fim da ditadura, o PCdoB volta para a legalidade.	1989 O partido apoia Lula em sua primeira candidatura à Presidência.	2002 Com a vitória de Lula, o PCdoB elege 12 deputados e passa a integrar o governo.	2010 Apoia a campanha vitoriosa de Dilma, elege 15 deputados e conquista sua segunda vaga no Senado.	2011 O partido enfrenta a maior avalanche de denúncias de corrupção em sua história.

O jogo baixo no Ministério do Esporte

As denúncias de um policial contra o ministro Orlando Silva ressuscitam acusações que envolvem o governador Agnelo Queiroz, investigado no STJ pelas mesmas suspeitas de desvio de dinheiro público do Programa Segundo Tempo

Nos primeiros meses do ano passado, a política do Distrito Federal passou por uma crise sem precedentes. A Operação Caixa de Pandora, deflagrada pela Polícia Federal no fim de 2009, expôs uma rede de corrupção comandada pelo então governador, José Roberto Arruda (DEM), com consequências diretas na sucessão local. Arruda foi afastado do cargo e impedido de disputar a reeleição, o que aumentou as chances dos outros concorrentes.

Ganhou força a candidatura de Agnelo Queiroz, ex-ministro do Esporte, filiado ao Partido dos Trabalhadores pouco tempo antes, depois de duas décadas de militância no PCdoB. Quando ainda lutava dentro do PT para ser escolhido candidato a governador, Agnelo foi atingido por uma grave denúncia. No ano passado, a Polícia Civil do Distrito Federal concluiu uma investigação sobre desvios de verbas do Segundo Tempo, principal programa do Ministério do Esporte, em convênios firmados com duas entidades de kung fu. Ambas eram comandadas pelo policial militar João Dias Ferreira. As investigações apontaram indícios de envolvimento de Agnelo nas irregularidades dos convênios, como revelou *ÉPOCA* em maio de 2010. O inquérito da Polícia Civil tinha o depoimento de testemunhas que diziam ter entregado R\$ 256 mil em espécie a Agnelo.

Responsável pelo caso, o delegado Giancarlo Zuliani Júnior, da Polícia Civil, concluiu que, por envolver verbas do ministério, as investigações deveriam ser encaminhadas a autoridades federais. Zuliani sugeriu novas providências, entre elas o rastreamento dos telefones celulares de Agnelo e das pessoas com quem teria se encontrado na entrega do dinheiro. Em setembro deste ano, o procurador da República José Diógenes Teixeira pediu que o inquérito fosse transferido para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que comanda investigações contra governadores.

O caso ficou adormecido até a semana passada, quando o policial João Dias acusou o atual ministro do Esporte, Orlando Silva, de irregularidades na pasta, entre elas o recebimento de dinheiro desviado de convênios. No processo do STJ, no entanto, a autoridade mais envolvida nas acusações é Agnelo Queiroz. É a primeira vez que, nesse processo, o nome do atual governador aparece na Justiça Federal. Pesam contra ele as acusações de ter recebido os R\$ 256 mil e a proximidade com João Dias. Em viagem à Europa, Agnelo disse na semana passada que só teve relações políticas com João Dias nas eleições de 2006. Segundo o inquérito, porém, era mais que isso. Testemunhas descrevem festas em que Agnelo e João Dias estiveram juntos – como o aniversário de uma filha de Dias. Em nota a *ÉPOCA*, Agnelo afirma que, como político, sempre compareceu a festas de aniversário – e não se recorda de eventos específicos.

Gravações telefônicas autorizadas pela Justiça mostram que, nos momentos difíceis, João Dias sempre recorreu a Agnelo. Em uma das conversas, Dias pede sua ajuda para preparar sua defesa em um processo na Justiça. Segundo a polícia, Dias tinha uma ação civil pública em que o Ministério Público Federal cobra a devolução aos cofres públicos de R\$ 3,2 milhões desviados do Ministério do Esporte. Dias nega ter feito esse pedido. Ele diz que foi gravado quando pedia ajuda a Agnelo contra as “sacanagens” feitas para jogar em suas costas a responsabilidade pelos desvios de dinheiro do Segundo Tempo.

Não adiantou. Em abril de 2010, João Dias foi parar atrás das grades por causa dos desvios de dinheiro do Ministério do Esporte repassado a suas entidades. ▶

PASSADO SUSPEITO
O ex-ministro do Esporte e governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, diante de gráfito nas obras do Estádio Nacional, em Brasília. Ele não conseguiu se distanciar do escândalo em sua antiga pasta

De acordo com o relatório da polícia, na manhã do dia 5 de abril, após a prisão de Dias, sua mulher, Ana Paula Oliveira, tentou falar por três vezes com Agnelo – ela deixou recado pedindo a indicação de um advogado para seu marido.

Com a chegada de Agnelo ao governo, Dias sentiu-se prestigiado. Há 20 dias, porém, lançou o blog *Em Rota de Colisão*, em que fez ameaças ao governador e ao ministro Orlando Silva. Prometia denunciar os esquemas de corrupção no governo de Brasília. O que ele queria? “Fiquei revoltado com a demissão do Manoel Tavares da presidência da Corretora BRB (*banco do governo de Brasília*). Ele é meu amigo e saiu porque não concordou com a roubalheira”, disse Dias a *ÉPOCA*.

João Dias postou no blog a foto de um Honda Civic preto, com os dizeres “Carrinho que ainda vai assustar e abalar a estrutura política do Distrito Federal”. O que quis dizer com isso? “Foi por causa do Geraldo”, diz ele. Trata-se de Geraldo Nascimento de Andrade, principal testemunha contra Agnelo na acusação de recebimento de dinheiro. Sócio de uma das empresas usadas para desviar recursos do Ministério do Esporte, Geraldo confessou o crime, delatou seus parceiros e se tornou réu colaborador da Justiça. Em depoimento à polícia, disse que, entre os dias 7 e 8 de agosto de 2007, sacou o equivalente a R\$ 335 mil em uma agência do Banco de Brasília (BRB) para pagamento de propina. Desse dinheiro, ele diz ter colocado R\$ 256 mil em uma mochila. Acompanhado de Eduardo Pereira Tomaz – principal auxiliar de João Dias nos projetos

DIAS ACUSOU INTEGRANTES DO PCDOB PARA INTIMIDAR A FISCALIZAÇÃO A SUAS ONGS

O pedido de socorro

Gravações da Polícia Civil ligam Dias ao governador do DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES ESPECIAIS - DEPAE
DIVISÃO ESPECIAL DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - DECO



Da análise dos diálogos descritos nos itens 2.1, 2.2 e 2.4 do Relatório 058/10 - DECO, verifica-se que, na manhã do dia 05/04/10, ANA PAULA OLIVEIRA DE FARIA tentou falar por três vezes com AGNELO QUEIROZ, com o objetivo de solicitar a indicação de um advogado para defender seu marido na situação relacionada ao "Segundo Tempo".

Tais diálogos, somados às conversas descritas nos itens 5.20, 5.21, 5.22 e 5.26 do Relatório 045/10 - DECO, nas quais JOÃO DIAS FERREIRA pede o auxílio de AGNELO QUEIROZ para elaborar uma defesa no curso de uma ação civil pública promovida pelo Ministério Público Federal (relacionada ao Programa Segundo Tempo), demonstram uma predisposição por parte do ex-ministro no sentido de auxiliar JOÃO DIAS FERREIRA em problemas relacionados ao Programa Segundo Tempo.

PRÓXIMOS

O policial militar João Dias Ferreira (à dir.) e o relatório da polícia (acima). O texto mostra que a mulher de Dias pediu ajuda ao governador Agnelo Queiroz para livrar o marido de investigações sobre convênios com o Ministério do Esporte

pagos pelo programa Segundo Tempo -, ele diz ter entregado a mochila a Agnelo, em um estacionamento de uma concessionária de motos.

Apesar das ameaças, no depoimento que prestou à Polícia Federal, João Dias disse desconhecer o envolvimento de Agnelo com os problemas no Ministério do Esporte. Ele confirmou as denúncias contra Orlando Silva, mas disse a ÉPOCA não ter participado de entrega de dinheiro ao ministro. "Não entreguei e não vi. Quem me disse que por várias vezes entregou dinheiro para o ministro, inclusive na garagem do ministério, foi o Fredo (Ebling, dirigente nacional do PCdoB.) O Fredo vivia lá em casa, deitava no sofá e falava do esquema de arrecadação do PCdoB no

ministério", diz Dias. A ameaça de denunciar Fredo como responsável pela arrecadação de dinheiro do PCdoB, em Brasília, foi a principal arma de João Dias para tentar engavetar os relatórios de fiscalização do Ministério do Esporte contra suas ONGs. "Contesto todas as acusações. Só estive uma vez na casa de João Dias, em 2006, para deixar material de campanha, pois nós dois éramos candidatos", diz Fredo Ebling. "Nunca falei sobre arrecadação com ele e, depois da campanha, não estive mais com ele."

A pressão sobre Orlando Silva aumentou ao longo da semana passada. Na terça-feira, época.com revelou que uma empresa venceu na sexta-feira 14, com uma proposta R\$ 20 milhões

mais cara, uma licitação para a compra de uniformes no programa Segundo Tempo. Muitas novidades sobre o caso ainda deverão vir à tona. ÉPOCA descobriu que Agnelo é citado em outro inquérito da Polícia Civil, que apura desvios de dinheiro em convênios firmados entre a ONG Novo Horizonte, dirigida por Luiz Carlos Coelho de Medeiros, e os ministérios do Esporte e da Ciência e Tecnologia. Uma testemunha disse à polícia que Agnelo favoreceu a Novo Horizonte como forma de retribuir o apoio financeiro de Medeiros nas eleições de 2006, quando Agnelo foi candidato ao Senado pelo PCdoB. Estagnadas por mais de um ano, as investigações agora tendem a avançar na Justiça. ♦

O GLOBO

Domingo, 23 de outubro de 2011 • 2ª edição

NA MARCA DO PÊNALTI

Comunistas crescem à sombra do poder

PCdoB, partido que está no centro de mais um escândalo, fortaleceu-se ao lado do PT

Sérgio Rosa
sergio.rosa@o.globo.com.br

• SÃO PAULO. Na sombra do PT, o PCdoB — que está no centro das denúncias de mais um escândalo de desvio de dinheiro público — cresceu e enriqueceu desde que os aliados assumiram o poder no governo federal, em 2003, com a eleição do ex-presidente Lula. A legenda manteve, no período, o domínio absoluto do movimento estudantil, que comanda há 20 anos, e expandiu o espaço político com o controle do Ministério do Esporte.

A transformação da sigla se traduz em números. Em 2010, ano eleitoral, o "partido do socialismo" recebeu R\$ 6,9 milhões em doações de empresas, segundo balanço no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A quantidade de filiados também aumentou. Em 2001, 83.948 participaram dos congressos do PCdoB. Em 2009, 102.332.

Antes de partilhar o poder com o PT, os comunistas sobreviveram ancorados no movimento estudantil. O primeiro presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) do PCdoB, Rui César Costa Silva, foi eleito em 1979, ainda na ditadura militar. No ano seguinte, Aldo Rebelo, hoje principal liderança do partido, acabou escolhido para comandar a entidade.

— Nos anos 70, o PCdoB colocava quadros do partido, chamados estudantes profissionais, para recrutar novos elementos no interior da universidade — afirma o historiador Marco Antonio Villa, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFScar).

Após breves interrupções, o PCdoB retomou o comando da UNE, com Patrícia de Angelis, em 1991, e não largaram o posto até hoje.

— Hoje, o movimento estudantil significa ter controle de entidades. Com a participação é muito pequena, se você tem um grupo de militantes numa universidade, de uns oito a dez, passa a ter o controle do diretório central. Basta um pouco de organização que o partido rapidamente consegue o controle político — afirma Villa.

Entre os ocupantes do posto nesse período, estava o atual ministro do Esporte, Orlando Silva, entre 1995 e 1997 — acusado de desviar dinheiro do ministério. A deputada federal Manuela D'Ávila, pré-candidata à prefeitura de Porto Alegre, foi vice-presidente da entidade, em 2003.

— A UNE tem em sua diretoria representantes de todos os partidos. No último congresso, 1,5 milhão de universitários participaram. É um processo amplamente democrático. É através do trabalho do nosso partido com a juventude que a gente tem conseguido eleger presidentes da UNE que são identificados com as nossas ideias — rebate Augusto Chagas, militante do PCdoB, que presidiu a entidade estudantil até a metade deste ano.

A ligação dos comunistas com o esporte nasceu no governo Fernando Henrique Cardoso (FSDB), quando Aldo Rebelo propôs e presidiu a CPI que investigou o contrato da empresa de material esportivo Nike com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O posto rendeu exposição a Aldo, que era chamado para participar de mesas-redondas sobre futebol na TV e acabou virando presidente da Câmara.

Em 2001, na divisão de cargos da prefeitura petista de Marta Suplicy, a comunista Nádia Campeão ficou com a Secretaria de Esporte. Dois anos depois, o modelo de divisão se repetiu no governo Lula, com Agnelo Queiroz (hoje governador do Distrito Federal pelo PT) escolhido para o ministério da área, na época uma pasta pequena. O cargo era compatível com o tamanho da legenda que saiu das eleições com apenas 12 deputados.

— Deixou de ser um partido do trabalho e passou quase a ser um partido do lazer — avalia Villa, ao falar do foco dos comunistas no esporte.

Com a chave do cofre do Ministério do Esporte na mão, o PCdoB implantou um modelo de gestão que previa a realização de programas em parcerias com ONGs, a maioria sob controle de quadros do partido. As transferências de dinheiro abriram caminho para ir-

regularidades. A Controladoria Geral da União (CGU) pede a devolução de R\$ 49 milhões repassados pela pasta para entidades. Muitas delas, do Segundo Tempo, são ligadas ao partido.

Em 2008, O GLOBO denunciou o uso político do Segundo Tempo, que oferece atividades esportivas para crianças, por um candidato a vereador pelo PCdoB.

O acesso ao dinheiro não trouxe aumento substancial da bancada na Câmara. Em 2010, foram eleitos 14 deputados da legenda, só dois a mais que em 2002. Na tentativa de ganhar corpo, o PCdoB deixou a ideologia de lado e convidou celebridades, como o cantor Netinho de Paula, hoje vereador em São Paulo pela legenda, e chegou a ter entre os seus filiados o então senador Leonor Quintanilha, que havia sido filiado no passado à Arena, partido da ditadura militar. Quintanilha disputou pelo PCdoB o governo do Tocantins. As terras que hoje fazem parte do estado (na época pertenciam a Goiás) foram palco, nas décadas de 60 e 70, da Guerrilha da Araguaia, o movimento armado do PCdoB para combater o governo militar. Pelo menos 61 comunistas foram mortos nos combates.

Mesmo sem fazer crescer bancadas de parlamentares, o PCdoB ampliou a sua estrutura. Em 2008, comprou sua primeira sede. O prédio de R\$ 3,3 milhões no Centro de São Paulo tem oito andares. Dos R\$ 875 mil recebidos um ano antes em doações de empresas que ajudaram a pagar a nova sede, R\$ 603 mil vieram da STB (Student Travel Bureau), operadora de turismo cultural para jovens. A empresa tinha contrato com a UNE para produzir a cartela da estudante que dá desconto em eventos esportivos e culturais.

No Congresso, o PCdoB batalha com os ruralistas pela aprovação do novo Código Florestal, que tem Aldo Rebelo como relator. No governo, além do Esporte, comanda a Embratur, com Flávio Dino, e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), com Haroldo Lima. Os resquícios ideológicos se limitam hoje ao discurso. O PCdoB surgiu de uma cisão do PCB na década de 60.

Papéis provam repasse a mulher de Orlando

Empresa Hermana, de Anna Petta, foi subcontratada por ONG que tem convênio com Esporte e recebeu verba federal; caso incomodou Planalto

Marta Salomon / BRASÍLIA

Anna Cristina Lemos Petta, mulher do ministro Orlando Silva, recebeu dinheiro da União por meio de uma ONG comandada por filiados ao PC do B, revelam documentos aos quais o Estado teve acesso, publicados com exclusividade ontem no portal estadao.com.br. A informação sobre negócios com a família complicou a situação do ministro, de acordo com avaliação de auxiliares da presidente Dilma Rousseff.

É a própria Anna Petta quem assina o contrato entre a empresa Hermana e a ONG Via BR. A entidade recebeu R\$ 278,9 mil em novembro do ano passado e, em seguida, subcontratou a Hermana, empresa de produção cultural criada pela mulher do ministro e sua irmã, Helena.

Documento da Junta Comercial de São Paulo informa que a Hermana foi criada menos de sete meses antes de fechar negócio com a ONG. A empresa de Anna Petta prestou serviços de assistente de pesquisa para documen-

tário sobre a Comissão da Anistia encomendada pelo Ministério da Justiça. Pelo trabalho, recebeu R\$ 43,5 mil. Procurada pelo Estado, por meio da assessoria do ministro, o Ministério do Esporte afirmou não ter conhecimento do negócio e Anna Petta optou por não se manifestar.

A ONG Via Brasil tem em seus quadros Adeir Mendes Fonseca e Delmar Barreto da Silva, filiados ao PC do B. A entidade também foi contratada em maio do ano passado pelo Esporte, para promover a participação social na 3.ª Conferência Nacional do Esporte. No negócio, recebeu mais R\$ 272 mil.

Agência da entidade que recebeu mais de meio milhão de reais dos cofres públicos no ano passado também é peculiar. A Via Brasil assumiu o cadastro fiscal de uma outra entidade, chamada Associação Maria Amor e Esperança, a Anae, conforme informou a ONG Contas Abertas.

A operação, datada de fevereiro de 2009, segue o roteiro de criação fraudulenta de entidades sem fins lucrativos para se habilitar a receber recursos da União sem o tempo mínimo de existência exigido para esse tipo de negócio. Pouco mais de um ano depois de se incorporar à Anae, a Via BR já recebia dinheiro da União, por meio de convênio com o ministro do PC do B. Para receber verba pública, uma ONG precisa comprovar três anos de funcionamento.

No primeiro convênio com o Esporte, a Via BR foi encarregada de mobilizar 90 mil participantes nas etapas preliminares da conferência, realizada no início de junho. O convênio foi assinado menos de um mês antes do evento. A prestação de contas ainda não foi aprovada. O ministério alega ter levado em conta apenas a capacidade técnica da entidade. Parte das notas fiscais exibidas tem data anterior à liberação do dinheiro.

O segundo convênio com a Via BR foi assinado em agosto e publicado em novembro de 2010 pelo D.O.U. A entidade foi contratada para produzir documentário sobre perseguidos políticos, filhos de militares e o trabalho da Comissão da Anistia. Mais R\$ 279,9 milhões foram pagos em dezembro de 2010. Não houve prestação de contas.

Cunhado. Os negócios com a Via BR têm mais um capítulo envolvendo a família de Orlando. A entidade subcontratou, além da Hermana, uma empresa chamada Contra Regras Arquitetura e Desenvolvimento de Projetos. A Contra Regras recebeu da União R\$ 105 mil, por meio dos dois convênios, com a Justiça e o Esporte. A empresa também participou da campanha de Gustavo Petta a deputado federal pelo PC do B de São Paulo no ano passado. A empresa doou os serviços para Gustavo Petta, cunhado do ministro. Atualmente Gustavo é secretário de Esporte e Lazer de Campinas.

Assessor de ministro ajudou a livrar ONG de investigação

Gravação revelada por revista compromete funcionário do ministério

Policial que aponta desvio de recursos no Esporte discutiu com ministério o que fazer para evitar apuração

DE BRASÍLIA

Dois assessores do ministro Orlando Silva (Esporte) orientaram o policial João Dias Ferreira, delator de um suposto esquema de desvios na pasta para abastecer o PC do B, a se livrar de uma investigação da Polícia Militar sobre irregularidades num convênio com o ministério.

Segundo diálogos reproduzidos pela revista "Veja", Fábio Hansen, então chefe de gabinete da Secretaria de Esporte Educacional, e Charles Rocha, da secretaria-executiva, orientam Ferreira a driblar um ofício enviado pelo próprio ministério à PM.

Em meio à discussão sobre um ofício enviado pelo ministério à Polícia Militar do DF, cobrando providência contra as irregularidades praticadas por Ferreira em convênio com a pasta, Fábio Hansen sugere "tentar remediar a merda que foi feita".

"Isso é um absurdo, está errado, antes de mais nada está errado. Como é que você está sendo cobrado em R\$ 3 milhões [valor dos convênios]?", disse Hansen na reunião, segundo a "Veja".

Hansen sugeriu, então, a João Dias: "você faz três linhas pedindo a prorrogação do prazo (da prestação de contas)". Segundo a "Veja", houve ainda a recomendação de uma fraude para colocar no pedido de prorrogação uma data anterior à notificação enviada à PM.

Atualmente, cabe a Hansen "acompanhar o processo de seleção de propostas e de formalização de convênios", além de coordenar a execução de convênios para "subsidiar a análise técnica da prestação de contas". Charles já deixou a pasta.

Na hierarquia da pasta, Hansen está diretamente abaixo de Wadson Ribeiro, secretário de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, responsável pelo programa Segundo Tempo, foco das irregularidades.

ATRASSO

Na prática, a estratégia traçada pelos assessores do ministério atrasou em mais um de um ano a sindicância feita pela PM contra João Dias Ferreira.

O primeiro ofício foi enviado no dia 2 abril de 2008. No dia 7, João Dias pede prorrogação de prazo para presta-

JOGO TRUNCADO

PM que delatou suposto esquema no Esporte gravou conversa com cúpula da pasta

Agnelo Queiroz, então no PC do B, assume a pasta no início do governo Lula

João Dias Ferreira, policial militar do DF, denuncia esquema de desvios na pasta para abastecer o PC do B

Orlando Silva, também do PC do B, assume a pasta

João Dias Ferreira, policial militar do DF, denuncia esquema de desvios na pasta para abastecer o PC do B

João Dias Ferreira, policial militar do DF, denuncia esquema de desvios na pasta para abastecer o PC do B

João Dias Ferreira, policial militar do DF, denuncia esquema de desvios na pasta para abastecer o PC do B

João Dias Ferreira, policial militar do DF, denuncia esquema de desvios na pasta para abastecer o PC do B

João Dias Ferreira, policial militar do DF, denuncia esquema de desvios na pasta para abastecer o PC do B

João Dias Ferreira, policial militar do DF, denuncia esquema de desvios na pasta para abastecer o PC do B

João Dias Ferreira, policial militar do DF, denuncia esquema de desvios na pasta para abastecer o PC do B

João Dias Ferreira, policial militar do DF, denuncia esquema de desvios na pasta para abastecer o PC do B

João Dias Ferreira, policial militar do DF, denuncia esquema de desvios na pasta para abastecer o PC do B

João Dias Ferreira, policial militar do DF, denuncia esquema de desvios na pasta para abastecer o PC do B

João Dias Ferreira, policial militar do DF, denuncia esquema de desvios na pasta para abastecer o PC do B

1º convênio

Entidade da polícia João Dias Ferreira firma convênio com o ministério por meio do programa Segundo Tempo, que dá recursos a ONGs para que ofereçam atividades esportivas para carentes

2º convênio

Outra associação de Ferreira firma outro convênio com o ministério

Surgem as primeiras suspeitas de irregularidades em repasses do Segundo Tempo

Suspeitas (6.mar.08)

A Polícia Militar do DF decide investigar Ferreira e pede informações ao ministério sobre seus convênios

Irregularidades (2.abr.08)

Pasta responde à polícia que convênios são irregulares e inadimplentes

Recuo (7.abr.08)

Ferreira pede mais prazo para prestar contas, e no mesmo dia ministério pede que a PM desconsidere as informações anteriores

Ferreira diz que o recuo ocorreu depois de ameaçar levar o caso a público

Operação

Polícia Civil do DF deflagra a Operação Shaolin, em que prende cinco acusados de desvios, entre eles Ferreira, solto cinco dias depois

Revelações

Em entrevista à revista "Veja", o policial afirma que Orlando Silva recebeu dinheiro desviado de outras ONGs

Ministro Orlando Silva, então no PC do B, assume a pasta no início do governo Lula

A coisa fugiu do controle, e por isso estamos abrindo outra frente. Isso é um absurdo, está errado. [...] Como é que você está sendo cobrado em R\$ 3 milhões

FÁBIO HANSEN
Chefe de gabinete da Sec. de Esporte Educacional do Ministério

OUTRO LADO

Ministro diz que pasta deu direito de defesa a policial

DE BRASÍLIA

Até a conclusão desta edição, o Ministério do Esporte ainda não havia se manifestado sobre a reportagem publicada pela revista "Veja".

Durante a semana, o ministro Orlando Silva disse que a mudança de prazo e o pedido para que a Polícia Militar desconsiderasse informações enviadas anteriormente foi uma "atitude colaborativa" da pasta e que foi dado "direito de defesa" para as entidades de João Dias Ferreira.

"Não houve nenhuma mudança, nenhuma flexibilização, nenhum recuo", afirmou o ministro em entrevista.

O assessor do Ministério do Esporte, Fábio Hansen, não foi localizado pela reportagem. A assessoria da presidência da República disse que não iria se manifestar. Charles Rocha disse à Folha, na quinta, que reunião com policial havia sido "intimida- dora", mas não deu detalhes.

ção de contas e, no mesmo dia, o ministério pede para a polícia desconsiderar o pedido de providências. Segundo a "Veja", a conversa entre os assessores e Ferreira ocorreu naquele mesmo mês.

Depois disso, o Ministério do Esporte levou um ano e quatro meses até que, em agosto de 2009, informa à Polícia Militar que havia sido aberta uma tomada de contas para levantar o prejuízo causado por João Dias.

O soldado está, há uma se-

mana, no centro de uma crise que abala o Ministério do Esporte. Dono de duas ONGs que fizeram convênios com a pasta, ele é cobrado na Justiça a devolver mais de R\$ 3 milhões. João Dias Ferreira afirma que o dinheiro foi desviado para abastecer o PC do B, partido de Orlando Silva.

Sobre a acusação direta contra Orlando, o soldado não apresentou provas. O ministro nega, e segue mantido no cargo pela presidente Dilma Rousseff.

Pastor afirma que Esporte cobrou 10% para PC do B

Fundador de igreja que recebeu R\$ 1,2 milhão diz ter se negado a pagar propina

Nova testemunha diz ter sido procurada por emissários do ministro do Esporte para repassar dinheiro para o partido

ANDREZA MATAIS
FELIPE COUTINHO
DE BRASÍLIA

O fundador de uma igreja que recebeu R\$ 1,2 milhão do Ministério do Esporte diz que foi pressionado a repassar 10% do dinheiro para os cofres do PC do B, o partido que controla o ministério.

"Veio um monte de urubu comer o filizinho do projeto", disse a Folha o pastor evangélico David Castro, 56, que dirige a Igreja Batista Gera Vida, de Brasília. Ele diz que se recusou a pagar a propina.

É a segunda pessoa que vem a público nesta semana acusar o Ministério do Esporte de desviar para o PC do B dinheiro destinado a convênios com organizações não governamentais.

O policial João Dias Ferreira, dono de duas ONGs que tiveram convênios com o ministério, disse à revista "Veja" que o próprio ministro Orlando Silva recebeu propina na garagem do ministério. Orlando nega a acusação.

O ministério fechou convênio com a Igreja Batista Gera Vida no fim de 2006 para desenvolver atividades esportivas para 5.000 crianças carentes, dentro do programa Segundo Tempo.

O projeto foi apresentado ao ministério pelo pastor Castro no início de 2006, quando o ministro era o atual governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, hoje no PT.

Quando o convênio com a instituição foi assinado, em 14 de novembro de 2006, Orlando Silva já era o ministro.

O dinheiro foi liberado em duas parcelas: a primeira seis dias depois da assinatura do convênio e a segunda em 2 de abril de 2007.

Funcionário aposentado do Banco Central, o pastor se recusou a dar o nome das pessoas que teriam cobrado a propina, mas afirmou que umas delas era um funcionário do ministério.

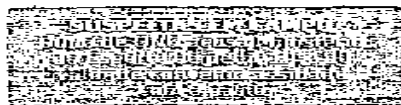
Ele afirmou que, após a liberação da primeira parcela do dinheiro, no final de 2006, foi procurado por duas pessoas que diziam falar em nome do PC do B e Agnelo.

"Usavam o nome do ministro. Diziam: 'É para suporte político do ministro'".

Filiado ao PP, Castro afirmou que sofreu retaliação por não ter pago a propina exigida. "Na hora da prestação de contas [do convênio], houve dificuldade porque evidentemente não houve propina."

O Ministério Público Federal acusa a igreja de ter cometido irregularidades numa licitação aberta para compra de merenda e cobra a devolução do dinheiro do convênio. Foi só depois disso que o ministério decidiu reprovar as contas da entidade. "Era uma forma de eles tirarem o corpo fora", disse o pastor.

Antes dessa manifestação do Ministério Público, a pasta chegou a mandar uma carta para a igreja oferecendo a renovação do contrato.



O CONVÊNIO

RESPONSÁVEL: David Castro, pastor evangélico e servidor aposentado do BC
ASSOCIAÇÃO: Igreja Batista Gera Vida Internacional
VALOR:

R\$ 1,2 milhão

DATA DA ASSINATURA: 14 de novembro de 2006

A ACUSAÇÃO

A associação de David Castro firmou um convênio com o Ministério do Esporte por meio do Programa Segundo Tempo

Segundo Castro, após a assinatura ele foi pressionado por servidor do ministério a desviar 10% do valor para o PC do B

Ele diz que duas pessoas que diziam falar em nome de Agnelo Queiroz pediram o dinheiro para "suporte político do ministro"

ENTENDA O CASO

O INÍCIO
Crise começou no sábado, quando a revista "Veja" publicou entrevista com o policial João Dias Ferreira em que acusa Orlando de participar de desvios em convênios do ministério

OUTROS PROBLEMAS
A Folha mostrou ontem que o ministério repassou R\$ 9,4 milhões a uma organização dirigida por antigos cabos eleitorais de um secretário da pasta

TOTAL DE DESVIOS
O governo pede o ressarcimento de R\$ 26,5 milhões por fraudes identificadas nos convênios da pasta com prefeituras e ONGs firmados de 2006 a 2011

'Houve pedido, houve pressão', afirma pastor

DE BRASÍLIA

O pastor evangélico David Castro, 56, disse à Folha que recebeu "muita pressão" para pagar propina sobre o R\$ 1,2 milhão que recebeu do ministério. (ANDREZA MATAIS)

Folha - Quando o sr. fez o convênio com o ministério houve pedido de propina?

David Alves de Castro - O que posso dizer para você é o seguinte: houve pedido, houve pressão, mas eu não vou dar nome de ninguém. Nós não podemos dar.

Que problemas o sr. enfrentou por não aceitar?

Houve dificuldade porque evidentemente não houve propina. Ah, o que acontece? Eles dificultam, dizem que não vão aceitar.

Eles falavam em nome do ministro?

Eles falavam em nome do ministro Agnelo, lógico, é do PC do B. Todos eles usavam o nome do ministro. Diziam: é pro ministro. A entrada do projeto foi feita no início do ano, quando ele ainda estava lá. Quem me procurou foi em nome dele.

Mas quando o sr. assinou o convênio era o Orlando.

Não conhecia o Orlando.

E as pressões?

Quando liberou a primeira parte do dinheiro, aí veio um monte de urubu querendo comer o filizinho do projeto

O senhor se lembra quem eram os "urubus"?

Fui procurado por duas pessoas. Um deles com cargo no ministério.

Quanto pediram ao sr.?

Eles queriam esse valor de 10%. Queriam a qualquer custo. Eles alegavam que era para suporte político do ministro. Em tudo tinha dificuldade. Por exemplo, o ministério tinha que fornecer as camisetas para os alunos. Só que de 5.000 camisetas você recebia metade.

O sr. se recusou a pagar propina, mas recebeu o valor total do convênio.

Saiu porque eles ficavam naquela expectativa de que quando saísse a maior parte eles imaginavam que a gente fosse liberar. Só que na igreja eu não trabalho sozinho. Para eu roubar eu tenho que roubar junto com muita gente. Ah, minha filha, foi difícil.

Houve dificuldade porque evidentemente não houve propina. Ah, o que acontece? Eles dificultam, dizem que não vão aceitar

DAVID CASTRO
pastor evangélico

Ministério nega que projeto foi recusado por falta de propina

DE BRASÍLIA

O Esporte afirmou ser mentira que o projeto do pastor David Castro foi reprovado por que não houve pagamento de propina. "A prestação de contas não foi aprovada porque o convênio não cumpriu os requisitos legais."

A pasta diz ainda que o ofício enviado para prorrogar o convênio é "padrão". "Trata-se de alerta padrão para que entidades avaliem a necessidade de prorrogação, e não renovação. Tal encaminhamento não significa proposta formal de renovação de parceria, uma vez que esta fica condicionada ao atendimento de requisitos".

Em 2007, o Ministério Público Federal no Distrito Federal enviou recomendação ao Esporte para suspender o repasse de verbas à entidade.

O processo está na 5ª Vara da Justiça Federal. A Folha procurou a 5ª Vara em busca de informações sobre o processo, mas a diretora, Rossana Alves Leite, disse que "não é sua atribuição orientar matérias jornalísticas".

O governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, afirmou, por meio de assessoria, que não era mais ministro quando o convênio com a Igreja Batista Gera Vida Internacional foi assinado nem quando a verba foi liberada.

Sobre a acusação do dono da ONG, de que houve pedido de propina para ele e o PC do B, o governador disse que "não tem conhecimento do fato". Agnelo disse ainda não conhecer o dono da ONG.

Orlando se defende no Portal da Copa, do ministério

Ministro lista acusações, mas não explica suposto favorecimento de entidades ligadas ao PCdoB

Maria Lima
marlima@bsb.oglobo.com.br

• **BRASÍLIA.** Na luta para se manter no cargo e garantir a permanência do PCdoB, minutos antes de ser chamado ao Palácio do Planalto pela presidente Dilma Rousseff, o ministro do Esporte, Orlando Silva, usou o Portal da Copa, do Ministério do Esporte, para divulgar uma longa nota intitulada "Para repor a verdade". Na nota, que ele levou ao Planalto, o ministro lista todas as acusações dos últimos dias, mas não inclui explicações sobre denúncias que envolvem o repasse de recursos públicos para ONGs ligadas ao PCdoB, ao PT e a um cunhado.

Segundo denúncias do policial João Dias Ferreira, esse dinheiro repassado para ONGs ligadas a integrantes do PCdoB era desviado para campanhas eleitorais do partido, o que o ministro nega.

Ao argumentar que, dos 232 convênios do programa Segundo Tempo, apenas 25 são com ONGs, ele se limita a dizer, genericamente, que o ministério não escolhe seus conveniados pelo arco ideológico, mas, sim, pauta-se por decisões técnicas e pela lei. Mas muitas das ONGs, das quais a Controladoria Geral da União cobra devolução de recursos por irregularidades, são ligadas ao PCdoB.

Orlando enumera e responde "às mentiras" que, segundo diz, compõem uma campanha contra o ministério e seu gestor. Os principais trechos:

• **GOVERNO PEDE DEVOLUÇÃO DE R\$ 49 MILHÕES** de convênios realizados pelo Esporte e que teriam sido desviados, segundo reportagem do GLOBO de 19 de outubro: "É competência do Ministério do Esporte adotar as providências para a recuperação dos recursos mediante a instauração de processo de to-

mada de conta especial. Todos os processos informados na matéria foram instaurados, como determina os dispositivos legais, por iniciativa desta pasta, visando ao ressarcimento dos recursos ao Erário. Informações obtidas no site da CGU, relativas ao período de 2002 até junho de 2011, indicam que foram instauradas 12.001 tomadas de contas no âmbito da administração pública federal, sendo que, desse quantitativo, 67 foram instauradas pelo Ministério do Esporte, representando R\$ 50.443.649,57, o que corresponde a 0,56% do total de processos, e 0,73% do valor total de recursos cobrados. Portanto, a informação veiculada na matéria não corresponde aos números constantes no site da CGU".

• **PROGRAMA SEGUNDO TEMPO. ESTÁ SENDO OPERADO POR ONGs DO PCdoB e para carrear recursos ao partido:** "São 232 convênios em vigência, dos quais apenas 25 com ONGs. Os 207 outros convênios são com governos estaduais, municipais e universidades federais. Em 2011, foi introduzida uma novidade, uma chamada pública iniciada em julho e encerrada em setembro, pela qual foram selecionados os novos parceiros do programa. E todos serão entes públicos. O ministério não escolhe seus conveniados pelo arco ideológico, mas pauta-se por decisões técnicas e pela lei, e está reduzindo o número de convênios com entidades privadas".

• **FAVORECIMENTO EM PRECÃO PARA COMPRA DE BERMUDAS, camisas polo e camisetas para o programa Segundo Tempo,** no qual saiu vencedora a empresa Capricórnio

dora a empresa Capricórnio Têxtil, que apresentou o preço mais caro dos produtos (R\$20 milhões mais caro): "O certeza ainda não está encerrado. Portanto, não é verdade que o ministério declarou vencedora a '13ª empresa concorrente do certame'. O processo encontra-se em fase recursal".

• **CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO JOÃO DIAS de Kung Fu, Desporto e Fitness,** quando já estavam constatadas irregularidades em outro convênio com a Federação Brasileira de Kung Fu, presidida por João Dias: "Quando o segundo convênio foi assinado, a prestação de contas do primeiro ainda estava sob análise. Confirmadas as irregularidades, os convênios foram rescindidos e o ministro tomou providências para a abertura de Tomada de Contas Especial para obrigar João Dias a devolver mais de R\$ 5 milhões".

• **BENEFICIOU CUNHADO DO MINISTRO NA SECRETARIA DE ESPORTES DE CAMPINAS,** Gustavo Petta, também do PCdoB. Orlando facilitou a liberação de verbas federais para o município. Campinas está recebendo R\$ 5,5 milhões para reforma do ginásio de esportes. Em 2009, ano em que o secretário assumiu, firmou um convênio de R\$ 7 milhões: "A região de Campinas é uma das mais importantes do país. São 2,7 milhões de habitantes. Apesar de sua reconhecida importância, não contava com nenhum centro esportivo de alto rendimento. A opção por Campinas resulta de protocolo assinado, em 2005, entre o prefeito da cidade Hélio de Oliveira Santos e o então ministro do Esporte, Agnelo Queiroz. Gustavo Petta assumiu a Secretaria de Esporte apenas em 2009". ■

Esporte contrata ONG ligada a servidor da pasta

Entidade Via BR também conseguiu outro contrato com o governo, no Ministério da Justiça

Evandro Éboli

ebolli@bsh.oglobo.com.br

• BRASÍLIA. O Ministério do Esporte contratou uma ONG ligada a servidor da própria pasta. O Instituto Via BR foi contratado ano passado pelo ministério para a organização da III Conferência Nacional do Esporte, em junho de 2010. A entidade foi registrada em nome de Vanessa Borba, sócia de Antônio Máximo em outra empresa, a Contra Regra. Máximo é chefe de gabinete de Wadson Ribeiro, secretário nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte.

Além da prestação de serviço para o Ministério do Esporte, a Via BR conseguiu outro contrato no governo. No fim de 2010, a organização foi contratada pela Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, para a produção de um documentário sobre desaparecidos políticos. Esse convênio foi no valor de R\$ 278,9 mil, e o prazo de vigência, de um ano. A ONG funcionava em São Paulo, no mesmo endereço da empresa Hermana Filmes e Produções, de propriedade de Ana Cristina Petta, mulher do ministro do Esporte, Orlando Silva.

No contrato com a Comissão de Anistia, a Via BR subcontra-

tou a Hermana, e Ana Petta teve a incumbência de fazer o trabalho de pesquisa e análise do momento histórico relatado no documentário "Repáre bem", que conta a história de três gerações de famílias de desaparecidos políticos. Ana Petta disse que, quando soube da ligação da Via BR com a pasta dirigida por seu marido, após ser procurada pela imprensa, devolveu os R\$ 32,1 mil que recebera pelo serviço.

Ana Petta disse que tem uma carreira de atriz independente e que seu trabalho não tem vinculação com o do marido:

— Tenho minha própria carreira, independente do Orlando. Fiz o trabalho para qual fui contratada, ficou super-bonito e devolvi o dinheiro quando soube da relação da empresa com o Ministério do Esporte.

O Ministério do Esporte confirmou que Antônio Máximo foi sócio da proprietária da Via BR numa outra empresa. Em nota, o ministério disse que para a contratação da ONG foi levada em conta apenas sua capacidade técnica. "O Ministério não se

pautou por decisões de cunho ideológico e age sempre em respeito às normas que regem as celebrações de convênios", afirmou o Ministério do Esporte.

Para o ministério, o que importa é o trabalho feito pela entidade contratada e não cabe ao ministério julgar convênios de seus contratados com outros setores do governo.

O Ministério da Justiça confirmou o convênio com a Via BR. E informou que a entidade foi selecionada por edital de licitação publicado em junho de 2010. Em nota, o ministério afirmou que não há qualquer contrato firmado diretamente pela pasta com a Hermana Filmes, de Ana Petta. "No escopo do convênio, consta que a Via BR contratou a empresa Hermana Filmes para desenvolver trabalho técnico especializado de pesquisa para subsidiar documentário".

O ministério confirmou que Ana Petta devolveu os R\$ 32,1 mil e encaminhou cópia do recibo do depósito, feito no dia 26 de setembro, na conta do convênio. O documentário ficará pronto no final do ano. ■

PC do B triplica filiados com PT no poder

Sigla mantém raiz marxista-leninista com ocupação de cargos e unidade partidária

João Domingos / BRASIL

A entrada do Partido Comunista do Brasil (PC do B) no século 21 foi marcada pela contradição, a palavra preferida de seus dirigentes quando se referem ao capitalismo, segundo eles "agonizante", ao jogo de poder e aos parcelos das alianças que o levaram para o governo e até lhe reservaram um ministério, o do Esporte. Ministério que na última semana foi alvo de denúncias de irregularidades na distribuição de verbas, aparelhamento por parte de entidades de seu círculo íntimo e supostas cobranças de propinas.

Nesse processo de contradição política e ideológica, ao mesmo tempo em que o PC do B mantém sua estrutura e doutrina marxista-leninista (artigo 1.º) como princípio de tudo, adaptava-se rápida e facilmente aos tempos da social-democracia do PT. A mesma social-democracia que usa o "welfare state" (Estado do bem-estar social), sistema criado nos países escandinavos justamente para brevar o avanço das revoluções comunistas.

O estatuto do PC do B mostra que o partido dá importância vital à ocupação dos cargos públicos, o que pode servir de explicação para o aparelhamento dos órgãos que ocupa. Diz o artigo 59.º do documento que os cargos eletivos ou comissionados dos governos dos quais a legenda participa constituem "importante frente de trabalho e está a serviço do projeto político partidário, segundo norma própria do Co-

mitê Central". Os mandatos eletivos alcançados pela legenda do PC do B pertencem ao coletivo partidário soberanamente.

Dízimo. Entre os deveres dos militantes do PC do B, está a obrigatoriedade de destinar, pelo menos, 1% do salário mensal ao partido. Os que detêm cargos eletivos ou em comissão pagam contribuições especiais a serem especificadas pelos órgãos partidários. Embora o PC do B não revele o montante, há a informação de que, nesses casos, pode chegar a 40% do salário.

Ainda na clandestinidade, no fim dos anos 70 e início dos 80, o PC do B atuou dentro do MDB e PMDB, na ala denominada "Movimento Popular".

Depois da redemocratização, tornou-se um parceiro avançado de Luiz Inácio Lula da Silva, tanto nas derrotas quanto nas vitórias do ex-presidente, sempre numa aliança de "apolo crítico". Na base da coligação nas eleições proporcionais — ora com o PMDB, ora com o PT e outras legendas de centro-esquerda —, triplicou sua base de deputados desde 1985, ano do registro definitivo do partido.

Hoje o PC do B diz ter 14 deputados federais, 18 estaduais, 2 senadores, 42 prefeitos, 66 vice-prefeitos e 608 vereadores. Números modestos para a força que o partido adquiriu no governo de Lula e, depois, no de Dilma Rousseff, se comparados aos de outras legendas aliadas.

No governo Lula, o PC do B lutou pelo Ministério da Defesa, mas ganhou o do Esporte e a

Parceria. Renato Rabelo, presidente do PC do B, entre Lula e Dilma: 'apolo crítico' a petistas não impediu crescimento da sigla

O PARTIDO EM NÚMEROS



1	Ministro de Estado
2	Senadores
14	Deputados federais
18	Deputados estaduais
42	Prefeitos
66	Vice-prefeitos
608	Vereadores

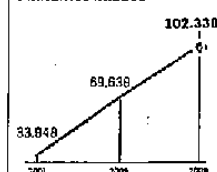
Fonte: PC do B e Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Fundo partidário



2010
R\$ 4,4 milhões

Militantes filiados



Fonte: TSE/PC do B

PARA LEMBRAR

SP foi embrião para o Esporte

A primeira grande incursão do PC do B na seara esportiva teve início pelas mãos do senador Marta Suplicy (PT). Eleita prefeita de São Paulo em 2000 com o apoio do partido, ela convidou Nádia Campeão, presidente do PC do B paulistano, para assumir a desprestigiada pasta municipal de Esporte.

Até então, a relação de Nádia com o mundo esportivo limitava-se à prática do tênis e à torcida pelo Palmeiras. Durante a gestão, a dirigente do PC do B se aproximou da prefeita e ganhou sua confiança. Em 2004, Nádia candidatou-se à Câmara Municipal da capital paulista, porém o único vereador eleito pelo seu partido foi o ex-jogador Ademir da Guia, cuja filiação ao PC do B havia sido arquivada justamente para ajudar Nádia a se eleger.

Ademir logo deixou o PC do B, mas a "experiência piloto" dos comunistas em São Paulo motivou o então presidente eleito Lula a convidar o partido para o Ministério do Esporte, em 2002. O nome mais cotado na ocasião era o de Aldo Rebelo (SP), que havia presidido a CFI da CBF/Nike na Câmara dos Deputados. Porém, a vaga ficou com Agnelo Queiroz, então no PC do B. Orlando Silva foi seu sucessor.

tem sede própria, um prédio de oito andares no centro de São Paulo. O imóvel custou R\$ 3,3 milhões, comprado, segundo o partido, com verba do Fundo Partidário (em 2010, recebeu R\$ 4,3 milhões; neste ano, até setembro, R\$ 5,6 milhões) e com a contribuição de militantes.

Nenhum militante está dispensado de uma severa disciplina partidária. O partido é estruturado nas chamadas Organizações de Base (OBs) e todos têm tarefas, nem que seja ler e divulgar o jornal do partido, *A Classe Operária*, e se aprofundar no estudo do marxismo-leninismo.

As OBs devem formar-se nos locais de trabalho, moradia ou escolas. O partido adota o centralismo democrático leninista. De acordo com o estatuto, "o partido age como um todo uno, sob o primado de uma disciplina livre e conscientemente assumida. A unidade é a força do partido" (capítulo 5.º do estatuto).

Agência Nacional do Petróleo (ANP). Na gestão Dilma, obteve a Embratur, entregue ao ex-deputado Mávio Dino (MA).

Juventude. Embora tenha 89 anos — fundada em 1922, passou por um recha com a ala de Luiz

Carlos Prestes e tem a idade contestada pelo PPS, herdeiro do PCB — e carregue uma história marcada por tragédias, mortes e massacres, o PC do B exerce forte influência na juventude, por causa da máquina partidária que conta com o aparelhamento da

UNE, nas universidades, e células que amam principalmente entre os operários.

Em 2001, o PC do B tinha 33.948 militantes filiados; em 2005, 69.638; e em 2009, data da última contagem e do último congresso, 102.330. O partido

Domínio público. Prefeituras e secretarias municipais de Esporte controladas pelo partido estiveram entre as maiores beneficiadas por recursos do Segundo Tempo nos últimos dois anos; estratégia da sigla é concentrar demandas por cargos públicos no setor esportivo

'Esporteduto' montado por PC do B controla postos e verbas do ministério

Daniel Brumatti
Julia DaSilva

Um mapa de repasses do programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, revela que o ministro Orlando Silva aumentou com verbas federais a rede de militantes que, nos últimos anos, o PC do B instalou em postos-chave do nicho esportivo no setor público. Nos últimos dois anos, prefeituras e secretarias municipais de Esporte controladas pelo partido estiveram entre as maiores beneficiadas por recursos do Segundo Tempo, criado para promover atividades físicas entre estudantes.

A presença de comunistas nas duas pontas do "esporteduto" não é casual: mesmo antes de ficar bandeira na Esplanada dos Ministérios, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, o partido havia estabelecido como estratégia concentrar no setor esportivo praticamente todas as reivindicações de cargos nas esferas federal, estadual e municipal.

Entre as prefeituras, de janeiro a outubro de 2011, a que recebeu o maior repasse per capita do Segundo Tempo foi a de Sobral (CE), cidade em que o coordenador do programa é um ex-candidato a vereador e dirigente municipal do PC do B. Foi quase R\$ 1,5 milhão para uma população de cerca de 188 mil moradores, segundo levantamento do Contas Abertas, entidade especializada na análise de contas públicas.

Militantes do PC do B também administram os recursos li-

berados pelo ministério em Goiânia (R\$ 2,2 milhões) e Fortaleza (R\$ 980 mil), duas capitais nas quais o partido conseguiu nomear os secretários de Esporte por causa de acordos com o PT, que governa as duas cidades. Na capital cearense, o secretário é suplente de vereador e professor de história; em Goiânia, advogado e dirigente partidário.

Em números absolutos, Belo Horizonte é a líder no ranking das verbas deste ano, com R\$ 2,6 milhões. Lá, o PC do B só não ocupa ainda a Secretaria de Esportes porque sua criação está pendente de aprovação pela Câmara. O partido já acertou a adesão ao governo do prefeito Márcio Lucena (PSB), além do

apoio à sua reeleição.

No ano passado, Sobral também esteve na lista das maiores beneficiadas pelo Segundo Tempo — recebeu o terceiro maior repasse. Em sexto lugar apareceu o município goiano de Anápolis, administrado pelo PT, onde a diretoria financeira da Secretaria de Esportes é presidente municipal do PC do B. E, no décimo posto, estava a cidade de Juazeiro, na Bahia, cujo prefeito também é comunista.

O Estado apurou que lideranças de partidos da base governista chegaram a levar ao ministro reclamações de prefeitos paulistas que não conseguiram contratar o Segundo Tempo. Eles alegaram que, para fechar os contratos, teriam de contratar a ONG Bola Pra Frente, da ex-jogadora de basquete Karina Rodrigues. O ministro teria relativizado as reclamações.

Em Manaus, que recebeu a maior liberação de verbas de 2009, o secretário de Esporte, Fúlvio Silva Lima, disse que o primeiro convênio da cidade foi fechado ainda na época em que o PC do B chefiava a pasta, no governo de Serafim Corrêa (PSB). Os recursos, cerca de R\$ 4 milhões, foram liberados na gestão seguinte, do prefeito Amazonino Mendes (PDT). "Fomos muito bem tratados pelo ministério", disse o atual secretário. "Eles só sugeriram a contratação de ONG para ajudar. Mas foi uma sugestão, não imposição. Nem deram nomes."

Capilaridade. A ocupação do nicho esportivo pelo PC do B teve

CONEXÕES MUNICIPAIS

● Principais repasses do programa Segundo Tempo para prefeituras

VALORES EM REAIS

2010

Volta Redonda (RJ)	R\$ 3.032.086
Cruzeiro do Sul (AC)	1.500.000
Sobral (CE)	1.480.150
Cuiabá (MT)	1.065.000
Uberlândia (MG)	1.036.280
Anápolis (GO)	985.739
Aracaju (PE)	900.000
Santa Luzia (MG)	827.145
Belford Roxo (RJ)	827.125
Juazeiro (BA)	809.131

COORDENADOR-GERAL DO PROGRAMA DO SEGUNDO TEMPO: ORLANDO SILVA

DIRETOR DE FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESPORTE: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

PREFEITO DE SOBRAL: JOSÉ DE SOUZA

2011

Belo Horizonte (MG)	R\$ 2.573.650
Goiânia (GO)	2.232.916
Sobral (CE)	1.480.150
João Pessoa (PB)	1.388.075
Maceió (AL)	1.025.300
S. J. do Rio Preto (SP)	1.025.180
Jaraguá do Sul (SC)	1.021.452
Fortaleza (CE)	985.000
Caraculba (SP)	828.300
Orizânia (SC)	828.300

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

SEU DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTAS: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

controle em prefeituras e governos estaduais como os de Amazonas, Rio Grande do Sul, Amapá, Bahia, Rondônia e Paraíba.

No início, a lógica de sistema era: onde o PT tivesse candidato a prefeito ou governador, receberia o apoio do PC do B. Em troca, a legenda indicaria nomes para a administração, de preferência na área de esporte, usando como argumento o fato de que o contato com a cúpula do ministério ajudaria a trazer verbas federais. O próprio ministro participou de conversas para indicar comunistas a gestões alçadas.

Poiassim, por exemplo, na Secretaria de Esporte, Lazer e Recreação de Guarulhos (SP). O PC do B apoia a reeleição do petista Rômulo Fiala em 2004, indicou então Julio Filgueira para a Secretaria de Esporte — ele já havia sido sucessor de Nádja Campeão na secretaria paulistana. Em 2007, Filgueira foi chamado por Orlando Silva para a Secretaria Nacional de Esporte Educacional. O sucessor, Alberto Saralva, também do PC do B, teve o apoio do ministro.

Também em Guarulhos, um militante do PC do B, José Cláudio Neri, foi condenado, em primeira instância, pela Justiça Federal e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a ressarcir os cofres públicos em meio milhão de reais. Alargando parceria com a prefeitura, ele obteve em 2004 R\$ 676 mil do Ministério do Esporte para implementar o projeto Segundo Tempo na cidade, usando a estrutura da Liga Regional de Futebol Amador de Guarulhos, da qual era presidente.

1. Barueri

Orlando Silva com Netinho e autoridades municipais em 2010

2. Guarulhos

Ministro, em 2007, na posse do então secretário de Esportes

3. Lauro de Freitas

Comunista com secretário da cidade baiana em agosto

4. Fortaleza

Orlando Silva com secretário Evaldo Lima em março deste ano

Em GO, secretaria de aliado está sob suspeita

Rubens Santos

ESPECIAL PARA O ESTADO / GOIÂNIA

Auditoria da Controladoria-Geral da União, regional de Goiás, encontrou diversas irregularidades no processo de licitação para construção do Parque Mutirama de Goiânia. O relatório aponta superfaturamento na obra e sugere a suspensão dos repasses do Ministério do Turismo.

O caso, que está sob investigação do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas dos Municípios, lança no olho do furacão o secretário Luiz Carlos Orró, de Esportes e Lazer de Goiânia, vinculado ao PC do B, e o prefeito da cidade, Paulo Garcia (PT).

A obra foi orçada em R\$ 56 mi-

lhões. A maior parte dos recursos, cerca de R\$ 45 milhões, é bancada pelo Ministério do Turismo. O restante, R\$ 10 milhões, é contrapartida da Prefeitura de Goiânia.

A auditoria da CGU, encerrada há duas semanas, pede ao Ministério do Turismo para suspender todos repasses e indica que uma nova licitação deve ser feita. O documento foi entregue, há dois dias, ao secretário municipal de Turismo, Barbosa Neto. Procurados, o prefeito e os secretários Luiz Carlos Orró e Barbosa Neto não responderam às ligações da reportagem.

A constatação da CGU, à qual o Estado teve acesso exclusivo, já provocou reação. O procurador da República, Marcelo San-

tiago Wolff, que investiga a licitação, anunciou que vai requerer a suspensão da obra na Justiça Federal. "Vou pedir, novamente, a paralisação da construção do parque", diz ele.

Brinquedos caros. Além das irregularidades na licitação da chamada obra civil, o Parque Mutirama também enfrenta outra investigação: a licitação, no valor de R\$ 29 milhões, para compra de brinquedos.

O vereador Elias Vaz (PSOL) informou, ao Ministério Público Estadual, e ao Tribunal de Contas dos Municípios, que os brinquedos adquiridos são muito velhos, têm preços superfaturados e necessitam de reforma.

De acordo com dados levantados pelo próprio vereador, a montanha-russa de grande porte, por exemplo, está custando R\$ 2,6 milhões, tem cerca de 40 anos de uso, enquanto um modelo similar, encontrado por ele num site de compras, sairia por US\$ 175 mil.

ESPERIMENTO 2

Dinheiro público. Verba do ministério, em crise por conta de irregularidades na ação Segundo Tempo, também irrigou contas de empresas de fachada ou sem relação com produtos vendidos para o Pintando a Cidadania; Wadson Ribeiro (PC do B) assinou convênios

Outro programa do Esporte depositou R\$ 1,3 milhão em contas de fantasmas

Leandro Coloz / BRASILIA

Dezenas de cheques de um convênio do Ministério do Esporte mostram que o descontrolado uso do dinheiro público não atinge só o programa Segundo Tempo. Pelo menos R\$ 1,3 milhão do ministério foi parar no ano passado na conta de empresas fantasmas ou sem relação com o produto vendido para o programa Pintando a Cidadania.

Há cheques, por exemplo, de R\$ 364 mil, R\$ 311 mil, R\$ 213 mil, R\$ 178 mil, R\$ 166 mil e R\$ 58 mil. O dono de uma empresa destinatária dos cheques disse ao Estado que desconhece o que foi vendido, alegando ter "arranjado" a nota fiscal para um amigo receber dinheiro do ministério.

No dia 31 de dezembro de 2009, o secretário de Esporte Educacional, Wadson Ribeiro, assinou convênio de R\$ 2 milhões com o Instituto Pró-Ação, com sede em Brasília. Ex-presidente da UNE e filiado ao PC do B, Wadson é homem de confiança do ministro Orlando Silva e, assim, nos últimos anos, boa parte dos contratos sob suspeita. Segundo o Portal da Transparência, o convênio com a Pró-Ação foi encerrado em abril deste ano e está em fase de prestação de contas.

O Pintando a Cidadania atua em parceria com outros projetos do ministério, para "fomentar a prática do esporte por meio de distribuição gratuita de material esportivo e promover a inclusão social de pessoas de comunidades reconhecidamente carentes".

O contrato com a Pró-Ação menciona a empresa corrente em nome do convênio. No dia 26 de abril de 1970, o construtor repassou um cheque dessa conta no valor de R\$ 31.346,65 para a empresa Autotermec Tecnologia e Serviços, registrada na cidade de Valparaíso de Goiás como uma loja de motos, a "Oliveira Motos". Segundo a nota fiscal emitida, o desenho do Esporte popular "Incisos, Algodões Pintos". Em entrevista ao Estado, Marcos Oliveira, dono da Autotermec, disse desconhecer o Pró-Ação: "Não conheço o ONG. Deu trabalho o nome de empresa para um amigo, gente boa, boa joia".

Seu amigo é Edinaldo Moraes, donoda Contemporânea Comércio e Serviços, que também está na prestação de contas da ONG. Cinco cheques do convênio fo-

Fachadas, Guerreiros (esp), que teria vendido 2,2 mil cadarcos, tecidos de algodão e 1.273 agulhas, e Automatec (dir), que teria fornecido 'tecidos, algodão e tinta

[illegible]

Serviços. O cheque e a nota da Contemporânea: R\$ 364 mil.

ram parar na conta dessa empre-
sa. No mesmo dia 26 de abril de
2010, quando a loja de motos Au-
tomatez levou R\$ 39 mil, um che-
que de R\$ 354 mil foi depositado
em nome da Contemporânea. A
empresa recebeu ao todo R\$ 517
mil para supostamente vender
fios de costura, agulhas e tecel-
dos. No dia 20 de setembro de

2010, auge da campanha eleitoral, a ONG repassou R\$ 213 mil para a Contemporânea.

Né época da "venda", a empresa era registrada numa sala em um sobrado em Valparaíso. Hoje, nada funciona na aquele endereço. "A empresa não está mais funcionando. Faz tempo que não temos atividade", disse Edinaldo.

[illegible]

Guerreiros, R\$ 178 mil para empresa inexistente no endereço

Ele afirmou que fez a intermediação da venda com fornecedores indicados pela ONG. O convênio do Esporte com essas entidades permite que elas escolham seus subcontratados e, respectivamente, o destino dos recursos públicos repassados.

Outra empresa usada no esquema foi a Guerreiros Comércio e Serviços, que não existe no endereço registrado em Cidade Ocidental (GO). Em 21 de maio do ano passado, a Guerreiros recebeu um cheque de R\$ 176.187,50 para vender 25 mil cadafazos, 20 unidades de terçidos e 1.272 su-

'Tenho quase certeza de que isso não é verdade'

• O presidente e dono do Instituto Pró-Ação, Zilmar Moreira da Silva, disse ao Estado que as empresas contratadas no programa Pintando a Cidadania foram escolhidas porque fizeram a melhor oferta. "Eles ofereceram o menor preço", disse. Questionado sobre o esquema de notas fiscais e empresa fantasmas no convênio de sua entidade com o Esporte, ele afirmou: "Tenho quase certeza de que isso não é verdade".

Ele ainda defendeu a escolha de uma cooperativa dirigida por sua mulher para receber recursos do projeto. "Não adianta criar qualquer coisa e botar gente de fora. Primeiro, a família, é onde a gente pode ter a confiança. A gente vai mexer com dinheiro", argumentou Zilmar.

A reportagem procurou o Ministério do Esporte e enviou ontem e-mail às 16h07 para a assessora da pasta pedindo informações sobre o caso. Em resposta, a assessora alegou que não haveria tempo para responder. Disse ainda que a equipe técnica não trabalha aos domingos. Ontem, a assessora de imprensa do ministério trabalhou e passou o dia escrevendo e publicando notas rebatendo reportagens publicadas na imprensa. /L.C.

“SAQUEI R\$ 150 MIL PARA AGNELO”

Claudio Dantas Sequeira

EXCLUSIVO

Principal testemunha da Operação Shaolin e ex-funcionário das ONGs Michael Vieira acusa o governador do DF e ex-ministro de ser

Nos últimos dias, o escândalo dos desvios de verbas de ONGs ligadas ao Ministério do Esporte, detonado pelo policial militar João Dias Ferreira, atingiu em cheio o ministro Orlando Silva e colocou em xeque a administração de nove anos do PCdoB à frente da pasta. Agora, uma nova e importante testemunha do caso pode dar outros contornos à história, ainda repleta de brechas e pontos obscuros. O que se sabia até o momento era que os comunistas, além de terem aparelhado o Ministério do Esporte, montaram um esquema de escoamento de verbas de organizações não governamentais para abastecer o caixa de campanha do partido e de seus principais integrantes. Em depoimentos ao longo da semana, o PM João Dias acusou

Orlando Silva de ser o mentor e principal beneficiário do esquema. A nova testemunha, o auxiliar administrativo Michael Alexandre Vieira da Silva, 35 anos, apresenta uma versão diferente. Em entrevista à ISTOÉ, Michael afirma que o atual governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, e ex-ministro do Esporte, hoje no PT, mas que passou a maior parte de sua trajetória política no

PCdoB, é quem era o verdadeiro “chefe” do esquema de desvio de recursos do Esporte. Até então, Agnelo vinha sendo poupado por João Dias.

Michael foi a principal testemunha da Operação Shaolin, deflagrada no ano passado pela Polícia Civil do DF e na qual foram presas cinco pessoas, entre elas o próprio soldado João Dias. Seu papel nesse enredo é inquestion-

nável. Michael trabalhou nas ONGs comandadas por João Dias, conheceu as entranhas das fraudes no Ministério do Esportes e, durante um bom tempo, esteve a serviço dos pontas-de-lança do esquema. Sobre esse período, ele fez uma revelação bombástica à ISTOÉ: “Saqueei R\$ 150 mil para serem entregues a Agnelo (então, ministro)”, disse ele na entrevista.

Em 2008, Michael já havia denunciado todo o esquema das ONGs no Ministério do Esporte e, desde então, passou a colaborar secretamente com os investigadores. Hoje, se mudou de Brasília e vive escondido. Os depoimentos de Michael serão cruciais para o andamento inquérito 761 sobre o envolvimento de Agnelo, que corre no STJ e deverá ser remetido ao STF pelo procurador-geral da União, Roberto Gurgel. Participe do esquema, Michael tem uma série de elementos para afirmar categoricamente que era Agnelo “quem chefiava o esquema”. Durante o tempo em que trabalhou no Instituto

Novo Horizonte, o auxiliar administrativo ficou sabendo de entregas de dinheiro e da liberação de convênios, por meio de Luiz Carlos de Medeiros, ongueiro e amigo do governador. “Medeiros falava demais... Sempre comentava que estava cansado de dar dinheiro para Agnelo”, diz. Sobre o ministro Orlando Silva, Michael afirma que ouviu seu nome uma única vez e por meio do delegado Giancarlo Zuhlani Júnior, da Deco (Divisão Especial de Repressão ao Crime Organizado). “Contei a Giancarlo sobre a existência de um cofre num depósito de João Dias,

em que havia armas e documentos que poderiam incriminar algumas pessoas. Aí ele me perguntou se eu sabia do envolvimento de Orlando Silva e da ONG Cata-Vento”, lembra.

Na entrevista à ISTOÉ, Michael revela ainda que o esquema de fraudes com ONGs de fachada transcende as fronteiras do PCdoB e do Esporte. Atingiria também, segundo ele, o Ministério da Ciência e Tecnologia, então na cota do PSB. Ele conta que chegou a ser convocado pela CPI das ONGs para falar sobre o tema, mas seu nome foi retirado da lista de depoentes na última

ENROLADO Governador do DF teria comandado as fraudes no programa Segundo Tempo, de acordo com testemunha

ONGs que participaram das fraudes no Ministério do Esporte, ser o principal chefe do esquema e de ter recebido propina

EXCLUSIVO**“QUEM CHEFIAVA ERA O AGNELO QUEIROZ”**

Na quinta-feira 20, ISTOÉ entrevistou o auxiliar administrativo Michael Vieira, de 35 anos. Como funcionário do PM João Dias, ele participou do esquema de desvio de dinheiro do Ministério do Esporte para Ongs e pessoas ligadas ao PC do B. Em 2008, já excluído do grupo, Vieira denunciou as fraudes à Justiça e passou a viver sob constante ameaça. Ele já integrou o Programa de Proteção a Testemunhas e, durante a entrevista, pediu para que seu rosto não fosse inteiramente revelado.

ISTOÉ – Como você conheceu João Dias e por que foi trabalhar com ele?

Michael Vieira da Silva – Conheci o soldado João Dias em 2008, quando fiz denúncias ao Ministério Público do DF (sobre as atividades da ONG Novo Horizonte, que era administrada por um laranja de João Dias). Ele me procurou através de minha tia Marlene, sargento da PM, com quem trabalhava no mesmo quartel de Sobradinho. Marcamos um encontro na casa

dela. Ele me perguntou então se eu tinha provas da denúncia. Respondi que sim. Então, João Dias me pediu para não cooperar mais com o MP e que iria me ajudar a resolver tudo. Depois que as denúncias saíram na imprensa, João Dias me procurou novamente e ofereceu R\$ 5 mil para assinar uma declaração inocentando Agnelo Queiroz, pois ele me ajudaria também. Daí, João Dias me arrumou trabalho.

ISTOÉ – Você se encontrou alguma vez com Agnelo?

Silva – Não. Certa vez, João Dias ligou para Agnelo e marcou um encontro no estacionamento de um restaurante na Asa Sul para discutirem sobre mim. Mas não foi como ele esperava. Agnelo disse que não ia ajudar nem fazer mais nada, pois tinha o poder a seu favor. Os dois discutiram e João Dias disse que não se responsabilizaria pelo que viesse a acontecer. Depois, eu e minha família sofremos várias ameaças dele.

ISTOÉ – Qual era o seu trabalho e quando percebeu as ilegalidades?

Silva – Eu trabalhava no Instituto Novo

Horizonte levando lanches e fiscalizando os núcleos. Percebi os problemas quando me pediram para que eu abrisse uma empresa em meu nome. Me pediram para ir até as escolas públicas preencher cadastros de alunos, para prestação de contas. Isso porque eles não tinham a quantidade de alunos que o ministério pedia no convênio. Então, forjavam o cadastro e também compravam notas frias. As licitações eram casadas com o empresário Miguel Santos de Souza, coordenadores e monitores.

ISTOÉ – E por que resolveu denunciá-los?

Silva – Porque me deixaram com uma dívida imensa e ameaçaram a mim e a minha família.

ISTOÉ – Nas denúncias que fez à imprensa, João Dias diz que o ministro Orlando Silva chefiava o esquema. Você concorda?

Silva – Não. Com certeza quem chefiava era o governador Agnelo Queiroz. Durante o tempo em que trabalhei para a ONG Novo Horizonte, fiquei sabendo das entregas de dinheiro e liberação de convênios do Segundo Tempo por meio de Luiz Carlos de Medeiros, ongueiro e amigo pessoal de Agnelo. Ele falava demais... Sempre comentava que estava cansado de dar dinheiro para Agnelo. Em 2006, Medeiros bancou parte da campanha de Agnelo e, apesar da derrota eleitoral,



hora sem qualquer justificativa. Sobre o envolvimento do Ministério de Ciência e Tecnologia, Michael diz que o Instituto Novo Horizonte chegou a assinar convênios com a Secretaria de Inclusão Social, subordinada à pasta, para a instalação de uma biblioteca digital em Natal, no Rio Grande do Norte, no valor de R\$ 2 milhões. Esses contratos, segundo Michael Vieira, teriam sido avaliados pelo então secretário, o atual deputado distrital Joe Valle (PSB), amigo de Medeiros e definido no grupo como laranja de João Dias no comando do Instituto Novo Horizonte.

Com todo esse arsenal de informações, entende-se por que a investigação sobre as fraudes do PCdoB no Distrito Federal foi deflagrada a partir de denúncia de Michael ao Ministério Público.

COMPLICOU Denúncias de desvios de verbas do Ministério do Esporte fragilizaram o ministro Orlando Silva e a administração comunista

O que Michael contou à ISTOÉ, com riqueza de detalhes, também está registrado em outros 11 depoimentos que prestou em sigilo à Polícia, ao Ministério Público e à Justiça nos últimos três anos. Michael e o policial João Dias participavam de um mesmo esquema enquanto Agnelo Queiroz ocupou o Ministério do Esporte. Depois, tomaram rumos diferentes. Agnelo se elegeu governador do Distrito Federal e o PM circula ao seu lado até hoje, mesmo sendo réu em um processo que apura desvio de dinheiro público. No governo do DF, emplacou um afilhado político, Manoel Tavares,

na BRB Seguros, a corretora do Banco Regional de Brasília, um dos cargos mais cobiçados do governo local. Até bem pouco tempo atrás, o PM mantinha silêncio absoluto sobre as fraudes das quais participou, confiante de que sua

De acordo com Michael Vieira, o Ministério da Ciência e Tecnologia também fez parte do esquema

fez uma festa em sua mansão no Lago Norte. É que Medeiros tinha conseguido um convênio com o Ministério dos Esportes. João Dias e sua esposa estavam nessa festa.

ISTOÉ – Em depoimento à Polícia Civil, você e Geraldo Nascimento de Andrade dizem que presenciaram o governador Agnello Queiroz recebendo dinheiro desviado. Como isso aconteceu exatamente?

Silva – Saquei R\$ 150 mil para que fosse entregue a Agnello. Fui ao BRB do Lago Norte para me encontrar com duas pessoas, Antonio, irmão de Luiz Carlos de Medeiros, e Mário George, seu braço direito que também trabalhava na Novo Horizonte. Foi para essas pessoas que entreguei o dinheiro de Agnello, em seu escritório no shopping Gilberto Salomão, no Lago Sul. Eles estavam num Ecoesport preto no estacionamento do BRB. Eu estava

acompanhado de um amigo e um PM, que prefiro manter no anonimato para resguardá-lo.

ISTOÉ – João Dias disse à imprensa que Orlando Silva recebeu dinheiro na garagem do ministério. Você tem conhecimento disso ou sabe de algo que ligue o ministro dos Esportes às fraudes?

Silva – Recordo-me de que na época das investigações da Deco, contei ao delegado Giancarlo Zulliani Júnior sobre a existência de um cofre num depósito de João Dias, na quadra 7 de Sobradinho. Nesse cofre, havia armas e documentos que poderiam incriminar algumas pessoas. É que Dias também investigava e gravava conversas suas com políticos. Giancarlo me perguntou se eu sabia do envolvimento de João Dias, do atual ministro Orlando Silva e da ONG Cata-Vento. Imagino que a polícia tenha encontrado algo. Só aí que fiquei sabendo pela primeira

vez de algo relacionado ao ministro.

ISTOÉ – À primeira vista, João Dias, um soldado da PM, poderia parecer um personagem sem relevância. Por que o PCdoB recorreu a ele para operar o esquema? Não havia gente mais qualificada?

Silva – É que João Dias era amigo de Agnello e já conhecia todo o esquema, inclusive outros ongueiros que participavam da mesma fraude e eram de sua cidade.

ISTOÉ – E você sabe de outros operadores como João Dias?

Silva – Sim, Toni Matos e o próprio Luiz Carlos de Medeiros, ambos ongueiros.

ISTOÉ – Na sua avaliação, por que João Dias resolveu denunciar o esquema somente agora à imprensa?

Silva – Por dinheiro e para se livrar das denúncias que fiz a seu respeito da Operação Shaolin.

ISTOÉ – Em 2008, foi arquivada a CPI das ONGs que apurava fraudes em convênios por meio de organizações de fachada. Há esquemas envolvendo outros ministérios e partidos?

Silva – Sim, no Ministério da Ciência e Tecnologia. Na época da CPI, inclusive, fui convocado para depor. Mas, por algum motivo desconhecido, meu nome acabou sendo retirado da lista.

relação com autoridades influentes lhe serviria de salvo-conduto. “Ele fez isso por dinheiro e para se livrar das denúncias que fiz a seu respeito”, afirma Michael. Ele assegura que João Dias tentou silenciá-lo, primeiro com ofertas financeiras, e depois com ameaças de morte. Por causa do assédio, Vieira entrou no Programa de Proteção a Testemunhas. Mas após alguns meses abriu mão da proteção para tentar retomar sua vida. Hoje, Michael vive com mulher e filhos de pequenos bicos e da ajuda de amigos numa cidade do interior de outro Estado. Não se arrepende de ter denunciado o esquema, mas passou a desconfiar de tudo e todos, especialmente depois que foi usado pelo ex-governador Joaquim Roriz para atingir Agnello na campanha eleitoral do ano passado.

À ISTOÉ, Michael pediu que seu rosto não fosse inteiramente revelado. A decisão de romper o pacto de silêncio deve-se, segundo ele, à indignação com a postura de João Dias no episódio. “Não posso aceitar que um cara como João Dias pose de bom-moço para a sociedade”. O desabafo, no entanto, não invalida as denúncias a respeito do esquema no Esporte nem as desqualifica, afinal não se espera que pessoas escaladas para participar de fraudes sejam selecionadas num convento. Mas é fato que João Dias tem uma ficha corrida para lá de complicada. Levantamento da ISTOÉ encontrou nada menos que 15 ocorrências policiais contra o PM, que tem fama de truculento. Há acusações de lesão corporal, roubo e ameaças de morte. Brigas no trânsito, dentro

de hospitais e até tentativa de golpe na locação de imóveis e na contratação de funcionários para atuar nos convênios do Segundo Tempo.

A trama policial tem contaminado o ambiente político em Brasília. Até o final da semana, a presidente Dilma Rousseff, temendo precipitar uma crise com um importante aliado, o PCdoB, hesitava em mudar o comando do Ministério do Esporte. Na quinta-feira 20, Dilma disse a assessores que não agiria sob pressão e reclamou publicamente do “apedrejamento moral” que o ministro do PCdoB estaria sofrendo. Chamou os comunistas de aliados históricos. “Temos de apurar os fatos, temos de investigar. Se apurada a culpa das pessoas, puni-las. Mas isso não significa demonizar quem quer que seja, muito menos partidos que lutaram

LUXO O PM (à esq.) que delatou o esquema mora numa mansão em Sobradinho (DF). Em sua garagem, um Volvo, um Camaro e uma BMW

no Brasil pela democracia", afirmou. Em Brasília, Orlando Silva reuniu-se por cinco horas com a cúpula do PCdoB.

Ao chegar de Angola na noite da quinta-feira 20, Dilma Rousseff convocou uma reunião de emergência com a coordenação política do governo. No encontro, comentou que não tinha convicção sobre as denúncias contra Orlando Silva, mas admitiu que o desgaste político sofrido era irreversível. Dilma também consultou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre o andamento das investigações na Polícia Federal e no Ministério Público. Na avaliação da presidente, as explicações que o ministro dos Esportes deu na Câmara e no Senado não foram suficientes para reverter o quadro. Pesam também contra Orlando os embates

com a Fifa e a CBF para a organização da Copa de 2014. Dessa maneira, o mais provável é que a presidente aguarde os desdobramentos do caso para tomar uma decisão de cabeça fria. Nas fileiras comunistas, caso o PCdoB não perca o ministério, o nome mais cotado para substituir Orlando Silva é o da ex-prefeita de Olinda (PE) Luciana Santos,

hoje deputada federal. Seu nome já havia sido sugerido por Dilma quando montou a equipe, mas Orlando acabou mantido por pressão do PCdoB – além de apoio aberto do ex-presidente Lula. Caso a presidente resolva retirar a pasta das mãos dos comunistas, já há articulações para tentar emplacar no cargo o ex-ministro Márcio Fortes, hoje presidente da Autoridade Pública Olímpica. Procurado por ISTOÉ, Agnelo estava fora do País e até o fechamento desta edição não havia se manifestado. ■

**CONTRATO
Empresa
Personnalité,
dirigida por
uma pessoa
ligada a João
Dias, trabalha
para o MP**



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, E PERSONALITÉ SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS LTDA. - ME.

EDUARDO PEREIRA TOMAZ, além de procurador das duas entidades (FEBRAK e ASSOCIAÇÃO JOÃO DIAS - fls. 226/232), integrava os quadros da FEBRAK, como Coordenador-Geral e Primeiro Tesoureiro, sendo, ainda, membro do Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO JOÃO DIAS. Durante o exercício de suas atividades permitiu ambas as entidades, anexo de modo a colaborar com a prática de apropriação

EMPRESA DE PM ATUA NO MINISTÉRIO PÚBLICO

Além de fraudar convênios do programa Segundo Tempo, o policial militar João Dias infiltrou-se no Ministério Público do Distrito Federal. ISTOÉ descobriu que a empresa que opera todos os sistemas de sonorização e comunicação audiovisual, captação de imagens e videoconferência da Procuradoria está em nome de um operador do PM. Trata-se de Eduardo Pereira Tomaz, que figura como sócio-diretor da Personnalité Soluções Administrativas Ltda., contratada pelo MP em 2010. As investigações da Polícia Federal sobre as fraudes nos Esportes apontam Tomaz como "procurador" do soldado na Federação de Kung-fu (Febrak) e na Associação João Dias, onde ocupava os cargos de coordenador-geral, tesoureiro e

membro do conselho fiscal. De acordo com o Inquérito 761, que está no STJ, Tomaz ajudou João Dias nas fraudes do Segundo Tempo. "Ele atuou de modo a colaborar com a prática de apropriação criminosa, uma vez que atestava falsamente o recebimento de bens e produtos descritos nas notas fiscais inidôneas", diz o Inquérito. Questionado por ISTOÉ, o MP alegou que a Personnalité só registra eventos e reuniões públicas e "não é responsável por quaisquer atos relacionados a investigações". Em abril, a Personnalité tentou abocanhar novo contrato, desta vez, no Conselho Nacional do Ministério Público.

ANÁLISE

Demissão não depende de bala de prata, e sim do risco de a crise contaminar a Copa

NATUZA NERY
DE BRASÍLIA

Orlando Silva lança mão de um repertório útil para tentar salvar sua pele: dá exaustivas explicações públicas e rebate agressivamente as acusações de seu delator, mantendo por ora o apoio de seu partido e de Dilma.

Essa seria uma receita vigorosa, não fosse a avaliação já corrente de que o futuro do titular do Esporte não depende mais de provas cabais, mas do desafio de apagar a imagem de uma gestão manchada pelas acusações. Em outras palavras, a demissão do ministro não depende de uma bala de prata.

Até no Planalto, onde reside amparo franco para que continue no cargo, diz-se ser difícil coordenar uma Copa do Mundo tendo de se defender a todo tempo e sem controlar seu próprio quintal.

Mesmo que todas as acusações contra Orlando Silva se mostrem infundadas lá na frente, qualquer imputação agora, verdadeira ou caluniosa, tem potencial de diminuir o tamanho do “chefe da Copa” a cada dia.

O apoio de Dilma é dado como real, mas perecível. O limite disso é o governo e a agenda do Mundial serem tragados pela crise. Foi assim com Antonio Palocci.

Quando Dilma diz que a Copa é uma política de Estado, não de personalidades ou partidos, emite um recado claro: quem apita o jogo é ela. Para isso existe a Casa Civil. Trata-se de uma conta pragmática: há pouco prejuízo à organização do evento se a exoneração for inevitável.

Não que cortar na carne seja tarefa simples para a presidente. Afinal, seria o sexto ministro a cair — o quinto indicado por Lula.

Em meio às dificuldades já impostas, partidos que perderam os seus ministros no meio do caminho da “faxina” cobrarão uma fatura que tenta transformar o governo em refém dos seus próprios métodos: por que preservar um ministro do PC do B se Dilma já dispensou da Esplanada um do PT, três do PMDB e outro do PR?

Crise na pasta complica xadrez da reforma ministerial

'Aliados falam das "amantes de direita" do PT; e petistas pensam em Di Filippi para as Cidades

Vera Rosa / BRASILIA

A crise política envolvendo o Ministério do Esporte, hoje comandado pelo PC do B, assanhou a base de apoio do governo, de olho na dança das cadeiras, e escancarou insatisfações de antigos aliados do PT. À espera da reforma ministerial, prevista para janeiro de 2012, partidos já produzem listas com nomes que gostariam de emplacar na Esplanada e tradicionais parceiros do time petista, como o PC do B e o PDT, avisam que não aceitarão o rebaixamento para a segunda divisão.

"O PT casou com o PMDB e arrumou amantes da direita. Será que agora vai querer dar outra guinada e se livrar da esquerda?", provoca o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho, presidente da Força Sindical. Com as barbas de molho, os trabalhistas sabem que o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, é um dos cotados para cair na reforma que a presidente Dilma Rousseff fará na equipe e não esconde a revolta.

A exemplo de Orlando Silva (PC do B), mantido por Dilma no Esporte, Lupi também enfrentou denúncias de uso indevido do dinheiro público, em convênios firmados no Trabalho, para abastecer o caixa de seu partido. Os dois ganharam sobrevida porque a presidente tenta segurar as demissões a conta-gotas, mas estão na corda bamba.

Na avaliação do governo, depois da queda de cinco ministros — quatro por suspeitas de corrupção —, o cenário menos traumático

Ministério dos Transportes fica na mira do PMDB

● O poderoso Ministério dos Transportes, alvo da "faxina" de Dilma Rousseff, também enche os olhos dos aliados. Era um feudo do PR, mas desde a demissão de Aliredo Nascimento, em julho, está fora da cota do partido.

O PMDB já se apressa para

co agora, para não comprar mais briga com os aliados num momento de votações importantes no Congresso, é o da mudança coletiva, em meio à reforma.

Mesmo assim, ninguém no Planalto garante que não haverá mais trocas até o início de 2012.

A cúpula do PC do B cerrou filei para disputar a pasta, que ficou sob seu comando na era FHC.

Nesse jogo, falta acomodar o novo PSD do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, que promete apoiar a Dilma e uma bancada vitaminada. No Planalto, o comentário é que o PSD não terá vaga no primeiro escalão, pelo menos por enquanto. Petistas enciumados, porém, desconfiam que o PSD do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, será mais bem aquinhoado. / v.a.

ras na defesa de Orlando, ameaçou enfrentar o PT e até romper com o governo em caso de dispensa. Nos bastidores, comunistas foram sondados sobre a possibilidade de um escambo: trocar o Esporte pela pasta de Cultura, hoje dirigida por Ana de Hollanda. A articulação não deu certo. Indica-

da pelo PT, mas sem filiação partidária, Ana também enfrenta forte desgaste na equipe.

"Nós estamos tranquilos porque não aceitamos o linchamento moral contra o PC do B. Não é questão de mudar de ministério. Não somos um partido fisiológico e ninguém vai tirar um ministro nosso no grito", disse o senador Inácio Arruda (PC do B-CE).

Olheiros. Depois de tantos problemas na gestão do governo, Dilma quer aproveitar a leva de mudanças para pôr rémicos de sua confiança em secretarias executivas, independentemente das indicações partidárias.

Para a presidente, a ideia de que o ministério com "porteira fechada" funciona melhor caiu por terra com a sucessão de crises. Aborrecidos, aliados dizem que o PT quer pôr "olheiros" para vigiar seus indicados porque não sabe dividir o poder. "Já desmontaram o Ministério do Trabalho e passaram todas as negociações importantes para a Secretaria-Geral da Presidência", reclamou Paulinho. "Mas há muita insatisfação do movimento social com esse governo. O que fizeram com as greves é coisa da ditadura."

Para o líder do PT na Câmara, Paulo Teixeira (SP), as queixas são injustas porque parceiros tradicionais do petismo "sempre terão espaço" no governo.

Tudo indica, no entanto, que a nova correlação de forças da reforma ministerial provocará mais descontentamentos.

Motivo: nessa partilha, Dilma observará o tamanho dos partidos para redistribuir os cargos e orçamentos da Esplanada. O PF, por exemplo, pode perder o Ministério das Cidades, hoje dirigido por Mário Negromonte, que não tem mais apoio da maioria da bancada. As dificuldades de Negromonte ataçaram a cobiça do PT, que pretende reapresentar o nome do deputado José Di Filippi Júnior (SP) para Cidades e retomar o controle da pasta.

Esporte aponta desvio de R\$ 17 milhões em relatório

Ministério leva anos para cobrar ONGs que acusa de desviar recursos

Documento entregue a deputado inclui entidades de policial e pastor que denunciam cobrança de propinas

DE BRASÍLIA

Relatório apresentado pelo Ministério do Esporte em julho aponta desvios de R\$ 17 milhões em convênios que a pasta assinou com organizações não governamentais sediadas em Brasília e em seus arredores.

Encaminhado em resposta a um pedido de informações de um deputado do Distrito Federal, o documento descreve 15 projetos em que os recursos repassados pelo governo teriam sido desviados de sua finalidade.

Embora as irregularidades tenham sido detectadas pelo próprio governo, o relatório mostra que em muitos dos casos o ministério demora para agir, levando anos para cobrar as entidades em que encontra problemas.

Segundo o ministério, as ONGs apontadas no relatório não prestaram contas do dinheiro que receberam, usaram notas fiscais falsas para comprovar gastos e atenderam menos crianças do que o previsto em seus contratos.

Os projetos receberam recursos do programa Segundo Tempo, que repassa dinheiro público a ONGs, prefeituras e governos estaduais para incentivar a prática de atividades esportivas em comunidades carentes.

O programa está no centro da crise enfrentada pelo ministro do Esporte, Orlando Silva, desde a semana passada, quando foi acusado de usar os convênios para desviar recursos públicos para os cofres do seu partido, o PC do B. Ele nega as acusações.

O policial militar João Dias Ferreira, dono de duas ONGs citadas no relatório do ministério, disse à Polícia Federal na semana passada que só passou a sofrer cobranças depois que se recusou a pagar propinas para o partido.

Em entrevista à Folha, o pastor David Castro, fundador de uma igreja que recebeu dinheiro do Segundo Tempo e também aparece no relatório, disse que emissá-

rios do ministério cobravam 10% de propina para os cofres do PC do B.

O levantamento feito pelo ministério foi entregue após um requerimento do deputado federal Izalci Lucas (PR-DF), aliado do ex-governador Joaquim Roriz e adversário do atual governador, Agnelo Queiroz (PT), que foi ministro antes de Orlando Silva.

A CGU (Controladoria-Geral da União) apontou nos últimos anos irregularidades em 67 convênios do ministério com ONGs, prefeituras e governos estaduais e cobra a devolução de R\$ 26,5 milhões repassados a essas entidades.

Segundo o ministério, três ONGs apontadas no relatório não apresentaram prestações de contas, mais de três anos após receberem os recursos.

Uma dessas entidades é a 100 Dimensão Cooperativa, que recebeu R\$ 331 mil para oferecer atividades esporti-

vas a mil crianças e encerrou seu trabalho em 2006.

Sônia Maria da Silva, dirigente da ONG, diz que a prestação não foi feita por causa de problemas na documentação. "As atividades aconteceram, eu levo você na padaria onde leve o lanche." Hoje a ONG trabalha com reciclagem de lixo.

Outra entidade apontada no relatório, a Liga de Futebol Society teve as contas parcialmente aprovadas. Segundo Ferreira, ela faz parte do esquema de desvio de verbas.

A liga tem como sede um apartamento em Sobradinho, nos arredores de Brasília. A Folha visitou o local, e o porteiro disse que uma moradora recebe as correspondências da ONG, mas ela não foi localizada pela reportagem.

(RUBENS VALENTE, DINI AMORA, RENATO MACCHADO E ANDRÉZA MATAIS)

LEIA MAIS na pág. A6

Pasta diz que vai recuperar verba de convênios

DE BRASÍLIA

O Ministério do Esporte afirma trabalhar para recuperar a verba desviada do Segundo Tempo e que não tiveram repasses ou renovações nos convênios, após os problemas detectados.

Segundo a pasta, parte dos convênios já está com a tomada de contas instaurada. Ou seja, uma auditoria é feita para calcular o prejuízo e apontar as falhas. Em outros casos, os convênios ainda estão em fase de análise interna.

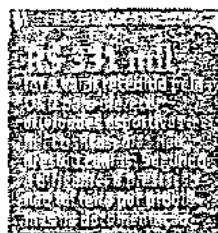
O ministério diz que as irregularidades foram detectadas pela própria pasta,

que atuou em parceria com os órgãos de controle.

A pasta afirma que os convênios não tiveram influência política. "A formalização de convênios é precedida de análise técnica e da exigência de todos os requisitos legais que regem a celebração de convênios no âmbito do governo federal".

Além do Ministério do Esporte, o TCU (Tribunal de Contas da União) e a CGU (Controladoria-Geral da União) também fazem auditorias na pasta. Ao todo, 67 convênios são considerados irregulares pela CGU.

O ministério anunciou que os próximos convênios serão feitos apenas com o poder público. A pasta diz ainda que, mesmo os convênios com ONGs ligadas ao PC do B, não houve decisão política, e sim técnica.



CARTÃO VERMELHO

Quinze ONGs do Distrito Federal tiveram suas contas reprovadas em convênios com o programa Segundo Tempo

ONG 100 Dimensão Cooperativa, de Sônia Maria da Silva

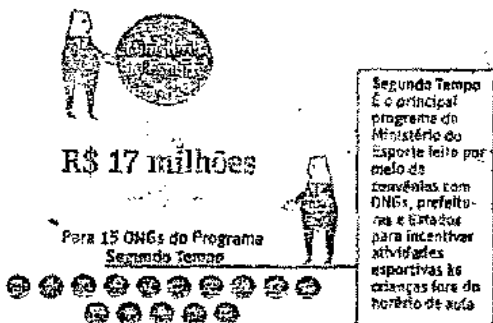
MAU USO

O Ministério do Esporte reconheceu que R\$ 17 milhões referentes a 15 projetos do programa Segundo Tempo foram mal utilizados ou desviados

PROBLEMAS

- Entidades não prestaram contas
- Apresentaram notas fiscais falsas para comprovar gastos
- Menos alunos do que o previsto nos contratos

ONG Liga de Futebol Society



Segundo Tempo é o principal programa do Ministério do Esporte feito por meio de convênios com ONGs, prefeituras e Estados para incentivar atividades esportivas às crianças fora do horário de aula

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se segunda-feira, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007 – COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 1.314, de 2011)*

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Senador Tião Viana, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.*

(Pendente de pareceres da CCJ, CAE e CAS.)

Relator: Senador Humberto Costa

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 1.456, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (nº 1.876/99, na Casa de origem, do Deputado Sérgio Carvalho e outros), que *dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981; 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965; e 7.754, de 14 de abril de 1989; e a Medida Provisória nº 2.11-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.315 a 1.317, de 2011, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Luiz Henrique, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Randolfe Rodrigues;

– Em conjunto das Comissões de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Agricultura e Reforma Agrária, Relator Senador Luiz Henrique, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CCT/CRA (Substitutivo), que apresenta; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CMA (Substitutivo), que oferece.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 114, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 114, de 2011 (nº 61/2011, na Câmara dos Deputados, de iniciativa da Presidência da República), que *altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (DRU).*

Parecer favorável, sob nº 1.303 de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros.

4

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

5

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria*

veiculada pelo jornal *Folha de São Paulo*, na edição de 31 de julho deste ano.

6

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.*

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

7

REQUERIMENTO Nº 1.439, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.439, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão*

de Constituição, Justiça e Cidadania (prestação de informações na negociação coletiva).

8

REQUERIMENTO Nº 1.440, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.440, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos (prestação de informações na negociação coletiva).*

9

REQUERIMENTO Nº 1.453, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.453, de 2011, do Senador João Vicente Claudino, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2008, de sua autoria.*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 5 minutos.)

ATA DA 201ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE NOVEMBRO DE 2011 ^c

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 187, de 8 de novembro de 2011)

RETIFICAÇÕES

À página 45888, republiquem-se os itens 1.2.5 a 2.1 do Sumário, por erro gráfico na paginação e por omissão de parte do texto do item 1.2.6:

1.2.5 – Pareceres	
Nºs 1.243 a 1.245, de 2011, das Comissões de Assuntos Sociais; Constituição, Justiça e Cidadania; e de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009.	46018
1.2.6 – Comunicações da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (Ofício nº 6/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)	46049
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 461, de 2003; 253, de 2005 (tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 67, de 2007; e 132, de 2010); 56, 129 e 384, de 2008; 583, de 2009; e 163, de 2010.	46049
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 51, de 2011.	46049
Término do prazo, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 303, de 2009.	46049
1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Registro do artigo intitulado “Os Zumbis do crack querem voltar a ser gente” publicado no Jornal Opção, edição nº 1.895, de Elder Dias.	46050
SENADOR ALVARO DIAS – Registro do editorial intitulado “O ministro tem que sair” publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo, edição de 18 de outubro último.	46051
SENADOR CYRO MIRANDA – Registro do editorial intitulado “A CNI vê risco de inflação alta” publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo, edição de 12 de outubro último.	46052
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do editorial intitulado “Quando a vida fica mais fácil” publicado pelo jornal O Globo, edição de 14 de outubro último.	
SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “Conar mantém anúncio de Gisele de lingerie” publicada pelo jornal O Globo, edição de 14 de outubro último; e outro assunto.	46053
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro do editorial intitulado “Perdas e danos dos Refis” publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo, edição de 9 de outubro último.	46054
SENADOR ROMERO JUCÁ – Homenagem a todos os trabalhadores do comércio pelo transcurso do seu dia, comemorado em 30 de outubro.	46056
1.2.8 – Comunicação da Presidência	
Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 8, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	46057
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – ATA	
2.1 – Ata de Reunião da Mesa do Senado Federal	
Ata da 14ª Reunião, realizada em 7 de novembro de 2011	46063

À página 46018, onde se lê:

PARECER Nº 1.243 DE 2010

Leia-se:

PARECER Nº 1.243, DE 2011

**ATA DA 205ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA,
EM 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 191**, de 12 de novembro de 2011)

RETIFICAÇÕES

Às páginas nºs 47003 e 47004, republique-se, por erro gráfico na lista de assinaturas dos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Parecer nº 1.275, de 2011:

PARECER Nº 1.275, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2011 (PDC nº 47, de 2011, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República de Moçambique para a instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

RELATOR: Senador MARCELO CRIVELLA

I – RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República de Moçambique para a instalação da Sede do Escritório Regional da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

Nesse sentido, esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2011 (PDC nº 47, de 2011, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Na Casa de origem, o acordo foi aprovado pelo Plenário, em 22 de setembro de 2011, após passar pelo crivo das Comissões de

Seguridade Social e Família (CSSF); de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Acompanha a proposição a Mensagem nº 645, de 12 de novembro de 2010, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, bem como exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores (EM Nº 00081 MRE – ETEC-BRAS-MOÇA), de 17 de março de 2009.

Cumpra registrar, ainda, que não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental. Em 18 de outubro, a matéria foi distribuída a este relator.

II – ANÁLISE

O tratado em apreço compõe-se de 17 artigos. Ele tem por escopo a disciplina da instalação física da sede do escritório regional da FIOCRUZ para a África na cidade de Maputo, capital de Moçambique. Nesse sentido, dispõe sobre a inviolabilidade da sede da FIOCRUZ África (Artigo 4); estabelece a personalidade jurídica internacional (Artigo 5); disciplina a entrada e saída do território moçambicano de pessoas, que de tal ou qual modo, estejam vinculadas às atividades da Fundação (Artigo 6); prescreve pauta de privilégios e imunidades (Artigo 8), bem como hipóteses de sua dispensa (Artigo 9); indica o dever de colaboração da FIOCRUZ África com as autoridades locais (Artigo 10); estabelece, por fim, as cláusulas finais de estilo em tratados dessa natureza.

Apesar de vocacionado a estabelecer o regime jurídico da FIOCRUZ África, bem como sua sede, o ato em análise contribuirá, de modo superlativo, para a intensificação da cooperação bilateral no campo da saúde. Estimulará, por igual, o progresso dessa área no continente africano.

Tendo como ponto de apoio a gloriosa cidade de Maputo, o escritório regional da Fundação — para além da cooperação interinstitucional com o Ministério da Saúde da República de Moçambique

— coordenará, acompanhará e avaliará programas de cooperação em saúde entre a FIOCRUZ e países africanos.

Essa ação há de se dar por meio de apoio direto, de auxílio na formação de pessoal e de transferência de tecnologia. Cuida-se, pois, de passo importante na diplomacia de aproximação pela via da ação humanitária.

A entrada em vigor desse Acordo proporcionará o arcabouço institucional necessário ao pleno funcionamento da FIOCRUZ África e dará consequências mais contundentes às inúmeras iniciativas que já nos vinculam a diferentes países africanos no domínio da cooperação na área da saúde.

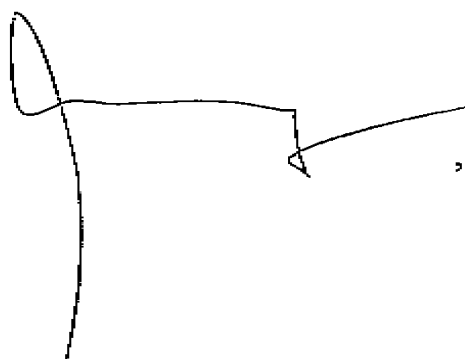
À vista desses aspectos, consideramos o ato internacional que ora se submete à apreciação legislativa, para efeitos de incorporação ao ordenamento jurídico interno, de todo conveniente e oportuno aos interesses nacionais. Felicitamos os respectivos Executivos pela iniciativa e a Fundação Oswaldo Cruz pelo trabalho até aqui desenvolvido.

III – VOTO

Por todo o exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional, legal e regimental, além de versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente

A handwritten signature in black ink, consisting of a large loop on the left and a horizontal line extending to the right, ending in a small hook.

, Relator

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 235, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 10/11/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE	
RELATOR: SENADOR MARCELO CRIVELLA	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

Às páginas nºs 47016 a 47022, republique-se, por omissão gráfica, o Projeto de Lei do Senado nº 682, de 2011, para fazer constar o despacho apostado à matéria:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 682, DE 2011

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para ampliar as coberturas do seguro obrigatório de veículos automotores e permitir ao consumidor a escolha da seguradora.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei devem compreender as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, por danos materiais e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por veículo ou pessoa vítima:

.....
I – mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) – no caso de morte;

II – mínimo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) – no caso de invalidez permanente;

III – mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas;

IV – mínimo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) – no caso de danos materiais, devidamente comprovados.

§ 1º.....

I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor da cobertura efetivamente contratada;

.....
§ 2º Assegura-se à vítima o reembolso, em valor não superior ao do seguro efetivamente contratado, previsto no inciso III do *caput* deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos;

.....
§ 4º O segurado poderá escolher e contratar livremente a seguradora, obedecidos os limites mínimos dos valores estabelecidos nos incisos I a IV do *caput* do art. 3º desta Lei, hipótese em que não fará pagamento do prêmio do seguro ao consórcio mencionado no art. 7º desta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após um ano da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, estabelece o seguro obrigatório de veículos automotores. Contudo, esse seguro não cobre danos materiais e os valores para indenizações decorrentes dos eventos morte, invalidez permanente e despesas médicas são muito baixos.

Isso faz com que muitos proprietários de veículos, além de pagarem o seguro obrigatório, contratem seguros facultativos.

A situação é injusta, porque muitas vezes o condutor culpado pelo acidente não fez seguro facultativo e a vítima fica desprotegida, seja porque os danos sofridos foram materiais, seja porque a cobertura do seguro obrigatório é insuficiente.

Pretendemos mudar essa situação.

Propomos estabelecer que o seguro obrigatório deve compreender também os danos materiais, bem como estabelecer valores mínimos para todas as coberturas previstas. Será de livre escolha do segurado a companhia seguradora, desde que obedecidos os valores mínimos estabelecidos. Obviamente o segurado poderá optar por contratar seguros com indenizações mais elevadas, visto que o seguro não elide a responsabilidade civil decorrente de culpa ou da teoria do risco positivada atualmente pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Com isso estaremos protegendo as pessoas vitimadas por acidentes de veículos, bem como fazendo justiça às pessoas precavidas que contratam seguros facultativos.

É o que se coloca à deliberação.

Sala das Sessões,

Senador **ANIBAL DINIZ**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974.

Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A alínea b do artigo 20, do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 20.

b) - Responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de vias fluvial, lacustre, marítima, de aeronaves e dos transportadores em geral."

Art. 2º Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea I nestes termos:

"Art. 20

l) - Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não."

~~Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: (Vide Medida nº 340, de 2006);~~

~~I - (Vide Medida nº 340, de 2006)~~

~~II - (Vide Medida nº 340, de 2006)~~

~~III - (Vide Medida nº 340, de 2006)~~

~~a) 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País no caso de morte;~~

~~b) Até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País no caso de invalidez permanente;~~

~~c) Até 8 (oito) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.~~

~~Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)~~

~~Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Medida Provisória nº 451, de 2008).~~

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 1º No caso da cobertura do que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente

~~parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).~~

~~— I — quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).~~

~~— II — quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea “a”, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).~~

~~§ 2º O seguro previsto nesta Lei não contempla as despesas decorrentes do atendimento médico ou hospitalar efetuado em estabelecimento ou em hospital credenciado ao Sistema Único de Saúde – SUS, mesmo que em caráter privado, sendo vedado o pagamento de qualquer indenização nesses casos. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).~~

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

§ 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do caput deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

§ 3º As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

~~Art. 4º A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados. (Vide Medida nº 340, de 2006)~~

~~Parágrafo único. Para os fins deste artigo a companheira será equiparada à esposa, nos casos admitidos pela Lei Previdenciária.~~

~~§ 1º Para fins deste artigo, a companheira será equiparada à esposa, nos casos admitidos pela lei previdenciária; o companheiro será equiparado ao esposo quando tiver com a vítima convivência marital atual por mais de cinco anos, ou, convivendo com ela, de convívio tiver filhos. (Renumerado com nova redação pela Lei nº 8.441, de 1992)~~

~~§ 2º Deixando a vítima beneficiários incapazes, ou sendo ou resultando ela incapaz, a indenização de seguro será liberada em nome de quem detiver o encargo de sua guarda, sustento ou despesas, conforme dispuser alvará judicial. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)~~

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

Parágrafo único. (Revogado pela Lei nº 8.441, de 1992). (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 1º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 2º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 3º Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

~~§ 1º A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:~~

~~a) Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário no caso de morte;~~

~~§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992) (Vide Medida nº 340, de 2006)~~

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

§ 3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necrópsia, fornecida diretamente pelo instituto médico legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente.

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

~~§ 5º O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e emissões desta, pela tabela de acidentes de trabalho e da classificação internacional das doenças. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)~~

~~§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (Redação dada pela Medida Provisória nº 451, de 2008)~~

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

~~§ 6º (Vide Medida nº 340, de 2006)~~

~~§ 7º (Vide Medida nº 340, de 2006)~~

§ 6º O pagamento da indenização também poderá ser realizado por intermédio de depósito ou Transferência Eletrônica de Dados - TED para a conta corrente ou conta de poupança do beneficiário, observada a legislação do Sistema de Pagamentos Brasileiro. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo Índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Art. 6º No caso de ocorrência do sinistro do qual participem dois ou mais veículos, a indenização será paga pela Sociedade Seguradora do respectivo veículo em que cada pessoa vitimada era transportada.

§ 1º Resultando do acidente vítimas não transportadas, as indenizações a elas correspondentes serão pagas, em partes iguais, pelas Sociedades Seguradoras dos veículos envolvidos.

§ 2º Havendo veículos não identificados e identificados, a indenização será paga pelas Sociedades Seguradoras destes últimos.

~~Art. 7º A indenização, por pessoa vitimada, no caso de morte causada apenas por veículo não identificado, será paga por um Consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as Seguradoras que operarem no seguro objeto da presente lei.~~

~~§ 1º O limite de indenização de que trata este artigo corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor estipulado na alínea a do artigo 3º da presente lei.~~

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

§ 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, *leasing* ou qualquer outro. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

§ 2º O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) estabelecerá normas para atender ao pagamento das indenizações previstas neste artigo, bem como a forma de sua distribuição pelas Seguradoras participantes do Consórcio.

Art. 8º Comprovado o pagamento, a Sociedade Seguradora que houver pago a indenização poderá, mediante ação própria, haver do responsável a importância efetivamente indenizada.

Art. 9º Nos seguros facultativos de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de via terrestre, as indenizações por danos materiais causados a terceiros serão pagas independentemente da responsabilidade que for apurada em ação judicial contra o causador do dano, cabendo à Seguradora o direito de regresso contra o responsável.

Art. 10. Observar-se-á o procedimento sumaríssimo do Código de Processo Civil nas causas relativas aos danos pessoais mencionados na presente lei.

~~Art. 11. Torá suspensa a autorização para operar no seguro obrigatório de que trata o artigo 2º, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, a Sociedade Seguradora que infringir as disposições desta lei. (Vide Medida nº 340, de 2006)~~

Art. 11. A sociedade seguradora que infringir as disposições desta Lei estará sujeita às penalidades previstas no art. 108 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, de acordo com a gravidade da irregularidade, observado o disposto no art. 118 do referido Decreto-Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

Art. 12. O Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta lei.

§ 1º O Conselho Nacional de Trânsito implantará e fiscalizará as medidas de sua competência, garantidoras do não licenciamento e não circulação de veículos automotores de vias terrestres, em via pública ou fora dela, a descoberto do seguro previsto nesta lei. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

§ 2º Para efeito do parágrafo anterior, o Conselho Nacional de Trânsito expedirá normas para o vencimento do seguro coincidir com o do IPVA, arquivando-se cópia do bilhete ou apólice no prontuário respectivo, bem como fazer constar no registro de ocorrências nome, qualificação, endereço residencial e profissional completos do proprietário do veículo, além do nome da seguradora, número e vencimento do bilhete ou apólice de seguro. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

~~§ 3º O CNSP estabelecerá anualmente o valor correspondente ao custo da emissão e da cobrança da apólice ou do bilhete do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008)~~

~~§ 4º O disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não se aplica ao produto da arrecadação do ressarcimento do custo descrito no § 3º. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008)~~

§ 3º O CNSP estabelecerá anualmente o valor correspondente ao custo da emissão e da cobrança da apólice ou do bilhete do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

§ 4º O disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não se aplica ao produto da arrecadação do ressarcimento do custo descrito no § 3º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto-lei nº 814, de 4 de setembro de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

ERNESTO
Severo Fagundes Gomes

GEISEL

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.12.1974 e retificada no DOU de 31.12.1974

ANEXO

(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974).

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicas, abdominais, pélvicas ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	-
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	-
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	-
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

ANEXO
(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).
(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental	
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)	
comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

(Às Comissões de Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

Às páginas nºs 47023 e 47024, republique-se, por omissão gráfica, o Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2011, para fazer constar o seu número na origem.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 298, DE 2011 (Nº2.173/2009 NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o ato que outorga concessão à BEIJA-FLOR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itaituba, Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 17 de julho de 2009, que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itaituba, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 731, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que outorgam concessões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em onda média:

Decreto de 27 de fevereiro de 2009 (DOU do dia 2 de março subsequente):

- 1 - Empresa de Rad iodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Prainha - PA;**
- 2 - Nortão Comunicação e Publicidade Ltda., no município de Santo Antônio do Içá - AM;**
- 3 - Nortão Comunicação e Publicidade Ltda., no município de São Gabriel da Cachoeira - AM;**

Decreto de 10 de junho de 2009 (DOU do dia 12 subsequente):

- 4 - Rádio e Televisão Belo Monte Ltda., no município de Senador José Porfírio, Estado do Pará;**

5 - Camy Telecomunicações Ltda., no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul;

Decreto de 17 de julho de 2009 (DOU do dia 20 subsequente):

6 - Amazônia Comunicações Ltda., no município de Moju - PA;

7 - Sistema de Rádio e Televisão Vale do Sucuriú Ltda., no município de Nioaque - MS;

8 - Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Itaituba - PA;

9 - Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de São Domingos do Capim - PA;

10 - Sistema de Rádio e Televisão Vale do Sucuriú Ltda., no município de Ribas do Rio Pardo - MS;

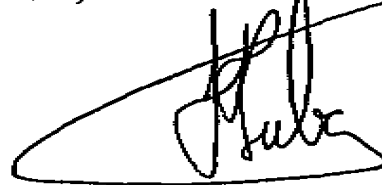
11 - Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Almeirim - PA;

12 - Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., no município de Barcarena - PA;

13 - Rádio Comunicação LMW Ltda.-ME, no município de Jauru - MT; e

14 - Rádio Comunicação LMW Ltda.-ME, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº 642/2008-MC

Brasília, 24 de novembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 057/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Itaituba, Estado do Pará.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Beija-Flor Radiodifusão Ltda (Processo nº 53720.000473/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a concessão, na forma do projeto de decreto incluso.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

Nº 136, segunda-feira, 20 de julho de 2009

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1676-2339

7



DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Comunicação LMP Ltda.-ME para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Jauru, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º A concessão ora outorgada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Agência Goiana de Comunicação Ltda. - AGECOM, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, sem direito de exclusividade, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.045092/2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 25 de abril de 2006, a concessão outorgada à Agência Goiana de Comunicação Ltda. - AGECOM, pelo Decreto nº 92.333, de 27 de janeiro de 1986, renovada pelo Decreto de 19 de setembro de 2001, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 881, de 19 de novembro de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009

Transfere para a Rádio Novo Milênio Ltda. a concessão outorgada à Rádio Globo S/A para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas curtas, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, da Constituição, e nos termos do art. 34, item 3, alínea "a", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferida para a Rádio Novo Milênio Ltda. a concessão outorgada à Rádio Globo S/A pelo Decreto nº 36.779, de 18 de janeiro de 1955, renovada pelo Decreto de 25 de agosto de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 31, de 22 de março de 2001, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53000.045516/2008).

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cujo contrato é transferido por este Decreto, rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009

Outorga concessão à Amazônia Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Mejiro, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53720.000472/2001, Concorrência nº 057/2001-SSR/MC,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Amazônia Comunicação Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Mejiro, Estado do Pará.

Art. 2º A concessão ora outorgada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Rádio Planalto de Brasília da Cunha Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Brasília, Estado do Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53600.025266/2004 e 53640.000.938/95,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de abril de 2006, a concessão outorgada à Rádio Planalto de Brasília da Cunha Ltda., pelo Decreto nº 82.572, de 18 de abril de 1986, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Brasília, Estado do Brasil.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009

Outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Itaituba, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53720.000472/2001, Concorrência nº 057/2001-SSR/MC,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Itaituba, Estado do Pará.

Art. 2º A concessão ora outorgada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009

Outorga concessão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Barcarena, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53720.000472/2001, Concorrência nº 058/2001-SSR/MC,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Barcarena, Estado do Pará.

Art. 2º A concessão ora outorgada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009

Outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São Domingos do Capim, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53720.000472/2001, Concorrência nº 057/2001-SSR/MC,

Às páginas nºs 47036 e 47037, republique-se, por erro gráfico, o Projeto de Decreto Legislativo nº 304, de 2011, para fazer constar corretamente o seu número na origem.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 304, DE 2011

(Nº 2.580/2010, NA Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM CRISTINA, OURO PRETO E PORTAL DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 447 de 28 de julho de 2009, que outorga autorização à Associação de Moradores do Jardim Cristina, Ouro Preto e Portal de Minas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 931, de 2009.

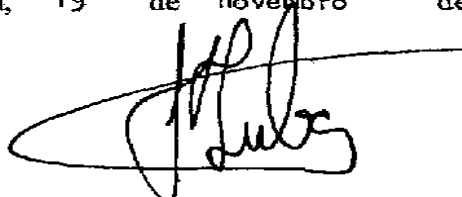
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 531, de 29 de agosto de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão Estação, no município de São Sebastião do Maranhão – MG;
- 2 - Portaria nº 969, de 23 de dezembro de 2008 – AMIC – Amigos da Cultura de Dracena e Região – no município de Dracena – SP;
- 3 - Portaria nº 1.111, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Difusão Comunitária FM Cabana 103,3, no município de Ananideua – PA;
- 4 - Portaria nº 159, de 14 de abril de 2009 – Associação Rádio Comunitária HB FM 103,5 de Jequitai-MG, no município de Jequitai – MG;
- 5 - Portaria nº 314, de 21 de maio de 2009 – Associação Cidadania e Desenvolvimento de Itambacuri, no município de Itambacuri – MG;
- 6 - Portaria nº 412, de 7 de julho de 2009 – Organização Raízes da Barra, no município de Jacinto – MG;
- 7 - Portaria nº 416, de 13 de julho de 2009 – Associação para Desenvolvimento Sócio Cultural Abadia dos Dourados (ADESCA), no município de Abadia dos Dourados – MG;

- 8 - Portaria nº 417, de 13 de julho de 2009 – Associação Cultural de Comunicação de Pouso Alegre, no município de Pouso Alegre – MG;
- 9 - Portaria nº 422, de 15 de julho de 2009 – Associação Cultural Comunitária Jorge Amado, no município de Cotegipe – BA;
- 10 - Portaria nº 429, de 23 de julho de 2009 – Associação Comunitária e Cultural Jeruel, no município de Pirapora – MG;
- 11 - Portaria nº 442, de 28 de julho de 2009 – Associação Cultural de Radiodifusão de Putinga, no município de Putinga – RS;
- 12 - Portaria nº 447, de 28 de julho de 2009 – Associação de Moradores do Jardim Cristina, Ouro Preto e Portal de Minas, no município de São José dos Campos – SP;
- 13 - Portaria nº 448, de 28 de julho de 2009 – SACEMI – Sociedade Ambiental, Cultural e Educacional de Iretama, no município de Iretama – PR;
- 14 - Portaria nº 450, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária Cultural, Esportiva e Recreativa de Jussara, no município de Jussara – BA;
- 15 - Portaria nº 451, de 28 de julho de 2009 – Fundação Raízes de Milhã, no município de Milhã – CE;
- 16 - Portaria nº 452, de 28 de julho de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Ibirubá (ACI), no município de Ibirubá – RS;
- 17 - Portaria nº 453, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária e Cultural do Povoado Jenipapo – Lagarto/Sergipe, no município de Lagarto – SE;
- 18 - Portaria nº 454, de 28 de julho de 2009 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Morro Agudo de Goiás – ADESCOM, no município de Morro Agudo de Goiás – GO;
- 19 - Portaria nº 456, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária Recreativa e Cultural de Barra da Estiva – ACRCBE, no município de Barra da Estiva – BA;
- 20 - Portaria nº 458, de 28 de julho de 2009 – Associação Aveirense de Rádio Comunitária Tropical – FM, no município de Aveiro – PA;
- 21 - Portaria nº 459, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura Karisma de Rolante, no município de Rolante – RS;
- 22 - Portaria nº 463, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária de Moradores de Israelândia, no município de Israelândia – GO;
- 23 - Portaria nº 465, de 28 de julho de 2009 – Associação Comunitária Leão de Judá, no município de Ribeirão Preto – SP;
- 24 - Portaria nº 467, de 28 de julho de 2009 – Associação do Movimento de Radiocomunicação da Cidade de Paulista, no município de Paulista – PE;
- 25 - Portaria nº 470, de 28 de julho de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Rebouças FM – Paraná, no município de Rebouças – PR;
- 26 - Portaria nº 491, de 3 de agosto de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Rio Espera – ACORARE, no município de Rio Espera – MG;
- 27 - Portaria nº 560, de 13 de agosto de 2009 – Associação de Rádio Comunitária do Cantá, no município de Cantá – RR;
- 28 - Portaria nº 562, de 13 de agosto de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural Progresso, no município de Santa Lúcia – SP;
- 29 - Portaria nº 590, de 18 de agosto de 2009 – Associação Comunitária Cultural, Educativa e Desportiva “Monsenhor Jadir Brandão Costa”, no município de Felixlândia – MG; e
- 30 - Portaria nº 730, de 17 de setembro de 2009 – Associação Comunitária Cultural e Intelectual de Luziânia (ASCOCIL), no município de Luziânia – GO.

Brasília, 19 de novembro de 2009.



EM nº. 741/2009-MC

Brasília, 19 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a **Associação de Moradores do Jardim Cristina, Ouro Preto e Portal de Minas**, no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.034179/05, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 447 DE 28 DE JULHO DE 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.034.179/05 e do PARECER/AGU/CONJUR-MC/MGT/Nº 1076 - 1.08 / 2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação de Moradores do Jardim Cristina, Ouro Preto e Portal de Minas**, com sede na Rua José Dias Madeiros, nº 75 – Jardim Cristina, no município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 23º 09' 29 "S e longitude em 45º 53' 21"W, utilizando a frequência de 107,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática. (Decisão Terminativa)

Às páginas nºs 47044 a 47046, republique-se, por omissão gráfica, o Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2011, para fazer constar o seu número na origem:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 308, DE 2011

(Nº 2.855/2010, NA Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ALVORADA DE CARDOSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 8 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 18 de julho de 2000, a concessão outorgada à Rádio Alvorada de Cardoso Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 98, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias:

Decretos de 4 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 1 - Rádio Sociedade de Friburgo Ltda., no município de Friburgo - RJ;
- 2 - Rádio Vale Aprazível Ltda., no município de Jaguaquara - BA;
- 3 - Rádio Entre Rios Ltda., no município de Palmitos - SC;
- 4 - Rádio Difusora de Cambé Ltda., no município de Cambé - PR;
- 5 - Rádio Globo S.A., no município do Rio de Janeiro - RJ;
- 6 - Rádio Londrina S.A., no município de Londrina - PR;
- 7 - Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda., no município de Campo Grande - MS;

- 8 - Rádio Difusora de Penápolis Ltda., no município de Penápolis - SP;
- 9 - Rádio Colonial Ltda., no município de Três de Maio - RS;
- 10 - Sociedade Rádio Montanhosa Ltda., no município de Viçosa - MG;
- 11 - Rádio Barbacena Ltda., no município de Barbacena - MG;
- 12 - Rádio Itamaraty Ltda., no município de Piripiri - PI;
- 13 - Rádio Difusora de Catanduva Ltda., no município de Catanduva - SP; e
- 14 - Rádio Difusora de Fernandópolis Ltda., no município de Fernandópolis - SP.

Decretos de 8 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 15 - Rádio Integração de Carmo do Paranaíba Ltda., no município de Carmo do Paranaíba - MG;
- 16 - Rádio Mirante do Maranhão Ltda., no município de Imperatriz - MA;
- 17 - Rádio Cultura de Gravataí Ltda., no município de Gravataí - RS;
- 18 - Sociedade Rádio Cacique de Capivari Ltda., no município de Capivari - SP;
- 19 - Sociedade Rádio Difusora Lucélia Ltda., no município de Lucélia - SP;
- 20 - Fundação João Paulo II, no município de Cachoeira Paulista - SP;
- 21 - Sociedade de Radiodifusão Itapuá Ltda., no município de Santo Antônio da Patrulha - RS;
- 22 - TV Rádio Clube de Teresina S.A., no município de Teresina - PI;
- 23 - Sistema Norte de Rádio Ltda., no município de Serra - ES;
- 24 - Fundação Bom Jesus de Cuiabá, no município de Cuiabá - MT;
- 25 - Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., no município de Bagé - RS;
- 26 - Rádio Auriflama de Comunicação Ltda., no município de Auriflama - SP;
- 27 - Rádio Alvorada de Cardoso Ltda., no município de Cardoso - SP;
- 28 - Fundação Cristã Educativa, no município de Itapuranga - GO;
- 29 - Rádio Metrópole e Crissiumal Ltda., no município de Crissiumal - RS;
- 30 - Rádio Vale do Rio Tietê Ltda., no município de José Bonifácio - SP;
- 31 - Rádio Imigrantes de Turvo Ltda., no município de Turvo - SC;
- 32 - Rádio Jaraguá Ltda., no município de Jaraguá do Sul - SC; e
- 33 - Rádio Cultura de Bariri Ltda., no município de Bariri - SP;

Decretos de 10 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):

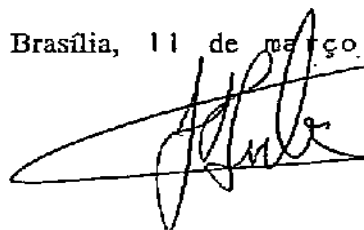
- 34 - Sociedade Rádio Difusora Alegretense Ltda., no município de Alegrete - RS;
- 35 - Fundação João Paulo II, no município de Gravataí - PE;
- 36 - Rádio Independente de Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;
- 37 - Rádio Santa Rosa Ltda., no município de Santa Rosa - RS;
- 38 - Rádio Difusora São Joaquim Ltda., no município de São Joaquim - SC;
- 39 - Rádio Difusora do Amazonas Ltda., no município de Manaus - AM;
- 40 - Fundação Nossa Senhora Aparecida, no município de Monte Aprazível - SP;
- 41 - Rádio Alvorada de Quirinópolis Ltda., no município de Quirinópolis - GO;
- 42 - Rádio Sisal de Conceição do Coité S.A., no município de Conceição do Coité - BA;
- 43 - Rádio Educadora de Taió Ltda., no município de Taió - SC;
- 44 - Emissora Continental de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes - RJ; e
- 45 - Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., no município de Piracicaba - SP.

Decretos de 11 de fevereiro de 2010 (DOU do dia subsequente):

- 46 - Rádio Sentinela do Vale Ltda., no município de Gaspar - SC;
- 47 - Rádio Emissora Vanguarda Ltda., no município de Sorocaba - SP;

- 48 - Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda., no município de Vitória - ES;
- 49 - Rádio Difusora de Piranga Ltda., no município de Piranga - MG;
- 50 - Rádio Jornal de Sergipe Ltda., no município de Aracaju - SE; e
- 51 - Super Radiodifusão Ltda., no município de Canoas - RS.

Brasília, 11 de março de 2010.



EM nº. 678/2009 – MC

Brasília, 13 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53830.000294/2000, em que a RÁDIO ALVORADA DE CARDOSO LTDA solicita renovação da outorga concedida para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, no Município de Cardoso, Estado de São Paulo, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de julho de 2000.
2. A outorga foi conferida pelo Decreto nº 84.878, de 8 de julho de 1980, publicado no Diário Oficial da União em 10 de julho de 1980, com extrato do contrato de concessão publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de julho de 1980, renovada pelo Decreto de 6 de outubro de 1997, referendado pelo Decreto Legislativo nº 105 de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 1º de junho de 2000.
3. Observo que a renovação das concessões outorgadas para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.
4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.
5. Diante do exposto, em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066, encaminho o processo a Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa



6

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 27, terça-feira, 9 de fevereiro de 2010

DECRETO Nº 8 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Fundação Bom Jesus de Cuiabá, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022088/2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Fundação Bom Jesus de Cuiabá pelo Decreto nº 38.078, de 12 de outubro de 1953, e renovada pelo Decreto de 15 de setembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de setembro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 2, de 19 de fevereiro de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helo Costa

DECRETO Nº 8 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Fundação Cristã Educadora, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Itapiranga, Estado de Goiás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000247/99 e nº 29109.000514/99,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 24 de novembro de 1999, a concessão outorgada originalmente à Rádio Primavera de Itapiranga Ltda. pelo Decreto nº 84.115, de 24 de outubro de 1979, posteriormente transferida à Fundação Cristã Educadora pelo Decreto nº 34.594, de 5 de outubro de 1987, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Itapiranga, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto de 11 de novembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 14 seguinte, que renova a concessão da Fundação Cristã Educadora.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helo Costa

DECRETO Nº 8 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Fundação João Paulo II, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002134/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada originalmente à Rádio Bandeirantes de Cachoeira Paulista Ltda. pela Portaria MVOP nº 1.033, de 7 de novembro de 1950, posteriormente transferida à Fundação João Paulo II pelo Decreto nº 90.310 de 16 de outubro de 1984, renovada pelo Decreto de 10 de novembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 11 de novembro de 1997, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 206, de 13 de junho de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helo Costa

DECRETO Nº 8 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Alvorada de Cardoso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Cardoso, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53300.000294/2000,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 18 de julho de 2000, a concessão outorgada à Rádio Alvorada de Cardoso Ltda. pelo Decreto nº 84.878, de 8 de julho de 1980, renovada pelo Decreto de 6 de outubro de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 105, de 31 de maio de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Cardoso, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helo Costa

DECRETO Nº 8 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Auriflama de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Auriflama, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000023/2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 15 de abril de 2002, a concessão outorgada à Rádio Auriflama de Comunicação Ltda. pelo Decreto nº 87.001, de 9 de março de 1982, renovada pelo Decreto de 24 de novembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 185, de 8 de junho de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Auriflama, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helo Costa

DECRETO Nº 8 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Bariri Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Bariri, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.001728/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Bariri Ltda. pela Portaria MVOP nº 1, de 2 de janeiro de 1950, renovada pelo Decreto de 12 de novembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 seguinte, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 58, de 13 de abril de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Bariri, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helo Costa

DECRETO Nº 8 DE FEVEREIRO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Gravatá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Gravatá, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.018165/2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Gravatá Ltda. pelo Decreto nº 43.030, de 13 de janeiro de 1958, renovada pelo Decreto de 11 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de outubro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 363, de 11 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Gravatá, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
Helo Costa

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010020900006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**ATA DA 206ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA,
EM 14 DE NOVEMBRO DE 2011**

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 192, de 15 de novembro de 2011)

RETIFICAÇÕES

À página nº 47287, republique-se, por omissão gráfica de parte do texto, o Ofício nº 202, de 2011, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

Ofício nº 202/11—PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 9 de novembro de 2011.

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com as Emendas nº 1-CCJ a 5-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2011, que "Altera o art. 306 da Lei nº 9.503, de 30 de setembro de 1997 - o Código Brasileiro de Trânsito, para tornar crime a condução de veículo automotor sob a influência de qualquer concentração de álcool ou substância psicoativa", de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,



Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

À página nº 47320, publique-se, por omissão gráfica, o seguinte documento encaminhado pelo Senador Mário Couto:

O Globo, 29/09/2011

Governo pede suspensão de anúncio de lingerie com Gisele Bündchen

Secretaria de Mulheres considerou propaganda 'preconceituosa e discriminatória'

• RIO e BRASÍLIA. Um comercial com a modelo Gisele Bündchen usando lingerie virou alvo da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). A secretária Iriny Lopes pediu a suspensão da campanha por considerar as peças "preconceituosas e discriminatórias".

A campanha da Hope, feita pela agência de publicidade Giovanni+DraftFCB, começou a ser veiculada há uma semana na televisão e na internet. Em uma das peças, Gisele usa vestido bege e diz: "amor, mamãe vem morar com a gente". É quando aparece a palavra "errado". Na sequência, já de lingerie amarela e fazendo uma pose sensual, diz a mesma coisa e ainda completa: "Não é o máximo". É quando

aparece a palavra "certo". Em off, uma voz completa: "você é brasileira, use seu charme".

Em outro filme, ela, de vestido branco, coça a cabeça e diz para o marido "amor, bati seu carro". Ao lado, aparece a palavra "errado". Em seguida, ela repete a frase, mas está vestida com uma lingerie vermelha, e ainda ressalta que bateu o carro "de novo" — é quando aparece o "certo".

Conar vai avaliar pedido do governo

A subsecretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da SPM, Aparecida Gonçalves, disse que a ouvidoria recebeu várias denúncias, tanto de homens quanto de mulheres, contra a propaganda. Na última terça-feira, por exemplo, foram seis denúncias e, ontem, mais duas.

Outro anúncio da Gisele, que retrata a mulher de forma submissa, não recebeu o mesmo tratamento do governo. No anúncio da Sky, chamado de Balde, a top aparecia ajoelhada, limpando o chão. Nesse momento, o marido, que está vendo televisão, pede uma cervejinha. Ela, então, pergunta qual é a "palavrinha mágica". Ele responde: "maravilhosa". Ela se levanta e diz: "Era por favor, mas essa serve". E larga o balde para levar a cerveja ao marido no sofá.

A Secretaria enviou ofício pedindo a suspensão da campanha publicitária ao Conselho de Auto-regulamentação Publicitária (Conar). A Secretaria também mandou ofício ao diretor na Hope Lingerie, Sylvio Korytowski, reprimando a campanha.

— A propaganda coloca a mulher em uma situação de sub-

missão, de que não é capaz de negociação, em um momento em que ela ocupa locais de poder, em que ela trabalha — disse a subsecretária.

Aparecida Gonçalves afirmou que a Secretaria não tem poder de suspender a propaganda e que cabe ao Conar avaliar. Mas para ela, a publicidade é "preconceituosa e discriminatória". O Conar disse que não recebeu nenhuma notificação.

Adilson Xavier, que comanda a Giovanni+DraftFCB, diz que as peças trazem humor, baseadas em clichês, e ainda traz uma mulher independente. Segundo a Hope, os exemplos utilizados na campanha nunca tiveram a intenção de parecer sexistas. "As situações são brincadeiras, piadas do dia a dia, e em hipótese nenhuma, devem ser tomadas como depreciativas da figura feminina", diz a nota. ■

SENADO FEDERAL

ATA DA 218ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 203, de 1º de dezembro de 2011)

RETIFICAÇÃO

À página 51022, primeira coluna, publique-se, por omissão, o Ofício nº 125, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, após o seguinte trecho:

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT –RS) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

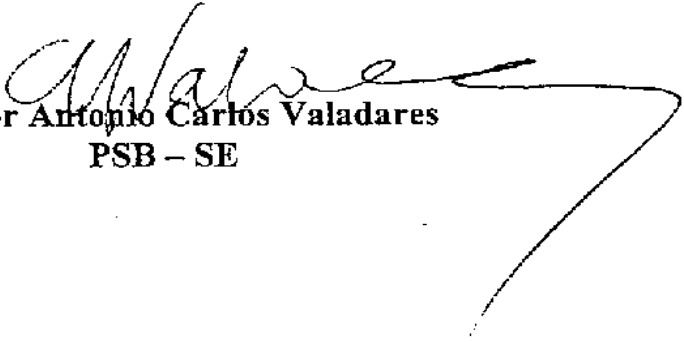
OF.GSACV Nº 125/2011.

Brasília, 30 de novembro de 2011.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho, por meio deste, encaminhar a Vossa Excelência em anexo, o **RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA MISSÃO DO SENADO FEDERAL À 66ª ASSEMBLÉIA-GERAL DA ONU, EM NOVA YORK**, de 08 a 14 de outubro do corrente ano.

Na certeza do dever cumprido, na qualidade de observador parlamentar dessa Assembléia, honrosamente designado por Vossa Excelência, aproveito a oportunidade para expressar minha alta estima e distinta consideração.


Senador Antonio Carlos Valadares
PSB – SE

**RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA MISSÃO DO
SENADO À 66ª ASSEMBLEIA-GERAL DA ONU
NOVA IORQUE, de 8 a 14 de outubro**

De 8 a 14 de outubro de 2011 participei, por designação desta Casa, como observador do Senado Federal, devidamente credenciado pela Missão Permanente do Brasil, das reuniões promovidas pela 66ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque.

Escolhi para acompanhar os trabalhos da 3ª Comissão – Comitê Social, Humanitário e Cultural, que trata dos assuntos sociais, direitos humanos e culturais.

Dois temas dominaram as discussões: os direitos da mulher e os direitos da criança.

Quanto aos direitos da mulher, a abordagem dos delegados voltou-se para questões como a igualdade de gênero, emprego, participação política, saúde e educação. Enfim, da liberdade e dos direitos para que as mulheres possam, a exemplo dos homens, escolher seu próprio destino.

Foi relatada a situação deplorável das mulheres em muitos países, que vivem tanto no meio urbano como rural, em deprimentes condições de trabalho e vítimas de inúmeros preconceitos e discriminações.

Muito embora a desigualdade entre homens e mulheres ainda persista no mundo ocidental, pude constatar, pelos depoimentos que ouvi, que tal desigualdade é flagrante, e ainda mais acentuada, na África e na Ásia.

Além disso, os países muçulmanos são os que mais escancaram essa vergonhosa realidade. Algumas mudanças tênues acontecem aqui e ali, mas sem maiores perspectivas de que conquistas rápidas venham acontecer a curto prazo.

Nesses países islâmicos não há políticas consistentes de valorização da mulher, de sua inclusão como ser capaz de influir com o seu trabalho e sua participação para o avanço da comunidade onde vive. A mulher é obrigada a conviver num sistema que é o retrato do atraso, onde seus direitos, como ser humano e cidadão, até mesmo o de votar e ser votada, são negados.

Os regimes fechados do Oriente Médio, que não adotam a democracia como um instrumento para as decisões de seu comando político, usam a mulher apenas como objeto do prazer, para procriação e a criação dos filhos.

Não vejo outra fórmula, pelo menos na fase atual, para melhorar a situação da mulher nesses países, se não pela implantação de um sistema democrático que facilite as conquistas sociais.

É possível que se a onda de liberdade prosseguir nos países muçulmanos o regime de liberdade que venha a ser implantado venha a fortalecer a posição das mulheres no sentido de que seus direitos sejam respeitados e reconhecidos.

Os debates trataram de questões fundamentais para a eliminação das formas de discriminação contra a mulher, a melhora da situação da mulher nas zonas rurais, a violência contra as trabalhadoras imigrantes e as medidas adotadas e os progressos alcançados nesse terreno com a aplicação dos pontos acordados na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, quando da realização da 4ª Conferência Mundial da Mulher, realizada na capital chinesa, em 1995.

Outro tema que foi exaustivamente debatido na 3ª Comissão e mereceu preocupação dos delegados foi o dos direitos da criança.

Um fato que me chamou a atenção e que me pareceu um costume brutal e atentatório aos direitos humanos foi relatado por alguns delegados sobre a circuncisão vaginal de crianças de 10 anos de idade que é praticada em diversos países.

Dados apresentados revelam que nada menos que 97% das egípcias entre 15 e 47 anos sofreram mutilação genital. Na África, são 92,5 milhões de mulheres acima dos 10 anos que tiveram o clitoris ou também os pequenos lábios ou mais os grandes lábios extirpados por uma faca, sem anestesia, e depois o estrago foi costurado com agulha. Diariamente, 8 mil meninas passam por essa tortura lá e em outros países do Oriente Médio, da Ásia e Europa.

A mutilação genital é um dos crimes mais pavorosos que se pode cometer contra a mulher. O número de mortes causadas por essa prática tribal ancestral é incerto, mas estima-se que, nas regiões onde há escassez de antibióticos, um terço das meninas morra imediatamente em decorrência dela e 100 mil adolescentes morram a cada ano por complicações de parto associadas à mutilação. Mesmo quando não culmina em morte, ela resulta em vidas estraçalhadas. A

circuncisão feminina traz dores inimagináveis, prejudica a fertilidade, tira da mulher a possibilidade de ter prazer sexual.

Embora alguns países, como o Egito, venham tentando frear a mutilação feminina com leis duras e multas pesadas em dinheiro, os avanços ainda são tímidos, segundo relatórios do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O estudo Mulheres e Saúde: Evidências de Hoje, Agenda de Amanhã, publicado no ano passado pela OMS, traz os números mais recentes. A estimativa é de que, na África, 92,5 milhões de mulheres e meninas com mais de 10 anos sofrem as sequelas da mutilação – entre elas, 12,5 milhões têm entre 10 e 14 anos. De acordo com a publicação, cerca de 3 milhões de meninas continuam a ser mutiladas anualmente e a redução de casos foi muito pequena nos últimos anos. Os dados também mostram aumento do número de procedimentos feitos por profissionais de saúde, diminuição da idade em que as meninas são submetidas ao corte genital e um crescimento significativo de meninas submetidas à mutilação antes dos 5 anos. Os danos não se restringem às mulheres. Um estudo da OMS revela que bebês nascidos de mães circuncidadas têm um risco até 55% maior de morrer imediatamente após o parto.

Parte da dificuldade para combater essa prática atroz nasce da constatação de que se está lidando com um ritual considerado divino por algumas populações – especialmente no Egito e em Uganda. A circuncisão feminina tem status de rito de passagem para a vida adulta e o casamento em vários países africanos, em alguns asiáticos e em porções do Oriente Médio. Muitas vezes, traveste-se de obrigação religiosa. O preceito seria baseado em interpretações do Corão, da Sharia (lei islâmica) e do Haddith (compilações de ditos do profeta Maomé, fundador da religião muçulmana), embora tenha sua origem em costumes tribais pré-islâmicos.

Participei, também, da reunião do Conselho de Segurança da ONU, onde a representante brasileira, embaixadora Maria Luiza Viotti, fez um veemente discurso destacando os programas sociais do Brasil, principalmente a exclusão de 20 milhões de pessoas da extrema pobreza e a ascensão de 36 milhões na classe média.

Assisti, ainda, o discurso da embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop, que falou sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e sobre a Década para reverter a malária nos países em desenvolvimento. Segundo ela, a reunião plenária anual da ONU é uma importante oportunidade para reafirmar o apoio brasileiro à

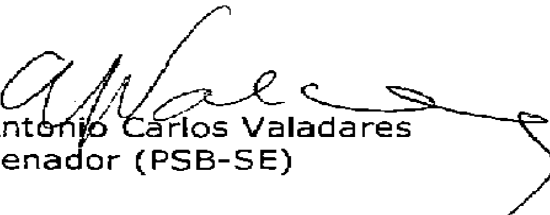
essas duas iniciativas, que são centrais para a realização dos Objetivos do Desenvolvimento Internacionalmente Acordados (IADGs) na África, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (MDGs).

A embaixadora brasileira deixou claro que o Brasil permanece totalmente comprometido com o desenvolvimento econômico, social e político da África e que o NEPAD conta com o nosso apoio total e entusiástico, pois oferece um quadro eficaz para a cooperação e o desenvolvimento, enraizado em perspectivas e prioridades africanas.

Segundo a embaixadora Regina Dunlop, nos últimos dez anos, o envolvimento do Brasil com a África tem aumentado constantemente, culminando, em 2011, com o reconhecimento do novo Estado do Sudão do Sul, com o que o Brasil mantém relações diplomáticas com todos os 54 países da África.

Em reconhecimento à nossa crescente parceria com a África, expandimos nossa rede diplomática no continente, abrindo 19 embaixadas, nos últimos dez anos, totalizando, atualmente, 37 missões diplomáticas brasileiras em território africano.

Além disso, a embaixadora mostrou que o laços econômicos bilaterais entre o Brasil e a África, em particular o comércio, aumentou significativamente na última década, passando de aproximadamente US\$ 4,2 bilhões, em 2000, para mais de US\$ 20 bilhões, em 2010. Temos, também, ampliado investimentos em vários países do continente africano, em particular nos setores de construção, energia, mineração e transporte.


Antônio Carlos Valadares
Senador (PSB-SE)

REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISE	PERÍODO	FINALIDADE
706-M	João Durval	13	02.12	Atividade Parlamentar
707-M	Armando Monteiro	13	02.12	Atividade Parlamentar
708-M	Mário Couto	13	02.12	Atividade Parlamentar
709-M	Marta Suplicy	13	02 e 05.12	Atividade Parlamentar
710-M	Valdir Raupp	13	02.12	Atividade Parlamentar
711-M	Lúcia Vânia	13	02.12	Atividade Parlamentar
712-M	Maria do Carmo Alves	13	02.12	Atividade Parlamentar
713-M	Walter Pinheiro	13	05.12	Atividade Parlamentar
714-M	Clésio Andrade	13	02 e 05.12	Atividade Parlamentar

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,6)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,7,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
VAGO ^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindbergh Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽¹⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,7)

VAGO ^(3,5,8)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
8. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO
NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

Instalação: 22/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

*. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 031/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 22.02.2011.

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾
RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muiños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 061 33033501
E-mail: ref.codigopenal@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. VAGO ^(4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR (21)	
Clésio Andrade	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Alfredo Nascimento (22)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello
PR ⁽¹³⁾	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
 2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
 3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
 4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
 2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento nº 2/2011-CAS, em 16.03.2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.

***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).

****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁸⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(8,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(2,4,16,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(3,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁹⁾	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹⁰⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PR ⁽³⁰⁾	
Magno Malta	1. Clésio Andrade ^(20,22)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

** . Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011 - GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(7,13,28)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PR ⁽²⁴⁾	
Magno Malta ^(12,26)	1. Clésio Andrade
João Ribeiro ⁽²⁶⁾	2. Vicentinho Alves

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)

26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).

28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,20)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,23)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,24)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,25,26)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(19,29,30)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁹⁾
PTB	
Gim Argello ^(1,27)	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PR ⁽²⁸⁾	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
20. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 289/11-GLPMDB)
23. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
24. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
25. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
26. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
30. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (1,2,6,8,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO (4)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1. Kátia Abreu (PSD)
PTB	
VAGO (8,9)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

9. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Anibal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
VAGO ^(2,3,5,6)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
VAGO ⁽⁷⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
 2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,11,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(5,7,10)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
VAGO ^(11,12)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
 10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 11. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros

titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹²⁾	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. VAGO ^(8,10,26)
Eduardo Amorim (PSC) ^(2,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,9,17)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(7,23)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽¹⁾	1.
Gim Argello ⁽¹¹⁾	2.
PR ⁽²²⁾	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PR ⁽¹²⁾	
Blairo Maggi	1. Clésio Andrade
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).

9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).

10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. VAGO ⁽¹²⁾
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,14)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR ⁽¹⁵⁾	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
 2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
 6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
 12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,20)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PR ⁽¹⁹⁾	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues ⁽¹⁶⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella foi eleito vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 221/2011-Pres/CDR).

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(8,11,12,17)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	4. João Durval (PDT)
Antonio Russo (PR) ^(23,25)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(6,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PR ⁽²²⁾	
Clésio Andrade ⁽²⁴⁾	1. Blairo Maggi
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro titular do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(10,11)	4. Lídice da Mata (PSB) ^(12,14)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR ⁽¹⁷⁾	
Alfredo Nascimento ^(4,18)	1. João Ribeiro ⁽¹⁸⁾
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 116/2011 - GLDBAG).
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,15)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 24/11/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁶⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 16/11/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 16.11.2011)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 08.11.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

- 1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.
- 2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49**

Edição de hoje: 316 páginas
(OS: 16499/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

